AUSTRÉIA MAGALHÃES CANDIDO DA SILVA

*Da “Lex Iulia de collegiis” e seus efeitos sobre a responsabilidade
patrimonial das corporações romanas*

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Dr. EDUARDO CESAR SILVEIRA VITA MARCHI

Universidade de São Paulo

Faculdade de Direito

São Paulo – SP

2016

AUSTRÉIA MAGALHÃES CANDIDO DA SILVA

Da “Lex Iulia de collegiis” e seus efeitos sobre a responsabilidade patrimonial das corporações romanas

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração de Direito Civil, subárea de Direito Romano, sob a orientação do Prof. Titular Dr. EDUARDO CESAR SILVEIRA VITA MARCHI.

Universidade de São Paulo

Faculdade de Direito

São Paulo – SP

2016

Este trabalho contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), mediante bolsa de Doutorado Direto n. 12/01545-8 – resultado da conversão da bolsa de Mestrado n. 10/13121-2 – e bolsa para Estágio em Pesquisa no Exterior (BEPE) n. 12/07786-7.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	i
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – DAS COLETIVIDADES E SUA TERMINOLOGIA	4
1 – Da aplicação do termo « <i>persona</i> » a entes coletivos.....	4
2 – Do reconhecimento de situações coletivas como « <i>corpus</i> ».....	11
3 – Da concepção abstrata de « <i>universitas</i> »	18
CAPÍTULO II – DAS CORPORACÕES ROMANAS	25
1 – Formação dos <i>collegia</i>	25
2 – Das faculdades atribuídas aos <i>collegia</i>	31
2.1 – Generalidades	31
2.2 – Propriedade.....	37
2.3 – Posse e usufruto.....	41
2.4 – Manumissão.....	45
2.5 – Direitos sucessórios.....	47
CAPÍTULO III – REGIME ASSOCIATIVO NA REALEZA E EM ÉPOCA REPUBLICANA	54
1 – Da origem dos <i>collegia</i> – As associações de Numa	54
2 – Da disciplina da <i>lex XII tabularum</i>	58
3 – Do <i>senatusconsultum de bacchanalibus</i>	64
4 – Do <i>senatusconsultum</i> de 64 a.C.	69
5 – Da <i>lex Clodia de collegiis</i>	74
6 – Do <i>senatusconsultum</i> de 56 a.C.	79
7 – Da <i>lex Licinia de sodaliciis</i>	82
8 – Reflexos da política repressiva na definição de tipos de associações.....	86
8.1 – Do conceito de « <i>sodalitas</i> »	86
8.2 – Do conceito de « <i>collegium</i> ».....	90
CAPÍTULO IV – DA LEX IULIA DE COLLEGIIS	96
1 – O problema da datação da <i>lex Iulia de collegiis</i>	96
2 – A <i>inscriptio</i> de Gai. D. 47,22,4 – Uma pista para a existência da <i>lex Iulia de collegiis</i>	101
3 – Análise da inscrição CIL VI, 4416 = VI, 2193	102
4 – Do conteúdo da <i>lex Iulia de collegiis</i>	110
4.1 – Da necessidade de autorização	112
4.2 – Da chamada utilidade pública	118
4.3 – A diferenciação entre <i>collegium licitum</i> e <i>collegium illicitum</i>	120
4.4 – Da concessão de personalidade jurídica.....	124
5 – Exceção ao regime de autorização: O discurso de Marciano.....	126
CAPÍTULO V – ORDENAMENTOS DO SISTEMA ROMANO-GERMÂNICO	131
1 – Direito canônico	131
2 – Direito civil alemão.....	135
2.1 – Concepção de pessoa jurídica na doutrina alemã do séc. XIX.....	135

2.2 – Direito vigente	138
3 – Direito civil francês.....	144
4 – Direito civil italiano	146
5 – Direito civil brasileiro	149
CONCLUSÃO.....	156
ÍNDICE DAS FONTES.....	161
BIBLIOGRAFIA	168
RESUMOS	184

PRINCIPAIS ABREVIATURAS

A) FONTES

AktG	=	<i>Aktiengesetz</i> (Alemanha)
BGB	=	<i>Bürgerliches Gesetzbuch</i> (Alemanha)
C	=	<i>Codex Iustinianus</i>
CC	=	<i>Código Civil</i> (Brasil)
C.C.it.	=	<i>Codice Civile</i> (Itália)
C.civ.	=	<i>Code Civil</i> (França)
C. com.	=	<i>Code de commerce</i> (França)
CTh	=	<i>Codex Theodosianus</i>
C. trav.	=	<i>Code du travail</i> (França)
CIL	=	<i>Corpus Inscriptionum Latinarum</i>
Cost.	=	<i>Costituzione</i> (Itália)
D	=	<i>Digesta</i>
Frag. Vat.	=	<i>Fragmenta Vaticana</i>
Gai	=	<i>Gai institutiones</i>
GenG	=	<i>Gesetz betreffend die Erwerbs- und Wirtschaftsgenossenschaften</i> (Alemanha)
GG	=	<i>Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland</i> (Alemanha)
GmbHG	=	<i>Gesetz betreffend die Gesellschaften mit beschränkter Haftung</i> (Alemanha)
HGB	=	<i>Handelsgesetzbuch</i> (Alemanha)
I	=	<i>Institutiones Iustiniani</i>
N	=	<i>Novellae</i>
Ord. Filip.	=	<i>Ordenações Filipinas</i>
Ulp. Reg.	=	<i>Ulpiani liber singularis regularum</i>
VAG	=	<i>Gesetz über die Beaufsichtigung der Versicherungsunternehmen</i> (Alemanha)

B) REVISTAS, ENCICLOPÉDIAS E MATERIAL DE APOIO

AcP	=	<i>Archiv für die civilistische Praxis</i> (Tübingen)
BIRD.	=	<i>Bullettino dell'istituto di diritto romano</i> Vittorio Scialoja (Milano)
Digesto IV	=	<i>IV Digesto delle discipline privatistiche – sezione civile</i> (Torino)
ED	=	<i>Enciclopedia del diritto</i> (Milano)
Epigraphica	=	<i>Rivista italiana di epigrafia</i> (Milano)
HERMES	=	<i>Zeitschrift für klassische Philologie</i> (Berlin)
INDEX	=	<i>Quaderni camerti di studi romanistici – International survey of roman law</i> (Napoli)
Iura	=	<i>Rivista internazionale di diritto romano e antico</i> (Napoli)
LABEO	=	<i>LABEO – Rassegna di diritto romano</i> (Napoli)
MEFRA	=	<i>Mélanges de l'École Française de Rome</i> (Roma)
NDI	=	<i>Nuovo Digesto Italiano</i> (Torino)
NNDI	=	<i>Novissimo digesto italiano</i> (Torino)
NP	=	<i>Der Neue Pauly</i> (Stuttgart – Weimar)
Philologus	=	<i>Zeitschrift für antike Literatur und ihre Rezeption</i> (Berlin)
RE	=	<i>Paulys Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft</i>

		(Stuttgart)
RH	=	<i>Revue historique de droit français et étranger</i> (Paris)
RIDA	=	<i>Revue internationale des droits de l'antiquité</i> (Bruxelles)
RIDC	=	<i>Revue internationale de droit compare</i> (França)
RT	=	<i>Revista dos tribunais</i> (São Paulo)
SD	=	<i>Studia et documenta historiae et iuris</i> (Roma)
Sodalitas	=	<i>Scritti in Onore di Antonio Guarino</i> (Napoli)
SZ	=	<i>Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte</i> (Weimar)
ThLL	=	<i>Thesaurus Linguae Latinae</i> (Lipsae)
ZGRW	=	<i>Zeitschrift für geschichtlichen Rechtswissenschaft</i> (Berlin)
ZHR	=	<i>Zeitschrift für das gesamte Handelsrecht und Wirtschaftsrecht</i> (Stuttgart)

C) OUTRAS

cf.	=	confira, confronte, compare
col.	=	coluna
nt.	=	nota de rodapé
p. (pp.)		página(s)
supl.	=	suplemento
s.d.	=	sem data
v.g.	=	<i>verbi gratia</i> : por exemplo
[...]	=	parênteses quadrados ou colchetes: nas traduções em português, assinalam inserções elucidativas
/	=	barra: nas inscrições epigráficas, demarcam os limites de uma linha
(...)	=	parênteses: nas fontes epigráficas, indicam a reconstrução de uma palavra ou expressão

* * *

OBSERVAÇÕES METODOLÓGICAS GERAIS

A) CITAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Seguem-se as soluções gráficas do sistema franco-italiano, apresentadas, pormenorizadamente em E. C. SILVEIRA MARCHI, *Guia de Metodologia Jurídica – Teses, Monografias e Artigos*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2009, pp. 167-204.

Indicam-se os elementos essenciais da obra apenas na primeira vez em que se fizer referência a ela em nota de rodapé. Nas citações subsequentes, designa-se somente o título (e também do volume, em alguns casos) com a indicação, entre parênteses, da nota na qual consta a sua descrição completa.

Assim, v.g.: M. KASER, *Das römische Privatrecht*, cit. (nt. 4.I *supra*) = obra citada anteriormente, na nota 4 do capítulo I, com todos os dados necessários para sua correta identificação.

B) CITAÇÃO DAS FONTES LITERÁRIAS

Consultaram-se, em regra, para a reprodução dos trechos pertinentes, as edições *LOEB Classical Library*, *Les Belles Lettres* e *Teubner*, bem como as traduções por elas oferecidas.

C) TRADUÇÃO DAS FONTES JURÍDICAS

C.1) FONTES JURÍDICAS EM LATIM

Realizaram-se as traduções das fontes jurídicas romanas em português conforme os seguintes critérios: (a) buscou-se uma versão quanto mais possível literal; (b) mantiveram-se alguns termos em latim – v.g., os representantes processuais dos *collegia* (*actor*, *syndicus*) – já que a versão dessas não contribuiria em maior medida para a compreensão dos textos; (c) verificação das traduções em outras línguas, sejam gerais, sejam, em relação a um texto específico, propostas em manuais ou estudos monográficos*.

Das demais fontes latinas utilizadas (ditas «intermédias»), oferecem-se, em regra, versões livres em vernáculo, realizada com base nos dicionários e materiais de apoio.

* No que concerne às principais fontes jurídicas utilizadas com tradução nessa investigação:

(a) Digesto, *Codex* e Novelas: G. VIGNALLI, *Corpo del diritto – Digesto I-III*, Napoli, Pezzuti, 1856, ID, *ibid* IV-VII, Napoli, Morelli, 1857-1859; ID., *Corpo del diritto – Codice VIII-IX*, Napoli, Morelli, 1860-1861; I. L. GARCIA DEL CORRAL, *Cuerpo del derecho civil romano I-VI*, Barcelona, Molinas, 1889-1898; A. D'ORS *et al.*, *El Digesto de Justiniano I-III*, Pamplona, Aranzadi, 1968-1975; O. BEHRENDTS – R. KNÜTEL – B. KUPISCH – H. H. SEILER, *Corpus Iuris Civilis – Text und Übersetzung I-IV*, Heidelberg, Müller, 1997-2005; S. SCHIPANI (cur.), *Iustiniani Augusti Digesta seu Pandectae – Digesti o Pandette dell'Imperatore Giustiniano – Testo e traduzione I-IV*, Milano, Giuffrè, 2005-2011.

(b) Institutas (de Justiniano): além das obras já referidas em (a), A. CORREA – G. SCIASCIA, *Manual de direito romano II – Institutas de Gaio e de Justiniano vertidas para o português em confronto com o texto latino*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1955.

(c) Institutas de Gaio: J. A. SEGURADO E CAMPOS, *Instituições – Direito privado romano – Gaio*, Lisboa, Calouste Gulbenkian, 2010.

(d) Código Canônico: S. J. JESÚS HORTAL, *Código de direito canônico*, São Paulo, Loyola, 1983.

Dão-se, nessa sede, as obras de apoio empregadas para uma versão do texto latino em língua portuguesa, mencionando-se uma ou outra, ao longo do estudo, apenas quando houver alguma particularidade que justifique assinalar a divergência entre os tradutores, a fim de circunstanciar também a opção realizada.

Indicam-se, quando for o caso, as traduções verificadas, no local específico em que se transcrever e discutir o texto latino.

C.2) FONTES JURÍDICAS EM PORTUGUÊS

No que respeita às fontes jurídicas escritas em língua portuguesa (v.g., Ordenações do Reino de Portugal, Consolidação das Leis Cíveis, Esboço), optou-se por transcrevê-las tal como figuram nas edições utilizadas em cada caso, o que explica a atualização ortográfica em algumas reproduções e não em outras.

INTRODUÇÃO

As fontes jurídicas romanas apresentam como uma das características do Direito a sua estrita vinculação ao homem – Herm., 1 *iur. epit.*, D. 1, 5, 2. *Cum igitur hominum causa omne ius constitutum sit* (...) – tendo, portanto, a ordem jurídica por objetivo a regulação e a preservação dos interesses humanos.

Todavia, muitos destes interesses não podem ser satisfeitos mediante ações individuais, sendo necessária a união de esforços para o alcance de um objetivo comum, do que decorre o chamado fenômeno associativo. Desta forma, não poderiam as normas jurídicas ser alheias à associação de pessoas.

De fato, pois cada vez mais presentes na sociedade, era necessário disciplinar a atuação destes conjuntos de pessoas e viabilizar a consecução de finalidades duradouras, mediante a concessão de estabilidade a essas aglomerações, visto que o limite temporal de vida dos indivíduos que as compunham, no momento de sua formação, não era suficiente para que o objetivo almejado fosse alcançado.

Os sistemas jurídicos atuais, de forma geral, inseriram o fenômeno associativo no ordenamento por meio do conceito de «pessoa jurídica», pelo qual os entes coletivos são sujeitos de direito paralelamente às pessoas naturais e atuam, de forma independente de seus integrantes, no mundo jurídico.

Entretanto, a ideia de personalidade jurídica em geral e, sobretudo, a de personalidade jurídica atribuída a entes diversos do ser humano, é resultado de um longo percurso histórico, apresentando características sensivelmente diversas, no que concerne ao seu conteúdo e aos sujeitos aptos a recebê-la, com o passar dos tempos.

Sendo assim, pretende-se, neste estudo, observar como os entes associativos, hoje considerados de natureza privada, eram regulados na sociedade romana, quais eram as suas características, a sua “capacidade jurídica” e como as normas formuladas pelo Direito Romano contribuíram para a formação da concepção atual de pessoa jurídica.

Para isso, em primeiro lugar, será analisada a terminologia empregada pelas fontes romanas com referência aos entes coletivos, observando-se os níveis de abstração comportados pelos termos «*persona*», «*corpus*» e «*universitas*» e verificando-se a possibilidade de admitir-se, na linguagem jurídica, o destacamento dos entes coletivos – públicos ou privados – das pessoas que os compõem.

Definida a acepção destes termos, passa-se ao estudo das associações propriamente ditas, isto é, dos *collegia*, analisando-se os principais direitos a eles atribuídos, como o de propriedade, o de posse e de usufruto, o de manumissão e os direitos concernentes ao campo sucessório. Ademais, será observada a correlação do exercício destes direitos e a tutela processual.

O próximo passo será a observação da legislação concernente aos *collegia*, em especial, a análise da *lex Iulia de collegiis*, tida como um marco na evolução da história dos entes coletivos, pois teria sido o primeiro provimento a tratar do direito associativo em geral e a atribuir personalidade jurídica aos colégios, mediante o regime de “autorização estatal (pública)”¹.

Entretanto, para melhor compreensão deste provimento legislativo, mister é o estudo da legislação prévia em matéria associativa, visto que a regulamentação das corporações romanas, na maior parte das vezes, não continha apenas regras de direito civil, mas prescrições de natureza penal.

Desta forma, observa-se que a atuação dos *collegia* em matéria civil está atrelada à questão da liberdade de associação. Logo, no terceiro capítulo deste trabalho, será analisada a formação dos primeiros *collegia* na época da realeza, e as medidas que se seguiram: a lei das XII Tábuas, o senatus-consulta *de bacchanalibus*, o de 64 a.C., a *lex Clodia de collegiis*, o senatus-consulta de 56 a.C. e a *lex Licinia de sodaliciis*.

Neste contexto, revela-se a paulatina diferenciação entre o uso técnico dos termos «*collegium*» e «*sodalitas*», o que acarretará efeitos também na esfera civil.

Passa-se, então, ao estudo pormenorizado da *lex Iulia de collegiis*, analisando-se a sua origem e o seu conteúdo, sendo decorrência deste a classificação dos *collegia* em lícitos ou ilícitos e, por conseguinte, a concessão ou não de “personalidade jurídica”.

Mediante a conjugação do conteúdo da *lex Iulia de collegiis*, com a análise das faculdades atribuídas aos *collegia*, parece possível responder à questão de quais seriam os limites da responsabilidade patrimonial das corporações romanas, isto é, se lhes era conferida o que hoje denominamos “capacidade jurídica”, existindo, como uma de suas

¹ O termo «estado» e seus derivados serão utilizados ao longo deste trabalho, todavia, não na acepção de Estado moderno, isto é, na de “ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território”, visto que, como se sabe, a organização política romana era a de cidade-Estado, a qual passou por diversas configurações, mas numa concepção mais geral referente ao poder ou autoridade pública responsável pela manutenção da ordem social, optando-se pelo seu uso em letra minúscula. Cf. D. DE ABREU DALLARI, *Elementos de teoria geral do estado*, São Paulo, Saraiva, 2001, pp. 64-65 e 118 (definição transcrita de Estado), o qual também emprega a expressão «Estado Romano».

facetas, direitos e obrigações próprios das associações, destacados do de seus membros. Ademais, será possível observar em quais hipóteses seria conferida ou não esta capacidade.

Por fim, com base nas conclusões apresentadas, finalizar-se-á o presente trabalho com um panorama da legislação referente às pessoas jurídicas nos principais ordenamentos do sistema romano-germânico, incluindo-se o sistema canônico, para que seja possível verificar-se em que medida se deu a influência do Direito Romano, a despeito da ausência de uma teoria e de uma sistematização², na disciplina dos entes coletivos.

² Cf. v.g., A. HIRATA, *A pessoa jurídica nos documentos de direito societário do período neobabilônico*, in *O direito e o futuro da pessoa – Estudo em homenagem ao professor Antonio Junqueira de Azevedo*, São Paulo, Atlas, p. 43.

CAPÍTULO I – DAS COLETIVIDADES E SUA TERMINOLOGIA

1. Da aplicação do termo «*persona*» a entes coletivos

Sendo o direito relativo às pessoas, às coisas e às ações, e levando-se em consideração que as pessoas se subdividem em pessoas juridicamente independentes – *sui iuris* – e juridicamente não autônomas – *alieni iuris* – estas últimas dependentes das primeiras por estarem *in potestate*, *in manu* ou *in mancipio*¹, questiona-se a possibilidade de considerar como «*persona*» algum ente que não seja o ser humano².

A origem do vocábulo é ordinariamente relacionada à designação da máscara teatral grega, que representava um personagem o qual seria posteriormente confundido com o homem que o encarnava, realizando-se, pois, a ligação entre o termo «*persona*» e homem.

Todavia, segundo G. MAININO³, pode-se chegar a uma origem ainda mais remota em que o termo se referiria não à máscara teatral, mas à máscara funerária, que representava a imagem do defunto. Partindo-se desta origem, a sobreposição da ideia de *persona* à de homem dar-se-ia de maneira muito mais natural, uma vez que, neste caso, a *persona* era tida

¹ Cf. Gai. 1, 8. *Omne autem ius quo utimur, vel ad personas pertinet vel ad res vel ad actiones (...)*; Gai. 1, 48-49. *Sequitur de iure personarum alia divisio. Nam quaedam personae sui iuris sunt, quaedam alieno iuri subiectae sunt. Rursus earum personarum quae alieno iuri subiectae sunt, aliae in potestate, aliae in manu, aliae in mancipio sunt.*; I. 1, 2, 12. *Omne autem ius, quo utimur, vel ad personas pertinet vel ad res vel ad actiones. (...)* e I. 1, 3 pr. *Summa itaque divisio de iure personarum haec est quod omnes homines aut liberi sunt aut servi.*

² G. MAININO, *Dalla persona alla persona giuridica: La persona in Gaio e il caso delle 'istituzioni' alimentari nell'esperienza giuridica romana*, in *SD 70* (2004), pp. 487-492, sustenta que somente nos fragmentos das Institutas de Justiniano é que o termo «*persona*» seria utilizado no sentido de homem (concepção natural). As Institutas de Gaio, por sua vez, teriam utilizado o termo para se referir não ao homem em geral, pois, na época, poderia ter sido usado o termo «*homo*», mas a um sujeito dentro de um contexto abstrato. Somente deste modo é que faria sentido, na visão do autor, equiparar, nesta época, servos, mulheres e *patresfamilias* com um mesmo termo. Ressalta-se que não se estaria a falar, pois, de sujeito de direito, mas de um sujeito social. Esta concepção aproximar-se-ia de uma das definições de «*persona*» encontradas em H. HEUMANN – E. SECKEL, *Handlexikon zu den Quellen des römischen Rechts*, Graz, Druck, 1958, na qual o termo tem o significado de papel juridicamente desempenhado «(...) die Rolle, im Rechtsleben, die Parteirolle (...)». Contra, cf. B. ALBANESE, *Persona (storia) – Diritto romano*, in *ED XXXIII* (1983), p. 169, para quem o termo já seria utilizado no sentido técnico de homem em época clássica. Para A. BISCARDI, *Rappresentanza sostanziale e processuale dei 'collegia' in diritto romano*, in *Iura XXXI* (1980), pp. 2-3, o termo seria utilizado predominantemente no sentido de «homem», mas isso não significaria que o Direito Romano, em época clássica, não tivesse de lidar com o conceito de pessoa jurídica. Considerando «*persona*» somente relativo ao ser humano, cf. O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, III, Berlin, Weidmann, 1881, pp. 36-37 e 95.

³ Cf. *Dalla persona alla persona giuridica: La persona in Gaio e il caso delle 'istituzioni' alimentari nell'esperienza giuridica romana*, cit. (nt. 2 *supra*), pp. 484-486. Em A. WALDE – J. B. HOFMANN, *Lateinisches Etymologisches Wörterbuch*, Heidelberg, Winter, 1954, pp. 291-292, também se encontra a ligação de *persona* com a figura do *de cujus*.

como a continuação do próprio *de cuius*, ou seja, há uma ligação direta (e não por meio de um personagem, como na primeira interpretação), entre “homem” e *persona*.

Partindo-se deste pressuposto, observa-se que o termo «*persona*» é frequentemente encontrado nas fontes para qualificar a herança jacente, sobretudo, por meio de expressões como «*personae vice fungitur*», «*personae vice sustinet*» e outras delas derivadas:

Ulp. 4 *de cens.*, D. 41, 1, 34. *Hereditas enim non heredis personam, sed defuncti sustinet, ut multis argumentis iuris civilis comprobatum est.*

De fato, a herança exerce o papel não da pessoa do herdeiro, mas o do defunto, como foi comprovado por muitos argumentos de direito civil.

Paul. 15 *ad Plaut.*, D. 41, 3, 15 pr.. *Si is, qui pro emptore possidebat, ante usucapionem ab hostibus captus sit, videndum est, an heredi eius procedat usucapio: nam interruptitur usucapio, et si ipsi reverso non prodest, quemadmodum heredi eius proderit? Sed verum est eum in sua vita desisse possidere, ideoque nec postliminium ei prodest, ut videatur usucepisse. Quod si servus eius, qui in hostium potestate est, emerit, in pendenti esse usucapionem Iulianus ait: nam si dominus reversus fuerit, intellegi usucaptum: si ibi decesserit, dubitari, an per legem Corneliam ad successores eius pertineat. Marcellus posse plenius fictionem legis accipi. Quemadmodum enim postliminio reversus plus iuris habere potest in his, quae servi egerunt, quam his, quae per se vel per servum possidebat, cum ad hostes pervenit. Nam hereditatem in quibusdam vice personae fungi receptum est. Ideoque in successoribus locum non habere usucapionem.*

Se aquele que possuía como comprador fora capturado pelos inimigos antes da usucapião, deve ser observado, se a usucapião é estendida ao seu herdeiro: de fato, a usucapião é interrompida e se, tendo ele mesmo retornado não lhe aproveita [o tempo de usucapião], de que maneira se estenderá ao seu herdeiro? Mas é certo [que] aquele deixou de possuir em vida e, por isso, não lhe serve o *postliminium*, para que se considere [que] usucapiu. Mas se o servo daquele, que está sob o poder do inimigo, comprar [alguma coisa], diz Juliano que estará pendente a usucapião: efetivamente, se o dono tivesse retornado, entender-se-ia usucapido [o bem]; se então tivesse falecido, duvida-se, se pela lei Cornélia, aos sucessores dele pertenceria. Marcelo [diz] que deve ser aceita plenamente a ficção da lei, pois como, pelo *postliminium*, aquele que retorna pode ter mais direitos sobre aquilo que os servos administraram, do que sobre aquilo, que por si ou pelo servo possuía, quando foi capturado pelos inimigos? Assim, em alguns casos, foi aceito que a herança fizesse as vezes da pessoa. E, por isso, a respeito dos sucessores, não há usucapião.

I. 2, 14, 2. *Servus alienus post domini mortem recte heres instituitur, quia et cum hereditariis servis est testamenti factio: nondum enim adita hereditas personae vicem sustinet, non heredis futuri, sed defuncti, cum et eius qui in utero est servus recte heres instituitur.*

O servo alheio, após a morte do dono, é instituído herdeiro validamente, porque também o servo da herança tem capacidade testamentária: de fato, a herança ainda não aceita representa a pessoa, não do futuro herdeiro, mas a do defunto. E tal como [no caso] daquele que está no útero, é o servo validamente instituído herdeiro.

Pode-se observar que nestes fragmentos a herança jacente é tida como um prolongamento do próprio *de cuius*⁴, desempenhando o papel dele até que ocorra a sua aceitação, o que não significa dizer que a própria herança, enquanto não aceita, seja pessoa⁵, na acepção de sujeito de direito⁶.

Em fragmentos como D. 46, 1, 22, além da caracterização da herança jacente como *persona*, acrescenta-se o dado de que também outros entes coletivos «*personae vice fungitur*», como os municípios e as decúrias:

Flor. 8 *inst.*, D. 46, 1, 22. *Mortuo reo promittendi et ante aditam hereditatem fideiussor accipi potest, quia hereditas personae vice fungitur,*

Morto o devedor e, antes de aceita a herança, pode ser aceito fiador, porque a herança faz as vezes de uma pessoa, tal como o município, a decúria e a sociedade.

⁴ Outros fragmentos afirmam desempenhar a herança jacente o papel do *de cuius*, como Ulp. 18 *ad ed.*, D. 9, 2, 13, 2. *Si servus hereditarius occidatur, quaeritur, quis Aquilia agat, cum dominus nullus sit huius servi. Et ait Celsus legem domino damna salva esse voluisse: dominus ergo hereditas habebitur. Quare adita hereditate heres poterit experiri;* Pomp. 18 *ad Sab.*, D. 11, 1, 15 pr. *Si ante aditam hereditatem servum hereditarium meum esse respondeam, teneor, quia domini loco habetur hereditas;* Ulp. 71 *ad ed.*, D. 43, 24, 13, 5. (...) *Accedit his, quod hereditas dominae locum optinet.* (...) e Diocl. et Max., C. 4, 34, 9. *Cum hereditas personam dominae sustineat, ab hereditario servo, priusquam patri vestro successeritis, res commendatas secundum bonam fidem ab eius qui suscepit successoribus apud rectorem provinciae petere potestis.* (293). Cf. L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, München, Beck, 1933, p. 52, nt. 1.

⁵ Para V. SCIALOJA, *Corso di istituzioni di diritto romano*, Roma, Bondoni, 1912, pp.315-318, a herança jacente pode assumir três tipos de personalidade: a resultante do prolongamento da personalidade do *de cuius*; a personalidade daqueles que futuramente aceitarão a herança e, por fim, uma personalidade fictícia, tornando a herança jacente sujeito de direito e, portanto, uma pessoa jurídica, ainda que *sui generis*, pelo fato de não se enquadrar nem na categoria das associações nem na das fundações. Todavia, em época romana, não haveria como classificar a herança jacente como pessoa jurídica, já que seu surgimento não é oriundo de manifestação de vontade e ela não estabelece relações jurídicas, consistindo, pois, unicamente em um patrimônio reservado e preservado, cujos acréscimos e decréscimos são admitidos. Contra esta concepção cf. P. VOGLI, *Piccolo manuale di diritto romano*, v.1, Milano, Giuffrè, 1979, p. 258, para quem a herança jacente seria o único caso de fundação independente no direito romano.

⁶ De acordo com R. ORESTANO, *Il Problema delle persone giuridiche in diritto romano*, Torino, Giappichelli, 1968, pp. 09 e 77, a ideia de *persona* como sinônimo de capacidade jurídica só apareceria em época pós-clássica. Todavia, a noção de sujeito de direito é moderna e não pode ser aplicada ao direito romano, uma vez que nele não há a definição abstrata de sujeito de direito, mas a determinação de aspectos da capacidade jurídica em situações concretas.

*sicuti municipium et decuria et
societas.*

Apesar de chegar à conclusão de que este fragmento seria interpolado, afirma L. SCHNORR VON CAROLSFELD⁷, que não seria estranha aos clássicos a ideia de que uma pluralidade fosse tratada como um único homem e que os entes públicos fossem chamados de “pessoas”. Isso porque já em Cícero⁸ seria possível observar o uso do termo «*persona*» para designar os entes públicos:

de off., 1, 34, 124. (...). *Est igitur
proprium munus magistratus
intellegere se gerere personam
civitatis debereque eius dignitatem et
decus sustinere, servare leges, iura*

(...). Portanto, é próprio ao ofício do magistrado entender que ele representa a pessoa da cidade e [que] deve sustentar a sua dignidade e o seu decoro, velar pelas leis, determinar o direito [de cada um], lembrando-se

⁷ Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4 *supra*), pp. 52-53 e 57-58. Todavia, segundo o autor, o uso do termo «*persona*» para as *piae causae* e o conceito de «*personae vice fungitur*» seriam tardios. Neste contexto, o fragmento de Florentino seria interpolado não por utilizar o vocábulo «*persona*» relacionando-o aos municípios, decúrias e sociedades, mas por ser inorgânico.

⁸ *Marcus Tullius Cicero – Arpinum*, 3 de janeiro de 106 – 7 de dezembro de 43 a.C. – estudou filosofia e direito tanto em Roma quanto na Grécia. É exilado em 58 a.C. por ser um perigoso opositor aos grupos de Catilina e de Clodius. Retira-se da vida pública com a assunção do poder por César e, após sua morte, dirige-se contra Antônio, sendo, pelo sicário deste, assassinado o orador, cuja defesa da república romana era o maior objetivo. Todavia, seus discursos, pelos filósofos e filólogos foram severamente criticados, sobretudo, pela sua tendência à autoexaltação e frustração quanto ao objetivo de equilibrar as forças políticas da época e manter o sistema republicano, apesar do furor e da energia empregada para tanto. Seu primeiro discurso forense foi realizado em 81 a.C. – *pro Quintio* e seu primeiro cargo público foi o de *quaestor* – 73 a.C.. Em seguida, ocupou os cargos de *aedilis*, em 69 a.C., de *praetor*, em 66 a.C. e, finalmente, o de cônsul, em 63 a.C.. Cícero possui obras retóricas – *de inventione*, *de oratore*, *Brutus*, *Orator*, *Partitiones oratoriae*, *Topica* (também classificadas dentre os escritos filosóficos), *de optimo genere oratorum* – filosóficas – uma tradução de *oikonomikos*, *de republica*, *de legibus*, *Paradoxa*, *Consolatio* e *Hortensius* (obras perdidas), *Volumen prohoemionum*, *Academici libri*, *συμβουλευτικόν*, *σάλλογος πολιτικός*, *de finibus bonorum et malorum*, *Tusculanarum disputationum*, uma tradução de *Protagoras* e de *Timaeus*, *de natura deorum*, *de divinatione*, *de fato*, *cato maior de senectute*, *Laelius de amicitia*, *de gloria*, *Ἡροκλείδειον*, *de officiis*, *de virtutibus* – de oratória – *pro Quintio*, *de lege agraria contra Rullum*, *pro Caecina*, *in Catilinam*, *pro Flacco*, *post reditum in quirites*, *pro Cn. Plancio*, *pro Caelio*, *pro Milone*, *pro Fonteio*, *pro Ligario*, *pro Roscio Amerino*, *in Verrem*, *pro Cluentio*, *pro Murena*, *pro Archia*, *de domo sua*, *pro Sestio*, *de provinciis consularibus*, *in Pisonem*, *pro Rabirio Postumo*, *pro Deiotaro*, *pro Roscio Comodeo*, *de imperio Cn. Pompei*, *pro Rabirio Perduellionis Reo*, *pro Sulla*, *post reditum in senatu*, *de Haruspicio responsis*, *in Vatinius*, *pro Balbo*, *pro Scauro*, *pro Marcello*, *Philippics* – cartas – *ad familiares*, *ad Atticum*, *ad Quintum fratrem*, *ad M. Brutum*, *ad Octavium* e algumas cartas perdidas como *ad Cn. Pompeium*, *ad C. Caesarem*, *ad Caesarem iuniorem*, *ad C. Pansam*, *ad A. Hirtium*, *ad Q. Axiu*, *ad M. filium*, *ad Calvum*, *ad Corn. Nepotem*, *ad M. Titinium*, *ad Catonem*, *ad Caerelliam*, *ad C. Cassium Longinum*, *ad Hostilium*, algumas cartas gregas e ainda cinco fragmentos inominados – poemas (somente alguns fragmentos nos foram transmitidos) – *Halcyones*, *Pontius Glaucus*, *Uxorius*, *Nilus*, *Italia masta*, *Aratea*, *de consulatu suo*, *de temporibus suis*, *Marius*, *de expeditione Britannica*, algumas traduções de poemas gregos, *Limon* e epigramas – obras históricas (também de forma fragmentada) – *Anecdota*, uma obra sobre a morte de César – obras políticas e político-históricas – *de concordia*, uma sobre a morte de Tullia, cartas políticas para César, diálogos políticos segundo o modelo *Τριπολιτικός* – escritos especiais – *Laus Catonis*, *Laudatio a Porcia*, *Facete dicta* – e ainda alguns escritos geográficos. Cf. G. PERTICONE, *Cicerone Marco Tullio*, in *NNDI III* (1974), pp. 219-220 e K. BÜCHNER, *M. Tullius Cicero*, in *RE 7.1* (1939), cols. 827-1274.

describere, ea fidei suae commissa meminisse. (...)

[que] isso é confiado à sua autoridade. (...)

dom, 133. Quid diceret, o nefanda et perniciose labes civitatis? 'ades, Luculle, ades Servili, dum dedico domum Ciceronis, ut mihi praeestis postemque teneatis!' Es tu quidem cum audacia tum impudentia singulari, sed tibi tamen oculi, voltus, verba cecidissent, cum te viri, qui sua dignitate personam populi <Romani> atque auctoritatem imperii sustinerent, verbis gravissimis proterruissent, neque sibi fas esse dixissent furori interesse tuo atque in patriae parricidio exsultare.

Que dizias, ó detestável e pernicioso peste da cidade? 'Vem, Lúculo, vem, Servílio, enquanto consagro [aos deuses] a casa de Cícero, para que estejais diante de mim e tenhais as mãos na ombreira da porta!'. Tu és, seguramente, de uma singular audácia e imprudência, mas a ti, porém, sucumbiriam os olhos, a face e as palavras, quando os homens, que pela sua dignidade sustentavam a pessoa do *Populus Romanus* e a autoridade do estado, com palavras fortíssimas, te afugentassem, e dissessem não ser a eles lícito participar da tua fúria nem dar livre curso ao parricídio da pátria.

Todavia, apesar de se admitir o uso não jurídico do termo para indicar uma coletividade⁹, tem-se que não haveria, nas fontes jurídicas de época clássica, a equiparação entre, por exemplo, a herança jacente ou os municípios e a «*persona*», em posição paralela ao ser humano¹⁰.

Estes fragmentos jurídicos, considerados interpolados, apenas determinariam, de forma analógica¹¹, a aplicação das regras referentes às *personae* aos entes coletivos¹², sobretudo, por uma finalidade prática, isto é, a de facilitar o comércio, no caso dos entes públicos¹³, e a de não configurar a herança jacente como *res nullius*¹⁴.

⁹ Cf. P. CATALANO, *As raízes do problema da pessoa jurídica*, in *Revista de direito civil, imobiliário, agrário e empresarial* 73 (1995), p. 42; R. ORESTANO, *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, cit. (nt. 6 *supra*), p. 10; G. IMPALLOMINI, *Persona giuridica – diritto romano*, in *NNDI XII* (1965), p. 1029.

¹⁰ Cf. A. GUARINO, *Diritto privato romano*, 12ª ed., Napoli, Jovene, 2001, pp. 303-304, nt. 17.1; M. MARRONE, *Istituzioni di diritto romano*, Palermo, Palumbo, 2006, p. 270. Por outro lado, para A. CORREIA – G. SCIASCIA, *Manual de direito romano*, v.1, São Paulo, Saraiva, 1953, pp. 50-52, Justiniano admitiria como ente moral a herança jacente e o pecúlio, porém esses complexos patrimoniais unitários não deveriam ser vistos como sujeitos de direito, mas como objeto de relações jurídicas, da mesma forma que o patrimônio do falido e o dote.

¹¹ É possível encontrar analogia entre *homo* e *peculium* em Marc., 5 *reg.*, D. 15, 1, 40 pr. *Peculium nascitur crescit decrescit moritur, et ideo eleganter Papirius Fronto dicebat peculium simile esse homini*. «O pecúlio nasce, cresce, decresce, morre e, por isso, Papírio Fronto elegantemente dizia ser o pecúlio similar ao homem.»

¹² Cf. E. VOLTERRA, *Istituzioni di diritto privato romano*, Roma, La Sapienza, 1993, p.124; B. ELIACHEVITCH, *Personnalité juridique en droit privé romain*, Paris, Sirey, 1942, pp.330-331; M. BALESTRI FUMAGALLI, *Persone e famiglia nel diritto romano*, in *Digesto IV* 13 (1995), p. 457.

¹³ Cf. P. CATALANO, *As raízes do problema da pessoa jurídica*, cit. (nt. 9 *supra*), p. 47, para quem é dúbia a importância normativa desses fragmentos mesmo em época pós-clássica.

¹⁴ Cf. B. ELIACHEVITCH, *Personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12 *supra*), pp. 330 e 331. Para F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, v. 2, Berlin, Veit, 1840, pp. 365-366, realiza-se a

Somente com o Direito Canônico seria possível observar o uso do termo «*persona*» para qualificar, por meio de ficção, os entes coletivos¹⁵. Nota-se, nas Decretais do Papa Inocêncio IV, que o verbo utilizado não é o «*fungere*», como nas fontes romanas, mas «*figere*»¹⁶:

Aparattus in quinque libros decretalium (II, 20, 57, 5). (...) *Vel dic, quod autoritate huius decret. hodie licitum est omnibus collegiis per alium iurare, et hoc ideo, quia cum collegium in causa universitatis fingatur una persona, dignum est, quod per unum iurent, licet per se iurare possint, si velint.* (...)

(...). Além disso, diga-se, pela autoridade desta decretal, que hoje é lícito a todos os colégios prestar juramento por meio de alguém, e isto porque, fingendo-se ser o colégio uma pessoa, em litígio da universalidade, é justo que [os associados] por meio de um jurem. Permite-se [também] que possam prestar juramento por si mesmos, se assim desejarem [os membros do colégio]. (...)

Todavia, ainda na disciplina canônica, haveria limitações de natureza material¹⁷ aos entes coletivos, sendo a equiparação destes entes a pessoas, por meio de uma ficção de importância sobretudo processual¹⁸.

ficção de que a herança jacente seja ou uma pessoa independente ou o próprio *de cuius*, sendo que estas duas concepções não apresentariam diferenças substanciais e permitiriam saber quem seria o dono do patrimônio jacente.

¹⁵ E. GUARITA CARTAXO, *As pessoas jurídicas em suas origens romanas, evolução e conceito*, Curitiba, Paranaense, 1943, pp. 182-183.

¹⁶ O verbo «*fungere*» apresenta o significado de representar, desempenhar, realizar, aparecendo na expressão «*personam vice fungitur*» como «faz as vezes de uma pessoa» ou «representa a condição de uma pessoa». Já o verbo «*figere*» que tem como derivado «*ficticius*», significa formar, imaginar, simular, inventar, sendo a expressão «*fingatur una persona*» compatível com a tradução «finge-se ser uma pessoa». Há, portanto, apesar de sutil, diferença entre as duas concepções, sendo a segunda mais compatível com a interpretação de que um ente coletivo seria, por ficção, uma pessoa. Cf. A. WALDE – J. B. HOFMANN, *Lateinisches Etymologisches Wörterbuch*, cit. (nt. 3 *supra*), pp. 501-502.

¹⁷ Como em *Aparattus in quinque libros decretalium* (V, 39, 52, 1). (...) *istae speciales personae excommunicantur pro proprio delicto, universitas autem non potest excommunicari, quia impossibile est, quod universitas delinquat, quia universitas, sicut est capitulum, populus, gens, et huiusmodi nomina sunt iuris, et non personarum, ideo cadit in eam excommunicatio. Item in universitate sunt et pueri unius diei. Item eadem est universitas quae est tempore delicti, et quae futuro tempore, quo nullo modo deliquit: esset autem multum iniquum, quod huiusmodi qui nullo modo deliquit excommunicarentur.* (...) e (V, 39, 64, 3). (...) *quia capitulum, quod est nomen intellectuale, et res incorporalis, nihil facere potest, nisi per membra sua. (...) quia universitas bene potest habere libellum, et agere, et convenire per procuratorem suum, sed consensum alicuius facto praestare, pro aliquo suo membro, non potest, cum consensus corporis, nec corpus habeat* (...).

¹⁸ Cf. F. LIOTTA, 'Persona ficta'. *Spunti prodromici della teoria di Sinibaldo de' Fieschi nei glossatori civilisti*, in *Iuris Vincula – Studi in onore di Mario Talamanca*, v. IV, Napoli, Jovene, 2001, p. 539.

Desta forma, observa-se que uso do termo «*persona*» não colocou numa mesma posição, em época romana, as hoje chamadas pessoas físicas e jurídicas¹⁹. Ademais, o vocábulo não era utilizado, ordinariamente na linguagem jurídica, para designar os entes coletivos. Sua utilidade restringia-se a permitir a aplicação, por analogia, de regras concernentes ao homem, a entes diversos dele.

¹⁹ Algumas divergências podem ser observadas quanto ao uso das expressões «pessoa jurídica» e «ente moral». F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nota 14 *supra*), pp. 240-241, sustenta que a expressão «ente moral» é incorreta, pois não se contrapõe ao homem e sim àquilo que seja imoral. Além de não terem as pessoas jurídicas ligações com relações morais, são elas, como já aponta G. BESELER, *System des gemeinen deutschen Privatrechts*, v. 1, Leipzig, Weidmann, 1847, p. 349, meramente doutrinárias, utilizadas apenas para contrapor este instituto aos das pessoas físicas. Para A. GUARINO, *Diritto privato romano*, cit. (nt. 10 *supra*), p. 304, o uso das expressões «pessoa jurídica» e «pessoa moral» também seria incorreto, já que também as chamadas pessoas físicas seriam criação do ordenamento e, portanto, «jurídicas» neste sentido. A nomenclatura mais adequada seria a de «sujeito jurídico imaterial», sendo a propagação das expressões hoje utilizadas proveniente do Direito Canônico. Todavia, F. RUFFINI, *La classificazione delle persone giuridiche in Sinibaldo dei Fieschi (Innocenzo IV) ed in Federico Carlo di Savigny*, in *Scritti giuridici minori*, v. II, Milano, Giuffrè, 1936, p. 14, esclarece que a expressão «ente moral» é proveniente da designação da Igreja como «*corpus mysticum*», definição que, conforme P. AGOSTINO D'AVACK, *Trattato di diritto canonico – Introduzione sistematica generale*, Milano, Giuffrè, 1980, pp. 213, origina-se da ideia de que a Igreja seria a «*persona mystica Christi*», isto é, a Igreja ou se identificaria com Cristo ou estaria associada a ele, formando um único corpo do qual Cristo seria a cabeça. Há de se observar, portanto, que há, no Direito Canônico, uma diferença entre as expressões «pessoa moral» e «pessoa jurídica». A primeira refere-se somente às instituições ou aos fenômenos já existentes, cabendo ao ordenamento apenas reconhecê-los, como no caso da Igreja e da Sede Apostólica. Por sua vez, «pessoas jurídicas» são as instituições cuja existência depende do ordenamento. Sendo assim, o Código de Direito Canônico, mudando de orientação em relação ao Código de 1917, faz uso ordinário da expressão «pessoa jurídica» e, de maneira excepcional, emprega a denominação «pessoa moral». Cf. G. LO CASTRO, *Persona giuridica nel diritto canonico*, in *Digesto IV* 13 (1995), p. 422. Observa-se o uso desta nomenclatura no Can. 113. §1. *Catholica Ecclesia et Apostolica Sedes, moralis personae rationem habent ex ipsa ordinatione divina*. §2. *Sunt etiam in Ecclesia, praeter personas physicas, personae iuridicae, subiecta scilicet in iure canonico obligationum et iurium quae ipsarum indoli congruunt*. «§1. A Igreja Católica e a Sede Apostólica tem a natureza de pessoa moral derivada da própria ordenação divina. §2. Existem também na Igreja, além das pessoas físicas, pessoas jurídicas, evidentemente sujeitos, no direito canônico, de obrigações e de direitos os quais se colocam de acordo com sua própria índole.». Também na obra S. PUFENDORF é possível observar o emprego da expressão «pessoa moral», todavia, com um sentido completamente diverso, uma vez que não é utilizada para indicar, exclusivamente, os entes coletivos, compreendendo também as chamadas pessoas físicas. Para o jurista, o vocábulo «*moralis*» qualifica tudo o que pressupõe capacidade de discernimento e vontade humana, ou seja, os *entia moralia* designam os entes provenientes do intelecto e não das leis da natureza. Sendo assim, o próprio homem qualifica-se como «pessoa moral» quando considerado em seu aspecto de sujeito social. Logo, as pessoas morais dividem-se em simples – o ser humano – e compostas – os entes coletivos. Cf. *De jure naturae et gentium libri VIII*, 2ª ed., Francofurti ad Moenum, Sumptibus Knochii, 1684: I, 1, 3 (entes morais). *Exinde commodissime videmur entia moralia posse definire, quod sint modi quidam, rebus aut motibus physicis superadditi ab entibus intelligentibus, ad dirigendam potissimum et temperandam libertatem actuum hominis voluntariorum, et ad ordinem aliquem ac decorem vitae humanae conciliandum*; I, 5, 1 (ações morais). (...) *Sunt igitur actiones morales actiones hominis voluntariae cum imputatione suorum effectuum in vita communi spectatae. Voluntarias actiones vocamus illas, quae a voluntate hominis tanquam a causa libera ita dependent, ut citra ipsius determinationem, ab actibus ejusdem elicitis praevia cognitione intellectus profectam, non fierent; quaeque adeo, ut fiant vel non fiant, in facultate hominis est positum*; I, 1, 13 (pessoas morais coletivas). *Persona moralis composita constituitur, quando plura individua humana ita inter se uniuntur, ut quae vi istius unionis volunt aut agunt, pro una voluntate, unaque actione, non pro pluribus censeantur*. Interessante é observar, cf. W. FLUME, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts – Die juristische Person*, v. 1-2, Berlin, Springer, 1983, p. 1, que a expressão «pessoa jurídica» foi pela primeira vez empregada por G. HUGO, *Lehrbuch des Naturrechts als einer Philosophie des positiven Rechts, besonders des Privatrechts*, 4ª ed., Berlin, August Mylius, 1819, p. 382, nt. 3 – ao se referir aos arrendadores, no âmbito do direito feudal – e p. 521, nt. 3 – ao se referir à hierarquia no âmbito das cidades.

2. Do reconhecimento de situações coletivas como «corpus»

De acordo com R. ORESTANO²⁰, é necessário levar em consideração que, mesmo não tendo o Direito Romano reconhecido o instituto da pessoa jurídica como um sujeito de direito, observa-se que os juristas da época não seriam alheios aos problemas oriundos de situações unificadas²¹, referindo-se aos grupos não como sujeitos de direitos, mas como centros «*di riferimento di relazioni giuridiche*».

Segundo o autor²², uma das primeiras notícias acerca de situações unificadas é encontrada no fragmento do jurista Alfeno²³:

Alf., 6 dig., D. 5, 1, 76. *Proponebatur ex his iudicibus, qui in eandem rem dati essent, nonnullos causa audita excusatos esse inque eorum locum alios esse sumptos, et quaerebatur, singulorum iudicum mutatio eandem rem an aliud iudicium fecisset. Respondi, non modo si unus aut alter, sed et si omnes iudices mutati essent, tamen et rem eandem et iudicium idem quod antea fuisset permanere: neque in hoc solum evenire, ut partibus commutatis eadem res esse existimaretur, sed et in multis ceteris rebus: nam et legionem eandem haberi, ex qua multi decessissent, quorum in locum alii subiecti essent: et populum eundem hoc tempore putari qui abhinc centum annis fuissent, cum ex illis nemo nunc viveret: itemque navem, si adeo saepe refecta esset, ut nulla tabula eadem permaneret quae non nova fuisset,*

Fora apresentado [o caso] daqueles juízes, que tinham sido nomeados para uma mesma causa, [sendo que] alguns, ouvindo-a, escusaram-se, e, no lugar deles, outros foram escolhidos, e perguntou-se, se a mudança de cada juiz faria ser outra aquela causa ou aquele juízo. Respondi que não só se um ou outro, mas também se todos os juízes fossem mudados, tanto a causa como o juízo permaneceriam, contudo, os mesmos que tinham sido anteriormente: e não acontecia só neste caso que, com a mudança das partes, fosse considerada a coisa a mesma, mas também em muitas outras hipóteses: de fato, também é tida como a mesma legião, [aquela] da qual muitos viessem a morrer, sendo substituídos por outros no lugar daqueles. Também se considera hoje o mesmo povo os que há cem

²⁰ Cf. *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, cit. (nt. 6 *supra*), pp. 80-88 e 121-122. O autor ainda ressalta que não foram imputadas relações jurídicas a todas as situações unificadas, pois no caso da família, as relações concerniam somente ao *pater*.

²¹ No mesmo sentido, cf. M. BALESTRI FUMAGALLI, *Persone e famiglia nel diritto romano*, cit. (nt. 12 *supra*), p. 456.

²² Cf. *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, cit. (nt. 6 *supra*), p. 93.

²³ Publius Alfenus Varus, nascido em Cremona, exerceu o cargo de *Consul suffectus* nos anos de 715/39. Foi discípulo de *Servius Sulpicius Rufus*. Tem como obra os *Digesta*, dividido em quarenta livros, sendo parte deles utilizados diretamente no Digesto de Justiniano e parte mediante comentários do jurista Paulo. Sua obra é constituída por discussões de casos e por *responsa*, indicando estes últimos os pareceres tanto de Alfeno, como o de seu professor *Sulpicius Rufus*. Cf. P. KRUEGER, *Geschichte der Quellen und Litteratur des Römischen Rechts*, Leipzig, Duncker & Humblot, 1888, pp. 64-67 e JÖRS, *Alfenus Varus*, in RE 1.2 (1894), cols. 1472-1474.

nihilo minus eandem navem esse existimari. Quod si quis putaret partibus commutatis aliam rem fieri, fore ut ex eius ratione nos ipsi non idem essemus qui abhinc anno fuisset, propterea quod, ut philosophi dicerent, ex quibus particulis minimis consisteremus, hae cottidie ex nostro corpore decederent aliaeque extrinsecus in earum locum accederent. Quapropter cuius rei species eadem consisteret, rem quoque eandem esse existimari.

anos existiram, ainda que deles nenhum viva atualmente. E também, de nenhum modo seria considerado menos que o mesmo navio, um que de tal modo fosse frequentemente refeito, que nenhuma mesma tábuia permanecesse, que não fosse nova. Pois se alguém considerasse que, com a mudança das partes, se fizesse outra a coisa, sucederia que, por esta razão, nós mesmos não seríamos os mesmos que há um ano fomos, pois, como diziam os filósofos, daquelas mínimas partículas de que consistíamos, algumas, cotidianamente, do nosso corpo iriam embora e outras, de fora, no lugar daquelas sobreviriam. Por isso, consistindo a espécie daquela coisa a mesma, considera-se [que] também a coisa é a mesma.

Neste texto, o jurista apresentaria um ponto de vista material, no qual o conjunto, como o *populus*, a *legio* e, neste caso, também a *navis*, seria um todo não diverso dos seus elementos, mas idêntico a eles, renovando-se a medida em que seus componentes se renovam, caracterizando uma *res*, que somente pode ser tida como uma situação unificada pela possibilidade de seus elementos serem reunidos sob um mesmo *nomen*²⁴.

Sendo assim, uma primeira classificação para as situações unificadas seria a de *res ex distantibus*, a qual configuraria um conjunto cujos elementos podem ser colocados sob uma mesma denominação, conforme o fragmento de Pompônio²⁵:

²⁴ Cf. *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, cit. (nt. 6 *supra*), pp. 120, 127-129 e 136. O autor menciona outro fragmento de Alfeno para comprovar a sua conclusão: Alf., 3 *digest. Paul. epit.*, D. 33, 10, 6 pr. *Supellectilis eas esse res puto, quae ad usum communem patris familias paratae essent, quae nomen sui generis separatim non haberent: quare quae ad artificii genus aliquod pertinerent neque ad communem usum patris familias accommodatae essent, supellectilis non esse.*

²⁵ *Sextus Pomponius* foi professor de direito e é considerado como o jurista mais produtivo do séc. II. Seus primeiros escritos são da época de Adriano. Limitando-se ao estudo do direito privado, é de sua lavra a principal fonte para a análise da história da literatura jurídica antiga, a saber, o *liber singularis enchiridii*. Também é de sua autoria um *Enchiridium*, dividido em dois livros, 35/36 livros de comentários a Sabino, 39 livros de comentários a Quinto Múcio, um comentário ao edito, em 83 livros (todavia, há indícios de que a obra seja composta de, ao menos, 150 livros), 7 livros de comentários a *Plautio*, *Variae lectiones*, composta por, ao menos, 41 livros e *Epistulae*, em 20 livros. Cf. P. KRUEGER, *Geschichte der Quellen und Litteratur des Römischen Rechts*, cit. (nt. 23 *supra*), pp. 173-177.

Pomp., 30 *ad sab.*, D. 41, 3, 30 pr. (...). *Tria autem genera sunt corporum, unum, quod continetur uno spiritu et Graece continuum vocatur, ut homo tignum lapis et similia: alterum, quod ex contingentibus, hoc est pluribus inter se cohaerentibus constat, quod coniunctum vocatur, ut aedificium navis armarium: tertium, quod ex distantibus constat, ut corpora plura non soluta, sed uni nomini subiecta, veluti populus legio grex.* (...).

Porém, três são os gêneros de *corpus*: um, que é contido por um espírito e que é chamado em grego de contínuo, como o homem, uma viga, uma pedra e outras [coisas] similares. Outro, que consiste em [coisas] ligadas, isto é, em vários [elementos] entre si unidos, [e] que é chamado de conexo, como um edifício, um navio, um armário. O terceiro, que consiste em [coisas] separadas, como muitos corpos não ligados, mas sujeitos a um nome, tal como o povo, a legião, o rebanho.

Todavia, para L. SCHNORR VON CAROLSFELD, este fragmento, apesar de apresentar como *corpora*²⁶ tanto o *populus* quanto as legiões e o rebanho, não pode ser interpretado de maneira que se relacione o termo «*corpus*», nele utilizado, à designação de uma pluralidade de pessoas²⁷. Tratar-se-ia apenas de uma definição formal «*Formalbegriff lato sensu*» do que se considera uma *res ex distantibus*, sendo que o termo só apresentaria o significado de coletividade de pessoas «*Formalbegriff stricto sensu*» em outros fragmentos²⁸.

A ideia de *corpus ex distantibus* seria desenvolvida posteriormente, admitindo-se que este gênero de coisas pudesse ser desdobrado em *res corporales* e *res incorporeales*²⁹:

²⁶ Haveria, nesta concepção de «*corpus*», a influência da filosofia estóica. O fragmento de Pompônio demonstraria também que, ao tempo de Gaio, o termo já era utilizado, não perdendo sua utilidade, mesmo na época de Justiniano. Outros fragmentos também tratariam dos *corpora ex distantibus*, como I. 2, 20, 18. *Si grex legatus fuerit posteaque ad unam ovem pervenerit, quod superfuerit vindicari potest. Grege autem legato etiam eas oves, quae post testamentum factum gregi adiciuntur, legato cedere Iulianus ait: esse enim gregis unum corpus ex distantibus capitibus, sicuti aedium unum corpus est ex cohaerentibus lapidibus* (...) e Paul., 21 *ad ed.*, D. 6, 1, 23, 5. (...) *At in his corporibus, quae ex distantibus corporibus essent, constat singulas partes retinere suam propriam speciem, ut singuli homines, singulae oves: ideoque posse me gregem vindicare, quamvis aries tuus sit immixtus, sed et te arietem vindicare posse. Quod non idem in cohaerentibus corporibus eveniret: nam si statuæ meae brachium alienae statuæ addideris, non posse dici brachium tuum esse, quia tota statua uno spiritu continetur.* Cf. A. GROTEN, *Corpus und Universitas – Römisches Körperschafts- und Gesellschaftsrecht: zwischen griechischer Philosophie und römischer Politik*, Tübingen, Mohr, 2015, pp. 74-76.

²⁷ R. ORESTANO, *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, cit. (nt. 6 *supra*), pp. 133-136, admite a dificuldade de colocar na mesma posição os *corpora* físicos - o primeiro e segundo tipos de *corpus* elencados por Pompônio - e os *corpora ex distantibus*, aliado ao fato de que considerar o termo «*corpus*» como equivalente a «*res*» traria problemas como o de considerar homens livres como objetos de direito, já que neste conceito estaria incluído o *populus*. Entretanto, considera que ao se tratar de situações unificadas, por não haver referência direta ao homem livre, poderiam ser os *corpora ex distantibus* serem concebidos como *res*.

²⁸ Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4 *supra*), p. 147. Para K. OLIVECRONA, “*Corpus*” and “*Collegium*” in D. 3, 4, 1, in *IURA* 5 (1954), pp. 183-184, a ideia de *corpus collegii* refere-se aos *corpora ex distantibus* em época clássica, não havendo de se falar que, em período tardio, a expressão se referisse a uma pessoa ficta.

²⁹ Cf. R. ORESTANO, *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, cit. (nt. 6 *supra*), pp. 146-147. O autor aponta, ainda, que Cícero já empregava, com outros termos, esta distinção, em Top. 5, 27. *Esse ea dico quae cerni tangere possunt, ut fundum aedes, parietem stillicidium, mancipium pecudem, supellectilem penus*

Gai. 2, 12-14. *Quaedam praeterea res corporales sunt, quaedam incorporeales.* 13. *Corporales hae sunt quae tangi possunt, velut fundus homo vestis aurum argentum et denique aliae res innumerabiles.* 14. *Incorporeales sunt quae tangi non possunt, qualia sunt ea quae iure consistunt, sicut hereditas, ususfructus, obligationes quoquo modo contractae.* (...).

Além disso, algumas coisas são corpóreas, algumas incorpóreas. 13. Corpóreas são aquelas que podem ser tocadas, como um terreno, um homem, as vestes, o ouro, a prata e, em suma, outras coisas inumeráveis. 14. Incorpóreas são aquelas que não podem ser tocadas, tal como são aquelas que consistem em um direito, como a herança, o usufruto, as obrigações por qualquer modo contraídas. (...).

Entretanto, ressalta R. ORESTANO que a expressão «*quae iure consistunt*» não deveria ser entendida no sentido de que as coisas incorpóreas seriam direitos ou relações jurídicas, mas que incorpóreas seriam as coisas cuja existência tivesse fundamento no direito, isto é, tratar-se-ia de realidades não materiais, mas jurídicas³⁰.

Desta forma, com o desenvolvimento da noção de *res incorporeales*, dar-se-ia um primeiro passo rumo a uma concepção abstrata das coletividades.

E. ALBERTARIO conclui que, em época clássica, o termo «*corpus*» era utilizado como sinônimo de coletividade e não como algo contraposto aos elementos que integram o conjunto, o que só ocorreria em período posterior³¹.

et cetera; quo ex genere quaedam interdum vobis definienda sunt. Non esse rursus ea dico quae tangi demonstrare non possunt, cerni tamen animo atque intellegi possunt, ut si usus capionem, si tutelam, si gentem, si agnationem definias, quarum rerum nullum subest quasi corpus, est tamen quaedam conformatio insignita et impressa intellegentia, quam notionem voco. Ea saepe in argumentando definitione explicanda est.

³⁰ Cf. *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, cit. (nt. 6 *supra*), pp. 151-152. Essa concepção culminaria, para o autor – cf. pp. 154-157, nt. 102 –, no tratamento da herança como uma *res incorporeales* que não se confundiria com seus elementos, presente em Pap., 6 *quaest.*, D. 5, 3, 50 pr. *Hereditas etiam sine ullo corpore iuris intellectum habet.* Tal fragmento contrasta-se com uma aceção mais antiga, existente em Ulp., 39 *ad ed.*, D. 37, 1, 3, 1. *Hereditatis autem bonorumve possessio, ut Labeo scribit, non uti rerum possessio accipienda est: est enim iuris magis quam corporis possessio. Denique etsi nihil corporale est in hereditate, attamen recte eius bonorum possessionem adgnitam Labeo ait.*, considerando-se como interpolada a expressão «*est enim iuris magis quam corporis possessio*». Segundo G. PUGLIESE, *Res corporales, res incorporeales e il problema del diritto soggettivo*, in *Scritti giuridici scelti III*, Napoli, Jovene, 1985, pp. 249-250, na divisão proposta por Gaio, estariam sob a categoria de *res incorporeales* os direitos de conteúdo patrimonial, excluindo-se aqueles referentes ao *status* de pessoa ou direitos relacionados à família. Entretanto, esta classificação seria pouco presente nas fontes.

³¹ Cf. *Corpus e universitas nella designazione della persona giuridica*, in *Studi di diritto romano*, v.1, Milano, Giuffrè, 1933, pp. 99-102. O autor baseia-se em Pomp. *l.s. ench.*, D. 1, 2, 2, 25. «*et plebs contenderet cum patribus et vellet ex suo quoque corpore consules creare et patres recusarent*»; Pomp., *l.s. ench.*, D. 1, 2, 2, 26. «*Deinde cum placuisset creari etiam ex plebe consules, coeperunt ex utroque corpore constitui*»; Ulp., 11 *ad ed.*, D. 4, 2, 9, 1. «*et ideo sive singularis sit persona, quae metum intulit, vel populus vel curia vel collegium vel corpus, huic edicto locus erit.*»; Ulp., 46 *ad ed.*, D. 50, 16, 195, 2. «*Familiae appellatio refertur et ad corporis cuiusdam significationem*»; Ulp., 46 *ad ed.*, D. 50 16, 195, 3. «*Sed ibi non omnes servi, sed corpus quoddam servorum demonstratur*». Contra, cf. P. CATALANO, *As raízes do problema da pessoa jurídica*, cit. (nt. 9 *supra*), pp. 44-45, para quem não haveria uma abstração completa deste termo.

Analisando o conceito de «*corpus*», não em relação ao maior ou menor grau de abstração que ele comporta, mas em relação ao seu uso direcionado a um agrupamento de pessoas, questiona-se se poderia ser ele considerado como sinônimo de «*collegium*».

De acordo com A. GROTEN³², é possível observar o uso indiscriminado dos dois termos como sinônimos na linguagem não jurídica, isto é, em fontes não produzidas por juristas, mas em documentos como a *lex collegii*.

Por sua vez, L. CRACCO RUGGINI³³ afirma que a partir do final do séc. III, o termo «*corpus*» passa a prevalecer na linguagem jurídica em relação ao termo «*collegium*», todavia, ainda seria possível observar o uso das duas palavras como sinônimas em fontes como CTh. 14, 8, 1³⁴:

CTh. 14, 8, 1. (315). *Ad omnes iudices litteras dare tuam convenit gravitatem, ut, in quibuscumque oppidis dendrofori fuerint, centonariorum adque fabrorum collegiis adnectantur, quoniam haec corpora frequentia hominum multiplicari expediet.*

À tua seriedade foi conveniente enviar cartas a todos os juízes, para que em quaisquer cidades existissem carpinteiros, [que] seriam anexados aos colégios dos *centonarii*³⁵ e dos operários, pois é conveniente que estes corpos sejam multiplicados por um grande número de homens.

³² Cf. *Corpus und Universitas – Römisches Körperschafts- und Gesellschaftsrecht: zwischen griechischer Philosophie und römischer Politik*, cit. (nt. 26 *supra*), pp. 190-192, citando o estatuto do *collegium salutare Dianae et Antinoi*. Cf. C.I.L. VI, 33885. De acordo com F. DE ROBERTIS, *Il diritto associativo romano*, Bari, Laterza & Figli, 1938, pp. 17-19, «*corpus*» e «*collegium*» teriam o mesmo significado no direito clássico, todavia, nos séculos IV e V, haveria se difundindo o termo «*corpus*» em Roma e em Bizâncio, utilizando-se, nas demais regiões do império, o termo «*collegium*».

³³ Cf. *Collegium e corpus: La politica economica nella legislazione e nella prassi*, in *Istituzioni giuridiche e realtà politiche nel tardo impero – III-V sec. d.C.*, Milano, Giuffrè, 1976, pp. 85-89. A autora afirma que até a primeira metade do séc. II, é possível encontrar nas fontes os termos «*collegium*» e «*sodalitium*», a partir deste período, os termos «*corpus*» e «*collegium*» seriam mais presentes como sinônimos nas fontes epigráficas.

³⁴ Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4 *supra*), pp. 158-159. Em relação aos colégios obrigatórios, cf. *Teod. et Valent.*, C. 11, 8, 13. (426). Para o autor, o termo «*corpus*» teria o mesmo significado de «*societas*» em *Arc. et Hon.*, C. 3, 23, 1. (397). *Si quis vel curiae vel officiis iudicum aut aliis quibuscumque corporibus obnoxius intra provinciam ab his erit quos aufugerat comprehensus, non expectata eius iudicis notione, sub quo per ambitum coeperat militare, penitusque emendicati honoris praescriptione submota ab iudice, qui in locis aditus fuerit, audiatur manifestarumque rerum probatione convictus eorum societati quos declinaverat adgregetur*. Todavia, neste fragmento, o uso do termo «*societas*» claramente não está empregado em seu sentido ordinário de contrato de sociedade, o qual não apresenta as mesmas características de um *collegium*. A. PERNICE, admite o uso do termo «*corpus*» de maneira técnica com o significado de associação voluntária. Cf. *Marcus Antistius Labeo – Das römische Privatrecht im ersten Jahrhundert der Kaiserzeit*, I, Halle, Waisernhauses, 1873, p. 289. No mesmo sentido, F. DE VISSCHER, *La notion du “corpus” et le regime des associations privées à Rome*, in *Scritti in onore di Contardo Ferrini pubblicati in occasione della sua beatificazione* 4, Milano, Vita e Pensiero, 1949, p. 51. Contra, cf. M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, Berlin, Weidmann, 1873, pp. 4-5.

³⁵ Tratar-se-ia do colégio dos bombeiros voluntários. Cf. A. BERGER, *Encyclopedic Dictionary of Roman Law*, Philadelphia, The American Philosophical Society, 1991, pp. 386 e 466, o qual afirma que este colégio geralmente estava reunido com o colégio dos *fabri*.

A utilização sinonímica também seria observada em expressões como «*corpus pistorum*», «*corpus naviculariorum*» sempre que o termo «*corpus*» fosse adjetivado com a atividade do *collegium*³⁶.

Todavia, este não seria o único uso do termo «*corpus*» em relação aos entes coletivos. Ele poderia também se apresentar como gênero, do qual os *collegia* seriam a espécie³⁷.

Por fim, em Gai. 3 *ad ed. provinc.*, D. 3, 4, 1, pr.³⁸, encontramos a seguinte frase: «*Neque societas neque collegium neque huiusmodi corpus passim omnibus habere conceditur*», na qual se discute o significado de «*corpus habere*»³⁹.

³⁶ Cf. F. DE VISSCHER, *La notion du "corpus" et le regime des associations privées à Rome*, cit. (nt. 34 *supra*), pp. 47-49. Para o autor, «*corpus*» seria utilizado no período clássico para identificar uma unidade, seja ela simples, composta ou universal. Já uso do termo como sinônimo de «*collegium*» seria tardio, encontrando-se nas fontes epigráficas e também em Call., 4 *cogn.*, D. 27, 1, 17, 2 «*qui in corporibus sunt veluti fabrorum*»; Call., 1 *cogn.*, D. 50, 6, 6, 6. «*corpore naviculariorum*»; Call., 1 *cogn.*, D. 50, 6, 6, 12. «*fabrorum corpus*» e em *Const. C.* 6, 62, 1. (326). «*corpus naviculariorum*», restringindo-se aos colégios profissionais. Cf. R. ORESTANO, *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, cit. (nt. 6 *supra*), p. 173. No mesmo sentido, K. OLIVECRONA, «*Corpus*» and «*Collegium*» in D. 3, 4, 1, cit. (nt. 28 *supra*), p. 185, o qual acrescenta o fragmento Ulp., 3 *fideic.*, D. 36, 1, 1, 15, com a expressão «*collegium vel corpus*». O autor ainda afirma que a partir do momento em que «*corpus*» assume o significado de entidade, não se faz mais preciso o acréscimo de um genitivo representando a atividade, assumindo o termo, a partir de então, o sentido de associação.

³⁷ Cf. B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12 *supra*), p. 203; K. OLIVECRONA, «*Corpus*» and «*Collegium*» in D. 3, 4, 1, cit. (nt. 28 *supra*), p. 185, que dá como exemplos desta aplicação os fragmentos Ulp., 24 *ad ed.*, D. 10, 4, 7, 3. «*idem et in collegiis ceterisque corporibus dicendum erit*» e Marc., 2 *iud. publ.*, D. 47, 22, 3, 1. «*collegium vel quodcumque tale corpus*»; M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34 *supra*), p. 5; L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4 *supra*), pp. 148-149 que também indica Marc., 2 *iud. public.*, D. 47, 22, 3, 2. «*Servos quoque licet in collegio tenuiorum recipi volentibus dominis, ut curatores horum corporum sciant*»; e admite ser provável esta acepção em Maec., 16 *fideic.*, D. 40, 5, 36, 2. «*vel civitatis vel corporis vel officii*» e em Ulp., 8 *off. procon.*, D. 48, 18, 1, 7. «*Idemque in ceteris servis corporum dicendum est: nec enim plurium servus videtur, sed corporis*».

³⁸ O fragmento completo será reproduzido no capítulo IV, item 4.1.

³⁹ Referindo-se ao fragmento seguinte, Gai. 3 *ad ed. provinc.*, D. 3, 4, 1, 1, E. ALBERTARIO, *Corpus e universitas nella designazione della persona giuridica*, cit. (nt. 31 *supra*), pp. 101 e 103-104, sustenta que em «*Quibus autem permissum est corpus habere collegii*», o termo «*corpus*» seria interpolado, uma vez que, no período clássico, «*corpus*» e «*collegium*» eram utilizados como sinônimos, logo admitir que «*corpus habere collegii*» designasse uma unidade diversa dos membros que compõem o *collegium* seria uma conclusão possível somente na época pós-clássica. Para o autor, o termo «*corpus*» sempre que adicionado ao lado de «*collegium*» é fruto de interpolação, com o fito de ressaltar a existência de uma unidade distinta da coletividade. O mesmo dar-se-ia com a contraposição entre «*corpus*» e «*municipium*» em Ulp., 26 *ad ed.*, D. 12, 2, 34, 1. «*Defensor municipum vel cuiusvis corporis iusiurandum deferre potest*» e em Ulp., 39 *ad ed.*, D. 37, 1, 3, 4. «*A municipibus et societatibus et decuriis et corporibus bonorum possessio adgnosci potest*», o qual faria referência, originariamente, apenas a «*municipibus*». M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34 *supra*), pp. 7-8, afirma que em «*corpus habere*» há a permissão para constituir associações e não pode ser interpretado no sentido de pessoa jurídica. No mesmo sentido, cf. L. CRACCO RUGGINI, *Collegium e corpus: La politica economica nella legislazione e nella prassi*, cit. (nt. 33 *supra*), p. 89; A. GROTEN, *Corpus und Universitas – Römisches Körperschafts- und Gesellschaftsrecht: zwischen griechischer Philosophie und römischer Politik*, cit. (nt. 26 *supra*), pp. 158-162. Contra, admitindo em D. 3, 4, 1, 1 que «*corpus*» designasse uma pessoa jurídica, cf. L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, I, Leipzig, Duncker & Humblot, 1908, p. 394.

De acordo com F. DE VISSCHER⁴⁰, nesta frase, que seria interpolada⁴¹, os conceitos de «*corpus*», «*societas*» e «*collegium*» seriam enumerados numa mesma categoria, já que coordenados pela partícula «*neque*». Todavia, «*corpus*» apresentaria uma ideia de unidade, referindo-se a um benefício concedido aos *collegia*, qual seja, o de ter bens comuns submetidos a uma condição especial de unidade oponível a terceiros.

K. OLIVECRONA⁴², por sua vez, sustenta que os três conceitos não podem ser coordenados, fazendo o fragmento referência somente aos *collegia*, visto que o regime das sociedades era diverso, sendo apenas a algumas delas concedido certos benefícios concernentes às associações. Desta forma, o conceito de «*corpus*» faria referência originariamente à ideia de *corpus collegii* que nada mais seria do que um dos tipos de *corpora ex distantibus*⁴³.

Cremos ser mais acertada, no entanto, a concepção de L. SCHNORR VON CAROLSFELD⁴⁴, para quem «*corpus*» seria utilizado no sentido de associação de homens que formariam um organismo, isto é, uma unidade⁴⁵.

É possível observar, portanto, que o termo «*corpus*» não foi utilizado com um sentido unívoco pelos juristas, referindo-se tanto a um conjunto de coisas, como a um conjunto de pessoas, apresentando, no último caso, graus diversos de abstração com o passar do tempo. Ademais, fora empregado ora como um termo genérico, ora como sinônimo de um conjunto de pessoas específico, isto é, dos *collegia*⁴⁶.

⁴⁰ Cf. *La notion du "corpus" et le regime des associations privées à Rome*, cit. (nt. 34 *supra*), pp. 44-50.

⁴¹ Cf. L. CRACCO RUGGINI, *Collegium e corpus: La politica economica nella legislazione e nella prassi*, cit. (nt. 33 *supra*), p. 91.

⁴² Cf. "*Corpus*" and "*Collegium*" in *D. 3, 4, 1*, cit. (nt. 28 *supra*), pp. 186-190.

⁴³ L. CRACCO RUGGINI, *Collegium e corpus: La politica economica nella legislazione e nella prassi*, cit. (nt. 33 *supra*), p. 91, chega à conclusão de que *corpus* deveria ser entendido neste fragmento como associação em sentido lato, compreendendo-se neste conceito, tanto os *collegia* como as *societates*.

⁴⁴ Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4 *supra*), pp. 152-154. O autor esclarece que é possível observar o uso simultâneo de «*corpus*» como um «*Formalbegriff stricto sensu*» e como um «*Inhaltsbegriff*» que indicaria associações de natureza privada.

⁴⁵ No mesmo sentido, admitindo o significado do termo como unidade, cf. A. GROTEN, *Corpus und Universitas – Römisches Körperschafts- und Gesellschaftsrecht: zwischen griechischer Philosophie und römischer Politik*, cit. (nt. 26 *supra*), pp. 154-158; A. SANTOS JUSTO, *Direito privado romano – Parte geral*, v. 1, Coimbra, Coimbra, 2000, p. 152; R. LEONHARD, *Corpus*, in *RE* 4.2 (1901), col. 1645, que cita como exemplo *Frag. Vat. 158 «in decuria vel corpore»* e 235 «*neque decuriales neque qui in ceteris corporibus sunt*» Para J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident*, t. 1, Louvain, Peeters, 1895, pp. 340-341, o sentido técnico de «*corpus*» seria o de colégio autorizado, reconhecido como organismo público dotado de personalidade.

⁴⁶ Para L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4 *supra*), pp. 175-176, o termo «*corpus*» pode assumir três significados: o de grupo de pessoas, excluindo-se o Estado e os municípios «*Inhaltsbegriff*»; o de organização, incluindo-se todos os grupos de pessoas de direito público «*Formalbegriff*» e o de corporação, isto é, o de *collegium*, sendo este último o sentido técnico do termo. K. OLIVECRONA, "*Corpus*" and "*Collegium*" in *D. 3, 4, 1*, cit. (nt. 28 *supra*), p. 186, também admite mais de um significado para o vocábulo: o de conceito

3. Da concepção abstrata de «universitas»

O conceito de «universitas» é apresentado por R. ORESTANO⁴⁷ como uma terceira fase de desmaterialização das situações unificadas, surgindo com o sentido de unidade contraposta aos elementos que a compõem a partir da metade do século II, sendo posterior à divisão entre *res corporales* e *res incorporales*.

Observa-se que Gaio⁴⁸, em D. 3, 4, pr.-1, faz uso das expressões «huiusmodi corpus» e «corpus habere», todavia, no terceiro parágrafo do fragmento, o conceito de «corpus» é substituído pelo de «universitas»:

Gai., 3 ad ed. provin., D. 3, 4, 1, 3. *Et si extraneus defendere velit universitatem, permittit proconsul, sicut in privatorum defensionibus observatur, quia eo modo melior condicio universitatis fit.*

E se um estranho quiser defender a universalidade, permite o procônsul, tal como é observado nas defesas dos privados, porque deste modo a situação da universalidade torna-se melhor.

coordenado ao de *collegium*, o de sinônimo de *collegium*, o de conceito genérico de associação de pessoas e os derivados das expressões «corpus collegii» e «corpus fabrorum».

⁴⁷ Cf. *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, cit. (nt. 6 supra), pp. 163-165.

⁴⁸ Jurisconsulto do séc. II, cujas várias tentativas de identificá-lo com o também jurista *Gaius Cassius Longinus*, não encontraram suficiente respaldo. Poucas são as informações sobre a sua vida. Uma das peculiaridades é o fato de que se desconhece o seu nome gentílico, o que, em contraste com a fama que assume na posteridade, é denominado por G. PUGLIESE como o *paradoxo de Gaio*. Existe a suspeita de que ele seja proveniente do oeste grego do império, podendo ser originada deste fato a sua familiaridade com a língua grega. Seu foco é o estudo do direito privado, tendo como modelo Pompônio e filiando-se à escola sabiniana. Tem uma obra vasta – com 521 fragmentos seus presentes no Digesto –, a qual, por vezes, não apresenta muita profundidade e originalidade, sendo baseada mais na dogmática do que na casuística. São de sua lavra: *Institutionum commentarii quattuor* (feitas em parte durante a vida do imperador *Antoninus Pius*), seis livros de comentários à lei das XII Tábuas, um comentário aos *libri ex Q. Mucio*, um comentário *ad edictum praetoris urbani* ou *urbicum*, um comentário em trinta livros *ad edictum provinciale*, dois livros *ad edictum aedilium curulium*, quinze livros *ad legem Iuliam et Papiam*, três livros *de stipulationibus*, três livros *de manumissionibus*, dois *de fideicommissis*, duas edições de *regulae*, alguns *libri singulares dotacionis*, comentários sobre senatus-consultos Tertuliano e Orficiano (seu último escrito, de 178), sobre a *lex Glitina*, sobre a *formula hypothecaria*, sobre os fideicomissos tácitos, um *de casibus* e três ou sete livros *rerum cottidianarum sive aureorum*. As suas Institutas são a obra mais famosa, que se tornam o modelo para o ensino jurídico, sobretudo, a partir do século III, e são a base para a formulação das Institutas de Justiniano. Além disso, são frequentemente utilizadas como base de comprovação do classicismo de vários institutos e fragmentos, apesar de se afirmar que não seria Gaio um escritor com as características dos seus contemporâneos e que nem seria ele propriamente um jurista, visto que sua atividade principal era o ensino do direito e não a resolução de casos práticos com a consequente emissão de *responsa*. Teve sua fama aumentada por ser um dos cinco juristas compreendido na famosa *lei das citações*, e, na época de Justiniano, é repetidamente mencionado como *Gaius noster*. Apesar disso, não foi tão célebre entre os seus contemporâneos, cujo resultado foi a ausência de um *ius respondendi*, e de citações por parte dos juristas durante a sua vida, sendo considerado o fragmento de Pompônio 22 ad Q. Muc., D. 45,3,39, o qual utiliza a expressão «*quod Gaius noster dixit*», interpolado. Cf. R. ORESTANO, *Gaio*, in *NNDI VII* (1968), pp. 732-734; KÜBLER, *Gaius*, in *RE* 7.1 (1910), cols. 489-508; G. PUGLIESE, *Gaio e la formazione del giurista*, in *Il modello di Gaio nella formazione del giurista – Atti del convegno torinese in onore del Prof. Silvio Romano*, Milano, Giuffrè, 1981, pp.1-25.

As suspeitas de interpolação no fragmento são afastadas por A. GROTEN⁴⁹, tendo em vista que o termo «*universitas*» também é utilizado por Gaio em suas *Institutas*:

Gai. 2, 11. *Quae publica sunt, nullius videntur in bonis esse; ipsius enim universitatis esse creduntur. Privatae sunt quae singulorum hominum sunt.*

São consideradas públicas aquelas [coisas que não] estão nos bens de ninguém; de fato, elas são tidas como da universalidade. Privadas são aquelas que são dos homens singulares.

O autor observa que as «*universitates*» mencionadas por Gaio estariam relacionadas às *res publicae*⁵⁰, logo, nos dois fragmentos, apenas os entes coletivos de natureza pública estariam contidos no conceito de «*universitas*». Esta relação entre «*universitas*» e entes coletivos públicos valeria por todo o período clássico⁵¹.

Outros fragmentos também comprovariam a natureza pública do termo, como o seguinte passo de Pompônio, que apresenta uma das primeiras acepções do termo aplicada às *civitates*⁵²:

⁴⁹ Cf. *Corpus und Universitas – Römisches Körperschafts- und Gesellschaftsrecht: zwischen griechischer Philosophie und römischer Politik*, cit. (nt. 26 *supra*), pp.35-36. Este fragmento também aparece em Gai. 2 *inst.*, D. 1, 8, 1 pr. (...) *Hae autem res, quae humani iuris sunt, aut publicae aut privatae. Quae publicae sunt, nullius in bonis esse creduntur, ipsius enim universitatis esse creduntur: privatae autem sunt, quae singulorum sunt.* Contra, cf. L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4 *supra*), pp. 136-137, para quem o termo «*universitas*» é sempre fruto de interpolação no título D. 3, 4. «*Quod cuiuscumque universitatis nomine vem contra eam agatur*».

⁵⁰ No mesmo sentido, M. COHN, *Zum römischem Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34 *supra*), pp. 10-15 e 19. O autor sustenta que, além da ligação com as *res publicae*, outros fragmentos indicariam a natureza pública do termo «*universitas*». Em Paul., 9 *ad ed.*, D. 3, 4, 6, 3, ao se falar em *decretum*, menção seria feita às decisões tomadas por entes públicos, apesar do uso literário, porém não técnico, de *decretum* em referência a entes de natureza privada. Desta forma, «*universitas*» seria um conceito mais restrito do que o de «*corpus*». O conteúdo do conceito de *Körperschaft* seria a união das *universitates* e dos *collegia*.

⁵¹ O autor ainda afirma que, apesar da definição de bens públicos apresentada em Ulp., 10 *ad ed.*, D. 50, 16, 15. *Bona civitatis abusive "publica" dicta sunt: sola enim ea publica sunt, quae populi Romani sunt.*; Gaio não faria referência apenas ao *Populus Romanus*, já que outros fragmentos, inclusive de Gaio, teriam como públicos também o patrimônio das *civitates*, como Ulp., 10 *ad ed.*, D. 50, 16, 17 pr. *Inter "publica" habemus non sacra nec religiosa nec quae publicis usibus destinata sunt: sed si qua sunt civitatum velut bona. Sed peculia servorum civitatum procul dubio publica habentur.* e Gai., 4 *ad ed. provin.*, D. 41, 3, 9. *Usucapionem recipiunt maxime res corporales, exceptis rebus sacris, sanctis, publicis populi Romani et civitatum, item liberis hominibus.* Cf. *Corpus und Universitas – Römisches Körperschafts- und Gesellschaftsrecht: zwischen griechischer Philosophie und römischer Politik*, cit. (nt. 26 *supra*), pp. 37-39. À mesma conclusão chega L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4 *supra*), pp. 137-138, o qual esclarece – nt.1, p. 138, que «*extraneus*» deve ser entendido como alguém não pertencente à província.

⁵² Cf. *Corpus und Universitas – Römisches Körperschafts- und Gesellschaftsrecht: zwischen griechischer Philosophie und römischer Politik*, cit. (nt. 26 *supra*), pp.59-61. O autor, ainda na seara dos bens públicos, também indica os fragmentos Marc., 3 *inst.*, D. 1, 8, 2 pr. e Marc., 3 *inst.*, D. 1, 8, 6, 1.

Pomp., *l.s. ench.*, D. 50, 16, 239, 8.
*"Territorium" est universitas agrorum
intra fines cuiusque civitatis: quod ab
eo dictum quidam aiunt, quod
magistratus eius loci intra eos fines
terrendi, id est summovendi ius
habent.*

É “território” a universalidade de terras nos limites das fronteiras de qualquer cidade: alguns dizem que assim é chamado porque o magistrado daquele lugar tem o direito de aterrar, isto é, desterrar, dentro destes limites.

De acordo com L. SCHNORR VON CAROLSFELD, no entanto, o termo «*universitas*», no sentido de pluralidade de pessoas, não era conhecido em época clássica, fosse essa pluralidade de natureza pública ou privada. Sendo fruto de interpolações, faria referência aos *collegia*, às *societates*, aos *municipia* e às *civitates*⁵³.

É possível observar que «*universitas*» passa a ser sinônimo de «*corpora hominum*», sobretudo, a partir do séc. III d. C., encontrando-se tanto «*corpus*» como «*universitas*» em uma mesma fonte como em C. 1, 23, 7, 2⁵⁴:

*Zen., C. 1, 23, 7, 2. Pragmaticas
praeterea sanctiones non ad
singulorum preces super privatis
negotiis proferri, sed si quando corpus
aut schola vel officium vel curia vel
civitas vel provincia vel quaedam
universitas hominum ob causam
publicam fuderit preces, manare*

Ademais, determinamos que sejam proferidas pragmáticas sanções não a súplicas individuais sobre negócios privados, mas, que se restrinjam [aos casos] em que, por causa pública, um corpo ou escola, ou uma repartição oficial, ou uma cúria ou uma cidade ou uma província ou qualquer

⁵³ Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4 *supra*), pp. 59, 81 e 144-146. A alusão feita aos *collegia*, *societates*, *municipia* e *civitates* seria encontrada, respectivamente – cf. p. 59, em Gai., 3 *ad ed. provinc.*, D. 3, 4, 1, pr. «*neque collegium*» e Ulp., 5 *ad Sab.*, D. 40, 3, 1 «*Divus Marcus omnibus collegiis*»; Gai., 3, *ad ed. provinc.*, D. 3, 4, 1 pr. «*neque societas*»; Ulp. 8 *ad ed.*, D. 3, 4, 2 «*Si municipes vel aliqua universitas*» e Ulp., 49 *ad ed.*, D. 38, 3, 1 pr. «*Municipibus plenum ius*»; Ulp. 9 *ad ed.*, D. 3, 4, 3 «*Nulli permittitur nomine civitatis*» e Pomp., 14 *respons.*, D. 40, 3, 3 «*Servus civitatis iure manumissus*». Cabe lembrar que as rubricas dos títulos mencionados fazem menção às *universitates* de uma maneira geral: o título *Quod cuiuscumque universitatis nomine vel contra eam agatur*, para D. 3, 4; *De libertis universitatum*, para D. 38, 3 e *De manumissionibus quae servis ad universitatem pertinentibus imponuntur*, para D. 40, 3. No mesmo sentido, E. ALBERTARIO, *Corpus e universitas nella designazione della persona giuridica*, cit. (nt. 31 *supra*), pp. 104-109; F. DE MARTINO, *Persona giuridica*, in *NDI IX* (1939), p. 931. Para R. ORESTANO, *Il Problema delle Persone Giuridiche in Diritto Romano*, cit. (nt. 6 *supra*), p. 177, as interpolações realizadas pelos compiladores representam uma conquista da época justinianeia, ao se tentar tratar de maneira unitária os diversos entes coletivos sob a categoria de *universitas*. No mesmo sentido, S. A. DE BASTOS MEIRA, *Instituições de direito romano*, 2ª ed., São Paulo, Max Limonad, 1962, p. 137. De acordo com H. KRELLER, *Zwei Gaiusstellen zur Geschichte der juristischen Person*, in *Atti del Congresso Internazionale di diritto romano e di storia del diritto III*, Milano, Giuffrè, 1948, p. 16, o edito comentado por Gaio faria referência somente aos *municipia* e, por obra dos compiladores, sua disciplina foi estendida aos demais entes coletivos, sob a denominação de *universitas*.

⁵⁴ Cf. R. ORESTANO, *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, cit. (nt. 6 *supra*), pp. 176-177, nts. 140-141. O autor também indica um exemplo do uso da locução «*corpora hominum*», que é substituída por «*universitas hominum*» no *Codex*, a saber, C.Th. 14, 2, 1. *Ea privilegia, quibus pro reverentia urbis aeternae varia corpora hominum vel priscarum legum cautio vel antecedentium principum fovit humanitas, magnifica sinceritas tua sciat vel confirmata esse arbitrio serenitatis nostrae vel, si in aliqua parte titubaverint, restituta.*

decernimus, ut hic etiam veritatis quaestio reservetur. (477).

universalidade de homens fazer requisições, de sorte que seja reservada também nestes casos a busca da verdade.

Nota-se, portanto, que a ideia de coletividade, contida inicialmente no conceito de «*corpus*», é superada pelo desenvolvimento da concepção de «*universitas*» que indica uma totalidade diversa da mera soma dos elementos integrantes de um ente coletivo⁵⁵.

Esta diferença entre somatório e unidade, de acordo B. BIONDI⁵⁶, seria evidenciada pelo seguinte fragmento:

Alex., C. 8, 33, 1. Dominii iure pignora possidere desiderans nomina debitorum, quos in solutione cessare dicis, exprimere et, an sollemnia peregisti, significare debuisti, dummodo scias omnia bona debitoris, qui pignori dedit, ut universa dominio tuo generaliter addicantur, impetrare te non posse. (229).

Ao se desejar possuir [os bens dados] em penhor, com direito de propriedade, deve-se declarar os nomes dos devedores, que dizes ter deixado de pagar, e deves mostrar que realizaste as solenidades, desde que saibas que não podes conseguir, de um modo geral, [que] todos os bens do devedor, os quais foram dados em penhor, sejam adjudicados, de forma universal, à tua propriedade.

Nesta fonte, far-se-ia a contraposição entre «*omnia bona*» e «*universa bona*», afirmando-se que ao credor pignoratício seria possível adjudicar todos os bens dados em penhor pelo devedor, todavia, essa adjudicação não poderia ser realizada de maneira

⁵⁵ Cf. F. DE VISSCHER, *La notion du "corpus" et le regime des associations privées à Rome*, cit. (nt. 34 *supra*), pp. 53-54; B. BIONDI, *La dottrina giuridica della universitas nelle fonti romane*, in *BIDR* 61 (1958), p. 4; O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, cit. (nt. 2 *supra*), p. 87; B. ELIACHEVITCH, *Personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12 *supra*), pp. 348-349; U. COLI, *Collegia e sodalitates – Contributo allo studio dei collegi nel diritto romano*, Bologna, 1913, p. 121; H. KRELLER, *Zwei Gaiusstellen zur Geschichte der juristischen Person*, cit. (nt. 53 *supra*), pp. 7-8. R. ORESTANO, *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, cit. (nt. 6 *supra*), pp. 175-176, esclarece que enquanto a *hereditas*, a *grex* e o *peculium castrense* passaram a ser considerados como *res incorporales* e, posteriormente, como «*universitas*», os *corpora hominum* passaram a ser tidos como «*universitates*» diretamente. No entanto, E. GUARITA CARTAXO, *As pessoas jurídicas em suas origens romanas, evolução e conceito*, cit. (nt. 15 *supra*), pp. 190-191 e 202, adverte que apesar do reconhecimento pelas fontes de que a «*universitas*» não se confundiria com os seus elementos integrantes, não houve a construção de uma teoria na qual o ente coletivo fosse considerado como uma ficção legal, mas apenas a analogia entre situações referentes a este ente coletivo e aquelas concernentes às pessoas.

⁵⁶ Cf. *La dottrina giuridica della universitas nelle fonti romane*, cit. (nt. 55 *supra*), p. 5.

universal, isto é, não se adjudicariam o complexo de bens, mas cada um de forma individual⁵⁷.

Desta forma, tem-se que o termo «*universitas*», derivado de «*universus*», tem por significado essencial a redução a «um»⁵⁸, sendo esta redução realizada por meio da atribuição de um *nomen*, o qual viabiliza o surgimento de um novo ente, diverso dos elementos que o compõem⁵⁹.

⁵⁷ Cf. B. BIONDI, *La dottrina giuridica della universitas nelle fonti romane*, cit. (nt. 55 *supra*), pp. 5-6. O autor ainda critica os estudiosos que interpretam o fragmento no sentido de que não seria possível a adjudicação de todos os bens do devedor. Tal interpretação não teria razão de ser, pois se o devedor entregara todos os seus bens em garantia, não haveria motivo pelo qual o credor não pudesse exercer seu direito sobre todo o patrimônio gravado.

⁵⁸ Cf. B. BIONDI, *La dottrina giuridica della universitas nelle fonti romane*, cit. (nt. 55 *supra*), p. 3; F. E. JACKSON VALPY, *Etymological Dictionary of the Latin Language*, London, Valpt, 1828, p. 519; A. WALDE – J. B. HOFMANN, *Lateinisches Etymologisches Wörterbuch*, cit. (nt. 3 *supra*), pp. 820-821.

⁵⁹ Segundo F. D'ALESSANDRO, *Persone giuridiche e analisi del linguaggio*, Padova, CEDAM, 1989, pp. 88-122, a referência às noções de unidade e pluralidade não é ligada necessariamente à essência do ente plural ou unitário, mas à forma de considerá-lo dentro de certo discurso, sendo, portanto, uma classificação relativa, já que dependente do ponto de vista adotado. Desta forma, partindo-se da ideia de sujeito de direito, tem-se como unidade mínima o homem, mas o próprio ser humano não é uma unidade se observado a partir de outra concepção, já que composto por inúmeras células que se modificam. O mesmo valeria, portanto, para as pessoas jurídicas. Logo, a ideia de individualidade é puramente convencional e é por isso que consideramos a pessoa jurídica como a união de dois ou mais homens apta a formar uma unidade destacada deles. Isso só foi possível mediante a atribuição de um nome, criando-se, então, um símbolo a ser encarado de forma independente. Este símbolo, no caso dos entes coletivos, é representado pelo nome «*universitas*» que, segundo Hugolinus, *Summa digest.*, 3, 4, 1, é definido da seguinte forma: *Universitas est plurium collectio inter se distantium uno nomine specialiter eis deputato*. Esta relação entre o símbolo e o simbolizado origina a dúvida acerca da completude dos símbolos complexos, já que estes seriam definíveis pelo seu uso e não além dele. O autor ressalta que não há ligação direta de um símbolo complexo com a realidade, uma vez que são eles reduzíveis à unidade escolhida como ponto de partida, sendo esta unidade a representação da realidade. Seriam então os símbolos complexos dispensáveis por serem reduzíveis a unidades de nível elementar, consistindo, portanto, em símbolos de outros símbolos? Esclarece-se, então, que os símbolos têm dois critérios de classificação: o sintático e o semântico. Pelo primeiro critério, observa-se que os símbolos complexos não designam novos objetos da realidade, mas são apenas um modo diverso, em geral, mais sucinto, de se referir a objetos de nível elementar. O segundo critério, por sua vez, considera o símbolo complexo como criador de uma nova unidade, no sentido de que ele será analisado como se de nível elementar fosse, sem se procurar decompô-lo em unidades elementares. Desta forma, ao nos referirmos à pessoa jurídica como pluralidade, estaríamos adotando o critério sintático, ao observá-la como unidade, o critério semântico. Logo, a função da pessoa jurídica como símbolo complexo é o de facilitar a organização de um discurso jurídico, pois somente na linguagem jurídica haveria razão de ser na contraposição entre pessoa física e pessoa jurídica. Não há, pois, a criação de uma nova realidade, mas o uso de metalinguagem, em que um símbolo simboliza outro símbolo. Esta é a base da teoria nominalista. Todavia, é necessário que os dois critérios, sintático e semântico, sejam conjugados, já que, mesmo no discurso jurídico, a pessoa jurídica é algo distinto de seus membros e não pode ter sua posição igualada a dos seus integrantes, mas, ao mesmo tempo, é formada por eles. Para o autor, não é necessária a contraposição entre pessoas físicas e jurídicas, já que o discurso que os contempla é o mesmo. Tal como a pessoa física, a jurídica somente ocupará certa posição quando uma norma assim determinar, o que resulta na aplicação de ambos os critérios de classificação, dependendo do comando normativo em questão. A aplicação isolada de um ou outro critério resultaria em um círculo vicioso, no qual se buscaria a definição de pessoa jurídica, pois a que temos seria incompleta, mas só poderíamos chegar à conclusão da incompletude, se tivéssemos já conferido um significado a este conceito, tornando-se à procura pela definição, o que não teria razão de ser. No mesmo sentido, R. ORESTANO, *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, cit. (nt. 6 *supra*), pp. 74-75, o qual afirma a pessoa jurídica é o que o ordenamento diz que ela é, não existindo uma definição, pois ela nada mais seria do que um instrumento linguístico apto a se portar como centro de imputação de determinadas relações jurídicas.

Fundamenta-se, portanto, nesta concepção de «*universitas*» o desenvolvimento histórico das diversas teorias acerca das hoje denominadas pessoas jurídicas⁶⁰.

* * *

Observa-se, portanto, que dos três termos relacionados aos entes coletivos, sejam eles públicos ou privados, apenas dois, «*corpus*» e «*universitas*», trazem consigo um grau de abstração em maior ou menor escala.

O uso de «*persona*» como termo técnico era limitado ao ser humano. Apenas para fins de comparação e de resolução de problemas jurídicos por meio do mecanismo da analogia é que se faz uso deste termo em fontes cujo objeto fosse um conjunto de bens «*hereditas personae vice fungitur*» ou de pessoas «*persona civitatis*».

A denominação «*corpus*», por sua vez, admitiu diversas acepções. Deixando-se de lado a ideia de coisas simples e compostas, pois não referentes a entes coletivos, temos que as coisas universais, isto é, os «*corpora ex distantibus*», assinalam um primeiro passo rumo ao tratamento unitário de situações unificadas.

Todavia, os «*corpora ex distantibus*» não comportavam um destacamento de seus elementos formadores. Apesar de se admitir que vários elementos entre si independentes pudessem ser objeto de uma relação de jurídica como se um único elemento fossem, não se concebia, com isso, um novo ente. Em outras palavras, os «*corpora ex distantibus*» eram a soma de várias unidades tratadas juridicamente de forma conjunta.

Em um segundo momento, entretanto, observa-se que os «*corpora*» poderiam ser «*corporales*» ou «*incorporales*», inserindo-se as coletividades de pessoas na categoria de coisas incorpóreas, as quais «*tangi non possunt*» e que tem por único fundamento o direito. Nota-se, pois, que o conjunto apresenta um *quid* diverso em relação aos seus elementos, que, em tese, poderiam ser corpóreos e incorpóreos, como no caso da herança.

Ao contrário do que ocorre com o termo «*persona*», há ligação direta entre o vocábulo «*corpus*» e os entes coletivos, sendo utilizado, por diversas vezes, como sinônimo de «*collegium*», como em expressões do tipo «*corpus fabrorum*», ou utilizado como gênero do qual os *collegia* seriam a espécie.

⁶⁰ Cf. B. ELIACHEVITCH, *Personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12 *supra*), pp. 348-349. Para M. KASER, *Das römische Privatrecht*, I, München, Beck, 1971, p. 394, no entanto, não seria técnico o uso do termo «*universitas*» referente à unidade de pessoas ou coisas.

Sendo assim, é possível verificar que, ainda em época clássica, «*corpus*» já era utilizado como sinônimo de ente coletivo na sua acepção não pluralista, mas unitária.

Há, entretanto, a paulatina substituição do termo «*corpus*» por «*universitas*», averiguando-se, de fato, o uso dos dois termos em parágrafos diversos de um mesmo fragmento, como o visto em Gai., 3 *ad ed. provinc.*, D. 3, 4, 1.

A utilização de «*universitas*» no sentido de unidade diversa de seus componentes, no que concerne aos entes coletivos de substrato pessoal, é, muito provavelmente, obra dos compiladores.

Entretanto, se por um lado, algumas das obras originais, nas quais se acrescentou o termo «*universitas*», fizessem referência a situações cujos entes coletivos em questão fossem de natureza pública, por outro, é inegável que, no contexto do *Corpus Iuris Civilis*, o termo não se restringe aos entes públicos, reportando-se também aos entes privados, de forma genérica.

Não há, como ocorre com «*corpus*», uma gama de significados para o termo «*universitas*». O vocábulo será sempre empregado, no que concerne a um conjunto de pessoas, como conceito de ordem genérica a indicar todos os entes coletivos como unidade destacada de seus elementos.

CAPÍTULO II – DAS CORPORAÇÕES ROMANAS

1. Formação dos *collegia*

Ordinariamente¹, afirma-se que o número mínimo de membros² apto a classificar uma união de pessoas como *collegium* seja o de três, consoante o seguinte fragmento de Marcelo³:

1 dig., D. 50, 16, 85. *Neratius Priscus tres facere existimat "collegium", et hoc magis sequendum est.*

Nerácio Prisco⁴ considera que três [pessoas] compõem um “colégio”, e isso tanto mais deve ser seguido.

¹ Cf. H. GOTTLIEB HEUMANN – E. SECKEL, *Handlexikon zu den Quellen des römischen Rechts*, cit. (nt. 2.I *supra*), p. 77; V. SCIALOJA, *Corso di istituzioni di diritto romano*, cit. (nt. 5.I *supra*), p. 321; G. IMPALLOMENI, *Persona giuridica – Diritto romano*, cit. (nt. 9.I *supra*), p.1030; P. BONFANTE, *Diritto romano*, Milano, Giuffrè, 1976, p. 176; S. A. DE BASTOS MEIRA, *Instituições de direito romano*, cit. (nt. 53.I *supra*), p. 131; F. DE MARTINO, *Persona giuridica*, cit. (nt. 53.I *supra*), p. 932; E. VOLTERRA, *Istituzioni di diritto privato romano*, cit. (nt. 12.I *supra*), p. 122; J. C. MOREIRA ALVES, *Direito romano*, v.1, Rio de Janeiro, Borsoi, 1967, p. 144.

² J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident I*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 341-351, esclarece que os membros de um *collegium* não teriam a mesma posição, pois existiam membros efetivos (*corporatus* ou *collegiatus*, sendo o último termo raro em inscrições epigráficas, cf. p. 355), honorários e patronos (CIL, XI, 1355, com os nomes de integrantes do *collegium fabrorum*). Além disso, nos colégios profissionais, admitiam-se membros que não exercessem a mesma profissão. Por isso, privilégios como a *immunitas* não foram conferidos a todos os membros de uma corporação profissional indistintamente, conforme se observa em Call., 1 *cogni.*, D. 50, 6, 6, 12. *Quibusdam collegiis vel corporibus, quibus ius coeundi lege permissum est, immunitas tribuitur: scilicet eis collegiis vel corporibus, in quibus artificii sui causa unusquisque adsumitur, ut fabrorum corpus est et si qua eandem rationem originis habent, id est idcirco instituta sunt, ut necessariam operam publicis utilitatibus exhiberent. Nec omnibus promiscue, qui adsumpti sunt in his collegiis, immunitas datur, sed artificibus dumtaxat. Nec ab omni aetate allegi possunt, ut divo Pio placuit, qui reprobavit prolixae vel inbecillae admodum aetatis homines. Sed ne quidem eos, qui augeant facultates et munera civitatum sustinere possunt, privilegiis, quae tenuioribus per collegia distributis concessa sunt, uti posse plurifariam constitutum est.* Também eram admitidos estrangeiros e escravos, desde que com o consentimento de seu dono, conforme Marc., 2 *iud. public.*, D. 47, 22, 3, 2. *Servos quoque licet in collegio tenuiorum recipi volentibus dominis, ut curatores horum corporum sciant, ne invito aut ignorante domino in collegium tenuiorum reciperent, et in futurum poena teneantur in singulos homines aureorum centum.* Havia a possibilidade, ainda, de que escravos e libertos desempenhassem o papel de magistrados do *collegium*. Quanto ao número de membros, afirma o autor, a existência de um *collegium fabrum tignariorum*, em Roma, com 1500 pessoas. No mesmo sentido, F. DIOSONO, *Collegia – Le associazioni professionali nel mondo romano*, Roma, Quasar, 2007, pp. 68-76, que acrescenta a descrição do *album* de um *collegium*, no qual eram elencados os seus membros em ordem decrescente, segundo a sua função, sendo uma cópia deste documento enviada ao imperador.

³ *Ulpus Marcellus* tem como principal obra os *Digesta*, em 31 livros, que contém análises tanto de cunho dogmático quanto casuístico. Também escreveu 6 livros *ad legem Iuliam et Papiam*, um livro de *Responsa*, 5 livros *de officio consulis*, Notas ao Digesto de Juliano e às *Regulae* de Pompônio, sendo duvidosa a autoria da obra *de officio praesidis*. Cf. P. KRUEGER, *Geschichte der Quellen und Litteratur des Römischen Rechts*, cit. (nt. 23.I *supra*), pp. 192-193.

⁴ Esta definição de Nerácio Prisco é considerada por R. ORESTANO, *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, cit. (nt. 6.I *supra*), p. 93, como fruto do desenvolvimento de um grau mais elevado de conceituação das situações unificadas, oriunda do fim do séc. I e início do séc. II d.C.

Entretanto, para U. COLI, é possível falar-se em *collegium* mesmo que este conjunto tenha menos de três membros⁵. A menção a este número mínimo estaria relacionada ao fato de poder configurar-se ou não o *crimen illiciti collegii*⁶, para o qual seriam necessárias ao menos três pessoas⁷.

Partindo deste conceito numérico, apresentado por Marcelo⁸, questiona-se o destino de um *collegium* que venha a perder o terceiro de seus membros, reduzindo sua formação a uma ou duas pessoas.

A princípio, aceita-se que a associação com número reduzido de membros não perde sua natureza jurídica de colégio⁹, sobretudo, com base no seguinte fragmento de Ulpiano¹⁰:

⁵ Todavia, segundo E. KONERMANN, *Collegium*, in *RE* 4.1 (1900), pp. 381-382, ao se utilizar a expressão *collegium* para dois magistrados, como em *collegium tribunorum*, pretende-se invocar a relação de um com o outro e não uma unidade associativa. Já para E. ALBERTARIO, *Corpus e universitas nella designazione della persona giuridica*, cit. (nt. 31.I *supra*), p. 110, o termo *facere*, utilizado por Marcelo em 1 *dig.*, D. 50, 16, 85, resulta numa necessidade permanente de três pessoas e não inicial. Neste mesmo sentido, afirma A. PERNICE, *Marcus Antistius Labeo – Das römische Privatrecht im ersten Jahrhundert der Kaiserzeit*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 307-308, que a diminuição do número de associados a menos do que três ensejaria a dissolução do *collegium*, no entanto, por uma ficção, o Direito Romano teria admitido que o membro restante tornasse-se *actor* da corporação cujo nome permaneceria.

⁶ L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 224, nt. 2, apesar de afirmar que é provável que as antigas uniões formadas por menos de três pessoas fossem reconhecidas como colégios, considera como improvável a tese de U. COLI no que concerne à relação entre o fragmento de Marcelo e o *crimen illiciti collegii*. Para o autor, falar-se em matéria penal no contexto do fragmento (pois o livro 1 *digestorum* de Marcelo falaria sobre os municípios em geral) não faria sentido, pois Marcelo poderia, tal como Gaio, após tratar de aspectos públicos dos colégios, mencionar alguns assuntos de natureza privada.

⁷ Cf. *Collegia e sodalitates – Contributo allo studio dei collegi nel diritto romano*, cit. (nt. 55.I *supra*), p. 118.

⁸ Para L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), pp. 224, 225, nt. 4, o fragmento de Marcelo não daria uma resposta a esta questão. Seu intuito seria o de apenas conceituar um colégio em sua fase de formação e não o de esclarecer o que aconteceria depois. Para exemplificar, o autor faz a seguinte alusão: “(...) *Fliegen zwei Vögel über meinen Garten, so kann ich sagen, ein Paar Vögel fliegt; von einer Schar Vögel aber kann ich erst sprechen, wenn es mindestens drei sind; das gebietet nicht die Logik, die vielleicht in zweien noch kein Ganzes sieht, sondern es handelt sich um ein Gebot der Sprache. (Warum das so ist, steht hier nicht zur Besprechung). Wird von drei Vögeln einer heruntergeschossen, so kann man von dem übrig gebliebenen Paar sprechen, die beiden Lebenden also als etwas Neues auffassen oder sie als die beiden aus der Schar übriggebliebenen bezeichnen, ein Ausdruck, der durch seine Beziehung zu Vorhergehendem sich von dem Ausdruck “Paar” materiell unterscheidet.(...)*”, «(...) Se dois pássaros voam sobre o meu jardim, então eu posso dizer que um par de pássaros voa; porém, posso, de fato, falar de um bando de pássaros, se ele for de ao menos três; isso não é determinado pela lógica, a qual talvez em dois não vê ainda um todo, mas se trata de uma determinação da linguagem. (A razão pela qual isto é assim não está aqui em discussão). Se for derrubado um dos três pássaros, então se pode falar, em relação aos remanescentes, em par, também considerar ambos os sobreviventes como algo novo, ou qualificar ambos como os restantes do bando, um termo que se diferencia materialmente da expressão “par” por sua relação com o precedente. »

⁹ Neste sentido, cf. G. VOET, *Commento alle pandette*, v.1, Veneza, Pietro Naratovich, 1846, p. 478; M. TALAMANCA, *Istituzioni di diritto romano*, Milano, Giuffrè, 1990, p. 183; M. BALESTRI FUMAGALLI, *Persone e famiglia nel diritto romano*, cit. (nt. 12.I *supra*), p. 457; V. BANDINI, *Appunti sulle corporazioni romane*, Milano, Giuffrè, 1937, p. 180, para quem o fundo religioso de toda associação e, portanto, sua ligação com um deus – imortal –, faria com que ela não se desfizesse em caso de redução a um só membro. V. SCIALOJA,

10 *ad ed.*, D. 3, 4, 7, 2. *In decurionibus vel aliis universitatibus nihil refert, utrum omnes idem maneant an pars maneant vel omnes immutati sint. Sed si universitas ad unum redit, magis admittitur posse eum convenire et conveniri, cum ius omnium in unum recciderit et stet nomen universitatis.*

Não importa se, na [ordem dos] decuriões ou em outras universalidades, todos [os membros] permaneçam os mesmos, se parte permaneça ou todos sejam mudados. Mas, se a universalidade a um se reduz, é por bem admitido poder chamar e ser chamado a juízo este [membro], pois o direito de todos em um recairia, ‘subsistindo o nome da universalidade’.

No entanto, a expressão «*stet nomen universitatis*» é causa de controvérsias entre os estudiosos, sobretudo, no que diz respeito ao significado do termo «*nomen*».

L. SCHNORR VON CAROLSFELD afirma que tal expressão, tomada no sentido de permanência do nome da universalidade, seria interpolada, valendo o disposto não para todas as *universitates*, mas somente para a classe dos decuriões¹¹. Para que não se aventasse a interpolação, seria necessário adotar *nomen* não na acepção de «nome», mas na de «obrigação»¹². Sendo assim, os direitos e obrigações da universalidade permaneceriam, mesmo que só um membro restasse¹³.

Corso di istituzioni di diritto romano, cit. (nt. 5.I *supra*), p. 321, por sua vez afirma que não haverá mais *universitas* somente na hipótese de redução permanente a um membro.

¹⁰ *Domitius Ulpianus* – final do séc. II e início do séc. III – inicia seus trabalhos jurídicos como membro do *consilium* de um pretor. Foi assistente de Papiniano, quando do seu cargo de *praefectus praetorio*, sendo exilado em 222, mas altamente prestigiado durante o governo de A. Severo. Exerceu os cargos de *magister libellorum*, membro do *consilium* imperial, *praefectus annonae* e de *praefectus praetorio*. É assassinado em 223. Dedicou-se também à atividade docente. É um dos juristas mencionados na Lei das Citações, foi professor de Modestino e é mencionado até mesmo no âmbito literário. A maior parte de sua obra é escrita durante o império de Caracalla e tem como característica o fato de resumir com excelência as prescrições do período clássico, além de ser extremamente clara e de estilo simples. Cerca de um terço dos fragmentos do Digesto são provenientes dos escritos de Ulpiano, sendo esse um dos motivos de ser a sua obra, dentre a de todos os juristas, a mais precisamente conhecida. São alguns deles: comentários *ad edictum praetoris* – 81 livros; *ad Masurium Sabinum* – 51 livros; *ad legem Aeliam Sentiam* – 4 livros; *ad legem Iuliam et Papiam* – 20 livros; *ad legem Iulia de adulteriis* – 5 livros; *ad edictum aedilium curulium* – 2 livros; monografias *de fideicommissis* – 6 livros; *de censibus* – 6 livros; *libri singulares de excusationibus* e *de sponsalibus*; *de omnibus tribunalibus* – 10 livros; *de appellationibus* – 6 livros; *de officio consulis* – 3 livros; *de officio proconsulis* – 10 livros; *de officio consularium*; *de officio quaestoris*, *de officio praefecti urbis*; *de officio praefecti vigilum*; *de officio curatoris rei publicae*, *de officio praetoris tutelaris*; *Responsa* – 2 livros; *Disputationes* – 10 livros; *Pandectae*; *Institutiones* – 2 livros; *Regulae* – 7 livros; *liber singularis regularum* (a chamada *Epitome Ulpiani*); *Notae* aos Digesta de Marcelo e aos *Responsa* de Papiniano; *Opiniones* – 6 livros. Cf. R. ORESTANO, *Ulpiano*, in *NNDI XIX* (1973), pp. 1106-1108 e JÖRS, *Domitius*, in *RE 5.1* (1903), cols. 1435-1509.

¹¹ Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), pp. 131, nt. 1; 224, 225, nt. 4. No mesmo sentido, E. ALBERTARIO, *Corpus e universitas nella designazione della persona giuridica*, cit. (nt. 31.I *supra*), pp. 109-110, acrescentando que os decuriões não configuravam uma *universitas*, mas um órgão administrativo.

¹² A tradução de *nomen* como obrigação é apresentada como possível em A. BERGER, *Encyclopedic Dictionary of Roman Law*, cit. (nt. 35.I *supra*), p. 596; F. R. DOS SANTOS SARAIVA, *Novissimo diccionario latino-portuguez*, 7ª ed., Rio de Janeiro, Garnier, s.d., p. 784. Como base para esta acepção temos o

De qualquer forma, apesar de provável a continuidade da universalidade como tal, o texto não deixaria isso claro¹⁴.

Em sentido contrário, não só quanto à expressão «*stet nomen universitatis*», mas também quanto a «*ius omnium in unum recciderit*», coloca-se E. CHEVREAU¹⁵, para quem ambas as expressões devem ser traduzidas, respectivamente, por “*l’universalité a continue d’exister nominalement*” e “*le droit de tous se concentre sur un seul*”, ressaltando-se que este «*unum*», para a autora, não é o membro que restou na universalidade, mas a própria *universitas*, pois os direitos de todos não pertenceriam aos membros individualmente, mas seriam de um, da associação¹⁶.

A base desta conclusão seria a de que «*nomen*» em «*nomen universitatis*» teria a mesma acepção de «*nomen iuris*»¹⁷, o qual não seria simplesmente um nome, um termo que designa algo, mas a própria coisa designada¹⁸.

Por sua vez, a relação entre «*ius omnium*» e «*nomen universitatis*» é vista como equivalente a direito e obrigações da *universitas*, considerando-se «*omnes*» como sinônimo de «*universitas*», já que a última seria a unidade de todos os membros, conforme J. PLATSCHEK¹⁹, em linha semelhante à adotada por L. SCHNORR VON CAROLSFELD.

fragmento Ulp. 3 *ad ed.*, D. 50, 16, 6 pr.: “*Nominis*” et “*rei*” appellatio ad omnem contractum et obligationem pertinet.; «A denominação nome e coisa refere-se a todo contrato e obrigação.».

¹³ Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 225, nt. 2: “(...) oder auch nur ‘nomen’ im Sinne von Recht oder Schuld auffassen (...)”. Desta forma, poder-se-ia dizer que, nesta acepção o texto não seria interpolado.

¹⁴ Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 225, nt. 2; M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 17.

¹⁵ Cf. *Quelques remarques sur la continuité des «personnes juridiques» en droit romain classique*, in *Mélanges en l’honneur d’Anne Lefebvre-Teillard*, Paris, Panthéon-Assas, 2009, p. 225, nt. 35.

¹⁶ Cf. *Quelques remarques sur la continuité des «personnes juridiques» en droit romain classique*, cit. (nt. 15 *supra*), p. 226.

¹⁷ Tal acepção é baseada, como a própria autora reconhece – cf. *Quelques remarques sur la continuité des «personnes juridiques» en droit romain classique*, cit. (nt. 15 *supra*), p. 226 – na obra de R. ORESTANO, *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, cit. (nt. 6.I *supra*), pp. 114 – 119, o qual concede concretude ao termo *nomen*. Para o autor, “*la cosa è la parola e la parola – il nomen – è la cosa*” – cf. p. 116, nt. 30 – e, desta forma, dar nome a uma união é fazer com que ela tenha existência, cuja característica mais relevante é a de ter um papel sócio-econômico, mesmo que seus membros sejam de natureza diversa. Um objeto só existiria por meio de seu nome, logo, com *nomen Romanum*, estaríamos identificando não só o vínculo que unifica, mas também tudo o que se poderia dizer romano. Especificamente quanto à expressão *nomen iuris*, o autor, ao discorrer sobre a *hereditas*, afirma que ela, por ser *nomen*, é o conjunto de seus elementos e não algo diverso disso, ou seja, um mero conceito jurídico. Aparentemente, E. CHEVREAU, ao apoiar-se em R. ORESTANO a fim de justificar que *unum* refere-se a *universitas*, equivoca-se, pois *nomen*, para o autor italiano, não tem como objetivo diferenciar a situação unificada dos elementos que a compõem, sendo perfeitamente cabível, neste raciocínio, que este *unus* seja um membro da *universitas*. Contra essa aproximação de significados entre *nomen universitatis* e *nomen iuris*, cf. J. PLATSCHEK, *Das «nomen universitatis» in D. 3.4.7.2 (Ulp. 10 ed.)*, in *INDEX 40* (2012), pp.630-631, nt. 43.

¹⁸ Cf. *Quelques remarques sur la continuité des «personnes juridiques» en droit romain classique*, cit. (nt. 15 *supra*), p. 226.

¹⁹ Cf. *Das «nomen universitatis» in D. 3.4.7.2 (Ulp. 10 ed.)*, cit. (nt. 17 *supra*), p. 621.

Sendo assim, a crítica feita por J. PLATSCHEK à interpretação de E. CHEVREAU é a de que não faria sentido falar-se em *ius omnium* se a pessoa jurídica – *universitas* – continuasse a existir, já que o papel do membro restante não interessaria caso a *universitas* não se desconfigurasse²⁰.

Além disso, seria improvável que «*unum*» não se referisse ao membro restante e sim à própria associação, já que este termo aparece duplicado no fragmento, tornando as expressões «*ad unum redit*» e «*in unum recciderit*» paralelas²¹.

O objetivo do fragmento seria o de esclarecer uma situação processual, ao dispor que uma pessoa, no caso de ser a única restante em uma *universitas*, poderia acionar ou ser acionada em hipóteses cujos direitos e obrigações concerniam a uma pluralidade de pessoas²².

Acreditamos, pois, que «*nomen*» no sentido de obrigação, apresenta-se como a solução mais apropriada no contexto do fragmento, pois a questão de fundo, ainda que a primeira parte se refira à mudança de membros dentro de uma *universitas*, é de natureza processual.

Portanto, explicar-se-ia a razão pela qual o fragmento não responde de forma direta se há ou não continuidade da *universitas*²³, pois a intenção do jurisconsulto era apenas a de esclarecer a legitimidade processual²⁴ do único membro restante da associação²⁵.

Ainda quanto à composição dos *collegia*, de acordo com o testemunho de Marciano²⁶, era defesa a participação de uma mesma pessoa em mais de uma associação:

²⁰ Cf. *Das «nomen universitatis» in D. 3.4.7.2 (Ulp. 10 ed.)*, cit. (nt. 17 *supra*), pp. 627-628.

²¹ Não caberia, segundo o autor, portanto, a generalização de *unum* como unidade, totalidade, pois no primeiro caso, o termo seria inegavelmente relacionado ao membro que sobrou da *universitas*. Cf. J. PLATSCHEK, *Das «nomen universitatis» in D. 3.4.7.2 (Ulp. 10 ed.)*, cit. (nt. 17 *supra*), p. 628, nt. 33.

²² Cf. *Das «nomen universitatis» in D. 3.4.7.2 (Ulp. 10 ed.)*, cit. (nt. 17 *supra*), p. 632. M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 17, esclarece que, neste caso, não seria necessária a atuação de um *actor* ou *syndicus*.

²³ Para M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 18, que adota concepção de que «*universitas*» refere-se apenas a associações públicas, mesmo se admitida essa continuidade, ela só poderia ser aceita para este tipo de corporação, já que as de natureza privada não teriam, em geral, um *nomen*. Logo, o legitimado a acionar e ser acionado seria o «*Bürger*» restante, que conservaria sua natureza de cidadão enquanto a comunidade reduzida existisse.

²⁴ Cf. G. IMPALLOMENI, *Persona giuridica – Diritto romano*, cit. (nt. 9.I *supra*), p. 1030.

²⁵ Visto que os membros não eram legitimados a serem autores ou réus no que concerne aos direitos e obrigações da *universitas*, conforme Ulp. 10 *ad ed.*, D. 3, 4, 7, 1.

²⁶ *Aelius Marcianus* – final do séc. II e início do séc. III – desenvolveu sua atividade durante o período dos Severos, todavia, sobre sua vida pouco é conhecido, havendo a suspeita de que foi parte da chancelaria imperial, devido ao número de rescritos de Severo e de Caracalla citados em sua obra. Seus escritos tem natureza, sobretudo, compilatória, mas se destacam pela elegância e pureza da linguagem. São suas obras: *Institutiones* – 16 livros; *Regulae* – 5 livros; *de appellationibus* – 2 livros; *de publicis iudiciis* – 2 livros e livros singulares *ad formulam hypothecariam*, *ad senatusconsultum Turpillianum* e *de delatoribus*; *Notae* ao

Marc., 3 institut., D. 47, 22, 1, 2. *Non licet autem amplius quam unum collegium licitum habere, ut est constitutum et a divis fratribus: et si quis in duobus fuerit, rescriptum est eligere eum oportere, in quo magis esse velit, accepturum ex eo collegio, a quo recedit, id quod ei competit ex ratione, quae communis fuit.*

Não é permitido, porém, ter mais do que um colégio lícito, como determinado também pelos divinos irmãos: e se alguém esteve em dois, foi respondido que ele deve eleger em qual mais quer estar, recebendo daquele colégio, do qual se retira, aquilo que for do [fundo] comum e que a ele, por cálculo, competir.

Entretanto, para T. MOMMSEN, a proibição só se aplicaria aos *collegia tenuiorum*, ou seja, ninguém poderia pretender participar de mais de um colégio deste tipo, a fim de que nem a própria pessoa, nem seus herdeiros, recebesse vantagem indevida. Fora desses casos, não haveria motivo para se vetar a participação de uma mesma pessoa em um colégio desta natureza e de um com o objetivo de combate a incêndios, por exemplo²⁷.

Esta interpretação do fragmento de Marciano não é pacificamente aceita²⁸.

Segundo L. SCHNORR VON CAROLSFELD²⁹, apesar das incertezas quanto à proibição de participação em dois colégios profissionais, poder-se-ia admitir que tal restrição realizou-se com o fim de preservar a segurança pública, impedindo-se que pequenos colégios se juntassem, transformando-se em grandes organizações perigosas ao estado³⁰.

Estranha-se, no entanto, o número de inscrições encontradas que confirmam³¹ a filiação a mais de um colégio, incluindo-se a participação em vários colégios funerários³².

livro *de adulteriis* de Papiniano. Apesar da indicação feita na *inscriptio* de D. 23, 5, 17 de um comentário *digestorum*, é provável que tal obra seja de Marcelo e não de Marciano. Cf. R. ORESTANO, *Marciano Elio*, in *NNDI X* (1968), p. 254 e JÖRS, *Aelius*, in *RE* 1.1 (1893), cols. 523-525.

²⁷ Cf. *De collegiis et sodaliciis romanorum*, Kiel, Schwersiana, 1843, p. 89. Além disso, cf. *Römisches Strafrecht*, Leipzig, Duncker & Humblot, 1899, p. 877. O autor sustenta que o descumprimento desta regra poderia levar à tipificação do crime de violência pública.

²⁸ Com exceção de P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, London, Cambridge, 1938, pp. 124-125, que concorda com T. MOMMSEN no que diz respeito ao fato de que é admissível que uma pessoa tenha duas profissões diferentes e participe, pois, de dois colégios profissionais diversos, o mesmo não se pode falar quanto a um indivíduo que queira participar de dois colégios funerários, já que não pode querer ser enterrado duas vezes. Tal vedação também não se aplicaria no caso do *servir Augustalis*, que não poderia ser privado de exercer este papel religioso e de participar de um colégio comercial, e nem teria valor perante os colégios oficiais, como o de magistrados e de sacerdotes. Contra, cf. W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, Stuttgart, Scientia, 1964, p. 44.

²⁹ Acompanhado por J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident I*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 149-150.

³⁰ Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 359.

³¹ L. SCHNORR VON CAROLSFELD crê que essas inscrições, nas quais há a associação de uma pessoa a mais de um colégio não podem ser consideradas como prova suficiente para afirmar que, de fato, esta pessoa era membro destas corporações. Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 359.

P. W. DUFF, na tentativa de preservar a validade do texto de Marciano, avança a hipótese de que estas inscrições sejam de um período anterior a esta disposição³³.

2. Das facultades atribuídas aos *collegia*

2.1. Generalidades

Os entes coletivos, segundo F. C. VON SAVIGNY, encerram uma contradição inafastável: o de serem sujeitos³⁴ que adquirem capacidades patrimoniais, por motivos, sobretudo, mercantis, mas que são incapazes de desempenhá-las autonomamente. Tal contradição, entretanto, surge também no âmbito das pessoas naturais, quando tratamos da disciplina dos incapazes.

Para a superação desta incongruência, criam-se institutos, como a tutela e a curatela, para as pessoas físicas, e para os entes coletivos, o da pessoa jurídica³⁵ que não se confunde com a coletividade, tal como o tutor e o curador não se confundem com o pupilo e curatelado³⁶.

Algumas passagens do *Corpus Iuris Civilis*³⁷ ressaltariam a diferenciação entre o ente coletivo e seus integrantes, sendo estes fragmentos oriundos, sobretudo, da lavra de Ulpiano, como D. 36, 1, 1, 15:

³² Alguns dos exemplos apresentados por J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident I*, cit. (nt. 45.I *supra*), p. 147: CIL III 5657, 1888.

³³ Cf. *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28 *supra*), pp. 124-126.

³⁴ Para O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, cit. (nt. 2.I *supra*), pp. 34-35, a ideia de sujeito de direito era inerente ao pensamento romano, que colocaria a vontade como ponto central da disciplina jurídica.

³⁵ L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), nt. 1, p. 234, no entanto, adverte que a personalidade jurídica, de forma geral, nunca foi atribuída pelo Direito Romano às coletividades, mas apenas alguns direitos específicos: “(...) Wir glauben, daß eine Verleihung der juristischen Persönlichkeit in Rom niemals vorgekommen ist, da sich hiervon keine Spuren nachweisen lassen, der Gedankengang wohl den Römern überhaupt fremd war. Nur die Verleihung einzelner rechtlicher Möglichkeiten ist vorgekommen; warum diese besonders verliehen wurden, ob aus polizeilichen oder juristisch-technischen Gründen, ist bei den einzelnen Instituten zu erwähnen.(...)”.

³⁶ Cf. *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 282-283; T. MOMMSEN, *Zur Lehre von den römischen Korporationen*, in SZ 25 (1904), p. 35. Esta analogia também é encontrada em O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, cit. (nt. 2.I *supra*), p. 92, o qual afirma que a ideia romana de que não há representação plena foi ora rejeitada, ora contornada. Contra esta comparação, A. BISCARDI, *Rappresentanza sostanziale e processuale dei 'collegia' in diritto romano*, in Iura XXXI (1980), p. 5, pois a representação do que poderíamos chamar de pessoa jurídica não é oriunda de uma menor capacidade de agir do representado.

³⁷ Outros fragmentos com a mesma ideia serão reproduzidos ao longo do capítulo.

Ulp., 3 *fideic.*, D. 36, 1, 1, 15. *Si autem collegium vel corpus sit, quod rogatum est restituere, decreto eorum cui, qui sunt in collegio vel corpore, in singulis inspecta eorum persona restitutionem valere: nec enim ipse sibi videtur quis horum restituere.*

Porém, sendo a um colégio ou a uma corporação, a quem foi solicitado [que] restituísse [a herança³⁸], por decreto daqueles que são do colégio ou da corporação, vale a restituição, observada individualmente a pessoa deles: de fato, não é considerado [que] cada um deles restitui a si mesmo.

Para P. W. DUFF, este fragmento que trata do *fideicomissum hereditatis*, no qual um *collegium* obriga-se a transferir certo bem para algum dos seus membros, sem se considerar que esteja sendo realizada uma transferência para si mesmo, é indicativo de que o Direito Romano admitiu um especial tipo de personalidade³⁹.

No mesmo sentido, evidenciando-se a oposição ente coletivo e indivíduos:

Ulp., 8 *ad ed.*, D. 3, 4, 2. *Si municipales vel aliqua universitas ad agendum det actorem, non erit dicendum quasi a pluribus datum sic haberi: hic enim pro re publica vel universitate intervenit, non pro singulis.*

Se os munícipes ou alguma universalidade constituir um *actor* para atuar em juízo, não haverá de se dizer que do mesmo modo por muitos foi constituído: de fato, ele intervém a favor da república ou da universalidade, não a favor dos indivíduos.

Entretanto, o fragmento mais invocado ao se tratar deste assunto é D. 3, 4, 7, 1:

Ulp., 10 *ad ed.*, D. 3, 4, 7, 1. *Si quid universitati debetur, singulis non debetur: nec quod debet universitas singuli debent.*

Se alguma coisa é devida à universalidade, não é devida aos seus integrantes: nem o que deve a universalidade, devem os seus membros.

Admite-se, em geral⁴⁰, com base neste texto, que as obrigações em que a universalidade figura, seja como polo ativo, seja como polo passivo, não se comunicam com os seus integrantes.

³⁸ O fragmento insere-se no âmbito da disciplina do senatus-consulto Trebeliano.

³⁹ Cf. *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28 *supra*), pp. 155-156.

⁴⁰ Cf. F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 294-295; G. IMPALLOMENI, *Persona giuridica – Diritto romano*, cit. (nt. 9.I *supra*), p.1030; L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), p. 402 (que ressalta o caráter de privilégio público de tal separação no que concerne aos *collegia*); O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, cit. (nt. 2.I *supra*), pp. 93-94; E. GUARITA CARTAXO, *As pessoas jurídicas em suas origens romanas, evolução e conceito*, cit. (nt. 15.I *supra*), p. 29; B. ALBANESE, *Persona (storia) – Diritto romano*, cit. (nt. 2.I *supra*), p. 181; P. BONFANTE, *Diritto romano*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 176; A. GUARINO, *Diritto privato romano*, cit. (nt. 10.I *supra*), pp. 307-308; A.

De acordo com L. SCHNORR VON CAROLSFELD, tal disciplina não era aplicável aos *collegia*, pois o termo *universitas* seria interpolado, sendo a redação original da passagem referente aos *municipia* ou às *civitates*⁴¹. Haveria, portanto, a responsabilização dos membros pelas dívidas do *collegium*, apesar de a obrigação ser contraída pelo todo e não por cada integrante⁴².

Entretanto, o dever dos membros de solver os débitos da *universitas* não poderia ser generalizado, pois o ente coletivo honraria suas obrigações, em última hipótese, com seus créditos, conforme o fragmento abaixo:

Iav., 15 ex Cass., D. 3, 4, 8. *Civitates si per eos qui res earum administrant non defenduntur nec quicquam est corporale rei publicae quod possideatur, per actiones debitorum civitatis agentibus satisfieri oportet.*

Se as cidades não forem defendidas por aqueles que administram seus bens, e nem exista algo corpóreo da república que se possua, devem ser satisfeitos os credores com as ações dos devedores da cidade.

BISCARDI, *Rappresentanza sostanziale e processuale dei 'collegia' in diritto romano*, cit. (nt. 36 *supra*), p. 6; M. KASER, *Das römische Privatrecht*, cit. (nt. 60.I *supra*), pp. 304 e 309. Contra, quanto à admissão de uma teoria da pessoa jurídica no Direito Romano, mas reconhecendo a concepção de unidade destacada de seus integrantes por motivos de necessidade jurídico-política, com o fim de adequar os *collegia* às funções de utilidade pública que desempenhavam, cf. P. CATALANO, *As raízes do problema da pessoa jurídica*, cit. (nt. 9.I *supra*), pp. 48-50.

⁴¹ No mesmo sentido, cf. M. MARRONE, *Istituzioni di diritto romano*, cit. (nt. 10.I *supra*), p. 269, nt. 196; E. ALBERTARIO, *Corpus e universitas nella designazione della persona giuridica*, cit. (nt. 31.I *supra*), p. 111, admitindo, todavia, a extensão das normas aplicáveis às *civitates* e aos *municipia* também aos *collegia*. Para o autor, o fragmento em questão, por pertencer ao livro 10 *ad edictum*, deve ser interpretado em conjunto com os demais textos deste livro, notadamente, Ulp. 10 *ad ed.*, D. 12, 1, 27. *Civitas mutui datione obligari potest, si ad utilitatem eius pecuniae versae sunt: alioquin ipsi soli qui contraxerunt, non civitas tenebuntur*; Ulp. 10 *ad ed.*, D. 15, 4, 4. *Si iussu eius, qui administrationi rerum civitatis praepositus est, cum servo civitatis negotium contractum sit, Pomponius scribit quod iussu cum eo agi posse*; Ulp. 10 *ad ed.*, D. 43, 16, 4. *Si vi me deiecerit quis nomine municipum, in municipes mihi interdictum reddendum Pomponius scribit, si quid ad eos pervenit* e Ulp., 10 *ad ed.*, D. 50, 16, 15. *Bona civitatis abusive "publica" dicta sunt: sola enim ea publica sunt, quae populi Romani sunt*. Para A. BISCARDI, *Rappresentanza sostanziale e processuale dei 'collegia' in diritto romano*, cit. (nt. 36 *supra*), pp. 8-9, em D. 3, 4, 7, 1, temos uma concepção mais sólida de personificação, enquanto que em fragmentos como D. 3, 4, 1, 1, e D. 47, 22, 1, infere-se esta teoria, cujo molde era o dos entes públicos. A aplicação analógica das regras referentes aos entes públicos às associações privadas é plenamente possível, de acordo com B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 268-270, considerando-se que toda a regulamentação construída paulatinamente para viabilizar a atuação independente dos *municipia* foi aplicada, de uma só vez, aos *collegia*. No mesmo sentido, J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident I*, cit. (nt. 45.I *supra*), p. 357; T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27 *supra*), p. 117-118 e 120, para quem o *collegium* seria um meio termo entre a *civitas* e a *societas*.

⁴² Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), pp. 141-143 e 336-337. De acordo com G. VOET, *Commento alle pandette*, cit. (nt. 9 *supra*), pp. 479-480, haverá responsabilidade solidária com direito a reembolso, nas hipóteses em que a obrigação seja assumida pela *civitas* e por seus membros em nome próprio. Em se tratando de débito contraído apenas em nome da cidade, somente em caso de nítido interesse público, os membros serão obrigados de forma parcial, devido ao seu dever de colaborar com as despesas públicas.

Ademais, o fato de, eventualmente, os integrantes de um *collegium* ou de uma *civitas* serem impelidos a pagar um débito da universalidade não infirmaria, necessariamente, a separação existente entre eles, uma vez que tal dever seria oriundo de regulamentação interna da *universitas*⁴³, não surtindo efeito nas relações jurídicas entre o ente coletivo e terceiros⁴⁴.

⁴³ Conforme P. S. LEICHT, *Ricerche sulla responsabilità del comune in caso di danno – Contribuzione alla storia dell'università medievale*, in *Scritti vari di storia del diritto italiano*, v. 1, Milano, Giuffrè, 1943, pp. 33-39, o mesmo raciocínio aplicar-se-ia em época medieval, com base na glosa *non debetur*. Para o autor, o fato de que, em algumas hipóteses, os membros de uma comunidade contribuíssem para o pagamento de suas dívidas, em nada alteraria a natureza de ente diverso de seus componentes, já que tal contribuição teria por substrato um pacto ou um juramento, em que os cidadãos se comprometeriam a contribuir para o pagamento das despesas públicas. Certa confusão ocorreria, entretanto, quando fosse o caso de responsabilidade por dolo, por influência do direito germânico. Neste caso, segundo a glosa, os membros responderiam “(...) *quia universitas nihil aliud est nisi singuli homines, qui ibi sunt* (...)”. Por sua vez, E. GUARITA CARTAXO, *As pessoas jurídicas em suas origens romanas, evolução e conceito*, cit. (nt. 15.I *supra*), pp. 179-182, com base no trecho da glosa acima reproduzido, sustenta que a influência germânica sobre o direito medieval se deu de forma genérica, instaurando-se o princípio da subsidiariedade, sendo os bens da *universitas* considerados como propriedade indivisa de seus membros. Somente com o Direito Canônico voltar-se-ia à disciplina romana de separação entre o ente e seus componentes, mitigando-se a influência da concepção germânica. No mesmo sentido, para quem os glosadores adotaram a concepção germânica coletivista em detrimento da disciplina romana, G. CATALANO, *Persona giuridica – Diritto intermedio*, in *NNDI XII* (1965), p. 1033. Entretanto, há de se reconhecer, como ressaltado por F. RUFFINI, *La classificazione delle persone giuridiche in Sinibaldo dei Fieschi (Innocenzo IV) ed in Federico Carlo di Savigny*, in *Scritti giuridici minori*, v. II, Milano, Giuffrè, 1936, p. 9, que foram os glosadores os primeiros a tentarem produzir uma reflexão doutrinária acerca deste tema. T. MAURO, *La personalità giuridica degli enti ecclesiastici*, Roma, Poliglota Vaticana, 1945, pp. 29 a 51, nos apresenta um panorama da doutrina na obra dos decretistas e decretalistas. Partindo, segundo o autor, do Direito Romano justinianeu, temos, com o Decreto de Graciano, a primeira sistematização do assunto, obviamente impregnada de influências do direito germânico. Os glosadores, alargando demasiadamente o conceito de corporação, acabam por não diferenciar a *universitas* do conjunto de seus membros, adotando uma concepção dita coletivista, além de se olvidarem do conceito de fundação, já existente no Direito Romano tardio. Após a obra dos glosadores, entra em cena a doutrina dos canonistas. Apesar de ainda permeada pelas ideias germânicas adotadas pelos glosadores, há um retorno às fontes romanas de maneira mais intensa. O grande ponto desta fase é o desenvolvimento da noção de instituição, permitindo que se confira personalidade jurídica a entes puramente ideais. Essa ideia foi trabalhada, primeiramente, pelos decretistas. No Decreto de Graciano, ainda não nos deparamos com grandes progressos, pois nele não aparece o conceito de corporação, além de dar mais atenção às igrejas episcopais, paroquiais e aos mosteiros do que à noção de Igreja Universal (apesar de já afirmar que a Igreja Universal tem sua origem na vontade divina, diferenciando-a das igrejas particulares e dos mosteiros) e aos demais entes, vendo-os mais como corporações do que como instituições. A diferença que se dá, neste ponto, em relação ao Direito Romano, é que a criação da pessoa jurídica é feita não pelo acordo de vontades dos seus membros, mas por um ato de autoridade. Ademais, os integrantes destas corporações não participam de sua direção, ao contrário do que se verificava nas corporações romanas. No que tange à capacidade jurídica, é dado um passo a mais em relação aos glosadores, já que as pessoas jurídicas, no Decreto, podem possuir, ter propriedade (principalmente com aquisições a título gratuito) e dispor de seus bens, além de serem dotadas de capacidade processual. A evolução completa-se com a obra dos decretalistas. Com eles, o foco é a noção de instituição, conferida à Igreja Universal e também aos demais entes já conhecidos pelos decretistas, acentuando-se a diferença entre os membros de uma corporação e a própria corporação. Por isso, estudam de forma aprofundada a noção de «*universitas*», entendida como um sujeito de direito institucional e, pois, estável no tempo, sem se confundir com o substrato pessoal que a compunha. E é neste período e sustentado por este arcabouço teórico que surge e se contextualiza a obra de Inocêncio IV.

⁴⁴ Cf. F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), p. 295.

Reconhecida esta distinção, na sua relação com terceiros, sobretudo, no que concerne à atuação em juízo, era necessário incumbir alguém⁴⁵ para representar a *universitas*.

Existiriam, a princípio, dois tipos de representantes, o *actor unius rei*, habilitado a atuar comercialmente em nome do *collegium* e o *actor ad agendum*, que representaria a *universitas* no âmbito processual. A nomeação de ambos era realizada por meio de um *decretum*⁴⁶ a ser proferido conforme o regulado pela *lex collegii*⁴⁷.

Desta forma, a responsabilidade da *universitas* pelos atos de seus representantes⁴⁸ era circunscrita aos limites dos poderes conferidos ao *actor*⁴⁹. Somente quando houvesse dúvida quanto às suas atribuições é que lhe seria exigida uma caução *de rato*⁵⁰:

⁴⁵ Não era necessário que se tratasse de um homem livre, sendo possível a representação por um *servus actor*. Cf. A. BISCARDI, *Rappresentanza sostanziale e processuale dei 'collegia' in diritto romano*, cit. (nt. 36 *supra*), pp. 16-17; A. BERGER, *Encyclopedic Dictionary of Roman Law*, cit. (nt. 35.I *supra*), p. 348; J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident I e II*, cit. (nt. 45.I *supra*), p. 416 (I) e 467 (II).

⁴⁶ Cf. J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident I*, cit. (nt. 45.I *supra*), p. 373.

⁴⁷ A *lex collegii* era indispensável para a formação de um *collegium*, pois era por ela determinada as características da corporação e a competência de seus representantes. Cf. A. PERNICE, *Marcus Antistius Labeo – Das römische Privatrecht im ersten Jahrhundert der Kaiserzeit*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 292; A. BISCARDI, *Rappresentanza sostanziale e processuale dei 'collegia' in diritto romano*, cit. (nt. 36 *supra*), pp. 15-16; F. M. DE ROBERTIS, 'Syndicus' – *Sulla questione della rappresentanza processuale dei 'collegia' e dei 'municipia'*, in *SD XXXVI* (1970), p. 314, nt. 55. Entretanto, observa-se que as inscrições com estes estatutos são incompletas e mesmo a *lex collegii* não seria detalhada como um estatuto de uma associação moderna, provavelmente, só eram escritas as regras que contivessem particularidades dos *collegia*, sendo as demais oriundas dos costumes. Cf. J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident I*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 371-372. Desta forma, eram eleitos os magistrados do *collegium*, que recebiam o nome de *quinquennales*, quando eleitos por um período de 5 anos. Cf. P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28 *supra*), p. 102. De acordo com E. GUARITA CARTAXO, *As pessoas jurídicas em suas origens romanas, evolução e conceito*, cit. (nt. 15.I *supra*), pp. 205-213, esses magistrados podiam realizar aquisições em nome do *collegium* (as quais também eram feitas por escravos), vinculando a corporação. As decisões, inclusive a de escolha destes magistrados, eram, em geral, realizadas por meio do consenso da maioria dos integrantes da corporação. Para a constatação do princípio majoritário e do efeito vinculante das ações dos magistrados, o autor ainda cita: Scaev., 1 *quaest.*, D. 50, 1, 19. *Quod maior pars curiae effecit, pro eo habetur, ac si omnes egerint*; Ulp., 76 *ad ed.*, D. 50, 17, 160, 1. *Refertur ad universos, quod publice fit per maiorem partem*; Pap., 15 *quaest.*, D. 50, 1, 14. *Municipes intelleguntur scire, quod sciant hi, quibus summa rei publicae commissa est*. Cf. J. C. MOREIRA ALVES, *Direito romano*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 145; G. GIORGI, *La dottrina delle persone giuridiche o corpi morali*, v.1, Firenze, Cammelli, 1913, pp. 207-208.

⁴⁸ Ou também quando a obrigação assumida fosse revertida em prol da corporação, como em Ulp., 10 *ad ed.*, D. 12, 1, 27. Cf. B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), p. 279; F. DE MARTINO, *Persona giuridica*, cit. (nt. 53.I *supra*), p. 932.

⁴⁹ Os poderes do representante da corporação não poderiam ser de tal modo genéricos a ponto de suprimir o poder de decisão do ente coletivo. Em matéria processual, mesmo nos casos de designação permanente, isto é, quando a nomeação do *actor* não fosse feita para uma causa específica, o juízo de conveniência de uma demanda estava a cargo da *universitas*. Cf. F. M. DE ROBERTIS, 'Syndicus' – *Sulla questione della rappresentanza processuale dei 'collegia' e dei 'municipia'*, cit. (nt. 47 *supra*), pp. 316-317.

⁵⁰ Em geral, essa caução não era exigida, como o demonstrado pelo fragmento Ulp., 9 *ad ed.*, D. 46, 8, 9. *Actor a tutore datus omnimodo cavet: actor civitatis nec ipse cavet, nec magister universitatis, nec curator bonis consensu creditorum datus*. Cf. A. BISCARDI, *Rappresentanza sostanziale e processuale dei 'collegia' in diritto romano*, cit. (nt. 36 *supra*), p. 18.

Paul., 9 *ad ed.*, D. 3, 4, 6, 3. *Actor universitatis si agat, compellitur etiam defendere, non autem compellitur cavere de rato. Sed interdum si de decreto dubitetur, puto interponendam et de rato cautionem. Actor itaque iste procuratoris partibus fungitur et iudicati actio ei ex edicto non datur nisi in rem suam datus sit. Et constitui ei potest. Ex isdem causis mutandi actoris potestas erit, ex quibus etiam procuratoris. Actor etiam filius familias dari potest.*

Se o *actor* da universalidade propuser uma demanda, é compelido também à defesa, porém, não é obrigado a oferecer caução *de rato*. Mas, ocasionalmente, se houver dúvida sobre o *decretum*, considero que também deve ser interposta a caução *de rato*. Portanto, este *actor* fará as vezes de procurador das partes e não será dada a ele a ação de coisa julgada pelo edito, a não ser que tenha se apresentado em causa sua. E possa ser constituído para ela. [E] haverá a faculdade de troca do *actor* pelas mesmas causas, as quais também [permitem a troca] do procurador. Pode ser nomeado também o *filiusfamilias* como *actor*.

Entretanto, as medidas executivas contra os *collegia* realizar-se-iam independentemente da intervenção do representante, como se observa no fragmento de Gaio:

3 *ad ed. provinc.*, D. 3, 4, 1, 2. *Quod si nemo eos defendat, quod eorum commune erit possideri et, si admoniti non excitentur ad sui defensionem, venire se iussurum proconsul ait. Et quidem non esse actorem vel syndicum*⁵¹ *tunc quoque intellegimus,*

Na hipótese de que ninguém os defenda, e também se, advertidos, não tiverem promovido a sua defesa, diz o procônsul que ordenará que seja possuído e que se venda o que deles for comum. E, na verdade, entendemos igualmente não haver *actor* ou *syndicus*, quando ele está

⁵¹ A diferenciação entre os termos *actor* e *syndicus*, com base na sua designação temporária, (para causas específicas) ou permanente não teria razão de ser. Ao atuar na defesa judicial da *universitas*, o *actor* também poderia ser chamado de *defensor*, palavra que teria como equivalente grego *syndicus*, conforme Arcad., *l. s. muner. civ.*, D. 50, 4, 18, 13. *Defensores quoque, quos Graeci syndicos appellant, et qui ad certam causam agendam vel defendendam eliguntur, laborem personalis muneris adgrediuntur.* O uso dos dois termos na compilação justinianeia, justificar-se-ia, segundo F. M. DE ROBERTIS, para que os fragmentos fossem melhor compreendidos seja no Ocidente, seja no Oriente. O autor ainda afirma que tal equívoco seria oriundo da interpretação errônea, sobretudo, da parte final do fragmento Paul., 9 *ad ed.*, D. 3, 4, 6, 1. *Si decuriones decreverunt actionem per eum movendam quem duumviri elegerint, is videtur ab ordine electus et ideo experiri potest: parvi enim refert, ipse ordo elegerit an is cui ordo negotium dedit. Sed si ita decreverint, ut quaecumque incidisset controversia, eius petendae negotium Titius haberet, ipso iure id decretum nullius momenti esse, quia non possit videri de ea re, quae adhuc in controversia non sit, decreto datam persecutionem. Sed hodie haec omnia per syndicos solent secundum locorum consuetudinem explicari.* Isso porque, a última frase deveria ser entendida como fazendo referência a uma época em que as diversas funções da *universitas* eram atribuídas a vários representantes e ao momento presente em que todas as atribuições eram feitas a uma única pessoa, o síndico. Todavia, nada impediria que o *syndicus* fosse nomeado para causas específicas. Cf. A. BISCARDI, *Rappresentanza sostanziale e processuale dei 'collegia' in diritto romano*, cit. (nt. 36 *supra*), pp.16-18; A. BERGER, *Encyclopedic Dictionary of Roman Law*, cit. (nt. 35.I *supra*), p. 727; F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 295-296; F. M. DE ROBERTIS, 'Syndicus' – *Sulla questione della rappresentanza processuale dei 'collegia' e dei 'municipia'*, cit. (nt. 47 *supra*), pp. 304-305 e 322-326 (este último faz um estudo pormenorizado do

*cum is absit aut valetudine impediatur
aut inhabilis sit ad agendum.*

ausente ou está impedido por doença, ou
seja inábil para atuar em juízo.

Observa-se, no entanto, que apesar da separação entre o que concerne à *universitas* e aquilo que é referente aos seus integrantes, para que fossem atribuídas determinadas capacidades⁵² aos *collegia*, houve a necessidade de certa adaptação dos institutos tradicionais de direito privado, sendo alguns transplantados e outros modificados a fim de que fosse possível a sua titularidade por entes coletivos⁵³.

Verifica-se, portanto, que as *universitates* atuavam comercialmente e processualmente por meio de seus representantes. Oportuna é, então, a análise do *dominium* e das faculdades dele oriundas, cuja titularidade cabe ao ente coletivo.

2.2. Propriedade

O direito de propriedade apresentar-se-ia nas fontes pelo seguinte fragmento de Gaio, o qual, ao comparar os entes privados com a república romana⁵⁴, afirma que os *collegia* poderiam ter bens e arca comum⁵⁵, bem como representante⁵⁶, para tratar dos assuntos da corporação⁵⁷:

fragmento D. 3, 4, 6, 1). Para F. DE MARTINO, *Persona giuridica*, cit. (nt. 53.I *supra*), p. 932, no entanto, só em época pós clássica haveria uma representação permante da *universitas*, sendo, antes disso, o representante escolhido individualmente para cada causa. Admitindo certa confusão no emprego dos termos *actor*, *defensor* e *syndicus*, cf. J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident II*, cit. (nt. 45.I *supra*), p. 468.

⁵² No entanto, o elemento mais importante seria o reconhecimento de que os direitos e obrigações de um *collegium* não pertenceriam aos seus membros, não sendo necessário para os juristas romanos a determinação da natureza dos entes coletivos. Cf. P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28 *supra*), pp. 129-130.

⁵³ Cf. O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, cit. (nt. 2.I *supra*), pp. 89-92; F. DE MARTINO, *Persona giuridica*, cit. (nt. 53.I *supra*), p. 932.

⁵⁴ É constante a analogia entre entes privados e entes públicos nas fontes. O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, II-I, Leipzig, Veit & Comp., 1901, pp. 59-61, aponta como os primeiros sujeitos, embora de cunho público, a separarem seu patrimônio daquele proveniente do *aerarium*, os *collegia montani* e *pagani*, seguidos dos *collegia compitalicia*, dos *vici* e dos *pagi*. Os *collegia sacerdotum*, apesar de estarem a serviço dos deuses públicos, teriam uma *arca* independente, podendo locar terrenos, por exemplo, em nome próprio e não no do *populus*.

⁵⁵ Segundo J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident I*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 430-478, esse caixa podia ser formado mediante contribuições mensais, taxa de entrada na corporação, doações, taxas extras para alguns tipos de magistrados, subsídios (sobretudo quando desempenhavam um serviço público), trabalho de escravos e libertos, rendas perpétuas provenientes, por exemplo, de legados, além de receitas extraordinárias. Cf., também, F. DIOSONO, *Collegia – Le associazioni professionali nel mondo romano*, cit. (nt. 2 *supra*), pp. 85-86.

⁵⁶ É possível, segundo L. SCHNORR VON CAROLSFELD, que mais de uma pessoa fosse habilitada a tratar dos assuntos de um *collegium*, justificando-se a necessidade de que sua constituição fosse feita a partir de três

Gai, 3 *ad ed. provinc.*, D. 3, 4, 1, 1. *Quibus autem permissum est corpus habere collegii societatis sive cuiusque alterius eorum nomine, proprium est ad exemplum rei publicae habere res communes, arcam communem et actorem sive syndicum, per quem tamquam in re publica, quod communiter agi fierique oporteat, agatur fiat.*

Àqueles, porém, [a quem] é permitido ter um complexo de colégio, de sociedade ou de qualquer outra coisa sob este nome, é próprio, tal como ao estado, ter bens comuns, arca comum e ator ou síndico, por meio de quem seja feito, tal como no estado, aquilo que em âmbito comum seja tratado ou deva ser realizado.

Deve-se atentar, portanto, que os bens não pertencem aos membros de forma individual, mas ao colégio, não se confundindo o *dominium* de um ou de outro⁵⁸, o que é especialmente ressaltado quando se trata da propriedade de escravos comunitários⁵⁹, como demonstra o fragmento de Marciano:

membros. Cada membro seria, portanto, um *indirekter Rechtsträger* e, neste sentido, assemelhar-se-ia a corporação romana à figura germânica da *Gesamthand*. Entretanto, admite o autor a possibilidade de que a legitimação de mais de uma pessoa para representar os interesses dos *collegia* seja apenas oriunda de uma regulamentação interna à associação, não descaracterizando, portanto, a unidade da corporação. Isso seria evidenciado pelo fato de que em algumas inscrições, não era permitido a vários membros efetuar a transferência de propriedade de bens comuns. Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), pp. 320, nt. 3; 321-322. Quanto à possibilidade de vários representantes para as *universitates*, F. M. DE ROBERTIS, ‘Syndicus’ – *Sulla questione della rappresentanza processuale dei ‘collegia’ e dei ‘municipia’*, cit. (nt. 47 *supra*), pp. 308-309. P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28 *supra*), pp. 133-136, com base em Gai. 4 *ad XII Tab.*, D. 47, 22, 4, sustenta que por meio de pactos, desde que não contrariassem as leis públicas, era possível, ao tempo das ações da lei, instituir um membro do *collegium* a fim de que defendesse judicialmente a propriedade de um bem colegial como se seu fosse, pois não se saberia dizer ao certo quem era o titular do patrimônio colegial, apesar de não ser considerado como *res nullius*. Ao mesmo tempo, nesta época, o pretor poderia impedir que os credores desse membro reivindicassem o bem do *collegium* em caso de insolvência daquele. Com o advento do processo formular e, conseqüentemente, da admissão da representação processual, os *collegia* teriam passado a poder defender seus direitos representados pelo *actor*, não havendo, conforme o estudioso, impedimento para que uma fórmula fosse feita nos seguintes termos: *Si paret Numerium Negidium collegio fabrorum X milia dare oportere, iudex N. Negidium actori eorum X milia condemnato*, em analogia a Gai. 4, 86. No mesmo sentido, quanto às fórmulas, A. BISCARDI, *Rappresentanza sostanziale e processuale dei ‘collegia’ in diritto romano*, cit. (nt. 36 *supra*), pp. 14-15. O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 54 *supra*), pp. 67-68, também admite que em época republicana, os magistrados dos *collegia* negociassem em nome da entidade e não em nome próprio. Contra a possibilidade de mecanismos pretorianos permitirem a atuação indireta em nome dos *collegia* até o advento do processo formular, permitindo a atuação independente de um ente coletivo, cf. L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), pp. 398-400; F. DE MARTINO, *Persona giuridica*, cit. (nt. 53.I *supra*), p. 931; J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu’à la chute de l’empire d’occident II*, cit. (nt. 45.I *supra*), p. 467.

⁵⁷ Cf. *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 285-286.

⁵⁸ Cf. J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu’à la chute de l’empire d’occident I*, cit. (nt. 45.I *supra*), p. 430.

⁵⁹ No mesmo sentido, tratando da questão dos servos da cidade, cf. Ulp. 8 *off. proc.* D. 48, 18, 1, 7. *Servum municipum posse in caput civium torqueri saepissime rescriptum est, quia non sit illorum servus, sed rei publicae. Idemque in ceteris servis corporum dicendum est: nec enim plurium servus videtur, sed corporis.* (=Foi decidido frequentemente que o servo dos muncípes pode voltar-se contra os cidadãos individualmente, porque não é servo deles, mas do estado. E por isso, deve-se dizer com relação ao restante dos servos de corporações: de fato, o escravo não é considerado como de muitos, mas da corporação.). Com relação a este

3 inst., D. 1, 8, 6, 1. *Universitatis sunt non singulorum veluti quae in civitatibus sunt theatra et stadia et similia et si qua alia sunt communia civitatum. Ideoque nec servus communis civitatis singulorum pro parte intellegitur, sed universitatis et ideo tam contra civem quam pro eo posse servum civitatis torqueri divi fratres rescripserunt. Ideo et libertus civitatis non habet necesse veniam edicti petere, si vocet in ius aliquem ex civibus.*

Das universalidades são e não dos membros, como os teatros e estádios e similares que estão nas cidades e mesmo todas as outras coisas comuns são das cidades. E por isso, nem o servo comum da cidade é considerado dos indivíduos em parte, mas da universalidade e, por isso, decidiram os divinos irmãos que, tanto contra o cidadão quanto a seu favor, pode o servo da cidade voltar-se. Por esta razão, também o liberto da cidade não tem de pedir a necessária permissão do edito, se chama a juízo algum dos cidadãos.

No entanto, essa separação entre bens colegiais e bens individuais deve ser analisada sob dois aspectos, a saber, interno e externo, isto é, sob a admissão de sua oponibilidade aos próprios membros da corporação ou a terceiros a ela estranhos⁶⁰.

Inicialmente, é provável que os primeiros bens de uma corporação tenham sido adquiridos mediante doação⁶¹ e, neste sentido, a disposição desses bens dependeria, numa fase inicial, do consenso do doador, elemento que logo tornara-se pressuposto⁶².

fragmento, admite R. ORESTANO, *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, cit. (nt. 6.I *supra*), p. 175, que o termo *corpus* já seja utilizado em seu sentido abstrato. Para E. ALBERTARIO, *Corpus e universitas nella designazione della persona giuridica*, cit. (nt. 31.I *supra*), pp. 102-103, as interpolações presentes neste fragmento demonstram a intenção de tornar evidente o novo sentido do termo *corpus*. Segundo o autor, o texto original do fragmento seria obtido por meio da substituição de “*quia non sit illorum servus*” por “*quia non sit singulorum servus*”. Em relação aos bens públicos em geral, cf. I. 2, 1, 6. *Universitatis sunt, non singulorum veluti quae in civitatibus sunt, ut theatra stadia et similia et si qua alia sunt communia civitatum*; Gai. 2 inst., D. 1, 8, 1 pr. (...) *Hae autem res, quae humani iuris sunt, aut publicae aut privatae. Quae publicae sunt, nullius in bonis esse creduntur, ipsius enim universitatis esse creduntur: privatae autem sunt, quae singulorum sunt*. Cf. A. PERNICE, *Marcus Antistius Labeo – Das römische Privatrecht im ersten Jahrhunderte der Kaiserzeit*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 306-307.

⁶⁰ Para O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, cit. (nt. 2.I *supra*), pp. 102-103, o ente coletivo deveria ser considerado como diverso de seus membros somente em relação a terceiros e não em relação aos seus componentes em si, sendo a *universitas* considerada como um substrato associativo público com atribuições privadas, sendo este um dos motivos para a comparação público-privado presente nas fontes. Em outros termos, as coletividades não seriam sujeitos de direito privado independentes do direito público.

⁶¹ O que ocorre quando as questões financeiras das corporações não mais se suprem por meio das contribuições mensais de seus membros e há a necessidade de bens fixos para uso do *collegium* como o local de sua assembleia. A doação não seria o único modo pelo qual os *collegia* atingiriam esta finalidade, podendo ser implantado um direito de uso sobre um bem, mas, neste caso, em relação, sobretudo, aos locais de culto, não se estaria diante de um direito puramente privado, mas de um direito político a ser garantido pelo estado. Cf. B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 236-238. Segundo V. BANDINI, *Appunti sulle corporazioni romane*, cit. (nt. 9 *supra*), p. 191, a maioria dos bens de um *collegium* seriam adquiridos mediante doação e legado e não por compra e venda, por exemplo. A *mancipatio* seria realizada por um escravo da corporação e não por um mandatário livre. No mesmo sentido, E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5 *supra*), col. 432. De acordo com F. DIOSONO, *Collegia – Le*

Admitia-se, portanto, que as aquisições realizadas por meio desse caixa comum fossem feitas com bens colegiais e não com o patrimônio dos indivíduos, que não adquiriam o *dominium* sob a forma de copropriedade⁶³.

F. C. VON SAVIGNY ainda ressalta que caso os membros do *collegium* utilizassem os bens deste para objetivos próprios, não se desconfiguraria a propriedade da corporação, que seria, na prática, uma ficção. Todavia, necessária seria a reposição do caixa do *collegio* quando a venda de algum bem fosse realizada para fim particular⁶⁴.

Esse patrimônio que forma a arca comum dos *collegia* tinha eficácia em relação a terceiros⁶⁵ e, internamente, era regulado pelo o que determinava o estatuto do *collegium*. Segundo B. ELIACHEVITCH, poder-se-ia afirmar que os bens colegiais pertenceriam aos membros presentes do *collegium* já que seriam indivisíveis⁶⁶ enquanto durasse a corporação, não havendo direito de retirada dos bens por um membro que dela se desvinculasse, exceto se previsto no estatuto, o que destacaria esse patrimônio dos bens individuais dos membros⁶⁷.

associazioni professionali nel mondo romano, cit. (nt. 2 *supra*), pp. 86-87, muitas doações eram feitas com o intuito de financiar banquetes e cerimônias para a preservação da memória do doador após sua morte.

⁶² Cf. P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28 *supra*), pp. 130-132. O autor (cf. pp. 131-132) ainda discorre sobre a hipótese em que os credores de um doador insolvente quisessem ter direito aos bens doados a um colégio, o que não poderia acontecer, em primeiro lugar, porque, de início, o direito dos credores era sobre o corpo do devedor e não sobre seus bens e, posteriormente, porque o bem doado saíria da esfera patrimonial do doador.

⁶³ Cf. U. COLI, *Collegia e sodalitates – Contributo allo studio dei collegi nel diritto romano*, cit. (nt. 55.I *supra*), p. 124. Para o autor, entretanto, a função primordial de um *collegium* não era ter um patrimônio comum, mas ter um aspecto de utilidade pública. Somente nos *collegia* que tivessem arca comum, poderíamos constatar elementos de semelhança com as corporações modernas. (Cf. pp.117-122).

⁶⁴ Cf. *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 288-289. Em relação ao *collegium arvalium*, cf. O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 54 *supra*), pp. 60-61.

⁶⁵ Um dos aspectos que reforçariam esta separação patrimonial é a finalidade sacral do dinheiro e dos bens destinados aos cultos e aos templos, que desvincula este patrimônio dos bens e do poder dos membros da corporação. Cf. U. COLI, *Collegia e sodalitates – Contributo allo studio dei collegi nel diritto romano*, cit. (nt. 55.I *supra*), p. 123.

⁶⁶ L. KOFANOV, *I 'sodales' nelle XII tavole e il carattere dela proprietà comune*, in *BIDR XXXIX* (1997), pp. 464-465, afirma que, originariamente, as *sodalitates* não seriam criadas por mero contrato, mas diante do magistrado sendo neste momento instaurada a propriedade indivisível da associação, agindo cada membro em nome da *sodalitas* em caso de alienação dos bens comuns. No mesmo sentido, V. BANDINI, *Appunti sulle corporazioni romane*, cit. (nt. 9 *supra*), p. 196, para quem os membros não teriam direito a uma parte ideal dos bens do *collegium*, pois o patrimônio estaria a serviço da finalidade para a qual a corporação foi constituída. Em sentido contrário, ao menos até o advento do processo formular, cf. S. A. DE BASTOS MEIRA, *Instituições de direito romano*, cit. (nt. 53.I *supra*), p. 126, que afirma haver condomínio dos bens entre os membros de uma corporação.

⁶⁷ Essa configuração teria sido aceita, segundo o autor, a partir do séc. I d.C., com a atribuição de personalidade jurídica aos *collegia* e sua consequente participação no comércio à maneira dos municípios, logo, no regime das XII Tábuas, os efeitos dos atos “colegiais” recaíam somente sobre as pessoas que os fizeram, cf. *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 239-241 e 249-250. Todavia, para o autor, (cf. pp. 294-295 e 300-304), a propriedade dos bens dos *collegia* não pertenceria a um ente ideal, mas, de forma comum, à pluralidade. Este tipo de propriedade não se configuraria, no entanto, como um condomínio, pois não era objetivo necessário do *collegium* a posse destes bens, além de seu regime

É de se diferenciar, pois, o caixa comum de um *collegium* e o de uma sociedade⁶⁸. No que se refere ao primeiro, que é administrado pelo *actor*, não há responsabilidade que vá além do seu conteúdo e ele próprio custeia suas dívidas. Já quanto ao segundo, sua existência é meio facilitador da condução da sociedade, mas não limita a responsabilidade, sendo considerado, internamente à sociedade, como patrimônio comum dos sócios⁶⁹.

Em caso de dissolução da associação⁷⁰, conforme o fragmento de Marciano – D. 47, 22, 3 pr.⁷¹ – os bens seriam repartidos entre os membros restantes. Apesar do fragmento fazer referência aos *collegia illicita*, de acordo com B. ELIACHEVITCH⁷², não faria sentido impedir que os membros de corporações lícitas pudessem dividir os bens do *collegium*, quando de sua liquidação, pois, se assim fosse, tal regramento os colocaria em desvantagem em relação aos *collegia illicita*.

2.3. Posse e usufruto

O entendimento de que era necessária a existência, além do apoderamento físico, do *animus possidendi* para que se pudesse exercer a posse sobre bens e, com isso, receber a proteção dela oriunda⁷³, foi o principal obstáculo a ser superado para que se viabilizasse o reconhecimento de que entes coletivos também pudessem exercer atos possessórios.

ser determinado pelo estatuto. Teríamos, então, dois tipos de propriedade coletiva, a condominial e a “colegial”, semelhante ao *Gesamteigentum* (propriedade de mão comum) do direito alemão. Já E. VOLTERRA, *Istituzioni di diritto privato romano*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 119-122, sustenta que inicialmente os bens dos *collegia* estariam regulamentados pelo regime de copropriedade e só com o surgimento do processo formular é que a propriedade do ente coletivo seria reconhecida de forma destacada.

⁶⁸ Para T. MOMMSEN, *Zur Lehre von den römischen Korporationen*, cit. (nt. 36 *supra*), pp. 50-51, no entanto, os bens do *collegium* eram considerados como uma parte separada dos bens do estado, ao contrário dos bens das *societas*.

⁶⁹ Cf. A. PERNICE, *Marcus Antistius Labeo – Das römische Privatrecht im ersten Jahrhundert der Kaiserzeit*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 293-294. Outra questão analisada pelo autor – p. 308 – é a de que no caso de dissolução do *collegium* por morte do último membro, o patrimônio colegial não será tido como herança do *de cuius*, mas seu destino será a vacância ou a divisão entre os credores.

⁷⁰ A dissolução voluntária só ocorreria se não fosse prejudicar o direito de terceiros, cf. J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident I*, cit. (nt. 45.I *supra*), p. 338; A. PERNICE, *Marcus Antistius Labeo – Das römische Privatrecht im ersten Jahrhundert der Kaiserzeit*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 308-309.

⁷¹ Fragmento reproduzido no item 4.3 do Capítulo IV. Apesar da ilicitude mencionada, não haveria necessariamente a pena de confisco dos bens, daí a possibilidade de divisão do patrimônio comum. Isto não precluiu, no entanto, a aplicação de outras penalidades, como a apresentada em Ulp., 6 *offic. procons.*, D. 47, 22, 2. Sendo assim, não poderíamos considerar a divisão dos bens como um privilégio concedido aos *collegia illicita*. Cf. A. PERNICE, *Marcus Antistius Labeo – Das römische Privatrecht im ersten Jahrhundert der Kaiserzeit*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 309.

⁷² Cf. *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 296-297.

⁷³ Sobretudo, a oriunda da ação publiciana. Cf. L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 233.

No que se refere aos *municipia*, encontra-se nas fontes jurídicas uma discussão sobre a inviabilidade de se obter *animus* de todos os munícipes para fins de posse, considerando alguns juristas que nem por meio de escravo poder-se-ia adquiri-la, pois seria necessário também possuir o escravo⁷⁴.

Paul, 54 *ad ed.*, D. 41, 2, 1, 22. *Municipes per se nihil possidere possunt, quia universi consentire non possunt. Forum autem et basilicam hisque similia non possident, sed promiscue his utuntur. Sed Nerva filius ait, per servum quae peculiariter adquisierint et possidere et usucapere posse: sed quidam contra putant, quoniam ipsos servos non possideant.*

Os munícipes nada podem possuir por si, porque todos juntos não podem consentir. Ademais, não possuem o fórum, a basílica e [coisas] similares, mas indistintamente utilizam-se delas. Porém diz Nerva, o filho, que se pode possuir e usucapir, por meio de um servo, aquilo que adquiriram via pecúlio: mas alguns pensam o contrário, pois, os próprios servos não seriam possuídos.

Tal impasse foi solucionado admitindo-se, por fim, que os municípios pudessem adquirir a posse⁷⁵ seja por meio de escravo, seja por pessoa livre⁷⁶.

Ulp., 70 *ad ed.*, D. 41, 2, 2. *Sed hoc iure utimur, ut et possidere et usucapere municipes possint idque eis per servum et per liberam personam adquiratur.*

Mas fazemos uso deste direito, para que possam os munícipes tanto possuir quanto usucapir, e que aquilo por eles seja adquirido ou por meio de um escravo, ou por meio de uma pessoa livre.

E desta forma, foi estendida tal capacidade também aos *collegia*⁷⁷, como se depreende do fragmento de Ulpiano:

⁷⁴ Cf. F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 290-291.

⁷⁵ Trazendo a hipótese de que os municípios (munícipes) deixem de possuir algum bem, cf. Ulp., 4 *disp.*, D. 50, 12, 3, 1. *Si quis quam ex pollicitatione tradiderat rem municipibus vindicare velit, repellendus est a petitione: aequissimum est enim huiusmodi voluntates in civitates collatas paenitentia non revocari. Sed et si desierint municipes possidere, dicendum erit actionem eis concedendam.*

⁷⁶ Para S. RICCOBONO, *Zur Terminologie der Besitzverhältnisse – Naturalis possessio, civilis possessio, possessio ad interdicta*, in SZ 31 (1910), pp. 358-359, nts. 3 e 7, tal fragmento insere grandes inovações, ao admitir que um escravo exerça a posse mesmo sem uma vontade explícita de seu dono, no caso, o *municipium*. Trata-se, para o autor, de um fragmento interpolado com o fim de apresentar um novo direito, como indicaria a frase “*hoc iure utimur*”. O direito anterior seria contemplado no fragmento de Paulo, D. 41, 2, 1, 22, o qual apresentaria uma exceção bem delimitada por Nerva, o filho, para a aquisição de bens, via pecúlio, pelos *municipia*. No mesmo sentido, E. ALBERTARIO, *Corpus e universitas nella designazione della persona giuridica*, ci. (nt. 31.I *supra*) p. 120.

⁷⁷ De acordo com E. GUARITA CARTAXO, *As pessoas jurídicas em suas origens romanas, evolução e conceito*, cit. (nt. 15.I *supra*), pp. 206-207, quanto a este assunto, a capacidade dos entes coletivos seria maior que a dos tutelados, visto que àqueles era possível ter a posse dos próprios escravos sem necessidade de uma vontade supletiva.

24 *ad ed.*, D. 10, 4, 7, 3. *Item municipes ad exhibendum conveniri possunt, quia facultas est restituendi: nam et possidere et usucapere eos posse constat: idem et in collegiis ceterisque corporibus dicendum erit.*

Do mesmo modo, os munícipes podem ser chamados a juízo para que exibam, pois têm a faculdade de restituir: é certo que eles possam não só possuir como também usucapir: de igual maneira, haverá de se dizer em relação aos colégios e às demais corporações.

Neste caso, o presidente do *collegium* faria as vezes do próprio ente coletivo, podendo a posse ser adquirida por ele mesmo ou por alguém a seu mando⁷⁸.

É de observar que, uma vez reconhecido direito de propriedade dos *collegia*, a admissão de que eles exercessem a posse sobre seus bens era uma consequência natural⁷⁹.

A admissão de que os *municipia* fossem beneficiados com o direito de usufruto também é prevista nas fontes, em dois fragmentos atribuídos a Gaio⁸⁰:

17 *ad ed. provinc.*, D. 7, 1, 56. *An usus fructus nomine actio municipibus dari debeat, quaesitum est: periculum enim esse videbatur, ne perpetuus fieret, quia neque morte nec facile capitis deminutione periturus est, qua ratione proprietas inutilis esset futura semper abscedente usu fructu. Sed tamen placuit dandam esse actionem. Unde sequens dubitatio est, quousque tuendi essent in eo usu fructu municipes: et placuit centum annos tuendos esse municipes, quia is finis vitae longaevi hominis est.*

Pergunta-se se aos munícipes deva ser dada ação de usufruto: pois seria considerado o perigo de que [se] fizesse perpétuo, já que nem pela morte, nem facilmente pela *capitis deminutio* extinguir-se-ia, [e] por essa razão, haveria de ser inútil a propriedade [se] destacado sempre o usufruto. Todavia, pareceu por bem ser dada a ação. Disto seguiu-se a dúvida de até quando os munícipes seriam mantidos neste usufruto: e considerou-se que os munícipes devem ser mantidos por cem anos, pois este é o fim da vida de um homem idoso.

3 *de leg. ad ed. Provinc.*, D. 33, 2, 8. *Si usus fructus municipibus legatus erit,*

Se um usufruto for legado aos munícipes, pergunta-se até quando

⁷⁸ F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 291-292, pp. 292-293.

⁷⁹ Cf. L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 233, daí a afirmação do autor de que desde a época clássica fora reconhecido o *animus possidendi* por parte dos *collegia*, ao contrário do que afirma S. RICCOBONO. No mesmo sentido, B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), p. 282, que, apesar de reconhecer que a extensão das disposições dos *municipia* aos *collegia* seja obra dos compiladores, admite que os membros de um *collegium* já possuiriam de forma conjunta, mesmo antes da aquisição de personalidade pela corporação. Para F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 291-292, a prática fez com que se admitisse a capacidade de possuir aos entes coletivos, sem que as dúvidas teóricas a este respeito fossem levadas em consideração.

⁸⁰ Para F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 289-290, é possível que os entes coletivos sejam usufrutuários, pois o caráter predominante de tal instituto é a aquisição da propriedade dos frutos, ao contrário do direito de uso, que não seria aplicável a estes entes.

quaeritur, quousque in eo usu fructu tuendi sint: nam si quis eos perpetuo tuetur, nulla utilitas erit nudaе proprietatis semper abscedente usu fructu. Unde centum annos observandos esse constat, qui finis vitae longissimus esset.

devem ser mantidos neste usufruto: pois se alguém os mantiver perpetuamente, de nenhuma utilidade será a nua propriedade [se] sempre destacado o usufruto. E então se estabeleceu que devem ser observados cem anos, que seria o fim mais longo da vida.

Se por um lado, a constituição do usufruto⁸¹ a favor dos *municipia* era reconhecida, por outro, não poderia tal benefício ensejar, na prática, a perda da propriedade em prol do ente coletivo, caso não se determinasse um limite temporal ao seu exercício.

Entretanto, a fixação do limite de cem anos para o exercício do usufruto é considerada como fruto da obra dos compiladores, pois, no fragmento original, Gaio não admitiria a constituição de usufruto por legado exatamente pela possibilidade de se tornar perpétuo⁸².

Apresenta-se também como causa de extinção do usufruto, além do limite temporal, a hipótese de destruição de uma cidade, o que poderia ser equiparado à dissolução de um ente coletivo:

Mod., 3 differ., D. 7, 4, 21. Si usus fructus civitati legetur et aratrum in ea inducatur, civitas esse desinit, ut passa est Carthago, ideoque quasi morte desinit habere usum fructum.

Se foi legado um usufruto a uma cidade e ela foi destruída, a cidade deixa de existir, como aconteceu com Cartago, e por isso, como se fosse pela morte, deixa de ter o usufruto.

Todavia, pelo fato das fontes referirem-se somente aos *municipia* e às *civitates*, segundo L. SCHNORR VON CAROLSFELD⁸³, não seria possível afirmar que o usufruto seria

⁸¹ Admite-se a constituição do usufruto somente por legado. Cf. F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 289-290. O autor ainda menciona, ao tratar do usufruto, a possibilidade de que algumas servidões prediais sejam adquiridas por entes coletivos, com base em. Iav., 4 *epist.*, D. 8, 1, 12. *Non dubito, quin fundo municipum per servum recte servitus adquiratur.*

⁸² Cf. S. DI MARZO, *Sull'usufrutto delle persone giuridiche nel diritto romano classico*, in *BIDR XIV* (1902), pp. 124-126, para quem os fragmentos seriam genuínos até “*qua ratione proprietatis inutilis esset futura semper abscedente usu fructu*” e “*nulla utilitas erit nudaе proprietatis semper abscedente usu fructu*”, em D. 7, 1, 56 e D. 33, 2, 8, respectivamente. As frases posteriores seriam acréscimos dos compiladores a fim de adequar os fragmentos à nova regra. No mesmo sentido, L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 328, nt. 5; M. KASER, *Das römische Privatrecht*, I, cit. (nt. 60.I *supra*), p. 306, nt. 31; A. BURDESE, *Manuale di diritto privato romano*, Torino, UTET, 1964, pp. 189 e 191.

⁸³ Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 328 e nt. 5. Ao contrário do que se verifica nas fontes referentes aos demais direitos mencionados neste capítulo, não se encontram, de fato, fragmentos que façam a transposição das regras aplicáveis aos *municipia* aos *collegia*.

também permitido aos *collegia*, sendo provável que tal direito tenha sido concedido como privilégio aos entes de natureza preponderantemente pública.

Esta assertiva, no entanto, não nos parece adequada, uma vez que, ao se reconhecer o direito de propriedade e o exercício da posse aos *collegia*, não haveria mais obstáculos a serem superados para que também se admitisse a titularidade do direito de usufruto às corporações.

2.4. Manumissão

Por acarretar efeitos sucessórios, a faculdade de manumitir um escravo não fora atribuída, de início⁸⁴, aos *collegia*⁸⁵. Somente com o imperador Marco Aurélio é que as corporações adquiriram esta prerrogativa⁸⁶:

Ulp., 5 *ad Sab.*, D. 40, 3, 1. *Divus Marcus omnibus collegiis, quibus coeundi ius est, manumittendi potestatem dedit:*

O divino Marco conferiu a faculdade de manumitir a todos os colégios, que tenham o direito de associar-se.

⁸⁴ Havia também um viés político para a restrição desta faculdade, já que cada liberto de um *collegium* seria um voto e uma pessoa a mais para contribuir com as agitações políticas envolvendo as associações privadas. Cf. A. PERNICE, *Marcus Antistius Labeo – Das römische Privatrecht im ersten Jahrhunderte der Kaiserzeit*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 307.

⁸⁵ De acordo com P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28 *supra*), p. 140, a libertação de um servo, antes da permissão conferida por Marco Aurélio, era possível mediante a transferência do escravo da corporação a um membro, que se comprometia a libertá-lo. A questão sucessória que tangencia a manumissão envolvia também o caráter de sacral do papel do herdeiro que deveria honrar o *de cuius* (no caso, o escravo falecido), o que não poderia ser feito por um *collegium*. Todavia, segundo, B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 284-285, Marco Aurélio apenas generalizou uma faculdade que era anteriormente concedida por meio de privilégios.

⁸⁶ F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp.286-287 afirma que, ademais, um obstáculo processual existiria, já que a manumissão por um *collegium* só seria possível com o advento do processo formular, pois era necessária a representação, não sendo possível fazer a *manumissio vindicta* das ações da lei. Todavia, nada impediria que, mesmo em época das ações da lei, os escravos dos entes coletivos permanecessem em “posse do estado de liberdade”, adquirindo a latinidade. No mesmo sentido, quanto à *manumissio vindicta*, L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), pp. 220-221. Quanto aos *municipia*, segundo T. MOMMSEN, *Zur Lehre von den römischen Korporationen*, cit. (nt. 36 *supra*), pp. 39-40, a prática da manumissão já era admitida desde época republica, conforme Diocl. et Max., C. 7, 9, 3, 1 (290 ou 293). *Si itaque secundum legem vetiti libici, cuius potestatem senatus consulto Iuventio Celso iterum et Neratio Marcello consulibus facto ad provincias porrectam constitit, manumissus civitatem Romanam consecutus es, post vero ut libertus tabularium administrando libertatem quam fueras consecutus non amisisti, nec actus tuus filio ex liberis ingenuo suscepto, quominus decurio esse possit, obfuit*, sendo a expressão “*vetiti libici*” equivalente a “*veteres publici*”.

Deste modo, com a manumissão de um escravo, surgia a relação de patronato, sendo um de seus efeitos, o direito de reivindicação, por parte do *collegium*, da herança que o liberto deixava.

Ulp., 14 *ad Sab.*, D. 40, 3, 2. *Quare hi quoque legitimam hereditatem liberti vindicabunt.*

Portanto, os colégios também reivindicarão a herança legítima do liberto.

A futura herança do liberto era proveniente, tal como ocorria quando pertencente a pessoas físicas, no mais das vezes, do pecúlio que lhe era conferido. Cabe ressaltar que por efeito da manumissão é que um *collegium* poderia herdar *ab intestato*⁸⁷.

Pap., 14 *resp.*, D. 40, 3, 3. *Servus civitatis iure manumissus non ademptum peculium retinet ideoque debitor ei solvendo liberatur.*

O servo da cidade, legalmente manumitido, conserva o pecúlio que não lhe foi privado e, por isso, o devedor é liberado ao lhe pagar.

De acordo com L. SCHNORR VON CAROLSFELD⁸⁸, a existência da relação de patronato é o que justificaria a atribuição do direito de manumissão somente aos *collegia* que tivessem o *ius coeundi*, isto é, aos colégios autorizados, pois os demais poderiam ser dissolvidos a qualquer momento pelo estado, o que acarretaria a existência de libertos sem patrono.

Todavia, essa relação de patronato circunscrevia-se à corporação e não era extensível aos seus integrantes, evidenciando-se, mais uma vez, a diferenciação entre o *collegium* e seus membros, como se observa no fragmento abaixo:

Ulp., 5 *ad ed.*, D. 2, 4, 10, 4. *Qui manumittitur a corpore aliquo vel collegio vel civitate, singulos in ius vocabit: nam non est illorum libertus, sed rei publicae honorem habere debet et si adversus rem publicam vel universitatem velit experiri, veniam edicti petere debet, quamvis actorem eorum constitutum in ius sit vocaturus.*

Quem for manumitido por alguma corporação ou por um colégio ou por uma cidade chamará a juízo os indivíduos: pois não é liberto destes. Mas em relação à república deve ter reverência, e se quiser litigar contra a república ou contra a universalidade, deve solicitar a permissão do edito, ainda que seja chamado a juízo o constituído como *actor* delas.

⁸⁷ Cf. T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27 *supra*), p. 124; E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5 *supra*), col. 433.

⁸⁸ Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 222.

2.5. Direitos sucessórios

Encontram-se maiores dificuldades no que diz respeito ao reconhecimento geral de direitos sucessórios aos entes coletivos⁸⁹, visto que eram eles considerados como *incertae personae*⁹⁰, não podendo, a princípio, ser instituídos como herdeiros.

Ulp. Reg., 22, 5. *Nec municipia nec municipes heredes institui possunt, quoniam incertum corpus est, et neque cernere universi neque pro herede gerere possunt, ut heredes fiant. Senatus consulto tamen concessum est, ut a libertis suis heredes institui possint. Sed fideicommissa hereditas municipibus restitui potest, denique hoc senatus consulto prospectum est.*

Nem os municípios, nem os munícipes podem ser instituídos herdeiros, pois são um corpo incerto, e todos juntos não podem aceitar, tampouco administrar como sucessor, de forma que [pudessem ser] feitos herdeiros. Porém, foi permitido por um senatus-consulto que pudessem ser instituídos herdeiros pelos seus libertos⁹¹. Entretanto, a herança por fideicomisso pode ser restituída aos munícipes, pois isto foi contemplado pelo senatus-consulto.

O mesmo raciocínio era aplicado aos *collegia*⁹², cuja posição de herdeiro só poderia ser desempenhada se houvessem sido contemplados por um privilégio.

Diocl. et Max., C. 6, 24, 8. *Collegium, si nullo speciali privilegio subnixum sit, hereditatem capere non posse dubium non est.* (290).

Não há dúvida de que um *collegium* não possa receber herança, se não estiver amparado por algum privilégio especial.

⁸⁹ Cf. F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 299-300 e 307-308.

⁹⁰ Cf. E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5 *supra*), col. 434. Para P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28 *supra*), p. 139, não seria possível afirmar que os *collegia* seriam considerados como *incertae personae* no direito mais antigo. O real motivo para se limitar a capacidade sucessória dos entes coletivos era o de não serem *personae*, mas *corpora*. Sustentando que a questão dos entes coletivos serem *incertae personae* não se colocava no direito mais antigo em relação ao fideicomisso, cf. L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 231, com base em Gai. 2, 287. *Item olim incertae personae vel postumo alieno per fideicommissum relinqui poterat, quamvis neque heres institui neque legari ei posset; sed senatusconsulto quod auctore divo Hadriano factum est, idem in fideicommissis quod in legatis hereditatibusque constitutum est.* Em sentido contrário, I. G. HENECCIUS, *De collegiis et corporibus opificum*, Halae Magdeburgicae, 1723, p. 47.

⁹¹ Cf. D. 38, 3, 1, pr. *Municipibus plenum ius in bonis libertorum libertarum defertur, hoc est id ius quod etiam patrono.*

⁹² Segundo B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), p. 283, as limitações à capacidade sucessória dos *municipia* era devida à submissão destes entes ao *Populus*. Já no que concerne aos *collegia*, mesmo uma capacidade sucessória limitada representava uma conquista, não estando ligada a uma questão política. Todavia, os municípios teriam adquirido primeiramente a capacidade de serem instituídos herdeiros.

Dois problemas surgem desta classificação: o primeiro quanto à definição da titularidade dos bens hereditários e o segundo quanto à possibilidade de um ente coletivo realizar o ato de aceitação da herança, uma vez que, da mesma maneira que se dava com o *animus possidendi*, não poderiam todos os integrantes de um município ou de um *collegium* aceitarem conjuntamente⁹³.

Por este motivo, mesmo Justiniano ao permitir a instituição de um *collegium* como herdeiro, neste ponto, sem superar o obstáculo de que essas corporações seriam “pessoas incertas”, determina que a herança seja repartida entre os membros do ente coletivo que existiam quando da morte do *de cuius*⁹⁴.

Todavia, algumas regras foram flexibilizadas, sobretudo, pelo direito pretoriano⁹⁵. Em algumas fontes, como em C. 1, 3, 24, a qual se refere, muito provavelmente aos *collegia tenuiorum*, observamos que, tendo-se em vista um fim social, a classificação do ente coletivo como *persona incerta* é afastada:

Valent. et Marc., C. 1, 3, 24. Id, quod pauperibus testamento vel codicillis relinquitur, non ut incertis personis relictum evanescat, sed modis omnibus

Aquilo que foi deixado aos pobres por testamento ou codicilos, não seja anulado por ter sido deixado a pessoas incertas, mas por todos os modos seja

⁹³ Cf. M. TALAMANCA, *Istituzioni di diritto romano*, cit. (nt. 9 *supra*), p. 181.

⁹⁴ Cf. *Iust.*, C. 6, 48, 1, 10 (528-529). *Si quis sacro senatui vel curiae civitatis vel officio, quod magnis potestatibus vel iis quae in provinciis sunt ministerium praebebat, vel medicorum professorumve vel advocatorum corpori vel militibus vel eiusdem artis opificibus vel clericis vel uno verbo si cuicumque non illicito corpori quid reliquerit, valet relictum. Et si quidem simpliciter collegii vel legionis mentionem fecerit, omnes, qui mortis tempore in eo numero sunt, petunt et secundum personarum numerum id dividunt, nisi testator unumquemque certum aliquid capere iusserit: neve quis secundum veterem constitutionem curet, certae administrationis persona fuerit nec ne.* (Tradução latina apresentada por T. MOMMSEN no *Corpus Iuris Civilis*). Cf. T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27 *supra*), p. 125; A. SANTOS JUSTO, *Direito privado romano – Parte geral*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 154-155, nt. 728. Todavia, segundo, L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 229, tal fragmento não é contraditório com os demais a respeito do tema, visto que, neste caso, a hipótese seria a de aceitação de herança por *collegia* que carecessem do privilégio geral de autorização de funcionamento, o que se coadunaria com o fragmento a respeito dos legados – D. 34, 5, 20 – que determina a divisão do bem legado entre os membros de um colégio não autorizado. Segundo F. M. DE ROBERTIS, *Sui legati a ‘incertae personae’: C. 6.48.1.10 e la sua estraneità alla materia associativa*, in *Studi in onore di Edoardo Volterra III*, Milano, Giuffrè, 1971, pp. 625-632, admitir que tal constituição negasse a instituição de legados aos *collegia*, seria negar toda a evolução que as fontes revelam quanto à capacidade jurídica das associações. Apesar de original, não faria o escrito de Justiniano referência aos *collegia*, lícitos ou ilícitos, pois não eram eles *personae incertae*, mas *certae*, já que em poucas hipóteses seria permitido formar um *collegium*. A incapacidade de receber legados seria a de um grupo de pessoas que estavam ligadas a serviços públicos, mas que não formavam um *collegium*, como os advogados e os médicos. Não haveria, portanto, regulação em matéria associativa. Ao se instituir legado aos advogados de certa cidade, que não formavam um *collegio*, dever-se-ia dividir os bens entre os profissionais da categoria existentes no local. Estende-se, pois, o regulamento concernente aos *collegia illicita* a este tipo de situação, a fim de preservar a validade do legado.

⁹⁵ E. GUARITA CARTAXO, *As pessoas jurídicas em suas origens romanas, evolução e conceito*, cit. (nt. 15.I *supra*), pp. 220-221 e 225, para quem a regra geral da incapacidade sucessória não deixou de prevalecer.

ratum firumque consistat. (455).

mantido firme e válido.

E, posteriormente, podemos atestar que algumas fontes atribuem a capacidade testamentária passiva aos *municipia* e aos *collegia*, sem fazer menção a privilégios⁹⁶:

Ulp., 4 *fideic.*, D. 36, 1, 6, 4. *Item si municipes hereditatem suspectam dicant heredes instituti, dicendum erit cogi eos adgnosceret hereditatem et restituere: idemque erit et in collegio dicendum.*

Do mesmo modo, se os munícipes forem instituídos herdeiros, afirmam ser suspeita a herança, [mas] haverá de se dizer que eles são obrigados a aceitar a herança e a restituí-la: de igual forma também haverá de se dizer no concerne a um *collegium*⁹⁷.

Também reconhecida foi a possibilidade de aceitação de herança por meio de um representante:

Ulp., 39 *ad ed.*, D. 37, 1, 3, 4⁹⁸. *A municipibus et societatibus et decuriis et corporibus bonorum possessio adgnosci potest. Proinde sive actor eorum nomine admittat sive quis alius, recte competet bonorum possessio: sed et si nemo petat vel adgnoverit bonorum possessionem nomine*

Pode ser aceita a *bonorum possessio* pelos munícipes, pelas sociedades, pelas decúrias e pelas corporações. Assim, quer se admita o *actor* em nome deles, quer outra pessoa, seguramente será devida a *bonorum possessio*: mas, se ninguém reclamar ou aceitar a *bonorum possessio* em nome do

⁹⁶ Cf. também, Leo, C. 6, 24, 12. *Hereditatis vel legati seu fideicommissi aut donationis titulo domus aut annonae civiles aut quaelibet aedificia vel mancipia ad ius inclitae urbis vel alterius cuiuslibet civitatis pervenire possunt.* (469). Todavia, de acordo com F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 301-302, no que diz respeito aos *collegia*, a capacidade testamentária passiva sempre foi oriunda de um privilégio concedido a determinada corporação, sendo a regra geral a da incapacidade, exceto quando instituídos como herdeiros por um liberto. Mais uma vez, as regras referentes aos *municipia* não seriam aplicáveis por analogia aos *collegia*. Contra isso, L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), pp. 227-228, para quem as fontes não deixam claro que só era possível a instituição de um *collegium* como herdeiro pelos seus libertos. Segundo o autor, o privilégio mencionado em C. 6, 24, 8 não seria o privilégio de aceitação de herança, conferida a um *collegium* em particular, mas o privilégio da autorização de funcionamento a um grupo de *collegia* do mesmo tipo, como o feito para os *collegia tenuiorum*, privilégio este que incluiria várias faculdades e, dentre elas, a de ser instituído como herdeiro. Também no sentido de que foi alcançada uma capacidade testamentária passiva geral, excetuando-se o *collegium* dos judeus, cf. I. G. HENECCIUS, *De collegiis et corporibus opificum*, cit. (nt. 90 *supra*), p. 48.

⁹⁷ Para L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), pp. 228-229, a parte final do fragmento referente aos *collegia* seria interpolada.

⁹⁸ Com relação a este fragmento, F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 303-305, afirma tratar-se, quanto aos *collegia*, da aquisição da *bonorum possessio* de um liberto, uma vez que, caso fosse admitida a *bonorum possessio* geral, não haveria de se falar em limitação quanto à capacidade sucessória destes entes, a qual fora reconhecida por Ulpiano em suas *Regras* 22, 5. Para L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 229, tratar-se-ia do único fragmento a respeito do tema não interpolado.

municipii, habebit municipium bonorum possessionem praetoris edicto.

munícipio, terá o município a *bonorum possessio* pelo edito do pretor.

Ulp., 8 *ad Sab.*, D. 29, 2, 25, 1. *Servus municipum vel collegii vel decuriae heres institutus manumissus vel alienatus adibit hereditatem.*

Um servo do município ou do *collegium* ou da decúria, [se for] instituído herdeiro, aceitará a herança, manumitido ou alienado⁹⁹.

Porém, duas foram as exceções que permitiam a um *collegium* receber legitimamente uma herança *ab intestato*¹⁰⁰: a primeira era oriunda do direito de patronato e a segunda era o privilégio concedido a algumas corporações de tornarem-se herdeiras de seus membros, na falta de outros sucessores¹⁰¹, como se observa em C. 6, 62, 1¹⁰²:

Constant. C. 6, 62, 1. Si quis navicularius sine testamento et liberis vel successoribus defunctus sit, hereditatem eius non ad fiscum, sed ad corpus naviculariorum, ex quo fatali sorte subtractus est, deferri praecipimus. (326).

Se algum armador houver falecido sem testamento e sem filhos ou sucessores, ordenamos [que] a sua herança seja conferida, não ao fisco, mas à corporação dos armadores, da qual por fatal sorte foi subtraído.

Já no que concerne ao legado, as dificuldades foram muito mais facilmente superadas, pois tal instituto não tinha a carga representativa da herança em si, que era considerada como uma continuação do *de cuius*¹⁰³.

⁹⁹ Se for escravo do fisco, por meio do procurador de Cesar. Cf. Ulp., 8 *ad Sab.*, D. 29, 2, 25, 2. *Si fisci servus sit, iussu procuratoris Caesaris adibit hereditatem, ut est saepe rescriptum.*

¹⁰⁰ Cf. F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), p. 300; P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28 *supra*), pp. 156-157.

¹⁰¹ Cf. F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), p. 300; T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27 *supra*), pp. 124-125. Para o autor, na verdade, a capacidade sucessória dos entes coletivos era de quatro tipos, a saber, por especial privilégio, por testamento de um liberto, pelo senatus-consulto Aproniano e pela *bonorum possessio*. Para E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5 *supra*), cols. 433 e 434, originariamente, não poderia um *collegium* ser herdeiro de seus próprios membros.

¹⁰² Cf. também, *Theod. et Valent.*, C. 10, 35, 2 pr. (443). *Meminimus nuper emissa lege divali portionem quartam de facultatibus curialium fati munus implentium, ex qualibet novissima voluntate vel ab intestato etiam ad quemcumque praeterquam si ad filios curiales deferantur, curiarum deputasse corporibus. (...).*

¹⁰³ Cf. T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27 *supra*), p. 124. E. GUARITA CARTAXO, *As pessoas jurídicas em suas origens romanas, evolução e conceito*, cit. (nt. 15.I *supra*), pp. 218 e 222, ressalta o caráter pessoal que a aquisição *causa mortis* tem, pois o sucessor universal substituiria o *de cuius* em todas as suas relações, o que não seria viável se considerarmos um ente coletivo como *persona incerta*, por não se saber quais seriam os membros atuais e futuros de uma corporação. Neste aspecto, não havia se consolidado a ideia de que o ente coletivo seria algo diverso de seus integrantes. No mesmo sentido, F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 305-306.

A instituição de legado às *civitates*, por exemplo, é claramente reconhecida por Ulpiano:

Ulp. Reg., 24, 28. *Civitatibus omnibus, quae sub imperio populi Romani sunt, legari potest: idque a divo Nerva introductum, postea a senatu auctore Hadriano diligentius constitutum est.*

Pode-se legar a todas as cidades que estão sob o poder do *populus Romanus*: e isto pelo divino Nerva foi introduzido. Posteriormente, por um senatus-consulta de Adriano mais diligentemente [isto] foi determinado.

E, da mesma forma, também foi permitido instituir legado aos *collegia* lícitos, sendo possível legar a corporações não autorizadas somente se o bem fosse direcionado aos membros *ut singuli*, sendo nula a instituição de legado caso o destinatário fosse a corporação não autorizada considerada como ente coletivo independente¹⁰⁴ de seus membros¹⁰⁵.

Exemplos de legados atribuídos aos *collegia* são encontrados nas fontes¹⁰⁶, como demonstram os fragmentos de Cévola¹⁰⁷:

3 respons., D. 32, 93, 4. *Collegio fabrorum fundum cum silvis, quae ei cedere solent, uti optimus maximusque esset, legavit. Quaero, an ea quoque, quae in diem mortis ibi fuissent, id est*

A um colégio de artífices legou-se um terreno com plantas, as quais a ele costumam corresponder, de modo que fosse melhor e maior. Pergunto se teriam sido legadas também aquelas

¹⁰⁴ Para E. GUARITA CARTAXO, *As pessoas jurídicas em suas origens romanas, evolução e conceito*, cit. (nt. 15.I *supra*), pp. 221-222, esta determinação coloca em relevo, da mesma forma que em Ulp., 10 *ad ed.*, D. 3, 4, 7, 1, a independência entre a concepção de *universitas* e a dos membros que a compõem.

¹⁰⁵ Tal determinação encontra-se em Paul., 12 *ad Plat.*, D. 34, 5, 20. Este fragmento encontra-se transcrito e traduzido no item 4.3 do Capítulo IV. Segundo B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 286-290, era possível, mesmo antes de Marco Aurélio, efetuar legados aos *collegia*. Isto porque privilégios anteriores com esta permissão teriam existido e, se considerássemos válido o legado como direcionado aos membros dos *municipia*, por exemplo, todos eles seriam inválidos, já que destinados a *incertae personae*, o que não seria razoável de se admitir. No mesmo sentido, L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), pp. 230-231, que, ademais, afirma que é inverossímil que a interpretação de Paulo acerca da nulidade dos legados realizados aos *collegia illicita* vigorasse na prática. Isso porque seria grande o número de inscrições que retratavam a atribuição de legados aos *collegia*, sendo pouco provável que todos eles fossem autorizados, até porque em muitas dessas inscrições a fórmula de autorização não é encontrada. Ademais, mesmo que os membros de um *collegium* recebessem o bem legado *ut singuli*, deveriam utilizá-lo em prol da corporação, como se patrimônio dela fosse.

¹⁰⁶ Cf. L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 320.

¹⁰⁷ *Quintus Cervidius Scaevola* foi o principal conselheiro, em matéria jurídica, de Marco Aurélio e teve como discípulos Paulo e *Tryphoninus*. Tem como primeiro escrito as *Notas ao Digesto de Juliano* e de Marcelo. Em seguida, redige seus *Digesta*, em 40 livros. Também é de sua lavra os *Responsa*, em 6 livros, *Quaestiones* em 20 livros, *Quaestiones publice tractatae* (livro único), *Regulae*, em 4 livros e o *liber singularis de quaestione familiae*. Sua obra caracteriza-se pela natureza prática, sem alongadas discussões dogmáticas. Cf. P. KRUEGER, *Geschichte der Quellen und Literatur des Römischen Rechts*, cit. (nt. 23.I *supra*), pp. 194-197 e JÖRS, *Cervidius*, in *RE* 3.2 (1899), cols. 1988-1993.

faenum pabulum palea, item machina, vasa vinaria, id est cuppae et dolia, quae in cella defixa sunt, item granaria legata essent. Respondit non recte peti, quod legatum non esset.

[coisas] que no dia da morte ali existissem, isto é, o feno, o pasto e a palha, do mesmo modo, as máquinas, os recipientes para vinho, isto é, as cubas e os tonéis, os quais na adega foram fixados, [e] igualmente o celeiro. Respondeu-se que não se pede com razão aquilo que não tenha sido legado.

Scaev., 19 dig., D. 32, 38, 6. *Fidei commisit eius, cui duo milia legavit, in haec verba: "A te, Petroni, peto, uti ea duo milia solidorum reddas collegio cuiusdam templi". Quaesitum est, cum id collegium postea dissolutum sit, utrum legatum ad Petronium pertineat an vero apud heredem remanere debeat. Respondit Petronium iure petere, utique si per eum non stetit parere defuncti voluntati.*

Àquele, a quem se legou dois mil, [foi imposto] um fideicomisso nestes termos: “A ti, Petrônio, peço, que entregues estes dois mil soldos ao colégio daquele templo”. Perguntou-se, visto que aquele colégio foi posteriormente dissolvido, se acaso [os dois mil soldos] a Petrônio pertenceria ou, na verdade, [se] junto aos herdeiros deveria permanecer. Respondeu-se que Petrônio com razão pediria, sobretudo, se não dependeu dele o cumprimento da vontade do defunto.

Observa-se, portanto, que no âmbito do direito sucessório, as faculdades atribuídas aos *collegia* não foram reconhecidas de imediato e não se admitia, a princípio, a extensão da regulamentação dos *municipia* às corporações¹⁰⁸.

* * *

A regulamentação concernente aos *collegia* demonstra que o Direito Romano não era alheio à necessidade de se reconhecer os entes coletivos como unidade destacada de seus membros, com a finalidade de viabilizar as transações jurídicas dos agrupamentos de pessoas.

Admite-se que a *universitas* não se confunde com os membros que a integram, ainda que só um deles reste, apesar de, para a sua formação, ser necessária a reunião de ao menos três pessoas.

Tal separação nos é apresentada por fragmentos que distinguem os direitos e obrigações das *universitates* daqueles concernentes aos seus membros – Ulp., 10 *ad ed.*, D.

¹⁰⁸ Cf. O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, cit. (nt. 2.I *supra*), p. 93.; E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5 *supra*), col. 434; A. SANTOS JUSTO, *Direito privado romano – Parte geral*, v. 1, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 151 e 153-154.

3, 4, 7, 1 – bem como por aqueles que relatam hipóteses de solução de dívidas da universalidade com seus próprios créditos – Iav., 15 *ex Cass.*, D. 3, 4, 8 – ou de responsabilidade do ente coletivo pelos atos de seu representante apenas dentro dos limites dos poderes a ele conferidos, não se exigindo do representante validamente constituído a prestação de caução em juízo – Paul. 9 *ad ed.*, D. 3, 4, 6, 3.

Todavia, para que fosse possível atribuir certas faculdades aos *collegia* e aos demais entes coletivos, certos institutos de direito privado foram adaptados, em maior ou menor medida, a fim de que entes diversos do ser humano pudessem ser deles titulares.

No que diz respeito ao direito de propriedade, evidencia-se o *dominium* da *universitas*, em detrimento daquele referente aos seus membros, sobretudo, quando são os escravos o seu objeto – Marc., 3 *inst.*, D. 1, 8, 6, 1 – não havendo de se falar em copropriedade dos membros.

Mesmo com o obstáculo da inexistência de um *animus* coletivo, foi permitido aos *collegia* a aquisição e o exercício da posse e do direito de usufruto por meio de um “representante”, como se observa em Ulp., 70 *ad ed.*, D. 41, 2, 2 e Ulp., 24 *ad ed.*, D. 10, 4, 7, 3.

Como decorrência do reconhecimento da propriedade dos escravos, também verifica-se a possibilidade de que entes coletivos possam manumitir os seus servos – Ulp., 5 *ad Sab.*, D. 40, 3, 1 – e, conseqüentemente, exerçam os direitos provenientes do patronato – Ulp., 14 *ad Sab.*, D. 40, 3, 2 e Ulp., 5 *ad ed.*, D. 2, 4, 10, 4.

Maior limitação, no entanto, é verificada nas relações oriundas de direitos sucessórios, uma vez que os entes coletivos, em um primeiro momento, eram considerados como *personae incertae*.

Se, no que concerne ao legado, esta dificuldade foi mais facilmente superada – Scaev., 3 *respons.*, D. 32, 93, 4 – no que diz respeito à sucessão *ab intestato*, os *collegia*, a princípio, só poderiam ser herdeiros em caso de herança proveniente de liberto ou mediante algum privilégio, sendo a capacidade sucessória geral concedida primeiramente aos *municipia*.

Conclui-se, portanto, que os *collegia* não eram despidos de direitos e obrigações próprios, independentes daqueles cujos titulares fossem os seus membros. A “capacidade jurídica”, isto é, a aptidão para o exercício de posições jurídicas, foi-lhes atribuída à medida em que era necessária para a consecução da finalidade a que se propunha o ente coletivo.

CAPÍTULO III – REGIME ASSOCIATIVO NA REALEZA E EM ÉPOCA REPUBLICANA

1. Da origem dos *collegia* – as associações de Numa

A formação dos primeiros *collegia* na sociedade romana remonta à época da realeza, imputando-se a sua fundação ao rei *Numa*¹, cujo objetivo era o de conter a rivalidade entre sabinos e romanos, conforme o seguinte relato de Plutarco:

Numa, 17. Ex aliis autem eius institutis multitudines pro opificiis distributio maxime in admiratione habetur. Nam cum civitas duobus ex populis ut dictum est constare videretur: quin divisa potius foret ac nullo pacto una esse velet: neque fieri posset ut factio simultasque deleteretur: sed offensiones assiduas et partium contentiones pateretur: cum animo secum Numa versasset solere homines ea corporaque et diversa natura et dura sunt perfringendo et dividendo commiscere: quippe que ex parvitate conueniant: illa inter se magis statuit in partes plures cunctam multitudinem rescindere: ut ex is in alias contentiones cum iniecisset priorem et magnam illam in minores disseminatam penitus tolleret. Fuit autem pro artibus ea distributio Tibicinum aurificum, architectorum, tinctorum, cerdonum, coriariorum, fabrorum, figulorum. Reliquas vero artes simul colligens unum ipsum ex omnibus corpus reddidit: societates et

Porém, dentre outras medidas suas, foi tida em máxima admiração a distribuição da população de acordo com os ofícios. De fato, como foi dito, visto que entre a população, a cidade em duas parecia consistir, e não melhor dividida fora e por nenhum pacto seria dissimulada em uma só, nem poderia ser feito que a facção e a rivalidade fossem destruídas, mas as ofensas constantes e os conflitos das partes serem suportados, como Numa, por sua própria vontade, transformara os homens que comerciavam e aqueles corpos que eram, tanto de diversa natureza, como sem especialização e que deviam por força e por divisão ser misturados sendo, de fato, formados por pessoas humildes, determinou completamente que eles, entre si, [isto é, que] toda a população em várias partes fosse dividida, para que por ele, em outros conflitos, quando fosse suscitada a primeira e grande [rivalidade], em menores

¹ Apesar disso, temos uma notícia de *Florus*, o qual atribui esta fundação a *Servius Tullius*: *Flor., Ep. T. Livio, 1, 6. «Servius Tullius deinceps gubernacula urbis invadit,(...) Ab hoc populus Romanus relatus in censem, digestus in classes, decuriis atque collegis distributus (...). summaque regis sollertia ita est ordinata res p., ut omnia patrimonii dignitatis aetatis artium officiorum que discrimina in tabulas referrentur ac sic maxima civitas minimae domus diligentia contineretur.»* Sérvio Túlio, em seguida, o governo da cidade assume. (...) Por ele o *populus Romanus* foi colocado sob o censo, separado em classes, em decúrias e em colégios distribuído (...). No entanto, conforme M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, Columbia, The Tuttle, Morehouse & Taylor, 1908, p. 64, não há de se ver uma contradição entre as tradições, preservando-se a atribuição a Numa. Isso porque, segundo O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*cit. (nt. 54.II *supra*), p. 63, Sérvio teria recepcionado esta divisão, já que se afirma que todas as suas subdivisões já eram encontradas em documentos anteriores.

*conventus ac deorum honores cuilibet generi pro dignitate impartiens: tum primum illud amovit ex urbe dici haberique alios Sabinos alios Romanos et illos Tacii: hosce Romuli cives*².

fosse inteiramente disseminada. E foi esta a distribuição, de acordo com as profissões: [corporação] dos flautistas, dos ourives, dos arquitetos, dos tintureiros, dos artesãos, dos coureiros, dos que trabalham com cobre, dos oleiros. As demais profissões, no entanto, juntas reuniu, dentre todos, em um único próprio corpo: concedendo [a faculdade de realizar], como dignidades, a cada gênero (a cada associação), sociedades (associações) e reuniões e honores dos deuses: então, pela primeira vez, desaparece da cidade o dizer-se e o ter-se uns como sabinos, outros como romanos e aqueles como cidadãos de Tácio, estes como de Rômulo.

Apesar de duvidoso, como alguns estudiosos apontam³, o valor histórico desta narração de Plutarco, comprova-se, no entanto, o caráter antigo dessas corporações⁴.

Menção a este fato também é feita por Plínio, mostrando que havia certa hierarquia entre estes colégios, ao mencionar a terceira posição ocupada pela associação dos que trabalham com o cobre:

Nat. Hist., 34, 1. *Proxime dicantur aeris metalla, cui et in usu proximum est pretium, immo vero ante argentum ac paene etiam ante aurum Corinthio, stipis quoque auctoritas, ut diximus. Hinc aera militum, tribuni aerarii et aerarium, obaerati, aere diruti. Docuimus quamdiu populus Romanus aere tantum signato usus esset: et alia re vetustas aequalem urbi auctoritatem*

Logo após, falar-se-á sobre o metal de cobre, o qual no valor e no uso é o próximo, de fato, a Coríntio (metal de Coríntio) antes da prata e quase também antes do ouro [estima-se], além do prestígio do seu valor, como dissemos. Disto [as expressões] dinheiro dos soldados, tribunos do *aerarium* e *aerarium* (tesouro), devedores, soldados sem pagamento a

² Tradução do original grego para o latim de U. HAN, *Plutarchus – Vitae illustrium virorum*, 1.2, Roma, Campanus, 1470.

³ Cf. W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 3-4; J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées I*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 65-67; M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 63.

⁴ Cf. W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 3-4; L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), p. 393; M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 21-22.

*eius declarat, a rege Numa collegio
tertio aerarium fabrum instituto.*

título punitivo. Mostramos quanto tempo o *populus Romanus* somente o cobre como moeda tinha usado: e por outro fato é evidente o antigo igual prestígio dele na cidade, tendo sido fundado pelo rei Numa como terceiro colégio o dos que trabalham com cobre.

Todavia, nota-se que a ordem mostrada por Plínio não é a mesma daquela relatada por Plutarco, o que faz com que se conclua que não se sabia ao certo a ordem ocupada por tais *collegia*, tendo-se por seguro somente que foram divididos em nove⁵.

Uma das questões discutidas é se estas corporações, ou melhor, se as habilidades mencionadas nestes fragmentos eram compatíveis com uma época tão remota e se representa esta listagem um elenco exaustivo dos ofícios exercidos naquele tempo.

De acordo com W. LIEBENAM⁶, outras profissões poderiam não ter sido citadas, além do fato de que o nome dos colégios mencionados por Plutarco indicaria sempre um conceito geral, o qual poderia abarcar também outros ofícios.

Além disso, não haveria contraste entre as profissões e a época, como ressalta J. P. WALTZING⁷, pois todas elas seriam profissões rudimentares e não seriam mencionados ofícios realizados somente no âmbito doméstico.

Observa-se, também, que a composição destas associações liga-se à plebe, o que não é isento de controvérsias⁸, como indicado por W. LIEBENAM, o qual afirma serem elas compostas não pela plebe, que cuidava do trabalho rural, mas por escravos e libertos⁹.

⁵ Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), pp. 65-67. Segundo o autor, não foram inventados, nem por Plutarco, nem por Plínio, esses fatos, mas seus relatos não foram feitos com precisão. Sabe-se somente o número de colégios existentes e que eles foram hierarquizados. A divisão em nove, acrescenta, poderia ter ainda ocorrido por influência grega, já que nove seria um número sagrado e que livros de Numa contendo preceitos de Pitágoras haviam sido encontrados. Ademais M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 22-23, afirma que outras inconsistências ocorrem, como o fato de que a celebração de ritos com o uso de flautistas é de origem etrusca, sendo impossível imaginar que pudesse ser formado um colégio, na época de Numa, para profissionais destinados a ritos estrangeiros.

⁶ Cf. *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 4-5. Neste sentido, E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), cols. 391-392.

⁷ Cf. *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 65-67. Para O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 54.II *supra*), p. 63, tais atividades poderiam também ser realizadas no âmbito doméstico, no entanto, ao menos parte da produção deveria ser realizada com uma técnica a qual seria proveniente de uma experiência que não poderia ser adquirida em casa, isto é, uma especialização.

⁸ M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 24-25, afirma que não faz sentido discutir esta composição, pois não atribui a fundação dos colégios a Numa,

O objetivo desta divisão, além de apaziguar a rivalidade entre romanos e sabinos, era o de preservar tais atividades, a fim de que não caíssem em desuso¹⁰.

Pelo fato de terem sido divididos, segundo a narrativa, pelo rei e, deste modo, por um ente público, questiona-se se estes colégios podem ser considerados, de fato, como de natureza pública ou se poderiam eventualmente ser provenientes da iniciativa privada.

Em geral¹¹, opta-se pela natureza privada destes colégios mais antigos, afirmando-se que seu surgimento, na realidade, deu-se de forma natural e paulatina, conforme as necessidades da população¹².

Ademais, tais testemunhos são interpretados como sinais de que não haveria a necessidade de uma autorização a fim de constituir um colégio, vigendo, pois, a liberdade de associação¹³.

mas sim ao período republicano, sendo pouco provável que tenham se constituído somente por pessoas sem direitos.

⁹ Cf. *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 6-7, excetuando-se apenas a inclusão dos clientes, por se ter, segundo o autor, poucas informações sobre esta classe em época antiga. Faz o autor menção, ainda, ao fato de que Rômulo teria proibido aos romanos livres o exercício de atividades artesanais e o comércio, pois quem assim o fizesse, não teria direito à participação no serviço militar, o qual era muito prestigiado na Antiguidade. No mesmo sentido, cf. M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 22, para quem este fato corrobora a não veracidade do relato de Plutarco. Já O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 54.II *supra*), p. 63, ressalta que plebeus não possuidores de terra também exerciam o trabalho artesanal.

¹⁰ Cf. O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 54.II *supra*), pp. 63-64. O autor apresenta-se contra a opinião de que a divisão em colégios se deu com o fim de fazer concorrência com o trabalho escravo, pois não se mostraria como tal combate seria feito e, além disso, poderia ser realizado por meio de uma *societas* e não, necessariamente, por um *collegium*. Ademais, como mostra A. TYPALDO-BASSIA, *Des classes ouvrières a Rome*, Paris, Marescq Ainé, 1892, pp. 55-56, apesar de existir, de fato, esta concorrência, pois a mão de obra escrava era muito mais barata e fácil de ser explorada, as associações de artesãos compostas por homens livres subsistiram.

¹¹ Em sentido contrário, U. COLI, *Collegia e sodalitates – contributo allo studio dei collegi nel diritto romano*, cit. (nt. 55.I *supra*), pp. 99-100, para quem seriam entes públicos os colégios de artesãos e de magistrados, devido a sua origem não espontânea e as associações para fins de cultos e realização de banquetes seriam fatos tolerados pelo estado até o momento em que não representassem perigo à ordem pública.

¹² Cf. J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 69-74. Para o autor, conferir caráter público a estes colégios primitivos seria atribuir uma importância que eles não teriam nem mesmo no período republicano. Sua atividade só vai ser objeto de atenção das autoridades quando representar uma ameaça à ordem pública. Além disso, mesmo medidas posteriores que mencionam a utilidade pública dos *collegia* não teriam, ainda assim, conferido o caráter de oficialidade. No máximo, a classificação realizada teria o papel de organizar as festas e cultos comuns, conforme a importância, de fato, do colégio em questão. No mesmo sentido, P. KAYSER, *Die Strafgesetzgebung der Römer gegen Vereine und Versammlungen – Ein Beitrag zur Geschichte des Strafrechts*, in *Abhandlungen aus dem Process und Strafrecht*, Berlin, Leonard Simion, 1873, pp. 131-32, para quem não se pode conferir uma origem precisa dos colégios, atribuindo-o ao instinto associativo humano. E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), cols. 403-404, afirma que, além da notícia de uma divisão em nove colégios carecer de sentido, não há fontes que mencionem a criação de associações por parte do estado nem mesmo na maior parte da época republicana.

¹³ Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 62. Ressalta o autor que, para os romanos, a concessão de autorização não assumia a grande importância que

A importância da análise destes relatos, além do viés histórico¹⁴, está no fato de que, com eles, é possível determinar com certa precisão quais teriam sido os colégios preservados pelas medidas tanto de *Caesar* como de *Augusto*, ou melhor, permitem averiguar o conteúdo do termo «*antiquus*»¹⁵ utilizado em ambos os provimentos para excetuar certos *collegia* da determinação dissolutiva¹⁶.

2. Da disciplina da *lex XII tabularum*

A primeira¹⁷ fonte de que se tem notícia referente ao direito associativo e, pois, ao regulamento das corporações, remonta ao texto da *lex XII tabularum*. Com base nele, costuma-se afirmar que com o provimento decenviral, é introduzida a liberdade associativa na sociedade romana.

apresenta contemporaneamente; P. KAYSER, *Die Strafgesetzgebung der Römer gegen Vereine und Versammlungen – Ein Beitrag zur Geschichte des Strafrechts*, cit. (nt. 12 *supra*), pp. 132-133; E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), col. 404. No entanto, em linha contrária, mas atribuindo o surgimento dos colégios à época republicana, coloca-se M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 27-30, para quem, pelo fato de que esses colégios sempre tinham, ao lado do objetivo profissional, um viés religioso, com a celebração de inúmeros cultos, nunca existiu uma liberdade de associação, sendo sempre necessária a autorização do estado para a constituição de um *collegium*. Logo, a recorrente contraposição entre o período republicano – de liberdade – e o imperial – de restrição – não deve ser feita. Para o autor, os colégios ou eram profissionais – com um fim religioso secundário sempre presente, ou religiosos, sendo que estes últimos eram os encarregados dos cultos públicos, não havendo provas de que associações privadas pudessem exercer este tipo de culto. Ainda neste aspecto religioso, era necessário ao estado proteger-se de cultos estrangeiros, sendo realizados somente os por ele autorizados. Também ensinaria autorização o uso de locais públicos para a celebração dos ritos, o que leva o autor a sustentar a inexistência *ab initio* de uma liberdade associativa no mundo romano.

¹⁴ Sendo assim, M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 25-26, sustenta que o relato de Plutarco, atribuindo a fundação dos colégios a Numa, foi realizado com o intuito apenas de justificar o uso do termo «*antiquus*» no final da época republicana e início da imperial. Desta forma, manter-se-ia o conservadorismo, protegendo os colégios venerados, com pouca periculosidade e de grande utilidade pública. Teriam sido eles os únicos *collegia* que sobreviveram à ameaça de uma guerra civil.

¹⁵ Como o constatado por J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 61-64.

¹⁶ Cf. Capítulo IV.

¹⁷ Faz-se referência a um provimento anterior, a saber, o de Tarquínio Soberbo, segundo o relato de Dion. IV, 43. No entanto, segundo M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), pp. 69-70, este dispositivo não era direcionado aos colégios em geral, mas contra determinadas associações de cunho religioso e, ademais, não teria tido muita repercussão em sua época. No mesmo sentido, E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), cols. 404-405. Seu conteúdo, conforme W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 16, liga-se à repressão das tendências perigosas ao estado e, conseqüentemente, às corporações que estavam engajadas com a promoção da queda do poder real. Da mesma opinião é M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 31-33, mas que, todavia, não vê nas XII Tábuas uma norma geral de direito associativo. Já P. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 103, apresenta a norma como a primeira a tratar das associações de direito privado. A. GROTEN, *Corpus und Universitas – Römisches Körperschafts- und Gesellschaftsrecht: zwischen griechischer Philosophie und römischer Politik*, cit. (nt. 26.I *supra*), pp. 207-208, por sua vez, afirma não ser possível determinar quais tipos de corporações seriam tratadas por esta norma.

O texto foi reconstruído, com base na única referência¹⁸ a ele feita, a saber, a menção de Gaio em D. 47,22,4¹⁹, da seguinte forma:

T. VIII, 27. *His (sodalibus) potestatem facit lex (XII tab.), pactionem quam velint sibi ferre, dum ne quid ex publica lege corrumpant; sed haec lex videtur ex lege Solonis translata esse*²⁰.

A lei [Lei das XII Tábuas] concede a estes [membros de uma corporação] o poder de fazer o pacto o qual queiram para si ter, desde que não corrompam o que está na lei pública; mas esta lei é baseada na lei por Sólon transcrita.

O primeiro ponto de divergência doutrinária em relação a este fragmento é concernente à localização deste dispositivo no corpo das XII Tábuas em geral.

Três foram as possibilidades levantadas para o encaixe do fragmento: i) inserção junto à tábua que versa sobre os direitos de vizinhança, pois os *sodales* aqui referidos poderiam ser os *sodales Arvales*, os quais julgavam este tipo de conflito – Tábua VI; ii) ligação com a coibição das reuniões noturnas e subversivas, possuindo, portanto, um caráter penal – Tábua VIII e iii) inserção junto à disciplina dos rituais religiosos, considerando-se, pois, os *sodales* como associações religiosas – Tábua X²¹.

Em segundo lugar, devem-se averiguar quais seriam as organizações referidas pelo dispositivo, ou seja, qual era o significado de «*sodales*», neste contexto e nesta época.

Para F. M. DE ROBERTIS, o provimento decenviral relacionava-se com todas as corporações existentes no momento, sendo o termo «*sodales*» o mais amplo vocábulo latino referente aos membros de uma associação²².

¹⁸ Única referência no que diz respeito às fontes jurídicas. O conteúdo da lei seria mencionado, conforme o indicado por M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*) em Porcius Latro, Decl. In Catilin, 19, todavia, referente às reuniões noturnas.

¹⁹ Cujá exegese sera feita *infra*.

²⁰ Cf. C. G. BRUNS, *Fontes iuris romani antiqui*, Tubingae, Siebeck, 1909, p. 34. Outra versão, igual ao texto de Gaio, é a apresentada por P. F. GIRARD – F. SENN, *Les lois des romains*, Napoli, Jovene, 1977, p. 45: - *SODALES – sunt qui eiusdem collegii sunt quam Graeci étaυρίαν vocant. – HIS – autem – POTESTATEM FACIT – lex – PACTIONEM QUAM VELINT SIBI FERRE DUM NE QUID EX PUBLICA LEGE CORRUMPANT. – Sed haec lex videtur ex lege Solonis translata esse*.

²¹ Cf. M. HUMBERT, *La c.d. libertà associativa nell'epoca decemvirale: un'ipotesi a proposito di XII Tab. VIII.27*, in *Annali del seminario giuridico dell'università di palermo*, v. 53, Torino, 2009, pp. 29-30, para quem a inserção do texto na oitava tábua dar-se-á com base na tradição e por comodidade, mas que, de fato, não é possível, devido às especificidades desta *lex*, indicar um conteúdo preciso para cada tábua.

²² Cf. *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), pp. 50-52. Sendo, pois, os termos «*collega*» e «*socius*» raramente utilizados. No mesmo sentido, J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 37, referindo-se, no entanto, ao uso do termo neste sentido somente em D. 47,22,4, podendo *sodales* referir-se tantos aos membros de uma *sodalitas* como aos de um *collegium*.

Já consoante B. ELIACHEVITCH, originariamente a regra aplicar-se-ia somente às associações privadas religiosas, mas que, posteriormente, incidiria sobre as demais corporações que foram surgindo²³.

Todavia, em sentido completamente oposto, coloca-se U. COLI, para quem «*sodalitas*» não pode ser visto como sinônimo de «*collegium*», pois a primeira teria natureza privada, equivalente ao grego *heteria*, e o último, natureza pública, para os quais não haveria sentido em se limitar um pacto²⁴.

O fragmento que dá origem à reconstrução do conteúdo da norma associativa do provimento decenviral é o relato de Gaio:

Gai. 4 *ad XII Tab*²⁵, D. 47,22,4. *Sodales sunt, qui eiusdem collegii sunt: quam Graeci ἑταιρείαν vocant. His autem potestatem facit lex pactionem quam velint sibi ferre, dum ne quid ex publica lege corrumpant. Sed haec lex videtur ex lege Solonis tralata esse. Nam illuc ita est: (...)»²⁶ [id est: quod si pagus vel curiales vel sacrarum epularum vel mensae vel sepulcri communione iuncti vel sodales vel qui ad praedam faciendam negotiationemve proficiscuntur quidquid horum inter se constituerint, id ratum esse, nisi publicae leges obstent.]*

São *sodales* aqueles que são do mesmo colégio: o qual os Gregos chamam *ἑταιρείαν* (sociedade). A lei, porém, concedeu a eles o poder de fazer o pacto o qual queiram para si ter, desde que não corrompam o que está na lei pública. Mas esta lei é baseada na lei por Sólon transcrita. Com efeito, ela é assim: (...) [isto é: se os de uma aldeia, ou os que são da mesma cúria, ou os que em festim religioso ou mesas ou na comunhão de sepulcro se reúnem, ou os *sodales* ou os que para fazerem lucro e negociação, qualquer coisa disso entre si constituam, esta seja contada, a não ser que se oponham as leis públicas.]

²³ Cf. *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 224-225. O autor ainda ressalta que o dispositivo só seria válido para aquelas organizações criadas independentemente da vontade do estado. Tal é a opinião de P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 103-104, para quem, apesar de não haver uma menção expressa, é provável que os colégios a que se refere à lei das XII Tábuas não tenham sido criados pelo estado, pois se o fossem, não havia razão para discutir seu estatuto, uma vez que ele seria elaborado não por pessoas privadas, mas pelo ente público, além do fato de que várias organizações referidas na lei de Sólon não seriam públicas.

²⁴ Cf. U. COLI, *Collegia e sodalitates – contributo allo studio dei collegi nel diritto romano*, cit. (nt. 55.I *supra*), pp. 100-102.

²⁵ A discussão sobre a *inscriptio* deste fragmento será feita no capítulo IV, item 2.

²⁶ Optou-se pela transcrição direta da tradução para o latim do trecho em grego oferecido pela edição T. MOMMSEN – P. KRUEGER do *Corpus Iuris Civilis*.

Em primeiro lugar, o que é interessante de ser notado neste texto é a comparação entre a lei decenviral e disposições do direito grego, em especial com as chamadas heterias e a Lei de Sólon²⁷.

Tal comparação é de grande importância para F. SARTORI, para quem o fato de Gaio fazer a equivalência entre heterias e *sodales*, comprovaria que, para o jurisconsulto, o regime grego de supervisão estatal era semelhante ao romano, tendo-se de levar em consideração que as heterias, na época de Gaio, já não teriam o sentido de organizações políticas, mas seriam sinônimas de *collegia*²⁸.

O fato de ser citada a lei de Sólon²⁹ também seria uma comprovação de que não tem por intento a lei decenviral a concessão da liberdade associativa e que, portanto, não era anteriormente sujeita a uma autorização a formação de um colégio e nem haveria um sistema direto de dissolução daqueles que contra a ordem pública fossem³⁰.

Todavia, é necessário observar que o embasamento das XII Tábuas na referida lei de Sólon não é certa³¹, como o próprio jurisconsulto parece reconhecer ao utilizar o termo «*videtur*»³².

²⁷ Parte desta lei teria sido perdida, não se tratando, ainda assim, de um provimento geral sobre corporações, fazendo-se referência somente àquelas de cunho religioso, já que o comércio, naquele tempo, era de incumbência dos escravos. Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), pp. 36-51.

²⁸ Cf. *Il diritto di associazione nell'età soloniana ed una notizia di Gaio* (D. 47.22.4), in *IURA IX* (1958), pp. 100-101. O autor esclarece que existiam dois tipos de associações no direito grego, a heterias e as sinomias. As primeiras seriam associações formadas por amigos, por pessoas que desejam participar de um mesmo culto ou até mesmo poderia apresentar um viés profissional ou cultural. Já as últimas seriam uniões subversivas e que atuavam contra o poder vigente. A equivalência entre os dois termos só poderia ser realizada por volta do ano de 411 a.C., quando há o golpe de estado realizado pela oligarquia, portanto, após o surgimento da lei grega, a qual apreende o sentido original e não pejorativo das heterias. Também neste sentido, cf. O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 54.II *supra*), pp. 64-65.

²⁹ Cf. F. SARTORI, *Il diritto di associazione nell'età soloniana ed una notizia di Gaio* (D. 47.22.4), cit. (nt. 28 *supra*), pp. 100-104. Para o autor, é provável que Gaio não tenha reportado a lei de Sólon em sua completa originalidade, no entanto, em geral, o fragmento em análise seria no todo válido, sendo usado pelo autor como ponto de partida para uma análise do regulamento grego.

³⁰ Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 71. Ademais, como ressalta F. SARTORI, *Il diritto di associazione nell'età soloniana ed una notizia di Gaio* (D. 47.22.4), cit. (nt. 28 *supra*), p. 104, tal menção evidenciaria o fato de que o que se pretende regular são as associações que não sejam contra a ordem pública.

³¹ Apesar disso, F. SARTORI, *Il diritto di associazione nell'età soloniana ed una notizia di Gaio* (D. 47.22.4), cit. (nt. 28 *supra*), pp. 102-103 e nt. 6, acredita ser muito provável esta origem, até pelo fato de que a lei das XII Tábuas como um todo seriam embasadas na lei de Sólon, conforme o comentário de Liv. III, 31,8. Já para P. KAYSER, *Die Strafgesetzgebung der Römer gegen Vereine und Versammlungen – Ein Beitrag zur Geschichte des Strafrechts*, cit. (nt. 12 *supra*), p. 140, o termo «*videtur*» expressaria a adoção por Gaio de uma dentre as existentes teorias jurídicas da época.

³² Mesmo que fosse certa a origem da norma decenviral no disposto na lei soloniana, não se deve pensar que as XII Tábuas trouxeram uma proibição geral, até porque o regulamento grego trataria somente de alguns tipos de reuniões. Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), pp. 18-19.

Segundo M. HUMBERT, este fragmento do Digesto é pleno de obscuridades e apresenta expressões em nada compatíveis com o estilo decenviral, além de evidenciar uma visão gaiana e, portanto, não contemporânea do disposto na lei original³³.

Um dos pontos mais controvertidos e que geram dúvida quanto à originalidade do texto apontado por Gaio é o fato de se afirmar que é possível a realização do pacto que se desejar, desde que ele não seja contrário à ordem pública, «*dum ne quid ex publica lege corrumpant*».

Neste ponto, alguns estudiosos apontam para a desnecessidade desta afirmação, por ser ela óbvia: nenhum acordo privado³⁴ pode ir de encontro à lei ou à ordem pública. Desta forma, não estaria ela contida no texto original das XII Tábuas, pois a linguagem neste provimento era extremamente precisa e sem espaço para prolixidade³⁵.

A questão da instauração da liberdade de associação também é debatida, sobretudo, pela análise da expressão «*pactionem quam velint sibi ferre*». De acordo com F. M. DE ROBERTIS, não há a concessão de uma liberdade, mas tão somente a regulação jurídica³⁶ de organizações as quais anteriormente existiam meramente de fato³⁷, havendo, portanto, unicamente o reconhecimento da soberania das normas públicas e, por consequência, a limitação do livre conteúdo dos estatutos colegiais³⁸.

³³ Cf. *La c.d. libertà associativa nell'epoca decemvirale: un'ipotesi a proposito di XII Tab. VIII.27*, cit. (nt. 21 *supra*), pp. 30-31. Não sendo, portanto, uma fonte que ofereça dados suficientemente sólidos para a reconstrução do texto original.

³⁴ No caso, o *pactum*, isto é, o estatuto da associação. Cf. B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), p. 239.

³⁵ Cf. P. KAYSER, *Die Strafgesetzgebung der Römer gegen Vereine und Versammlungen – Ein Beitrag zur Geschichte des Strafrechts*, in *Abhandlungen aus dem Process und Strafrecht*, cit. (nt. 12 *supra*), p. 140. M. HUMBERT, *La c.d. libertà associativa nell'epoca decemvirale: un'ipotesi a proposito di XII Tab. VIII.27*, cit. (nt. 21 *supra*), pp. 36-37, cita alguns exemplos a propósito deste princípio: Pap. 2 *quaest.*, D. 2,14,38 «*Ius publicum privatorum pactis mutari non potest*», O direito público não pode ser alterado [substituído] por pactos privados; Ulp. 30 *ad ed.*, D. 50, 17, 45, 1 «*Privatorum conventio iuri publico non derogat*», Uma convenção privada [realizada por particulares] não se subtrai ao direito público; e Anton. C. 2, 3, 6 [de 213] «*Pacta, quae contra leges constitutionesque vel contra bonos mores fiunt, nullam vim habere indubitati iuris est*», Pactos os quais contra as leis e constituições ou contra os bons costumes são feitos, sem dúvida, nenhum valor jurídico tem.

³⁶ Tratando-se, pois, da primeira restrição à capacidade jurídica dos *collegia*. Cf. *La Capacità Giuridica dei Collegi Romani e la sua Progressiva Contrazione*, in *Sodalitas* 3 (1984), p. 1262.

³⁷ Cf. No mesmo sentido, J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), p. 84-85, afirma que há apenas o reconhecimento de uma liberdade que sempre existiu. A. PERNICE, *Marcus Antistius Labeo – Das römische Privatrecht im ersten Jahrhundert der Kaiserzeit*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 290, apenas acrescenta que associações, as quais perseguissem objetivos semelhantes ao das corporações já existentes, tinham autonomia, sendo disso proveniente a liberdade de associação.

³⁸ Cf. *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), pp. 39-52. No mesmo sentido, cf. L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), pp. 394-395, para quem, no entanto, o problema residiria na falta de provas, o que não nos legitimaria a afirmar que era lícita ou não a livre formação de associações. A probabilidade é de

Entretanto, para B. ELIACHEVITCH a liberdade de fato permanece ainda com o surgimento da lei, pois nela não há um regulamento incidente sobre a livre formação das corporações e nem mesmo nada que as submetesse a uma autorização. O que existia e continuou existindo foi uma mera tolerância³⁹ por parte do estado, quanto à criação de novas organizações⁴⁰.

Para M. HUMBERT, todavia, falar-se em limitação ou concessão⁴¹ da liberdade associativa não faz sentido, já que seria esta questão desconhecida no período arcaico⁴².

O que significaria esta expressão? Segundo M. HUMBERT, o intento de Gaio é fazer uma oposição entre o regime a ele contemporâneo, com viés restritivo⁴³, a um período de liberdade, o período decenviral. Sendo assim, o jurisconsulto atribuiria, erroneamente, a instauração desta liberdade associativa às XII Tábuas, liberdade essa que era, na realidade, natural, automática no pensamento da época, sem necessidade de concessão e, para isso, vale-se do uso de «*pactionem quam velint sibi ferre*», a qual não estaria presente no provimento originário⁴⁴.

que isso fosse permitido, sendo admissível pressupor que as corporações cuja fundação atribui-se a Numa, fossem, na verdade, criadas a partir da vontade dos membros. Para E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), cols. 404-405, o texto de Gaio seria por si, uma prova da liberdade de associação em período arcaico. Em sentido totalmente oposto coloca-se O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, cit. (nt. 2.I *supra*), pp. 84-85, para quem é errônea a interpretação de que o fragmento de Gaio comprovaria uma liberdade de associação, pois isto tornaria o fragmento incongruente com a disciplina vista no restante do *Corpus Iuris Civilis*. Se houvesse esta liberdade, não se trataria de autonomia dos membros, mas da celebração de contratos de sociedade. No entanto, não concordamos com a visão do autor. A aceitação de uma liberdade não colocaria o fragmento em conflito com os demais, pois se deve considerar que Gaio comenta um provimento anterior – as XII Tábuas – e que, ao mencionar o termo «*pactum*», faz referência ao estatuto das associações, os quais, mesmo com as medidas restritivas, eram livremente formados e a autorização, em geral, assumia o papel de controlar a conformidade ou não às normas públicas.

³⁹ Também neste sentido, cf. S. RANDAZZO, ‘*Senatus consultum quo illicita collegia arcentur*’ (D. 47,22,1,1), in *BIRD* 94-95 (1991-1992), p. 49.

⁴⁰ Cf. *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), p. 225.

⁴¹ Como parece se referir E. GUARITA CARTAXO, *As pessoas jurídicas em suas origens romanas, evolução e conceito*, cit. (nt. 15.I *supra*), pp. 46-47. Para T. MOMMSEN, *Römisches Strafrecht*, cit. (nt. 27.II *supra*), p. 875 e *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27.II *supra*), p. 73, a liberdade de associação era garantida pelas XII Tábuas, situação que assim se manteve até o séc. VII. Assim como para V. LONDRES DA NÓBREGA, *A lei das XII tábuas*, Rio de Janeiro, 1947, pp. 108-109, o provimento decenviral proclamaria a liberdade de associação.

⁴² Cf. *La c.d. libertà associativa nell’epoca decemvirale: un’ipotesi a proposito di XII tab. VIII.27*, cit. (nt. 21 *supra*), p. 32.

⁴³ Período da *lex Iulia de collegiis*.

⁴⁴ Cf. *La c.d. libertà associativa nell’epoca decemvirale: un’ipotesi a proposito di XII tab. VIII.27*, cit. (nt. 21 *supra*), p. 35. Além disso, o autor – pp. 38-39 – ressalta que falar em uma concessão de *potestas*, em «*His autem potestatem facit lex pactionem quam velint sibi ferre*» é de cunho literário e não técnico, devido ao fato de ser empregado de forma vaga, sem um conteúdo específico, apenas o de «*pactione ferre*».

Ademais, o termo «*pactio*»⁴⁵ deveria, na visão do autor, ser substituído pela ideia de «*pacere – pacisci*», de natureza processual, que teria a finalidade não de conferir um poder aos *sodales*, mas de enfatizar o efeito vinculativo dos *pacta* por eles realizados. Daí a sugestão de que o texto fosse reconstruído da seguinte forma: «*Sodales rem si pacunt, fraudem ne faciunt*»⁴⁶.

3. Do *senatusconsultum de bacchanalibus*

Algumas vezes apontado como uma das primeiras medidas relacionadas a uma restrição ao direito associativo, temos o *senatusconsultum de bacchanalibus*, do ano de 186 a.C..

O seu conteúdo foi-nos transmitido, sobretudo⁴⁷, por uma inscrição – CIL. I, 2, 581⁴⁸ – contida em uma lâmina de bronze, encontrada em Tiríole, no ano de 1640:

[Q.] Marcius L. f., S(p.) Postumius L. f.
cos. senatum consoluerunt n(onis)
Octob. apud aedem/ Duelonai.
Sc(ribendo) arf(uerunt) M. Claudi(us)
M. f., L. Valeri(us) P. f., Q. Minuci(us)
C. f.
De Bacchanalibus, quei foederatei/ esent,
ita exdeicendum censuere:

Os cônsules Q. Márcio, filho de Lúcio, Espúrio Postúmio, filho de Lúcio, submeteram ao Senado, em 7 outubro, no tempo de Belona. Foram redatores M. Cláudio, filho de Márcio, L. Valério, filho de Públio, Q. Minúcio, filho de Gaio. Acerca dos bacanais, aos que dele participassem, assim

⁴⁵ O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 54.II *supra*), p. 65, afirma que é interessante notar que o estatuto das associações era considerado como *pactum*, ao contrário do que ocorria com os contratos privados em geral. Também chama a atenção para a ideia de que apesar de *mutare* e *corrumpere* não serem as mesmas, qualquer alteração tentada seria tida como *corrumpere*. Quanto à última afirmação, opõe-se P. KAYSER, *Die Strafgesetzgebung der Römer gegen Vereine und Versammlungen – Ein Beitrag zur Geschichte des Strafrechts*, cit. (nt. 12 *supra*), p. 140 e M. HUMBERT, *La c.d. libertà associativa nell'epoca decemvirale: un'ipotesi a proposito di XII tab. VIII.27*, cit. (nt. 21 *supra*), p. 37, que afirmam ser clássico e não arcaico o termo «*corrumpere*».

⁴⁶ Cf. *La c.d. libertà associativa nell'epoca decemvirale: un'ipotesi a proposito di XII tab. VIII.27*, cit. (nt. 21 *supra*), pp. 38-44.

⁴⁷ Também mencionado é o relato de Cic. *De leg.*, 2,15,37. (...) *Quo in genere severitatem maiorum senatus vetus auctoritas de Bacchanalibus et consulum exercitu adhibito quaestio animadversio que declarat.* (...) e de T. Livius, 39, 8-19. Todavia, este último relato é considerado de pouco valor jurídico para a avaliação real dos acontecimentos da época. Daí a afirmação de D. NÖRR, *Marginalien zu den Bacchanalien: Das Pseudo-Senatusconsultum in Liv. 39.19*, in *Fides Humanitas Ius – Studi in onore di Luigi Labruna*, Napoli, Scientifica, 2007, p. 3865, de que para os modernos historiadores o relato de Lívio seria “(...) *wie es für einen künftigen Historiker ein gut gearbeiteter Kriminalroman unserer Epoche* (...)”, «como um romance criminal bem feito de nossa época para um futuro historiador». Questionando o real entendimento de Lívio sobre o senatus-consulto (definindo-o como desproporcional), sobretudo na passagem *ab urbe condita*, 39, 18. (...) *datum deinde consulibus negotium est, ut omnia Bacchanalia Romae primum, deinde per totam Italiam diruerent, extra quam si qua ibi uetusta ara aut signum consecratum esset.* (...), cf. A. GROTEN, *Corpus und Universitas – Römisches Körperschafts- und Gesellschaftsrecht: zwischen griechischer Philosophie und römischer Politik*, cit. (nt. 26.I *supra*), pp. 220-221 e 232-234.

⁴⁸ FIRA I, 30.

Neiquis eorum [B]acanal habuisse velet; seiques/ esent, quei sibi deicerent necesus ese Bacanal habere, eeis utei ad pr(aitore) urbanum/ Romam venirent, deque eeis rebus, ubei eorum v[e]ra audita esent, utei senatus/ noster decerneret, dum ne minus senatoribus C adesent <quom e>a res consoleretur./ Bacas vir nequis adiese velet ceivis Romanus neve nominis Latini neve socium/ quisquam, nisei pr(aitore) urbanum adiesent isque de senatuos sententiad, dum ne/ minus senatoribus C adesent, quom ea res consoleretur, iousisent. Censuere./

Sacerdos nequis vir eset; magister neque vir neque mulier quisquam eset;/ neve pecuniam quisquam eorum comoine[m h]abuisse ve[l]et; neve magistratum/ neve pro magistratu[d] neque virum [neque mul]ierem quisquam fecise velet; neve posthac inter sed conioura[se nev]e comvovise neve conspondise/ neve compromesise velet neve quisquam fidem inter sed dedise velet./ Sacra in [o]quoltod ne quisquam fecise velet, neve in poplicod neve in/ preivatod neve extrad urbem sacra quisquam fecise velet, nisei/ p(raitore) urbanum adieset, isque de senatuos sententiad, dum ne minus/ senatoribus C adesent, quom ea res consoleretur, iousisent. Censuere./

Homines plous V oinivorsei virei atque mulieres sacra ne quisquam/ fecise velet, neve inter ibei virei plous duobus, mulieribus plous tribus/ arfuisse velent, nisei de pr(aitoris) urbani senatuosque sententiad, utei suprad/ scriptum est.

Haice utei in coventionid exdeicatis ne minus trinum/ noundinum, senatuosque sententiam utei scientes esetis, eorum/ sententia ita fuit: Sei ques esent, quei arvorsum ead fecisent, quam suprad/ scriptum est, eeis rem capitalem faciendam censuere; atque utei/ hoc in tabolam ahenam inceideretis, ita senatus ai quom censuit,/ uteique eam figier

declarando, ordena-se: Nenhum deles desejará que exista um bacanal. Se acaso existissem pessoas, as quais a si dissessem ser necessário haver o bacanal, que elas viessem a Roma, ao pretor urbano, e sobre essas coisas, quando as palavras deles fossem ouvidas, decidirá o nosso Senado, desde que não comparecessem menos de cem dos senadores, quando este assunto for decidido. Nenhum homem queira ir ter com as bacantes, nem um cidadão romano, nem um latino nem aliado nenhum, a não ser que comparecessem ao pretor urbano, e ele de acordo com a sentença do Senado, desde que não menos de cem dos senadores comparecessem, quando este assunto fosse decidido, autorizassem. Decidiram. Nenhum homem seja sacerdote. Nenhum homem e nenhuma mulher seja magistrado⁴⁹. Nem queira nenhum deles o dinheiro comum ter. E nem queira fazer nenhum homem e nenhuma mulher magistrado ou em causa de magistrado. Ninguém queira depois entre si jurar conjuntamente, nem com voto, nem com promessa, nem com compromisso, ninguém queira que se dê entre si auxílio. Ninguém queira que se façam cultos ocultamente. Ninguém, nem em público nem em privado, nem fora da cidade queira que se façam cultos, a não ser que se vá ao pretor urbano e ele de acordo com a sentença do Senado, desde que não compareçam menos do que cem dos senadores, quando este assunto for decidido, autorizem. Decidiram. Ninguém queira que se façam cultos com mais de cinco pessoas juntas, homens e mulheres, nem entre esse tempo queiram comparecer mais de dois homens e mais de três mulheres, a não ser que de acordo com o pretor urbano e com a sentença do Senado, como acima foi escrito. Isto, em assembleia foi

⁴⁹ No sentido de diretor de um colégio.

ioubeatis, ubi facilumed gnoscier potisit; atque/ utei ea Bacanalia, sei qua sunt, exstrad quam sei quid ibei sacri est,/ ita utei suprad scriptum est, in diebus X, quibus vobeis tabelai datai/ erunt, faciatis utei dismota sient. In agro Teurano.

declarado, e em não menos de vinte e quatro dias⁵⁰, o Senado decretou sua sentença, a qual foi assim: se existirem pessoas, que contra o que foi escrito acima façam, decidiram que a elas seja feita a pena capital; e isto em uma tábua de bronze seja inserido, como o Senado justamente decidiu, e como ordenou também que a fixasse, onde pudesse ser facilmente conhecida. E que estes bacanaís, se existisse algum, sejam dissolvidos, exceto se forem sacros, assim como foi acima escrito, em dez dias da colocação da tábua. Em Tiríolo⁵¹.

Discute-se a real existência de passagens literais deste senatus-consulto na inscrição apresentada, existindo duas teorias, a saber, a de que esta lâmina de bronze nada mais seria do que uma carta dos cônsules *Q. Marcius* e *Sp. Postumius* endereçada às autoridades de *Teuranus*, contendo vários excertos originais do *senatusconsultum* e a de que a inscrição seria um comunicado redigido por um funcionário por ordem dos cônsules, contendo, portanto, excertos não do senatus-consulto, mas da própria carta consular⁵².

Majoritária é a opinião de que a primeira teoria seja a correta⁵³, sendo tal inscrição apresentada pelo CIL. como «*Epistula consulum ad Teuranos*⁵⁴ *de Bacchanalibus*».

⁵⁰ *Trinum nundinum*: Três períodos de oito dias – nos quais eram realizados os mercados –, ou seja, 24 dias. Intervalo de tempo necessário antes do qual uma decisão promulgada seja posta em votação. Cf. H. HEUMANN - E. SECKEL, *Nundinae*, in *Handlexikon zu den Quellen des römischen Rechts*, cit. (nt. 2.I *supra*), p. 377; *Nundinum*, in *Oxford Latin Dictionary*, p. 1206.

⁵¹ Ressalta-se o estudo de M. LAURIA, *Istitutiones; SC. de bacchanalibus; CI. 2.57(58); 2.58(59); 3.1-27*, in *Iura* 28 (1978), no qual se faz uma comparação entre as expressões utilizadas neste senatus-consulto e algumas outras obras como as Institutas de Gaio e de Justiniano, cujos aspectos, no entanto, não estão no âmbito deste estudo.

⁵² Para a primeira hipótese, cf. A. GROTEN, *Corpus und Universitas – Römisches Körperschafts- und Gesellschaftsrecht: zwischen griechischer Philosophie und römischer Politik*, cit. (nt. 26.I *supra*), p. 209. A segunda teoria é defendida, sobretudo, por E. FRAENKEL, *Senatus consultum de bacchanalibus*, in *HERMES* 67 (1932), pp.379, 398 e 396, pela qual os cônsules teriam mandado elaborar um aviso para publicação no *foedus*.

⁵³ Cf., v.g., V. ARANGIO-RUIZ, *Epigrafia giuridica greca e romana II*, in *SD 5* (1939), pp. 627-628; B. ALBANESE, *Per l'interpretazione dell'iscrizione con norme del SC de bacchanalibus (186 a.C.)*, in *Ivris Vincyla – Studi in onore di Mario Talamanca*, v.I, Napoli, Jovene, 2001, pp. 3 e 11; C. RASCON, *A proposito de la represion de las bacanales en Roma*, in *Estudios jurídicos en homenaje al Profesor Ursicino Alvarez Suárez*, Madri, 1978, p. 392.

⁵⁴ Cabe aqui lembrar que não se devem confundir os destinatários da carta dos cônsules com os destinatários do senatus-consulto. Como ressalta B. ALBANESE, *Per l'interpretazione dell'iscrizione con norme del SC de bacchanalibus (186 a.C.)*, cit. (nt. 53 *supra*), pp. 7-9, o uso do termo «*foideratei*», interpretado como os integrantes de um *foedus* não faz sentido, porque estaria se direcionando o senatus-consulto somente a estes cidadãos não romanos, sendo que este tipo de medida é aplicável a todos os submissos à autoridade romana, logo, aos *cives*. Contribuí para esta interpretação o fato de que, no corpo do texto, faz-se referência ao

Para B. ALBANESE, no entanto, tal inscrição representa a continuidade de um discurso contido em outra lâmina, que não nos foi transmitida⁵⁵.

Entende-se que a necessidade de emissão de um senatus-consulta evidencia o fato de que anteriormente não haveria qualquer óbice à formação de associações⁵⁶.

Todavia, o objetivo desta medida não é o de regular o direito associativo, mas o de impedir a realização dos *bacchanalia*⁵⁷, não só por motivos morais⁵⁸, mas, sobretudo, por motivos políticos.

«*nomen Latinum*» e aos «*socii*», o que descarta a possibilidade estar se falando somente dos pertencentes a um «*foedus*». Sendo assim, para o autor, o melhor seria interpretar-se «*foederatei*» como os integrantes de um grupo destinado ao culto de Baco, o que se conforma perfeitamente com a posterior citação de elementos típicos de uma estrutura associativa, como *magister* e *pecunia communis*. Neste sentido, cf. V. ARANGIO-RUIZ, *Epigrafia giuridica greca e romana II*, cit. (nt. 53 *supra*), p. 627. T. MOMMSEN, *Römisches Strafrecht*, cit. (nt. 27.II *supra*), p. 579, enfatiza que esta prescrição senatorial dirigiu-se a toda a Itália.

⁵⁵ Cf. *Per l'interpretazione dell'iscrizione con norme del SC de bacchanalibus (186 a.C.)*, cit. (nt. 53 *supra*), pp. 5-7 e 13-33. Destaca-se a análise do autor sobre esta inscrição: Várias omissões foram feitas àquilo que concerne ao procedimento para a emissão de um senatus-consulta, como a fase do «*verba facere*» a ser realizada pelos cônsules, o que corroboraria para a visão de que não se trata do próprio senatus-consulta. A seguir, temos o conteúdo principal da inscrição – linhas 3 a 18 – dividido em três partes, todas elas constituindo transcrições literais do senatus-consulta. Na primeira – linhas 3 a 6 – fala-se dos destinatários da medida, além de se usar a expressão «*senatus noster*». Na segunda – linhas 7 a 9 – poder-se-ia deduzir uma implícita liberdade às mulheres para a participação nos cultos e, por fim, na terceira – linhas 10 a 18 – proíbe-se que homens exerçam o sacerdócio. A partir da 19ª linha, não há mais a citação literal do senatus-consulta, mas um resumo – linhas 19 a 22, feito pelos cônsules, das disposições senatoriais. Por fim, nas linhas 22 a 30, os cônsules, direcionando-se aos destinatários de sua carta, formulam cinco instruções, a saber, a de que as autoridades comuniquem à população sob sua tutela sobre tal prescrição; a de que elas tenham consciência da gravidade do assunto, cuja pena, em caso de violação é a capital, a de que tal ordem seja escrita em uma tábua de bronze e exposta em local de fácil leitura e, enfim, de que os cultos sejam eliminados em dez dias, com a destruição eventual, v.g., de templos – disposição que talvez tivesse sido perdida, uma vez que não poderiam, na visão do autor, ser realizados nestes dez dias os ritos proibidos.

⁵⁶ Neste sentido, cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 73; P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 106; J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 80-81; A. GROTE, *Corpus und Universitas – Römisches Körperschafts- und Gesellschaftsrecht: zwischen griechischer Philosophie und römischer Politik*, cit. (nt. 26.I *supra*), p. 235. Todavia, essa visão é rejeitada por M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 35, para quem as associações, em geral, deveriam requisitar uma autorização, desde tempos remotos, sobretudo, pelo caráter religioso que as caracterizava, constituindo os bacanais uma exceção, daí a necessidade de emissão de um senatus-consulta.

⁵⁷ Os *bacchanalia* eram ritos de origem grega destinados ao culto de Dionísio, propagando-se pela Etrúria, perdendo, neste lugar, o seu caráter meramente religioso para tornar-se uma oportunidade de realização de práticas imorais. E, desta forma, posteriormente, chegam a Roma. Inicialmente, eram festas noturnas, celebradas três vezes ao ano, nas quais a participação de homens era vetada e a condução dos ritos confiada a uma mulher honrada. No entanto, uma destas sacerdotisas, alegando uma revelação dos deuses, decide que esta celebração seria realizada cinco vezes por mês, em segredo, com a participação de homens e mulheres. Segundo o relato de uma liberta, Hispala Fecenia, são denunciados crimes e uma possível conjuração contra o estado, o que resulta em um processo com 7000 perseguidos e na edição do senatus-consulta que proíbe a celebração dos bacanais. Cf. F. LENORMANT, *Bacchanalia*, in *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*, t. I., Paris, Hachette, 1877, pp. 590-591.

⁵⁸ De acordo com C. RASCON, *A proposito de la represion de las bacanales en Roma*, cit. (nt. 53 *supra*), pp. 383 e 403, é o período do segundo século antes de Cristo um dos mais conturbados na história de Roma e, sob a bandeira da moralidade, perseguem-se os integrantes deste rito que atentavam contra a tradição romana, sendo potencialmente perigosos à ordem pública, que não podia correr o risco de ser abalada naquela época.

Ademais, é de se valorar o verdadeiro impacto de um *senatusconsultum*, visto que ele, por si só, não tinha valor de lei, dependendo sempre da aceitação e aplicação por parte dos magistrados⁵⁹.

Contudo, deve-se notar que os bacanais não foram proibidos em absoluto, prevendo a nossa inscrição a possibilidade de que eles fossem autorizados pelo pretor urbano, comprovadas determinadas circunstâncias, como a de que os cultos deveriam ser realizados por um número reduzido de pessoas, dificultando uma eventual organização de motins⁶⁰.

Logo, a ideia principal é a de vedação da constituição de *collegia* no seio destes cultos⁶¹, já que eles contavam com a presença de estrangeiros, os quais poderiam trazer pensamentos não convenientes ao estado romano e de pessoas de todas as classes, que celebravam entre si um pacto, pelo qual juravam não revelar o que ali se passava, atmosfera perfeita para a formação de grupos perigosos à ordem pública⁶².

⁵⁹ Inicialmente, o comando teria sido cumprido à risca, mas haveria o retorno dos cultos pouco tempo depois. Cf. F. M. DE ROBERTIS, *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), p. 58. É preciso levar em consideração, como enfatiza C. RASCON, *A proposito de la represion de las bacanales en Roma*, cit. (nt. 53 *supra*), p. 394, que um *senatus-consulto* é sempre uma opinião do Senado emitida por requisição de um magistrado relativa a determinado assunto e que não possui natureza vinculativa, dependendo da incorporação de seu conteúdo no edito dos magistrados, a fim de que possa ter eficácia.

⁶⁰ E é oriundo deste fato que se coloca em dúvida a real intenção de uma perseguição religiosa baseada em critérios puramente morais. Caso isso fosse verdade, não haveria motivo para a previsão de exceções. Para C. RASCON, *A proposito de la represion de las bacanales en Roma*, cit. (nt. 53 *supra*), pp.389-390, três teorias apresentar-se-iam para justificar a natureza do *senatus-consulto*: a primeira é a de perseguição religiosa, a segunda a de que o embasamento da medida é político, já que nestes cultos misturavam-se plebeus e patrícios, livres e escravos, homens e mulheres, sendo o terreno propício para o surgimento de conjurações e o terceiro que seria de ordem sociológica. Segundo o autor, não houve propriamente uma proibição dos cultos, também, neste sentido, U. COLI, *Collegia e sodalitates – contributo allo studio dei collegi nel diritto romano*, cit. (nt. 55.I *supra*), pp.112-113, mas somente uma regulação, até porque a concessão de vacância de dez dias não faria sentido com a gravidade da narração de Lívio, de que sete mil pessoas teriam sido perseguidas. Todavia, para alguns autores, como B. ALBANESE, *Per l'interpretazione dell'iscrizione con norme del SC de bacchanalibus (186 a.C.)*, cit. (nt. 53 *supra*), pp. 27-33, este dez dias não seriam um período de vacância, no qual os cultos seriam ainda realizados, mas um prazo concedido para a destruição dos elementos físicos destinados a servir os bacanais. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 73, no entanto, apesar de reconhecer que o *senatus-consulto* foi uma medida de polícia, atribui à prescrição a manutenção da moralidade e da sanidade pública, mesclando a ideia religiosa com a política. No mesmo sentido, cf. P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 105, para quem o estado romano, além de tudo, preocupou-se com os eventuais assassinatos existentes nestes cultos.

⁶¹ Cf. B. ALBANESE, *Per l'interpretazione dell'iscrizione con norme del SC de bacchanalibus (186 a.C.)*, cit. (nt. 53 *supra*), p. 19. Isso porque o *senatus-consulto* impede a formação de um fundo comum, de magistrados e de estabelecimento de quaisquer obrigações comuns, as quais não possuiriam validade e eficácia, de acordo com o previsto pelas XII Tábuas. Além disso, os indivíduos que insistissem na realização ilícita destes cultos seriam punidos com a pena capital. Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), pp. 73-74.

⁶² Cf. C. RASCON, *A proposito de la represion de las bacanales en Roma*, cit. (nt. 53 *supra*), p. 402.

Esse caráter excepcional e específico da medida comprova que não há uma supressão da liberdade de associação⁶³, já que seriam ilícitas não elas em si, mas os atos que seus membros praticavam⁶⁴.

Na visão de P. W. DUFF, esse senatus-consulto foi uma medida politicamente simbólica, um aviso aos colégios e grupos existentes do que lhes poderia acontecer caso caíssem no desgosto dos governantes⁶⁵.

4. Do *senatusconsultum* de 64 a.C.

As atividades desenvolvidas pelos colégios no período republicano sempre foram um fator de tensão e de instabilidade para a ordem pública, devido ao seu uso distorcido e a perseguição de finalidades ilícitas, sendo as mais comuns, a corrupção eleitoral e promoção de insurreições.

Não por outro motivo, a edição do senatus-consulto de 64 a.C.⁶⁶ ocorre no contexto das revoltas de Catilina⁶⁷, sobretudo, devido ao período de eleição consular para o

⁶³ Não há uma supressão e nem uma garantia à liberdade de associação, sendo os colégios passíveis de dissolução por parte de um magistrado, caso desenvolvessem atividades perigosas. Cf. P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 107. Neste sentido, E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), col. 405, para quem o estado só interviria em caso de violação da ordem pública, inserindo-se nesta hipótese o senatus-consulto acerca dos bacanais, o qual, porém, não teria afetado outras associações que cultuassem deuses estrangeiros.

⁶⁴ Cf. F. M. DE ROBERTIS, *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), pp. 59 e 64.

⁶⁵ Cf. *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 106-107.

⁶⁶ Muito se discutiu acerca da datação deste senatus-consulto, sobretudo, porque em alguns manuscritos apareceria a menção a um cônsul chamado «C. Mario» e, em seguida, dir-se-ia que a *lex Clodia* foi criada não «Post VI deinde annos», mas «Post VIII deinde annos». Para a maior parte da doutrina, no entanto, deve ser corrigida, sob condição de não existir tal combinação de cônsules, a indicação «Mario» por «Marcio» e a «Post VIII» por «Post VI», já que a *lex Clodia* surge em 58 a.C. e que em 65 a.C. os colégios ainda eram permitidos, conforme nos narra Ascônio no fragmento seguinte – *pro Corn.*. Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 75; B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 232-233; W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 21; T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27.II *supra*), p. 73. De acordo com S. ACCAME, *La legislazione romana intorno ai college nel I secolo a.C.*, in *BIRDetino del Museo dell'Impero Romano XIII* (1943), p. 15, os primeiros jogos compitais que começaram a trazer problemas ocorreram em meados de dezembro e janeiro de 67 e 66 a.C., logo, os colégios não poderiam ter sido dissolvidos em 68 a.C., devendo ser aceita a data de 64 a.C.. Entretanto, para M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 39-41, deve-se desconsiderar o nome dos cônsules citados e manter o trecho «Post VIII», atribuindo-se, portanto, a data de 68 a.C. – cônsules L. Caecilius Metellus e Q. Marcius Rex. W. LIEBENAM ainda observa que esta proposta de M. COHN está errada, pois ainda que se considerasse correta a menção «Post VIII», o ano certo a ser indicado seria o de 67 a.C. – cônsules C. Calpurnius Piso e M. Acilius Glabrio. Adotamos a posição da doutrina dominante, por ser a que menos altera o texto original, tornando ambos os trechos problemáticos compatíveis e não, como propõe M. COHN, desconsiderando a nomeação consular. Com base no mesmo argumento, cf. E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), cols 405-406. Para o elenco de cônsules no período republicano, cf. W. EDER – J. RENGGER, *Herrscherchronologien der antiken Welt – Namen, Daten, Dynastien*, in *NP – Suppl. I* (2004).

ano de 63 a.C., no qual os colégios eram utilizados a fim de reunir pessoas e, pela atuação de demagogos, instar a revolução⁶⁸.

Menção a este provimento do Senado é feita por Ascônio⁶⁹, em dois comentários aos discursos de Cícero:

*in Pison*⁷⁰, 8. *L. Iulio C. Marcio consulibus quos et ipse Cicero supra memoravit senatus consulto collegia sublata sunt quae adversus rem publicam videbantur esse constituta. Solebant autem magistri collegiorum ludos facere, sicut magistri vicorum faciebant, Compitalicios praetextati, qui ludi sublatis collegiis discussi sunt. Post VI deinde annos quam sublata erant P. Clodius tr.pl. lege lata restituit collegia. Invidiam ergo et crimen restitutorum confert in Pisonem, quod, cum consul esset, passus sit ante quam lex ferretur facere Kal.Ianuar. praetextatum ludos Sex. Clodium. Is fuit familiarissimus Clodii et operarum Clodianarum dux, quo auctore postea illato ab eis corpore Clodii curia cum*

Sendo L. Júlio e C. Márcio cônsules e o próprio Cícero, acima referido, os quais assim queriam, por uma decisão do Senado, os colégios foram suprimidos, os quais contra a ordem pública fossem constituídos. Acostumaram-se, porém, os diretores dos colégios fazerem jogos, do mesmo modo que os chefes das aldeias faziam, pretextados Compitais, jogos os quais pelos colégios dissolvidos foram discutidos. Depois de seis anos desta dissolução, P. Clódio, tribuno da plebe, restituiu os colégios, por meio de lei. Por causa disso, ódio e a restituição de crimes foram conferidos a Pisão, que, como era cônsul, suportou que antes de que fosse feita a lei, se fizessem nas calendas de

⁶⁷ Todavia, a medida não se origina somente deste fato. Inúmeros outros colégios eram utilizados para promoverem reuniões ilegais. Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 75.

⁶⁸ Várias medidas foram tomadas a fim de coibir as ações de Catilina, como a renovação da *lex Fabia de numero sectatorum*, realizando Cícero, neste período, a sua *oratio in toga candida*. Cf. J.P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 92-94 e W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 23.

⁶⁹ Quintus Asconius Pedianus (9 a.C.-76 ou 3-88), proveniente de Patavium, destaca-se como importante estudioso do início do período imperial, mencionado sempre de forma respeitosa e louvável. Representa o viés literário-histórico da filologia. Sua obra mais famosa são seus comentários aos discursos de Cícero – *in Pisonem*, *pro Scauro*, *pro Milone*, *pro Cornelio* e *in toga candida* – feitos entre 54 e 57 e direcionado aos seus filhos. Todavia, muitos de seus escritos foram perdidos – como o livro *contra obtrectatores Vergilii*, *vita Sallustii* e um *Symposium contra Plato* sendo possível que ele tenha feito comentários a todos os discursos de Cícero. É sempre observável um intuito meramente histórico nestas glosas. Também trabalhou com os *acta populi Romani*, outros discursos e escritos históricos. Cf. M. SCHANZ – C. HOSIUS, *Geschichte der römischen Literatur bis zum Gesetzgebungswerk des Kaisers Justinian*, II, München, Beck, 1935, pp. 731-733; G. WISSOWA, *Asconius*, in *RE* 2.2 (1896), cols. 1524-1527.

⁷⁰ Eis o trecho comentado: Cic., *in Pison.*, 8. *Exposui breviter consulatum meum. Aude nunc, o furia, de tuo dicere! Cuius fuit initium ludi compitalicii tum primum facti post L. Iulium et C. Marcium consules contra auctoritatem huius ordinis; quos Q. Metellus - facio iniuriam fortissimo viro mortuo, qui illum cuius paucos pares haec civitas tulit, cum hac importuna belua conferam - sed ille designatus consul, cum quidam tribunus plebis suo auxilio magistris ludos contra senatus consultum facere iussisset, privatus fieri vetuit atque id quod nondum potestate poterat, optinuit auctoritate. Tu cum in Kalendas Ianuarias compitaliorum dies incidisset, Sextum Clodium qui numquam antea praetextatus fuisset, ludos facere et praetextatum volitare passus es, hominem impurum ac non modo facie, sed etiam osculo tuo dignissimum.*

eo incensa est. Quos ludos tunc quoque fieri prohibere temptavit L. Ninnius tr.pl. Ante biennium autem quam restituerentur collegia, Q. Metellus Celer consul designatus magistrorum vicorum ludos Compitalicios facere prohibuerat, ut Cicero tradit, quamvis auctore tribuno plebis fierent ludi; cuius tribuni nomen adhuc non inveni.

Janeiro por Sexto Clódio, jogos pretextos. Este foi familiaríssimo de Clódio e condutor da obra de Clódio, sendo fundada depois por eles o corpo da cúria de Clódio que por eles foi inflamada. L. Nínio, tribuno da plebe, procurou impedir estes jogos a partir de então também feitos, antes do biênio, no qual foram restituídos os colégios, porém, Q. Metelo Céler, designado cônsul, proibira os chefes das aldeias de fazerem os jogos compitais, como recomendou Cícero, ainda que os jogos sejam feitos por tribuno da plebe; cujo nome de tribuno até então não recebera.

pro Corn⁷¹, 75. Frequenter tum etiam coetus factiosorum hominum sine publica auctoritate malo publico fiebant: propter quod postea collegia et S.C. et pluribus legibus sunt sublata praeter pauca atque certa quae utilitas civitatis desiderasset, sicut fabrorum fictorumque.

Frequentemente, naquele tempo, também sem a autorização pública, faziam o mal público a reunião de homens sediciosos: por causa disso que depois por *senatusconsultum* e por várias leis foram dissolvidos os colégios, exceto poucos e certos <colégios> os quais se desejasse em proveito da cidade, como o dos carpinteiros e o dos escultores.

Considerado como plenamente íntegro, sem a presença de lacunas⁷², o primeiro ponto a ser discutido é o que concerne aos destinatários desta medida, isto é, quais foram os colégios dissolvidos.

Para T. MOMMSEN, os colégios atingidos eram os *collegia compitalicia*⁷³, visão que é contestada por muitos estudiosos, os quais acreditam que os jogos compitais foram proibidos e não os colégios, porque este tipo de colégio, na realidade, não existiria⁷⁴.

⁷¹ Fragmento comentado: Cic., *pro C. Corn.*, *Quid ego nunc tibi argumentis respondeam posse fieri, ut alius aliqui Cornelius sit qui habeat Philerotem servum; vulgare nomen esse Philerotis, Cornelios vero ita multos, ut iam etiam collegium constitutum sit?*

⁷² Cf. W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 20-21.

⁷³ Cf. T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27.II *supra*), p. 74.

⁷⁴ De acordo com T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27.II *supra*), pp. 74-76, todos os anos eram celebrados os jogos compitais, nas chamadas *compita*, capelas construídas nos cruzamentos dos *vicos*, a fim de que se louvassem os deuses que protegiam os lares vizinhos – *lares compitales*. Para dar consecução a tais festividades, seriam fundados colégios compitais, os quais, juntamente com os magistrados dos *vici*, realizavam os cultos. F. M. DE ROBERTIS, *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), pp. 86-87, admite a existência destes colégios compitais, mas afirma que a medida não se refere somente a este tipo

Já para J. P. WALTZING, exatamente por não existirem tais colégios compitais, o provimento deve ser associado aos colégios profissionais, antigos e novos, desde que facciosos, e, por isso, considerados perigosos não só pela corrupção eleitoral, mas pela desordem promovida por arruaças⁷⁵.

S. ACCAME também sustenta a inexistência dos colégios compitais, mas afirma que os cultos compitais – não os jogos, pois eles teriam caído em desuso – haviam sido transferidos para alguns colégios, como o *collegium mercatorum* – e seriam estes os atingidos pela medida, a qual não poderia ser imputada aos colégios perigosos em geral, mas somente aos que tinham o caráter religioso dos compitais⁷⁶.

De acordo com M. RADIN, o senatus-consulto refere-se a duas coisas, a saber, aos colégios e aos jogos compitais. Ambos foram contemplados pelo fato de que eram perigosos à ordem pública, seja por permitirem que demagogos lograssem pessoas humildes e trabalhadores a fim de obter seus objetivos políticos, seja, no caso dos jogos, por serem uma oportunidade de reunir uma aglomeração de pessoas, tornando-se tão perigosos quanto um colégio para a manutenção da estabilidade⁷⁷.

Para o autor, entretanto, muitos colégios realizavam unicamente os jogos compitais, pois, para serem considerados colégios, tinham de integrar-se a um culto, caso contrário, seria fácil revelar o seu caráter de facção e, além disso, este tipo de culto era o

de associação, mas a todos os tipos, já que se tem o uso do termo geral «*collegium*». Todavia, conforme M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 42-45, não é possível provar a existência destes colégios, não havendo nenhum testemunho direto e, sobretudo para a época republicana, de que eles, de fato, tomaram vida. O único rastro que seria encontrado é o de uma menção «*collegium compitalicium*» em pedra, do tardo período imperial. Para o autor, os *vici*, *vicinitates* e *pagi* eram conceitos diversos do de *collegium* – Cic., *dom.*, 28, 74. (...) *nullum est in hac urbe collegium, nulli pagani aut montani, quoniam plebei quoque urbanae maiores nostri conventicula et quasi concilia quaedam esse voluerunt, qui non amplissime non modo de salute mea sed etiam de dignitate decreverint* – indicando somente reuniões para o culto de um deus comum, devendo ser elas vistas como *conventicula*, as quais se diferenciam dos colégios por não terem um patrimônio, limitarem-se ao culto e, pois, possuírem baixa unidade. Tal opinião é compartilhada por B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12. I *supra*), pp. 99-107; S. ACCAME, *La legislazione romana intorno ai college nel I secolo a.C.*, cit. (nt. 66 *supra*), p. 17-25.

⁷⁵ Cf. *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 99-108. No mesmo sentido, cf. B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 232-233. Também M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 48-50, para quem os jogos compitais foram apenas transferidos para os colégios – *collegia opificum*, sobretudo, para os formados por Catilina e Clodio, não se referindo a medida aos colégios para cultos estrangeiros, pois eles foram proibidos no ano da *lex Clodia* e não tinham relação com as festividades compitais.

⁷⁶ Cf. *La legislazione romana intorno ai college nel I secolo a.C.*, cit. (nt. 66 *supra*), pp. 25-26.

⁷⁷ Cf. *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), pp. 76-78. No mesmo sentido, cf. E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), col. 406.

mais fácil de ser organizado, pois era extremamente popular e ficava a cargo dos habitantes e de magistrados e não de sacerdotes ou pontífices⁷⁸.

Sendo assim, a medida, de fato, visa aos colégios perigosos, aos que se tornam coalizões políticas e, portanto, passam a ser perigosos ao estado, daí a permanência de inúmeros outros, como os dos *fabri* e dos *lictiores*⁷⁹.

Interessante é observar que Ascônio – *pro Corn.* – menciona a questão da utilidade pública⁸⁰, afirmando que somente os colégios que fossem proveitosos à cidade não foram dissolvidos, embora esta menção seja considerada uma influência de ideias do tempo do escritor em seu comentário e não contidas, originalmente, no *senatus-consulto*⁸¹.

Deste contexto advém a conclusão de G. M. MONTI de que esta medida do Senado não pode ser interpretada como uma medida generalizada contra os colégios, mas sim uma medida de polícia contra aqueles que desenvolviam atividades pseudo-políticas⁸².

Contra esta opinião, posiciona-se F. M. DE ROBERTIS, para quem a medida não tem natureza administrativa, mas legislativa, já que somente com o advento da *lex Clodia de collegiis* é que teria sido suprimida⁸³.

Por sua vez, M. COHN não vê problemas com a necessidade da *lex Clodia* para a cessação de efeitos do *senatus-consulto*. Segundo o autor, cuja visão é oposta a que afirma a plena liberdade de associação no período republicano, com o provimento de 64 a.C., não há nem a proibição ao estabelecimento de novos colégios, nem a determinação de que eles deveriam obter uma autorização, portanto, não era uma medida que alterava o direito anterior, tendo caráter meramente administrativo⁸⁴.

⁷⁸ Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), pp. 78-80. Além disso, afirma o autor que não eram suficientes apenas proibições concernentes ao número de membros e à inexistência de um caixa comum – como o realizado pelo *senatus-consulto* contra os bacanáis – era necessário atingir um culto, manto protetor dos colégios de fachada, pois eles poderiam se reorganizar.

⁷⁹ Cf. W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 23-24, devendo-se acrescentar também o dos *apparitores*. Neste sentido, cf. M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 42 e 45.

⁸⁰ Que posteriormente será retomada com a *lex Iulia de collegiis*.

⁸¹ Cf. F. M. DE ROBERTIS, *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), p. 93. Apontando como influência contemporânea a Ascônio a expressão «*sine publica auctoritate*», cf. W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 24; S. ACCAME, *La legislazione romana intorno ai college nel I secolo a.C.*, cit. (nt. 66 *supra*), p. 17.

⁸² Cf. *Lineamenti di storia delle corporazioni*, Bari, Cressati, 1931, pp. 32-33.

⁸³ Cf. *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), p. 92. S. ACCAME, *La legislazione romana intorno ai college nel I secolo a.C.*, cit. (nt. 66 *supra*), p. 28, admite o caráter administrativo da medida, mas reconhece que, na prática, ela teve um efeito legislativo, resultando disso a necessidade da *lex Clodia*, lembrando, ainda, o autor – p. 29, que a medida só valia dentro de Roma.

⁸⁴ Cf. *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 50-51. O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 54.II *supra*), p. 66, afirma que não era necessária uma lei a fim de dissolver este tipo de associações, as quais não seriam toleradas nem que fossem meramente de fato.

No entanto, analisando-se os dois textos de Ascônio, o erro estaria em considerar os dois senatus-consultos por ele mencionados como idênticos⁸⁵. Para M. COHN, o texto *pro Corn.* não cita o senatus-consulta de 64 a.C., mas o de 56 a.C. e as leis por ele mencionadas seriam a *lex Licinia de sodaliciis* e a *lex Iulia de collegiis*. Tal fragmento teria o objetivo, até por não conter detalhamentos históricos, de simplesmente elaborar um resumo do desenvolvimento histórico da época, daí a mistura de termos republicanos e imperiais⁸⁶.

O caráter político de tal medida parece, pois, inegável. E seu intento não é o de consistir em uma medida anticorporativa, pois se dirige somente contra as associações que atuavam contra a ordem pública⁸⁷.

5. Da *lex Clodia de collegiis*⁸⁸

Em 58 a.C. temos o surgimento de uma lei cujos objetivos colocam-se em linha contrária aos provimentos repressivos emitidos pelo Senado até então, a chamada *lex Clodia de collegiis*.

Realizada pelo tribuno da plebe *P. Clodius Pulcher*⁸⁹, daí originando a sua denominação⁹⁰, surge em um contexto de tentativas⁹¹ de celebração dos jogos compitais, apesar da proibição contida no senatus-consulta de 64 a.C.

Para a dissolução, bastava a emissão de um senatus-consulta, como foi feito, o qual não afetaria nenhuma corporação com objetivo lícito.

⁸⁵ Opinião contestada por E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), col. 406.

⁸⁶ Cf. *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 52-55.

⁸⁷ Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), pp. 78-79.

⁸⁸ Um artigo sobre este tema foi publicado por ocasião da apresentação de trabalho no XV Congresso Internacional e XVIII Congresso Ibero-Americano de Direito Romano – *Direito e Poder*, realizada em 16 de fevereiro de 2013, em Lisboa, sob o título *Os collegia como instrumento de poder – Reflexões acerca do direito associativo em época republicana*.

⁸⁹ O primeiro fato pelo qual *P. Clodius Pulcher* torna-se conhecido é a profanação do culto da *bona dea*, no qual adentra, com trajes femininos, a fim de encontrar-se com Pompéia, a esposa de César, sendo descoberto quando forçado a falar. É visto por alguns como um anarquista e instrumento de César – cf. G. LACOUR-GAYET, *P. Clodius Pulcher*, in *Revue Historique* 41(1889), pp. 1-4 e 35 – e por outros como um político sem precedentes – J.-M. FLAMBARD, *Clodius, les collèges, la plèbe et les esclaves. Recherches sur la politique populaire au milieu du Ier. siècle*, in *MEFRA* 89 (1977), pp. 153 e W. JEFFREY TATUM, *Cicero's Opposition to the lex Clodia de collegiis*, in *The Classical Quarterly* 40 (1990). *Clodius* é proveniente de uma conhecida família patrícia – composta, dentre outros, por *Apicius Claudius* e pela *Lesbia* de Catulo – e adquire popularidade a partir deste escândalo, cujo processo de sacrilégio dele derivado é o motivo pelo qual o tribuno e Cícero seriam eternamente inimigos. Para que pudesse obter um cargo político com menos idade – pois tinha apenas trinta anos e teria de esperar até os quarenta para alcançar o consulado – candidata-se a tribuno da plebe, fazendo-se adotar por um plebeu e, em seguida, emancipar-se. Tal adoção, de fato, foi realizada de forma irregular, pois o pai adotivo tinha apenas dezoito anos. Seu tribunato é o período em que faz votar suas leis, mediante o apoio de Pompeu e de César, e organiza exércitos na cidade, os quais atuavam por meio de violência. Após o tribunato, pretende tornar-se pretor, mas é assassinado pelos soldados de

Tais tentativas, por fim bem sucedidas, levam à aprovação da lei⁹², cuja periculosidade nos é apresentada e censurada por um dos maiores rivais de P. Clódio, isto é, por Cícero em sua *Oratio in Pisonem*:

4, 9. *Ergo his fundamentis positis consulatus tui triduo post inspectante et tacente te a fatali portento prodigio que rei publicae lex Aelia et Fufia eversa est, propugnacula muri que tranquillitatis atque otii; collegia non ea solum quae senatus sustulerat restituta, sed innumerabilia quaedam nova ex omni faece urbis ac servitio concitata. Ab eodem homine in stupris*

Então, por estas razões, três dias após ter iniciado o teu consulado, sob os teus olhos e o teu silêncio, por uma fatal perversa criatura, também foi arrebatada à República a lei *Aelia et Fufia*, muro de defesa, de tranquilidade e de segurança pública; por ele, não somente os colégios, os quais o Senado havia dissolvido, [foram] restituídos, mas incontáveis

Milão. Seu braço direito *Sex. Clodius* providencia seu funeral, no qual o incêndio de seu corpo queima várias casas, a basílica *Pórcia* e a *Curia Hostilia*. Sua imagem – cf. W. W. BONN, *C. Pulcher, P.*, in *NP* 3 (1997), pp. 37-38 – é aquela de um demagogo, o qual contribuiu, definitivamente, para o declínio da República. Cf. A. W. LINTOTT, *P. Clodius Pulcher – Felix Catilina?*, in *Greece & Rome* 14 (1967), p. 166; G. LACOUR-GAYET, *P. Clodius Pulcher*, cit. (*supra*), pp. 7-12; 15 e 26-34; J.-M. FLAMBARD, *Clodius, les collègues, la plèbe et les esclaves. Recherches sur la politique populaire au milieu du Ier. Siècle*, cit. (*supra*), pp. 126-128.

⁹⁰ Interessante é observar a mudança do nome *Claudius* – família a qual pertencia o tribuno – para *Clodius*. Uma das hipóteses seria a *transitio ad plebem*. Sendo assim, para tornar-se mais próximo da plebe, ao ser adotado, o originário *Claudius* mudaria seu nome para *Clodius*, que seria um nome plebeu. No entanto a explicação é meramente fonética. Ambos os nomes, *Claudius* e *Clodius* são idênticos. A diferença está na pronúncia. As camadas mais pobres da população pronunciavam o ditongo “au” como “o” e o que *Clodius* fez foi simplesmente admitir essa pronúncia. Cf. A. M. RIGGSBY, *Clodius/Claudius*, in *Historia* 51 (2002), pp. 117-123. Tal alteração de pronúncia é um fenômeno comum já atestado pelos gramáticos latinos. Cf. E. FARIA, *Fonética histórica do latim*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1956, pp. 60-61 e, expressamente citando como exemplo deste fenômeno o caso de *Clodius*, cf. W. M. LINDSAY, *A Short Historical Latin Grammar*, 2 ed., Oxford, Clarendon, 1915 (reimpr. 1937), pp. 13-15.

⁹¹ Uma primeira tentativa teria sido feita, no final de 61 a.C., por um tribuno da plebe, mas frustrada pelo cônsul *M. Celer*. Uma segunda foi então realizada por *P. Clodius*, com o auxílio de *Sex. Clodius*, a qual, por ter obtido êxito, rendeu grande popularidade ao candidato ao tribunato. Cf. *P. Clodius Pulcher – Felix Catilina?*, cit. (nt. 89 *supra*), p. 160 e *Clodius, les collègues, la plèbe et les esclaves. Recherches sur la politique populaire au milieu du Ier. siècle*, cit. (nt. 89 *supra*), pp. 119-120 e Asc., in *Pison.*, 8.

⁹² O tribunato de *P. Clodius* inicia-se em 10 de dezembro de 59 a.C. e, nesta oportunidade, faz ele serem votadas quatro leis, a saber, a *lex frumentaria* – que determina a distribuição mensal gratuita de uma determinada quantidade de grãos, a *lex Clodia de collegiis*, a *lex de obnuntiatione* – que impede os magistrados de barrarem votações de projetos de lei, pela arguição de terem observado sinais no céu e a *lex de censoria notione* – que modifica algumas atividades dos censores em relação à revisão do *album* dos senadores. Estas são as quatro principais, chamadas de leis perniciosas por Cícero, de acordo com o relato de Asc., in *Pison.*, 9. «(...) *Diximus L. Pisone A. Gabinio coss. P. Clodium tr. pl. quattuor leges perniciosas populo Romano tulisse: annonariam, de qua Cicero mentionem hoc loco non facit (fuit enim summe popularis), ut frumentum populo, quod antea senis aeris ac trientibus in singulos modios dabatur, gratis daretur; alteram, ne quis per eos dies, quibus cum populo agi liceret, de caelo servaret; propter quam rogationem ait legem Aeliam Fufiam propugnacula et muros tranquillitatis atque eversas esse; obnuntiatio enim qua perniciosis legibus resistebatur, quam Aelia lex confirmaverat, erat sublata: tertiam de collegiis restituendis novisque instituendis, quae ait ex servitiorum faece constituta: quartam, ne quem censores in senatu legendo praeterirent, neve qua ignominia afficerent, nisi qui apud eos accusatus et utriusque censoris sententia damnatus esset; hac ergo eius lege censuram, quae magistra pudoris et modestiae est, sublatam ait.*», mas outros provimentos também foram votados como a *lex Clodia de iniuriis publicis* e a *lex Clodia de scribis quaestoriis*. Cf. W. JEFFREY TATUM, *The Patrician Tribune Publius Clodius Pulcher*, University of North Carolina, 1999, p. 117-135 e 249; G. LACOUR-GAYET, *P. Clodius Pulcher*, cit. (nt. 89 *supra*), p. 17.

*inauditis nefariis que versato vetus illa
magistra pudoris et modestiae censura
sublata est, cum tu interim bustum rei
publicae qui te consulem tum Romae
dicis fuisse, verbo numquam
significaris sententiam tuam tantis in
naufraigiis civitatis.*

outros novos, provenientes de toda
escória da cidade e de escravos
[foram] formados. Pelo mesmo
homem, fomentador de desgraças
inauditas e nefastas, também foi
levantada a censura, aquela antiga
mestra do pudor e da modéstia, pois
tu, como pira da República, que então
cônsul de Roma dizia ser, nunca por
uma palavra revelou tua opinião em
relação a tal naufrágio da cidade.

Aprovada apenas dois dias após a celebração dos *ludi compitales*, a também denominada *lex Clodia de collegiis restituendis novisque instituendis* conferiu uma popularidade⁹³ muito grande ao tribuno, o qual sempre se valeria do apoio popular para atingir seus objetivos⁹⁴.

Tal crítica de Cícero, porém, não nos revela o fato de que, à época, a aprovação do provimento recebera seu apoio⁹⁵, não atuando por meio de *L. Ninnius*⁹⁶, para que ela fosse vetada, atitude da qual se arrepende posteriormente, como deixa claro em suas correspondências com Ático:

3, 15, 4. *Ego, si me aliquando vestri et
patriae compotem fortuna fecerit, certe
efficiam ut maxime laetere unus ex
omnibus amicis mea que officia et
studia, quae parum antea luxerunt*

Eu, se a sorte de mim tivesse feito,
alguma vez, vosso comandante e
[também] da pátria, certamente faria
que se alegrasse ao máximo um
dentre todos os meus amigos, e

⁹³ Discute-se o intento meramente demagógico das leis de *P. Clodio*, no entanto, para W. JEFFREY TATUM, *Cicero's Opposition to the lex Clodia de collegiis*, cit. (nt. 89 *supra*), pp. 189-190, tanto a *lex de obnuntiatione* como a *lex de censorial notione*, não foram leis meramente populares, mas representam uma “responsible legislation”, sendo a primeira, a única lei de *Clodius* que não foi modificada posteriormente. Já para M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 55-56, a ligação de *Clodius* com a base social não é disfarçada, sendo a origem de todas estas atividades legislativas, já que era imprescindível cair nas graças da população, a fim de alcançar o poder, mesmo que isso tivesse de ser feito não por eleições, mas também por meio da violência.

⁹⁴ Cf. J.-M. FLAMBARD, *Clodius, les collèges, la plèbe et les esclaves. Recherches sur la politique populaire au milieu du I^{er} siècle*, cit. (nt. 89 *supra*), p. 120.

⁹⁵ Controversa é a razão pela qual Cícero teria realizado tal acordo, já que era de seu conhecimento que *P. Clodius* não era pessoa confiável, característica confirmada, pouco tempo depois, com a aprovação da *lex de capite civis Romani*, cujo resultado foi o exílio de Cícero, cujo retorno, por meio da votação de uma lei que o permitisse, foi sempre impedido pelos grupos de *Clodius*. Acredita-se que alguém dentro do grupo dos *optimates*, grupo estimado e do qual queria fazer parte o orador, e não *Clodius* diretamente, conseguiu convencê-lo a celebrar o acordo. Cf. W. JEFFREY TATUM, *Cicero's Opposition to the lex Clodia de collegiis*, cit. (nt. 89 *supra*), pp. 192-194 e G. LACOUR-GAYET, *P. Clodius Pulcher*, cit. (nt. 89 *supra*), p. 26.

⁹⁶ *L. Ninnius* é um tribuno que passa a trabalhar no interesse de Cícero contra todas as medidas intentadas por *P. Clodius*. Todavia, em vista de um acordo celebrado por Cícero, foi impedido de agir quando da votação das “leis perniciosas”. Cf. W. JEFFREY TATUM, *Cicero's Opposition to the lex Clodia de collegiis*, cit. (nt. 89 *supra*), p. 190.

(fatendum est enim), sic exsequar ut me aeque tibi ac fratri et liberis nostris restitutum putes. Si quid in te peccavi, ac potius quoniam peccavi, ignosce; in me enim ipsum peccavi vehementius. Neque haec eo scribo quo te non meo casu maximo dolore esse adfectum sciam; sed profecto <si> quantum me amas et amasti tantum amare deberes ac debuisses, numquam esses passus me, quo tu abundabas, egere consilio, nec esses passus mihi persuaderi utile nobis esse legem de collegiis perferri. Sed tu tantum lacrimas prae buisti dolori meo, quod erat amoris, tamquam ipse ego; quod meritis meis perfectum potuit, ut dies ac noctes quid mihi faciendum esset cogitares, id abs te meo, non tuo scelere praetermissum est. Quod si non modo tu sed quisquam fuisset qui me Pompei minus liberali responso perterritum a turpissimo consilio revocaret, quod unus tu facere maxime potuisti, <aut honeste occubuissemus> aut victores hodie viveremus. Hic mihi ignosces. Me enim ipsum multo magis accuso, deinde te quasi me alterum, et simul meae culpa socium quae<ro>. Ac si restituor, etiam minus videbimur deliquisse abs te que certe, quoniam nullo nostro, tuo ipsius beneficio diligemur.

favores e esforços, os quais tão pouco antes reluziram (de fato, deve-se, reconhecer), então faria com que considerasses por mim restituído a ti tanto como a um irmão e aos nossos filhos. Se em relação a ti errei em alguma coisa, ou antes, simplesmente errei, perdoa-me; na verdade, em relação a mim mesmo errei veementemente. E nem aqui escrevo estas coisas, não sabendo ser por ti sentida uma grande dor pela minha situação; mas se, sem dúvida, o quanto me amas e amou e tanto deverias amar e ter amado, nunca terias suportado [que] eu estivesse ausente do conselho, do qual tu fazias parte, nem terias suportado [que] eu fosse persuadido de ser a nós útil a submissão da lei acerca dos colégios. Mas tu tantas lágrimas ofereceste à minha dor, o que demonstrava amor, quanto eu mesmo; o que pelos meus méritos pode ser realizado, pois dias e noites pensavas o que por mim deveria ser feito, isto por ti, por meu, não teu erro, foi permitido. Isto se não só tu, mas qualquer um fosse que, pela pouco nobre resposta de Pompeu aterrorizado, tivesse desviado-me de um repugnante conselho, o que somente tu poderia melhor fazer, [ou morreríamos honestamente] ou hoje viveríamos como vencedores. Perdoa-me aqui. Na realidade, acuso muito mais a mim mesmo, pois tu como um outro eu, e, ao mesmo tempo, procuro um sócio para a minha culpa. E se sou restituído, de fato, por nós será percebido ter faltado menos de ti e certamente, não pela nossa, [mas] pela tua própria bondade, seríamos amados.

Sendo assim, por meio desta lei, os colégios dissolvidos em 64 a.C. poderiam ser novamente organizados, permitindo-se, ademais, a formação de outros novos, conferindo

amparo a *Clodius* para a fundação de associações compostas, segundo J. P. WALTZING, por condenados à prisão, escravos e antigos soldados de Catilina⁹⁷.

Entretanto, de acordo com M. COHN⁹⁸, não se deve deixar-se persuadir cegamente pela narração de Cícero, por vezes, não objetiva. Desta forma, apesar de inegável a tentativa de golpe por parte do tribuno, a composição das associações por ele fundadas ou restabelecidas era não de criminosos, mas de pessoas humildes – associação de artesãos – que pela própria condição social eram facilmente manipuláveis e, por isso, foram desvirtuadas de seu objetivo inicial não político. Portanto, a *lex Clodia* em si, não era prejudicial.

O problema por ela ocasionado encontra-se não no plano jurídico, ou seja, em suas disposições, mas no plano fático, pelo uso que se fez das associações. Os colégios existentes foram divididos em centúrias e decúrias – as chamadas *operae clodianas*⁹⁹ – as quais manipulavam as eleições e usavam da violência para alcançar os objetivos do tribuno. Logo, percebe-se que os colégios fundados por *Clodius* eram colégios de fachada, cujo objetivo profissional não passava de uma formalidade¹⁰⁰.

Atribui-se a este provimento a característica de ser a primeira lei a garantir a liberdade de associação, atribuída também aos escravos, limitando o exercício do poder de polícia do estado¹⁰¹.

Não obstante, questiona-se o fato de que a *lex Clodia de collegiis* realmente permitisse a livre formação de novos *collegia*, pois o que o senatus-consulta de 64 a.C. proibiria seria somente a reunião para fins de celebração dos *ludi compitalicii*¹⁰² e não a livre formação dos colégios¹⁰³.

⁹⁷ Cf. *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 96-97. Segundo o autor, baseado nos dizeres de Cícero, os colégios de *P. Clodius* eram formados pela “*lie de la populace*”.

⁹⁸ Cf. *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 56-57.

⁹⁹ Tais *operae* eram organizações paramilitares, cujo quartel localizava-se no tribunal Aureliano e o depósito de armas no templo de Castor, formando-se um verdadeiro exército privado. O principal comandante era *Sex. Clodius*, mas existiam outros como *Damio*, *Fidulius*, *Firminus*, *Gellius*, *Lentidius*, *M. Lollius*, *Plaguleius*, *Scato*, *L. Sergius* e *Titius* “*de Réate*”. Constituídos tais grupos dentro de uma rede de colégios já existentes, permitia-se uma rápida mobilização de toda a população. Cf. J. M. FLAMBARD, *Clodius, les collèges, la plèbe et les esclaves. Recherches sur la politique populaire au milieu du Ier. siècle*, cit. (nt. 89 *supra*), pp. 125-131 e 144.

¹⁰⁰ Cf. J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 96-97 e M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 57-58.

¹⁰¹ Cf. F. M. DE ROBERTIS, *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), pp. 97-99.

¹⁰² Além disso, afirma-se que não teria a *lex Clodia de collegiis* um significado geral, pois seria referente somente aos *collegia compitalicia*, entendidos como os colégios que celebravam estes ritos, já que a medida de 64 a.C. trataria somente deste tipo de associação. Cf. S. ACCAME, *La legislazione romana intorno ai college nel I secolo a.C.*, cit. (nt. 66 *supra*), p. 29. Tal visão seria apoiada por T. MOMMSEN, *De collegiis et*

Fora de dúvida, entretanto, é que os poderes de polícia dos magistrados foram limitados por esta lei, caso contrário, os opositores de *P. Clodius* teriam facilmente se voltado contra essas novas organizações, não sendo isso o que ocorreu¹⁰⁴.

Grande instabilidade e majoração da corrupção e da violência resultaram das atividades destes *collegia*, os quais, após a morte de *Clodius*, foram mais uma vez combatidos pelo surgimento do senatus-consulta de 56 a.C.¹⁰⁵.

Tal *senatusconsultum* previa a edição de uma lei que lhe pudesse dar eficácia e suprimir definitivamente a *Lex Clodia de collegiis*, a qual foi emitida um ano depois, a *lex Licinia de sodaliciis*¹⁰⁶.

6. Do *senatusconsultum* de 56 a.C.

Tendo em vista o intenso grau de desordem originado pelos grupos liderados por *P. Clodius Pulcher*, o Senado resolve, em 56 a.C., emitir um senatus-consulta, com vistas à coibição da formação de grupos que pusessem em perigo a segurança da cidade e a lisura das eleições¹⁰⁷.

Mais uma vez, é Cícero quem nos faz referência a tal medida, em suas *Epistulae ad Quintum fratrem*¹⁰⁸:

2, 3, 5. A. d. IIII Id. Febr. Sestius ab indice Cn. Nerio Pupinia de ambitu est postulatus et eodem die a quodam M. Tullio de vi. Is erat aeger. Domum, ut debuimus, ad eum statim venimus eique nos totos tradidimus idque fecimus praeter hominum opinionem,

Quatro dias antes dos *idus* de fevereiro (10 de fevereiro), *Sestius* pelo delator *Cn. Nerius Pupinius* pelo crime de *ambitus* é demandado e, no mesmo dia, pelo crime de violência, por um certo *M. Tullius*. Ele estava doente. À sua casa, como devíamos,

sodaliciis romanorum, cit. (nt. 27.II *supra*), pp. 77-78, para quem a *lex Clodia* é sempre relacionada a colégios sacros e urbanos, apesar de alguns ofícios serem desempenhados por escravos.

¹⁰³ Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 83. O autor – pp. 83-84 – afirma que nada poderia nos levar a supor que as corporações integrantes das nomeadas *decúrias*, eram colégios organizados pelo próprio *Clodius*.

¹⁰⁴ Cf. S. ACCAME, *La legislazione romana intorno ai college nel I secolo a.C.*, cit. (nt. 66 *supra*), p. 31.

¹⁰⁵ Atribui-se a *P. Clodius* a promoção de uma guerra civil em Roma por seis anos, cf. G. LACOUR-GAYET, *P. Clodius Pulcher*, cit. (nt. 89 *supra*), p. 35 e considera-se que ele foi o primeiro tribuno a utilizar a máquina legislativa, fora do âmbito senatorial, a seu favor. Cf. E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), cols. 407-408.

¹⁰⁶ Cf. F. M. DE ROBERTIS, *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), p. 109.

¹⁰⁷ Cf. F. M. DE ROBERTIS, *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), p. 100; E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), cols. 407-408.

¹⁰⁸ Realizada entre 60 e 54 a.C., esta obra é composta de três livros, nos quais Cícero dirige-se a seu irmão, sendo todas as cartas cronologicamente ordenadas. Suspeita-se que não nos foi transmitida a obra completa. Cf. K. BÜCHNER, *M. Tullius Cicero*, cit. (nt. 8.I *supra*), col. 1197.

qui nos ei iure suscensere putabant, ut humanissimi gratissimique et ipsi et omnibus videremur; itaque faciemus. Sed idem Nerijs index edidit [ad] adligatos Cn. Lentulum Vatijs et C. Cornelium Stel. Eodem die senatus consultum factum est ut sodalitates decuriatique discederent lexque de iis ferretur, ut qui non discessissent ea poena quae est de vi tenerentur.

tão logo viemos e a ele confiamo-nos inteiramente e fizemos com que, diante da opinião dos homens, os quais pensavam que nós de direito tínhamos raiva dele, como o mais humano e amável, por ele mesmo e por todos, fossem vistos; e assim faremos. Mas o mesmo delator *Nerius* fez a denúncia aos encarregados *Cn. Lentulus Vatijs* e *C. Cornelius Stel*. No mesmo dia, foi feito um senatus-consulta para que as *sodalitates* e os *decuriati* fossem dissolvidos e que uma lei sobre eles fosse feita, [e] que os que não se dissolvessem, pela pena do crime de violência fossem punidos.

Todavia, de acordo com J. LINDERSKI, o senatus-consulta de 56 a.C. dispunha não só acerca das *sodalitates*, dos *decuriati* e da lei – *lex Licinia de sodaliciis* – que deveria ser feita futuramente¹⁰⁹, mas também continha regras referentes ao exercício da função de *sequester* e de *sodalis*¹¹⁰, baseando-se no fato de que *M. Caelius Rufus* tinha sido acusado dos crimes de *sodalijs* e *sequestrum*¹¹¹, tipos não conhecidos antes de 56 a.C., e que o processo ocorreu após três meses da emissão deste senatus-consulta, não existindo ainda a referida lei, que vem a surgir somente um ano mais tarde¹¹².

Debate-se sobre quem seriam os destinatários deste senatus-consulta, questionando-se a inclusão, seja exclusivamente ou não, dos grupos formados por *Clodius*, associando-os ao que a medida chama de *sodalitates* e *decuriati*.

¹⁰⁹ Ou seja, continha uma previsão preparatória, podendo até ser vista como provisória. Cf. O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 54.II *supra*), pp. 66-67.

¹¹⁰ Não devendo os *sodales* serem vistos como membros de colégios, sob outro nome. Cf. A. W. LINTOTT, *Electoral Bribery in the Roman Republic*, in *The Journal of Roman Studies* 80 (1990), p. 9.

¹¹¹ Cic., *pro Cael.*, 16. «*Quod haud scio an de ambitu et de criminibus istis sodalijs ac sequestrum, quoniam huc incidi, similiter respondendum putem.(...)*», Pode ser que do [crime de] *ambitus* e dos teus crimes de *sodalis* e de *sequester*, pois que aqui se incide, como que para serem respondidos (rechaçados) considere. (...).

¹¹² Cf. *Ciceros Rede pro Caelio und die Ambitus- und Vereinsgesetzgebung der ausgehenden Republik*, in *HERMES* 89 (1961), pp.106-108. Nisto funda-se a opinião do autor – pp. 116 e 118-119 – de que a *lex Licinia de sodaliciis* não teria nenhum aspecto inovador em relação ao senatus-consulta de 56 a.C., criando este último, ao menos em teoria, o crime de *infinitus ambitus*. Já quanto à punibilidade dos candidatos, J. LINDERSKI afirma – p.115 – que não se pode inferi-la do relato de Cícero, mas que é provável a sua existência, já que se pune o fato de ser *sequester*.

M. COHN critica a visão que relaciona o escândalo ocasionado no processo de Milo¹¹³ – em 9 de fevereiro – com a emissão do senatus-consulta, consequência do tumulto do dia anterior¹¹⁴.

Não seria a medida, portanto, direcionada aos grupos de *Clodius*, já que eles eram compostos, em sua maioria, por escravos e assumiam a forma de *collegia* e não de *sodalitates* ou *decuriati*. Consequentemente, o caráter inovador deste senatus-consulta seria o de, pela primeira vez, tratar não dos colégios, mas de um instituto novo, o das *sodalitates*, inspirando-se, por analogia, no senatus-consulta de 64 a.C., referente aos *collegia*, mas com o acréscimo de uma previsão de criminalização destes grupos¹¹⁵.

Tal interpretação é criticada por J. LINDERSKI, para quem a alegação de que os grupos de *Clodius* eram colégios e não *sodalitates* é um argumento puramente formal, sem conexão com a realidade¹¹⁶.

Apesar de juridicamente ter *Clodius* apresentado seus grupos como *collegia*, o Senado, devido à atuação indevida deles, não desejava reconhecê-los como tal. Reconhecia-os, em geral, como *decuriati*, cujo significado não era meramente militar¹¹⁷.

Sendo assim, para o autor, o senatus-consulta era referente às *sodalitates*, aos *decuriati*, mas sem excluir os grupos de *Clodius*¹¹⁸.

Essa dissolução visava a impedir a formação de grupos destinados à corrupção eleitoral, seja ela realizada de forma pacífica ou não, resultando disso a repreensão à divisão das tribos em decúrias, consideradas um mecanismo de pressão e supressor da

¹¹³ Narrado por Cícero em suas *Epistulae ad Q. fratrem*, 2,3, no qual *Clodius* e seus grupos impediram violentamente o discurso de Pompeu.

¹¹⁴ Cf. *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 59-60. Até porque, segundo o autor, não haveria sentido adotar-se esta interpretação se dois anos após a emissão do senatus-consulta, ainda havia brigas de rua entre *Clodius* e Milo, reunindo-se os grupos do primeiro devido às acusações do segundo, quando da morte de seu líder.

¹¹⁵ Cf. *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 60-62 e 64-65. Além disso, é preciso observar, segundo o autor, que o Senado demorou a realizar alguma medida referente às *sodalitates* pelo fato de que como não eram elas *collegia*, não poderiam as autoridades romanas basear-se na falta de autorização a fim de que pudessem ser dissolvidas. Isso só ocorre quando este tipo de agrupamento adquire estabilidade, com estatuto e funcionários, permitindo, então, ao Senado que atuasse por meio de analogia.

¹¹⁶ Cf. *Ciceros Rede pro Caelio und die Ambitus- und Vereinsgesetzgebung der ausgehenden Republik*, cit. (nt. 112 *supra*), pp. 112-114. Além disso, o número de escravos participantes era sempre minoritário e, sob a forma de *decuriati*, realizavam a extorsão, também ligada à luta eleitoral.

¹¹⁷ Cf. *Ciceros Rede pro Caelio und die Ambitus- und Vereinsgesetzgebung der ausgehenden Republik*, cit. (nt. 112 *supra*), p. 113. Fazendo-se aqui uma crítica ao sustentado por F. M. DE ROBERTIS, *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), p. 107, de que os *decuriati* seriam organizações pseudomilitares.

¹¹⁸ Cf. *Ciceros Rede pro Caelio und die Ambitus- und Vereinsgesetzgebung der ausgehenden Republik*, cit. (nt. 112 *supra*), pp. 109-110.

liberdade dos cidadãos e à formação de *sodalitates*, grupos organizados para tornar mais eficiente o suborno eleitoral, cuja pena era a determinada pela *lex Plautia de vi*¹¹⁹.

A vantagem desta medida é que teria sido ela menos radical em relação à realizada em 64 a.C., sobretudo, pela sua especificidade, isto é, por atingir somente às associações políticas, tendo, portanto, maior eficácia¹²⁰.

Para F. M. DE ROBERTIS, não há a supressão da liberdade de associação, mas sua limitação. No entanto, como todo *senatus-consulto*, sua aplicação era fragilizada pelo fato de que dependia unicamente da vontade dos magistrados¹²¹.

7. Da *lex Licinia de sodaliciis*

Dado que o *senatus-consulto* de 10 de fevereiro de 56 a.C. previa¹²², a fim de obter uma eficácia plena, a elaboração de uma lei¹²³, em 55 a.C. isto foi realizado¹²⁴, com o surgimento da *lex Licinia de sodaliciis*.

Referência a este provimento nos é feita por Cícero, no seu discurso *pro Plancio*¹²⁵, na defesa de seu cliente acusado em virtude desta lei:

¹¹⁹ Cf. W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 25-26; M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 85; T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27.II *supra*), p. 60.

¹²⁰ Cf. E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), cols. 407-408.

¹²¹ Cf. *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), pp. 108-109. Neste sentido, cf. T. MOMMSEN, *Römisches Strafrecht*, cit. (nt. 27.II *supra*), p. 875.

¹²² T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27.II *supra*), p. 45, afirma, no entanto, que não é a *lex Licinia de sodaliciis* a lei prevista pelo *senatus-consulto* de 56 a.C., devido ao fato de que há um longo intervalo de tempo entre o *senatus-consulto* e o surgimento da lei, por haver diferenças entre o tratamento criminal entre os dois provimentos e, finalmente, porque a lei prevista deveria versar tanto sobre os candidatos como sobre os ajudantes, sendo que a *lex Licinia* trata somente dos primeiros. Tal teoria é rebatida por A. W. ZUMPT, *Das Criminalrecht der römischen Republik*, II-II, Berlin, Dümmler, 1868, pp. 374-375 e 390. Quanto ao que concerne ao tempo decorrido entre uma medida e outra, a justificativa seria a de que neste período de um ano houve as eleições para o consulado, não havendo tempo nem ocasião para a edição da lei. Quanto ao conteúdo, ele é conexo nos dois provimentos, já que ambos tratam da divisão em decúrias e da formação de *sodalitates*, isto é, trata-se dos mesmos crimes e visa-se aos mesmos destinatários.

¹²³ Único modo apto a revogar a *lex Clodia de collegiis*, já que um mero *senatus-consulto* não poderia ter este efeito. Cf. F. M. DE ROBERTIS, *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), pp. 108-111. Já para M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 65, era necessária uma lei penal para criminalizar a participação em *sodalitates* a fim de que o *senatus-consulto* de 56 a.C. tivesse uma eficácia duradoura.

¹²⁴ Precisamente no dia 5 de janeiro de 55 a.C., durante o consulado de M. Licinius Crassus e de C. Pompeius Magnus, derivando do nome do primeiro cônsul a denominação da lei, mas somente após a divisão das províncias entre os cônsules. Cf. P. GRIMAL, *La lex Licinia de sodaliciis*, in A. MICHEL – R. VERDIÈRE (coords.), *Ciceroniana – Hommages à Kazimierz Kumaniecki*, Leiden, Brill, 1975, pp. 107-108 e 111.

¹²⁵ Cn. Plancio almejava, conjuntamente com A. Plotius Pedius, o cargo de *aedilis curulis*, candidatando-se nos anos de 55 e de 54, e obtendo o cargo neste último ano. Todavia, foi acusado por M. Iuventius Lateranensis, o candidato perdedor, de ter cooptado os eleitores de certas tribos e acordado com seu colega Pedius de tal forma que um recebesse os votos do outro. Tal denúncia é feita com base na *lex Licinia de sodaliciis*, a fim de que fosse utilizado o procedimento dos *iudices editicii*. Cf. F. LORENZO, *L'ambitus e la*

Cic., *pro Planc.*, 15, 36. *Sed aliquando veniamus ad causam. In qua tu nomine legis Liciniae, quae est de sodaliciis, omnis ambitus leges complexus es. Neque enim quicquam aliud in hac lege nisi editicios iudices es secutus. Quod genus iudiciorum si est aecum ulla in re nisi in hac tribuaria, non intellego quam ob rem senatus hoc uno in genere tribus edi voluerit ab accusatore, neque eandem editionem transtulerit in ceteras causas, de ipso denique ambitu reiectionem fieri voluerit iudicum alternorum, cum que nullum genus acerbitatis praetermitteret, hoc tamen unum praetereundum putarit.*

Mas, finalmente, tratemos da questão. Devido ao fato de que tu em nome da *lex Licinia*, a qual versa sobre os *sodalicia*, és abrangido por todas as leis de *ambitus*. Nem, de fato, por qualquer outro nesta lei a não ser pelos juízes nomeados [pelo acusador] és julgado. Neste tipo de juízo, se nenhum é equo nesta questão, a não ser o desta tribo, não entendo como, para esta matéria, o Senado quisera somente neste caso que a tribo fosse declarada pelo acusador, nem [porque] a mesma determinação [não] transportou para outras hipóteses, [as quais] sobre o mesmo, de fato, *ambitus*, [nem porque] quisera [o Senado] ter rejeitado juízes alternativos, de modo que nenhum tipo de rispidez fosse aceita, só isto, porém, considerasse como permitido.

Trata-se, pois, de uma *lex de ambitu*¹²⁶ e discute-se a sua envergadura¹²⁷, isto é, a quem ela dirigia-se¹²⁸.

Deve-se notar que no crime compreendido por este provimento existem duas partes envolvidas, o candidato que corrompe ou que galga vantagem sobre a corrupção e os participantes das *sodalitates*¹²⁹.

pro Plancio, in *La repressione criminale nella Roma repubblicana fra norma e persuasione*, Pavia, IUSS, 2009, pp. 357-359.

¹²⁶ Apesar disso, é preciso observar que difere o crime *ambitus communis* do *crimen sodaliciorum*, também denominado de *infinitus ambitus*. O primeiro era concernente apenas ao candidato e não a seus parceiros na corrupção eleitoral. Cf. T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27.II *supra*), p. 43. As normas acerca do *ambitus*, anteriores ao senatus-consulta de 56 a.C., não tratavam dos crimes *sodalium* e *sequestrum*. Cf. J. LINDERSKI, *Ciceros Rede pro Caelio und die Ambitus- und Vereinsgesetzgebung der ausgehenden Republik*, cit. (nt. 112 *supra*), p.107. Além disso, a intenção era a de combater práticas eleitorais de pressão ao eleitorado que fizessem uso de meios quase que violentos. Cf. J. C. RICHARD, *Praetor college consulis est – La lex Licinia de sodaliciis et l'exil de M. Valerius Messala Rufus*, in *MEFRA* 95 (1883), p. 655.

¹²⁷ O conteúdo desta lei, na visão de P. GRIMAL, *La lex Licinia de sodaliciis*, cit. (nt. 124 *supra*), p.119, já havia sido inteiramente previsto pelo senatus-consulta de 56 a.C., não se tratando, portanto, de uma medida inovadora.

¹²⁸ Cf. W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 26-27.

¹²⁹ Entendidas, em geral, como os grupos organizados por *P. Clodius*. Cf. E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), col. 391, M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 86.

Sendo assim, a *lex Licinia* abarcaria os dois lados do processo de corrupção eleitoral, valendo tanto para os candidatos¹³⁰, como para os participantes das associações¹³¹ – *sodales*¹³² – os quais, por envolver cidadãos das tribos era denominado *crimen tribuarius*¹³³.

Seu procedimento, porém, era especial, realizado por meio da *editio tribunum*¹³⁴, o que não se encaixava, como é notável pelo discurso de Cícero, no procedimento ordinário de persecução do *ambitus*¹³⁵.

¹³⁰ Logo, os candidatos poderiam ser julgados por ter realizado pessoalmente a *conscriptio* e a *decuriatio tribulium*, atuando como *sequester* ou *largitor* ou por ter alcançado vantagens eleitorais por meio de seus *sodales*. Todavia, é necessário observar que a reunião de *sodales* só era punível, caso fosse ato preparatório para o suborno ou extorsão. Sendo uma espécie de *ambitus* alargada. Cf. J. LINDERSKI, *Ciceros Rede pro Caelio und die Ambitus- und Vereinsgesetzgebung der ausgehenden Republik*, cit. (nt. 112 *supra*), pp. 117-118.

¹³¹ Tendo-se sempre em mente que há, neste contexto, um viés político conferido à denominação de *sodalitas*. Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 86 e 88, que também observa o não emprego do duvidoso termo «*sodalitium*», como no *senatus-consulto* precedente, e sim «*sodalitas*».

¹³² Os quais, segundo M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 68-69, não deviam ser confundidos com os *tribules decuriati*, já que as *sodalitates* poderiam ser constituídas por membros de diversas tribos.

¹³³ Cf. M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 67. Segundo o autor, Cícero deixa claro que os *sodales* poderiam ser acionados, como em Cic., *pro Planc.*, 19, 47. «*Nam ut ego doceo gratiosum esse in sua tribu Plancium, quod multis benigne fecerit, pro multis spoponderit, in operas plurimos patris auctoritate et gratia miserit, quod denique omnibus officiis per se, per patrem, per maiores suos totam Atinatem praefecturam comprehenderit, sic tu doce sequestrem fuisse, largitum esse, conscripsisse, tribulis decuriavisse. Quod si non potes, noli tollere ex ordine nostro liberalitatem, noli maleficio putare esse gratiam, noli observantiam sancire poena. Itaque haesitantem te in hoc sodaliciorum tribuario crimine ad communem ambitus causam contulisti, in qua desinamus aliquando si videtur vulgari et pervagata declamatione contendere.*». Então, eu provo ter sido *Plancius* amado em sua tribo, já que fizera o bem a muitos, a favor de muitos fora garantidor, fizera serviços a muitos pela autoridade e favor de seu *pater*, pois, finalmente, com todos os serviços [prestados] por si, pelo *pater*, por seus ancestrais, toda a prefeitura de Atina é atingida, assim, tu proves [que ele – *Plancius*] fora um *sequester*, que tenha feito generosas doações (distribuído o dinheiro), que tivesse recrutado e dividido as tribos em decúrias. Pois se não podes, não queiras retirar da nossa ordem a liberdade, não consideres ser malefício o favor, não estabeleças a este respeito uma pena. E, desta forma, hesitante tu a respeito de ser este de crime *sodaliciorum tribuarius* ao [crime de] *communis ambitus* imputas, deixemos isto, uma vez que parece que por toda parte e por banal declamação sustenta-se [este fato]. É interessante observar que neste fragmento são apresentadas as ações consideradas como crime pela *lex Licinia*, a saber, desempenhar o papel de *sequester*, distribuir a propina à população, recrutar em *sodalitates* e dividir tribos em decúrias, obviamente, como se trata de um discurso de defesa de um candidato, não se faz alusão à condição de ser participante das *sodalitates*, conduta também penalizada.

¹³⁴ Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 86.

¹³⁵ É considerado um procedimento que agrava a posição do acusado, pois lhe nega o benefício da *relectio alternorum consiliorum*. Tem-se que o acusador determinava as quatro tribos das quais se escolheriam os juízes, sendo permitida ao acusado a recusa de somente uma delas. Cf. G. ROTONDI, *Leges publicae populi romani – Elenco cronologico con una introduzione sull'attività legislativa dei comizi romani*, Milano, 1912, p. 407. Tal procedimento, na visão de P. GRIMAL, *La lex Licinia de sodaliciis*, cit. (nt. 124 *supra*), p. 114, era prejudicial, pois ao invés de funcionar a lei como um mecanismo de repressão à intimidação e suborno dos eleitores, é ela utilizada como ferramenta à disposição de um candidato não vencedor.

O discurso de Cícero na defesa de *Cn. Plancius*, segundo M. RADIN¹³⁶, é o que nos ofereceria uma melhor descrição do conteúdo desta lei, no entanto, não seria possível realizar uma definição concreta de um *crimen sodaliciorum*¹³⁷.

Referir-se-ia também, ainda que indiretamente, aos *decuriati*, aproveitando-se da repressão já feita às *sodalitates*¹³⁸, proibindo a divisão em decúrias¹³⁹, a qual era de uma natureza muito mais grave do que o mero suborno, já que o ajuntamento de eleitores cerceava a própria liberdade¹⁴⁰.

Quanto à pena¹⁴¹, o senatus-consulta de 56 a.C. teria previsto a aplicação da *lex Plautia de vi*¹⁴², havendo uma alteração no que concerne à previsão da *lex Licinia*¹⁴³, que determina a pena de exílio¹⁴⁴ e confisco, ao contrário da pena capital, no âmbito da *vis publica*¹⁴⁵.

O intuito desta lei era essencialmente político, sendo uma medida que, a princípio, voltava-se contra os triúnviros, os quais haviam utilizado manobras políticas para obterem o poder. Todavia, eles viam na *lex Licinia* um mecanismo apto a conferir estabilidade à

¹³⁶ Cf. *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 87.

¹³⁷ Também denominado *crimen tribuarius sodaliciorum*. Cf. F. M. DE ROBERTIS, *Il Diritto Associativo Romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), p. 120. Entretanto, não deve ser identificado, de acordo com J. LINDERSKI, *Ciceros Rede pro Caelio und die Ambitus- und Vereinsgesetzgebung der ausgehenden Republik*, cit. (nt. 112 *supra*), p. 118, o *crimen sodalium*, o qual constitui uma fase preparatória para a corrupção, que é a reunião dos *sodales*, ou caracteriza-se pelo fato de ser um *sodalis*, com o *crimen tribuarius sodaliciorum*, o qual se consubstancia pela organização de decúrias, para a mais fácil administração do eleitorado e que, dificilmente, é feito pelo próprio candidato.

¹³⁸ Cf. M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p.69, o qual acrescenta que uma lei prevendo somente a hipótese dos *decuriati* seria de difícil aprovação, já que atentaria, em potencial, contra a tradição romana.

¹³⁹ Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 87.

¹⁴⁰ Cf. P. GRIMAL, *La Lex Licinia de Sodaliciis*, cit. (nt. 124 *supra*), p.115.

¹⁴¹ Para W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 26-27, não se pode fazer nada além do que suposições a respeito da pena instaurada pela lei. No mesmo sentido, afirmando não se saber a pena prevista por esta lei, cf. O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 54.II *supra*), pp. 66-67.

¹⁴² De datação incerta – 78-63 a.C. – tratava do *crimen de vi* pela instituição de uma *quaestio*. Cf. G. ROTONDI, *Leges Publicae Populi Romani – Elenco cronologico con una introduzione sull'attività legislativa dei comizi romani*, cit. (nt. 134 *supra*), pp. 377-378.

¹⁴³ Cf. M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 69-70.

¹⁴⁴ O qual era provavelmente perpétuo. Cf. T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27.II *supra*), p. 70. Isso porque o crime previsto na *lex Licinia* era muito mais grave do que o do simples suborno eleitoral. Cf. A. W. ZUMPT, *Das Criminalrecht der römischen Republik*, cit. (nt. 122 *supra*), p. 380.

¹⁴⁵ Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), pp. 87-88.

sociedade¹⁴⁶, pois o poder não mais se sustentaria pela corrupção e ameaças, fundamentando-se nisto o seu apoio à aprovação da medida¹⁴⁷.

Tal lei seria relativa ao direito associativo, mas não ao direito colegial, não tendo nem o senatus-consulta de 56 a.C., nem a *lex Licinia*, relação com o senatus-consulta de 64 a.C. e com a *lex Clodia de collegiis*¹⁴⁸.

No entanto, sua finalidade não era a de suprimir a liberdade de associação e nem as corporações, seu intento era a tão somente a repressão do crime de *ambitus*¹⁴⁹.

8. Reflexos da política repressiva na definição de tipos de associações

8.1. Do conceito de «sodalitas»

Uma análise rápida pode levar à conclusão de que as *sodalitates*, ou melhor, os *sodales* são meros sinônimos para os termos «*collegia*» e «*collegae*»¹⁵⁰. Todavia, um estudo mais detalhado faz-se necessário.

¹⁴⁶ Sendo, pois, uma legislação voltada não para a preservação da moralidade das eleições, mas, sobretudo, para evitar que mais guerras civis acontecessem. Cf. A. W. LINTOTT, *Electoral Bribery in the Roman Republic*, cit. (nt. 110 *supra*), p. 3.

¹⁴⁷ Cf. P. GRIMAL, *La lex Licinia de sodaliciis*, cit. (nt. 124 *supra*), p. 113. Para o autor, uma vez já divididas as províncias entre os comandantes, “*les triumvirs souhaitaient le retour a la paix et à la légalité*”.

¹⁴⁸ Cf. M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 68-70; P. GRIMAL, *La lex Licinia de sodaliciis*, cit. (nt. 124 *supra*), p. 119.

¹⁴⁹ Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 88, não sendo, no entanto, eficaz por muito tempo. Isto deve-se ao fato, de acordo com J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 111-113, de que a *lex Licinia* não fazia alusão aos colégios, os quais também possuíam um potencial sedicioso. No entanto, segundo A. W. ZUMPT, *Das Criminalrecht der römischen Republik*, cit. (nt. 122 *supra*), p. 391, a *lex Licinia* sempre teve eficácia, sendo apenas menos evocada na época imperial, na qual a corrupção eleitoral perde sua força. Entretanto, seus dispositivos teriam permanecido sempre válidos.

¹⁵⁰ Como é possível encontrar, com base no fragmento Gai. 4 *ad XII tab.*, D. 47, 22, 4, na definição de *sodalis* e de *sodalitium* feita em H. HEUMANN – E. SECKEL, *Handlexikon zu den Quellen des römischen Rechts*, cit. (nt. 2.I *supra*), p. 544, com a única especificidade de que seriam colégios sacerdotais. E também em A. WALDE – J. B. HOFMANN, *Lateinisches Etymologisches Wörterbuch*, cit. (nt. 3.I *supra*), pp. 552-553, que indica o termo «*sodalis*» como proveniente de «*suedhalis*» e «*svadha*», o qual significa particularidade, hábito, costume, casa. Por sua vez, o radical «*su-*», em grego «*ἐτης*», tem o sentido de membro ou familiar, parente, amigo e os termos «*ἐταρος*» e «*ἐταίρος*» significam, respectivamente, companheiro e companheira. Todavia, o uso técnico dos vocábulos «*sodalitas*» e «*collegium*» devem ser destacados, representando, juridicamente, situações diversas. De acordo com *Collegium*, in *ThLL* III (1906-1912), col. 1599, somente *lato sensu* poderia ser «*collegium*» associado a «*sodalitas*». O uso da expressão de Gaio «*Sodales sunt, qui eiusdem collegii sunt*» deve ser visto com cautela, já que o jurisconsulto traz informações de seu tempo, no qual o uso do termo «*collegium*» era destinado a todas as associações, como aponta B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 222-223. Também aponta para a equivalência dos termos no período imperial ZIEBARTH, *Sodalitas*, in *RE* 26.2 (1927), col. 786. Mas para M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), pp. 21-22 e 30, Gaio ainda preservaria o significado inicial do vocábulo «*sodales*» e faria referência somente aos colégios

Originalmente, as *sodalitates*¹⁵¹ eram associações destinadas à celebração dos *sacra peregrina*, isto é, dos cultos estrangeiros¹⁵² e também dos *sacra publica*¹⁵³, os quais eram transferidos a determinadas *gentes* a fim de que fossem preservados¹⁵⁴.

Sendo assim, não guardavam um sentido pejorativo nem criminal, indicando associações e banquetes não perigosos¹⁵⁵, cujo uso técnico era o de irmandades sagradas¹⁵⁶.

sediciosos. Já J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), p. 37, acrescenta que algumas características como os vínculos sagrados de parentesco – algo como *cognatio* e *affinitas*, não podendo um membro litigar contra outro, cf. O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 54.II *supra*), p. 62 e E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), cols. 384-385 – não eram conferidos aos membros de um *collegium*, mas faziam parte da esfera das *sodalitates*. O máximo que poderia se supor é que o termo «*collegium*» fosse amplo e abarcasse também a noção de «*sodalitas*». Interessante é a observação de T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27.II *supra*), p. 1, nt. 1, de que o termo «*sodalis*» diferencia-se do termo «*amicus*», pela razão maior importância da relação civil (social) promovida pelos cultos.

¹⁵¹ A criação dessas é imputada a Rômulo, de acordo com Macr., *Saturn.* 1, 16, 32. « (...) *harum originem quidam Romulo adsignant, quem communicato regno cum T. Tatius sacrificiis et sodalitatibus institutis nundinas quoque adiecisse commemorant, sicut Tuditanus adfirmat(...)*», (...) Alguns marcam a origem destas a Rômulo, o qual, tendo compartilhado o reino com T. Tácio, institui sacrifícios e *sodalitates*, [que] também os mercados adicionados evocam, conforme afirma *Tuditanus* (...).

¹⁵² Cf. B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), p. 221. Esses *sacra* eram reconhecidos pelo estado, o qual não desejava arcar com os custos de tais celebrações. Cf. O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 54.II *supra*), p. 61.

¹⁵³ Para J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 39-40, há uma diferença entre os *sacra pro populo*, os quais seriam celebrados por alguns colégios oficiais e pelas *sodalitates* e os *sacra popularia*, celebrados pelos particulares em honra dos deuses do estado quando, segundo O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 54.II *supra*), p. 61, os bens dos *collegia* não fossem suficientes e não fosse presidido o culto por um sacerdote, sendo os *sodales* apenas *cultores* e não desempenhando o papel de *flamen*. No mesmo sentido, cf. E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), cols. 383-384. É de se notar ainda, que poderia existir mais de uma *sodalitas* destinada a um mesmo deus, cf. T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27.II *supra*), p. 7, que também nos dá como exemplos de *sacra popularia* – p. 9 – os *Compitalia* e os *Fornicalia*.

¹⁵⁴ Cf. L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), pp. 390-391; ZIEBARTH, *Sodalitas*, cit. (nt. 150 *supra*), col. 785. No mesmo sentido, mas admitindo também o uso do termo para associações privadas, cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 26. No entanto, estas *sodalitates sacrae* perdem força a medida que cresce o poder do *populus Romanus*, que assume o posto das comunidades gentílicas no aspecto religioso, sendo importante notar que não tinham patrimônio próprio, pois pertencia ele ou ao estado, ou era dedicado aos deuses, sendo regido pelo *ius sacrum* e, portanto, pelo direito público. Cf. P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 95-96. No mesmo sentido, J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 34-35, o qual ressalta que não podem ser confundidas com os colégios profissionais, já que seus membros poderiam ou não ter a mesma profissão. Todavia, quanto a questão de existência ou não de patrimônio independente é necessário observar que, ao menos quando se tratasse de uma *sodalitas* responsável pelos *sacra popularia*, ele deveria existir como constata O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 54.II *supra*), pp. 61-62.

¹⁵⁵ Cf. M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 62.

¹⁵⁶ Cf. E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), col. 381.

Já existiria um apoio mútuo entre os *sodales* com fins eleitorais, quando um dos membros candidatava-se a uma magistratura. Todavia, isso era decorrente dos próprios laços de amizade formados entre os membros e não corrompia o caráter religioso – principal – de tais associações¹⁵⁷.

Com as agitações eleitorais no período republicano, *sodalitas* passa a ser usado como o sinônimo de *heteria*¹⁵⁸, vocábulo grego¹⁵⁹, sendo até mesmo considerada como um novo instituto jurídico¹⁶⁰.

Nesta época, há a perda do caráter pessoal dos membros das *sodalitates*, os quais se tornam “sócios” para o apoio de uma candidatura, aliando-se o candidato, após calcular quantas *sodalitates* precisava para vencer as eleições, ao líder delas, mediante a realização de pagamento¹⁶¹.

Observa a propósito, J. LINDERSKI, que estas associações políticas da república não eram uma degeneração das primitivas *sodalitates*, mas sim, um agrupamento novo que portava o mesmo nome destas organizações religiosas¹⁶².

¹⁵⁷ Cf. M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 63-64.

¹⁵⁸ Sempre utilizado, apesar de não tão frequente nas inscrições gregas, como indicador de uma associação política revolucionária. Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), pp. 21-22. No mesmo sentido, cf. L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), p. 391; T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27.II *supra*), pp. 40-42.

¹⁵⁹ Cf. W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 19-20.

¹⁶⁰ Cf. M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 61-63, o qual define – p. 61 – o novo instituto da seguinte forma: “Die *sodalitas* ist der Verein mit politischer Tendenz”. Todavia, ressalta o autor que, quando essas associações políticas deixam de ter razão para existir, os termos retomam o seu sentido inofensivo inicial. É possível ver este novo emprego do vocábulo em Cic., *pro Planc.*, 15, 37. «(...) cuiuscumque tribus largitor esset, et per hanc consensionem quae magis honeste quam vere *sodalitas* nominaretur, quam quisque tribum turpi largitione corrumpere, eum maxime iis hominibus qui eius tribus essent esse notum (...)», (...) ter sido o corruptor de qualquer tribo, e pelo complô dela, o qual como honesto, mais do que como verdadeira *sodalitas* foi nomeado, quem quer que tenha corrompido uma tribo com torpes doações, é conhecido maximamente por aqueles homens daquela tribo (...) e em Cic., *pro Planc.*, 18, 46. «(...) tu si *sodalis* vocas, officiosam amicitiam nomine inquinans criminoso (...)», se tu [Plancio] reúnes *sodales*, manchas a atenciosa amizade [de Cícero] com um nome criminoso (...).

¹⁶¹ Cf. M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 63-64; J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu’à la chute de l’empire d’occident: Le droit d’association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 48-50, o qual acrescenta que os cidadãos que desejassem vender seus votos deveriam se inscrever nestas *sodalitates*, para que recebessem o preço deles.

¹⁶² Cf. *Ciceros Rede pro Caelio und die Ambitus- und Vereinsgesetzgebung der ausgehenden Republik*, cit. (nt. 112 *supra*), p. 111. Todavia tal opinião não é unânime, E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), col. 390, afirma expressamente que as *sodalitates* republicanas são uma degeneração daquelas religiosas originais, mudando, por consequência, o sentido jurídico do termo.

Não obstante, cremos mais acertada a posição de F. C. SAVIGNY, segundo a qual tanto algumas *sodalitates* primitivas podem ter sido desvirtuadas de seu objetivo inicial como outras, com o exclusivo fim político, foram formadas¹⁶³.

Sendo assim, pessoas influentes faziam parte destas associações, as quais, diferentemente do que acontecia com os *collegia*, personalizavam-se na figura de seu condutor¹⁶⁴.

E é neste contexto que se confere maior atenção ao termo «*sodalicium*»¹⁶⁵ tido como um especial tipo de *ambitus*, perigoso por representar um abuso das campanhas eleitorais, por meio da corrupção organizada¹⁶⁶.

Desta forma, não seriam essas *sodalitates* vistas como *collegia*¹⁶⁷, pois estariam despidas de todo elemento religioso, essencial a estes¹⁶⁸.

É necessário atentar, ademais, para o fato de que estes entes não se restringiam a atuar somente pela prática da *largitio*, atividade que, apesar de criminosa, pode ser considerada pacífica, mas também pelo emprego da violência, pela formação de “pequenas

¹⁶³ Cf. *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), p. 258.

¹⁶⁴ Cf. J. LINDERSKI, *Ciceros Rede pro Caelio und die Ambitus- und Vereinsgesetzgebung der ausgehenden Republik*, cit. (nt. 112 *supra*), pp. 110-111, o qual ainda aponta que outras diferenças existiam entre os dois entes, como a inexistência do princípio democrático nas *sodalitates* e pela presença somente de pessoas de classe mais humilde nos *collegia*.

¹⁶⁵ Cujas dúvidas pairam sobre o seu real significado. De acordo com F. M. DE ROBERTIS, *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), pp. 17-18, é equivalente ao termo «*sodalitas*», porém, de uso menos frequente. No mesmo sentido, cf. ZIEBARTH, *Sodalitas*, cit. (nt. 150 *supra*), cols. 785-786; L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), pp. 390-391. No entanto, segundo M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 30, os dois termos, originalmente designavam associações religiosas, mas tiveram o significado individualizado com o passar do tempo, sendo o segundo tido como sinônimo latino de *heteria*. O autor também acrescenta – p. 27 – que o uso de «*sodalicium*» tanto na linguagem legal, como literária, é a de organização sediciosa. Entretanto, E. KORNEIMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), col. 381 e 386 chama a atenção para a expressão «*collegium sodalicium*», o qual poderia, inicialmente, ser usado tanto como sinônimo de *collegium* como de *sodalitas* – sendo de valor equivalente a «*collegium templorum*», cf. F. C. SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), p. 260 – mas que na república e no império, passa a ser usado unicamente como designador de associações políticas. Para o autor, o termo «*sodalitas*» indica as associações que celebram os *sacra publica*, enquanto que as responsáveis pelos *sacra privata* denominam-se ou «*collegium*» ou «*sodalicium*».

¹⁶⁶ Cf. PFAFF, *Sodalicium*, in *RE* 26.2 (1927), cols. 784-785. Interessante é observar que o autor equipara os *sodales* aos *divisores*.

¹⁶⁷ Todavia, como ressalta P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 97, na prática, era difícil a tarefa de distinguir um colégio real de uma *sodalitas*, pois não havia registros nem autorizações para estes entes.

¹⁶⁸ Cf. M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 45-46. Afirma o autor que, ademais, não haveria autorização para as *sodalitates*, mas, no máximo, a tolerância de sua existência de fato enquanto não promovessem a anarquia pública. Inicialmente, não seria nem mesmo necessária a formação de associações para este fim, sendo possível que as *sodalitates* constituíssem-se somente de reuniões, comandadas por pessoas mais abastadas, já que o papel das camadas mais pobres da sociedade era meramente passivo, realizando a venda de votos.

tropas”, as quais pressionavam os eleitores e desempenharam um papel central nos combates de rua, muito frequentes neste período¹⁶⁹.

8.2. Do conceito de «*collegium*»¹⁷⁰

Em geral, define-se o termo «*collegium*» como uma associação de pessoas constituída para a consecução de um objetivo permanente¹⁷¹, havendo ainda, por vezes, a restrição¹⁷² de que para ser classificado como colégio, necessário é o reconhecimento deste agrupamento como “pessoa jurídica” pelo estado.

Derivado do termo «*collega*»¹⁷³ cuja origem mais remota advém da junção de «*con*» e «*lex*», com a denotação de organização formada por uma lei¹⁷⁴, assume o sentido de irmandade, cooperativa, globalidade, comunidade oficial ou para certa atividade¹⁷⁵.

Todavia, não em todas as hipóteses, ou ao menos originalmente, o termo relacionava-se com uma reunião de pessoas vistas como unidade, isto é, como “pessoa jurídica”¹⁷⁶.

¹⁶⁹ Cf. J. LINDERSKI, *Ciceros Rede pro Caelio und die Ambitus- und Vereinsgesetzgebung der ausgehenden Republik*, cit. (nt. 112 *supra*), p. 112.

¹⁷⁰ Trataremos, neste item, somente da definição do termo «*collegium*». O funcionamento e a estrutura de tais entidades foram tratados no capítulo II.

¹⁷¹ Cf. J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), p. 42; M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 1, para quem “unter ‘Vereinen’ werden demnach im folgenden freiwillige Personenvereinigungen zur Förderung bleibender Zwecke verstanden”; A. PERNICE, *Marcus Antistius Labeo – Das römische Privatrecht im ersten Jahrhunderte der Kaiserzeit*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 290.

¹⁷² Cf. H. HEUMANN – E. SECKEL, *Handlexikon zu den Quellen des römischen Rechts*, cit. (nt. 2.I *supra*), p. 77; F. C. SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), p. 258.

¹⁷³ E não de «*colligo*», apesar de certa ligação, como ressalta M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 26.

¹⁷⁴ Tal é um dos sentidos técnicos apresentado em *Collegium*, cit. (nt. 150 *supra*), col. 1591: «*societas hominum legibus probata*» - sociedade de homens pelas leis autorizada. Outros seriam «*conventus*» - assembleia – reunião, «*societas*» - associação comercial, «*societas collegiarum in uno honore positum*» - sociedade de colegas estabelecida para um honor, «*concilium*» - assembleia/associação, «*componuntur conventiculum*» - formação de associação – estabelecimento de reunião, «*corpus*» - corpo – unidade. Também cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 26.

¹⁷⁵ Cf. A. WALDE – J. B. HOFMANN, *Lateinisches Etymologisches Wörterbuch*, cit. (nt. 3.I *supra*), pp. 779-780, cuja noção liga-se à do verbo *legare*. É de se notar ainda que o termo aparece, nas inscrições, sob outras grafias, como «*gonlegium*», «*conlegium*», «*colegium*», «*colegi*», «*colligium*», «*collignium*», «*collegius*», «*collecius*» e «*colligeus*», conforme indicação de *Collegium*, cit. (nt. 150 *supra*), col. 1591.

¹⁷⁶ Não é considerado portadoras do sentido técnico de «*collegium*» as seguintes expressões: «*latronis collegium*» - Apul., *Metam.*, 7,7 «(...) Denique noluit esse Caesar Haemi latronis collegium et confestim interivit (...)» e «*ambubaiaiarum collegia*» - Hor., *Serm.*, 1, 2,1 «*Ambubaiaiarum collegia, pharmacopolae, mendici, mimae, balatrones, hoc genus omne maestum ac sollicitum est cantoris morte Tigelli.(...)*». Cf. P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 100. E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), cols. 385-386 cita ainda algumas inscrições com denominações peculiares: CIL. IV, 575

Ele pode indicar o que, segundo L. SCHNORR VON CAROLSFELD, no direito alemão é denominado de «*Kollegium*», isto é, uma colegialidade, a qual se diferencia da ideia de associação por não formar uma unidade, mas por ser um mero conjunto de pessoas com a mesma função e profissão¹⁷⁷.

É o que ocorre com as denominações, v.g., «*collegium augurum*», «*collegium pontificum*», «*collegium magistratum*»¹⁷⁸ e «*collegium sacerdotum*»¹⁷⁹, as quais¹⁸⁰, após certo desenvolvimento¹⁸¹, teriam originado¹⁸² o significado de *collegium* como associação, cuja principal característica era a unidade¹⁸³.

«*uatiam aed rogant/ macerio dormientes/ universi cum*»; CIL. IV, 576 «*uatiam aed/ furunculi rog*» e CIL. IV, 581 «*M Cerrinium/ uatiam aed O seri bibi/ universi rogant/ scr Florus cum fructo*».

¹⁷⁷ Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), pp. 217-219. É o caso, como indica o autor, dos *collegia tribunorum, censorum, augurum, decemvirale, pontificum*, além do seguinte fragmento: Scaev., 19 dig., D. 32, 38, 6. «*Fidei commisit eius, cui duo milia legavit, in haec verba: "A te, Petroni, peto, uti ea duo milia solidorum reddas collegio cuiusdam templi". Quaesitum est, cum id collegium postea dissolutum sit, utrum legatum ad Petronium pertineat an vero apud heredem remanere debeat. Respondit Petronium iure petere, utique si per eum non stetit parere defuncti voluntati*». Fez o fideicomisso daquele, a quem dois mil legou, com estes termos: “A ti, Petrônio, peço, para que estes dois mil soldos pagues ao colégio de certo templo”. Perguntou-se, se este colégio posteriormente fosse dissolvido, a qual dos dois, [isto é], [se] o legado pertence a Petrônio ou, de fato, deva permanecer com o herdeiro. Respondi que reclamaria Petrônio com direito, se somente por isto não se submeteu à vontade do defunto. Para o autor, a expressão «*collegio cuiusdam templi*» não pode assumir o sentido de associação, devendo-se admitir que se trate dos *cultores* de um templo, caso contrário, não teria efeito a dissolução sobre a existência do fideicomisso. Os demais fragmentos apontados pelo autor discutem a noção de «*decuria*», Ulp., 8 *ad Sab.*, D. 29, 2, 25, 1, e de «*curia*», Ulp., 11 *ad ed.*, D. 4, 2, 9, 1, como noções aproximadas de «*Kollegium*» - o qual também teria alguns tipos de direito – apesar de, nestes trechos, o vocábulo «*collegium*» também aparecer. Também com sentido diverso de corporação apareceria o termo, segundo o autor – p. 220, em C. Th. 16, 5, 7, 2. Para U. COLI, *Collegia e sodalitates – contributo allo studio dei collegi nel diritto romano*, cit. (nt. 55.I *supra*), p. 117, a essência de um colégio não é a sua estabilidade e nem a presença de um patrimônio próprio, mas que seus membros tenham a mesma função.

¹⁷⁸ Seriam um dos primeiros colégios a se formarem, mas não tinham personalidade jurídica, já que o relevo era dado à figura dos indivíduos, bem como não tinham patrimônio próprio. Cf. B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 204-205.

¹⁷⁹ Os *collegia sacerdotum populi Romani* também não tinham bens próprios, pois pertenciam ao *Populus Romanus* e eram empregados com uma destinação especial. Além disso, não tinham escravos comuns, mas servos públicos. Deve-se ainda levar em consideração que tais colégios se diferenciavam dos colégios para a celebração de deuses não oficiais, cujas despesas eram suportadas não pelo *Populus*, mas pelos particulares. Cf. B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 205-208. São eles os quatro grandes *collegia*, a saber, *collegium pontificum, augurum, VII virorum epulonum, XV virorum sacris faciundis*, cujos deuses, ainda que nominalmente figurassem como proprietários dos bens, não eram sujeitos de direito. Cf. L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), pp. 391-392.

¹⁸⁰ Seriam estes colégios encarados como órgãos do estado, com um objetivo específico. Cf. B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 207-208. M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 1, acrescenta que estas associações não possuem o elemento voluntariedade, essencial à ideia de colégio como pessoa jurídica. Todavia, para O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, cit. (nt. 2.I *supra*), pp. 77-78, apesar de serem essas organizações parte do *ius publicum*, os colégios para o culto público eram estruturados como verdadeiros corpos totalitários.

¹⁸¹ Há, portanto, uma mudança de significado do termo, o qual já era usado em época clássica como sinônimo de associação. Cf. B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 203-204. Para F. M. DE ROBERTIS, *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), p. 19, «*collegium*» seria

Este sentido mais generalizado de associação profissional faz-se presente nos escritos jurídicos, em diversas ocasiões¹⁸⁴.

B. ELIACHEVITCH ainda ressalta que no período republicano havia duas possíveis interpretações para o vocábulo. A primeira era aquela que dava ênfase à relação entre os *collegae*, que recebiam algum tipo de direito por parte do estado e a segunda é aquela cujo enfoque se dá no conjunto de *collegae*, em sua associação como um todo¹⁸⁵.

Por esta razão, afirma E. KORNEMANN que o conceito de *collegium* é de difícil determinação, limitando-se os juristas a arrolarem os variados tipos existentes¹⁸⁶.

Entretanto, é preciso notar que estas associações profissionais, para que fossem vistas juridicamente como *collegia*, tinham de ter, ao lado do objetivo profissional, a celebração de algum culto, isto é, teriam de apresentar algum tipo de conteúdo religioso¹⁸⁷. Sendo assim, a sua denominação indicaria qual era o escopo principal da corporação – «*collegia opificum*» ou «*artificum*» designam as associações profissionais – «*collegia*

sinônimo de «*corpus*», no período clássico, sendo que o uso do segundo, nos séculos IV e V, teria sido preferido em Roma e Bizâncio, enquanto o primeiro continuaria a ser usado nas demais regiões do império. Já conforme L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), p. 394, «*corpus*» é utilizado quando se faz referência a um «*collegium*» como pessoa jurídica, enquanto que o uso deste último isoladamente pode indicar uma associação com ou sem personalidade. M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 19, sustenta, por sua vez, e de forma que acreditamos ser mais acertada, que os *collegia* são uma espécie de *corpora*, formando junto com a noção de *universitas* o conteúdo da ideia de «*Körperschaft*». No mesmo sentido, E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), col. 380, para quem «*corpus*» também incluiria as associações públicas. Cf. detalhadamente, Capítulo I, item 2.

¹⁸² Contra a origem baseada nos *collegia sacrorum* dos *collegia opificum*, coloca-se T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27.II *supra*), pp. 27-28, para quem não há sentido em se afirmar que um gênero de colégio repete o outro.

¹⁸³ Cf. M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 30.

¹⁸⁴ Cf. L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 220, o qual apresenta como prova os seguintes fragmentos: Gai., 3 *ad ed. prov.*, D. 3, 4, 1 pr. «*Neque societas neque collegium neque huiusmodi corpus passim omnibus habere conceditur (...) veluti pistorum et quorundam aliorum, et naviculariorum (...)*»; Paul., *l. sing. cogn.*, D. 27, 1, 46 pr. «*Qui in collegio pistorum sunt (...)*»; Scaev., 3 *resp.*, D. 32, 93, 4 «*Collegio fabrorum fundum cum silvis (...)*»; Call., 1 *cogn.*, D. 50, 6, 6, 12 «*Quibusdam collegiis vel corporibus, quibus ius coeundi lege permissum est, immunitas tribuitur (...)*»; Theod. et Valent., C. 1, 24, 4 [de 444] «*a quocumque collegio seu officio*»; Leo. et Athem., C. 8, 52, 3 [de 469] «*(...) et quod officii curiis civitatibus principiis vel collegiis praestitum fuisse cognoscitur (...)*»; Arc. et Hon., C. 11, 66, 6 [de 400] «*Eum, qui curiae vel collegio vel burgis ceterisque corporibus per triginta annos sine interpellatione servierit (...)*»; C. Th. 1, 12, 6 «*(...) quos ab omni nexu liberos vel curiae vel collegia forte non vindicent (...)*»; C. Th. 14, 7, 1 «*De retrahendis collegiis vel collegiatis iudices competentes dabunt (...)*»; C. Th. 16, 2, 39 «*(...) et pro hominum qualitate et quantitate patrimonii vel ordini suo vel collegio civitatis adiungatur (...)*» e Frag. Vat. 124 «*Hi quoque, qui sunt ex collegio sex primorum (...)*».

¹⁸⁵ Cf. *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), p. 204.

¹⁸⁶ Cf. *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), col. 380.

¹⁸⁷ O elemento religioso é fortemente presente nos primeiros colégios, sendo eles, portanto, ligados ao *ius sacrum*, que pode ser considerado como parte do *ius publicum*. Cf. R. SALEILLES, *De la personnalité juridique – Histoire et théories*, 2ª d., Paris, Arthur Rousseau, 1922, pp. 52-53.

salutaria» ou «tenuiorum», as associações funerárias e os «*collegia cultores*», as associações religiosas¹⁸⁸.

Não obstante o número de medidas com fim dissolutivo na conturbada República romana, muitos¹⁸⁹ foram os colégios existentes nesta época¹⁹⁰.

¹⁸⁸ Cf. P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 102; J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), p. 42; M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 45-46, para quem “Collegium ist in der Republik ein legaler Verein mit sacralen Beziehungen, dessen Bestand eine Genehmigung erfordert hat.” Todavia, para o autor, no período imperial, o conceito passa ser abstraído pela jurisprudência, correspondendo à ideia de “Verein”, prescindindo, portanto, do elemento autorização.

¹⁸⁹ Cf. E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), cols. 391 – 393. Um dos motivos apresentados por J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), p. 87 é o de que os camponeses que não tinham condições de se limitar com a distribuição de trigo e com o produto da venda de seus votos, logo, reuniam-se em colégios, da mesma forma que os libertos, não obstante a concorrência com os escravos.

¹⁹⁰ F. M. DE ROBERTIS, *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), pp. 66-71 e J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 87-88, indicam quais eram os colégios existentes – muitos formados anteriormente – nesta época, lembrando o último autor que a lista não é exaustiva, já que outras profissões poderiam ter se reunido em colégios, mas não terem realizado nenhuma inscrição, já que este costume propagou-se, sobretudo, no império. São eles: *Collegium anularium*, CIL. VI, 2, 9144 «Anus ad/duom vir/ conlegi anulari/ locum sepulchr M/ in fronte pedes XXV/ in agro pedes XXV/ de sua pecunia/ conlegio anular/ dedit»; *collegium aquae*, CIL. VI, 2, 10298 «(...) nisi luci palam in conlegio aquae intra patibulum (...)»; *collegium aurificum*, CIL. VI, 2, 9202 «(f)ourius A L fouria A L/ (se)levcus mag qun crematium/ (c)onlegi aurificum»; *collegium centonariorum*, CIL. VI, 2, 9254 «conlegio centonariorum/cum basi marmorea et ceriolarib/ duobus aereis habentibus (...)»; *collegium restionu*, CIL. VI, 2, 9856 «conlegiu/ restionu/ in fro p xx/ in agro p XX»; *collegium sectorum serrarium*, CIL. VI, 2, 9888 «conlegei secto(rum)/serrarium»; *collegium tibicinum*, CIL. VI, 1, 3877 «(c)ollegi(io tibicinum)/ qvi S P P S/ marmorib(us) (...)»; *coronarii*, CIL. VI, 1, 169 «forti f(ortunai)/ violaries ivc/ rosaries cós/ coronariis»; *collegium lanii piscinenses*, CIL. VI, 167 «(f)orte for(tunai)/ donum dant/ conlegiv lanii/ piscinenses/ magistres/ coiraverunt/ A Cassi C L/ T Corneli or L»; *fullones*, CIL. XI, 1, 4771 «minervae do/ fullones/ magistri qinquen/curavere (...)»; *cisiariae*, CIL. XIV, 2874 «cisiariae pranestinei F P D D/ mag cur tosenianvs L L licin/ M Pompeivs eliod/ ministrei nicephorus C talabarai S/ nicephorus mitrei»; *collegium mercatorum pequarium*, CIL. XIV, 2878 «conlegiu mercator/ pequarioru mag coir/ muuci P F C patroni C L/ F P D D L M»; *lani*, CIL. XIV, 2877 «lani dant mag coiravere/ L Ligurius L L Antiochus/ P dindius P L Davos calidus/ Q Petronius Q L Salvius/ Sex Pontius Sex L stabilio»; *coques*, CIL. XIV, 2875 «coques atriensis (F P D D)/ magistres rodo or(cevi S)/ artemo dind Q S Apoli(naris) S/ protus ae(mili S)»; *falesce quei in Sardina sunt*, CIL. XI, 3078 «iovei iunonei minervai/ falesce quei in Sardina sunt (...)/collegium quod est aciptum aetatei aged (...)»; *retiarii*, CIL. X, 1589 «merc retiari v l i/ Dan mag curarun/ Sex Calaasi Sex E A poni E L/ N fafini N F A aemi A E M/ Cn Atani C F L Ponti L L ga»; *collegium poetarum*, Val. Max., 3, 7, 11 «(...) Is Iulio Caesari amplissimo ac florentissimo uiro in conlegium poetarum uenienti numquam adsurrexit (...)»; *collegium fabrorum e fictorum*, Asc. pro Corn., 75 «(...) collegia (...) sicut fabrorum fictorumque»; *synodus magna psaltum*.

Pela análise das medidas até o momento mencionadas, percebemos que dois eram os objetivos principais dos provimentos restritivos. O primeiro, o de manutenção da ordem pública, evitando que organizações sob o manto jurídico de um *collegium* provocassem a instabilidade social, por meio do uso da violência, já que muitas destas corporações provocaram uma verdadeira guerra civil no período republicano.

Já o segundo motivo, era o de combater o crime de *ambitus*, de natureza eleitoral, visando a coibir a prática da corrupção nas “urnas” e preservar a livre escolha dos cidadãos¹⁹¹.

É de se notar, portanto, que pelo conteúdo destes provimentos, não houve, na realidade, uma restrição ou uma vedação à liberdade de associação¹⁹² neste período¹⁹³. Nem mesmo se pode falar da exigência de uma autorização¹⁹⁴ para que se constituísse um *collegium*.

Fossem elas medidas de natureza penal ou não, direcionavam-se sempre a associações com *vícios de função*¹⁹⁵, ou seja, organizações que atentavam contra a ordem,

¹⁹¹ Em sua origem, o termo *ambitus* era atrelado somente à campanha eleitoral dos candidatos com vistas às magistraturas, a qual se dava por meio de visitas à população, a fim de obter a simpatia dos eleitores. Todavia, embora repugnante à moral da época, ocorrera uma “profissionalização” da corrupção eleitoral, com o depósito de grandes somas de dinheiro junto a um *sequester*, o qual distribuía, no curso das eleições, este valor aos *divisores*, cuja responsabilidade era controlar os votos dos integrantes das tribos. E é assim que o *ambitus* passa a ser combatido, sobretudo, pelo incremento de tal “campanha” com atos violentos e com a organização de associações – que, por vezes, formavam verdadeiros grupos armados – para controlar e efetuar a compra de votos de forma mais eficaz, sendo neste contexto que se inserem, v.g., as organizações de Catilina e de *P. Clodius*. Cf. U. COLI, *Ambitus*, in *NNDI I* (1957), pp. 534-535; G. HUMBERT, *Ambitus*, in *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*, Paris, Hachette, 1877, pp. 223-224; HARTMANN, *Ambitus*, in *NP I* (1984), cols. 1799-1803; E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), col. 391.

¹⁹² Todavia, O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, cit. (nt. 2.I *supra*), pp. 80-81 é de opinião de que é difícil falar em uma liberdade de associação se, a cada instante, um colégio poderia ser dissolvido por um magistrado, não havendo, portanto, um direito garantido, mas uma tolerância de fato, logo, conclui – p. 80 – que “Wenn hiernach jedes anerkannte collegium als eine von der ausschliesslich originären und souveränen Verbandseinheit erschien, so konnte umgekehrt kein staatlich nicht anerkannter Verein rechtlich als Verbandsexistenz gelten”. Entretanto, acreditamos que tal argumento não se sustenta pelo fato de que as autoridades públicas sempre têm o poder-dever de intervenção em qualquer circunstância, sempre que ela aparente ser inconveniente à ordem pública, não descaracterizando, por isso, a faculdade de associação dos particulares.

¹⁹³ Todas as medidas tinham caráter excepcional e provisório. Cf. F. M. DE ROBERTIS, *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), p. 73. Para E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), cols. 405-406, havia, inclusive, favores realizados em prol dos *collegia*, como a permissão do uso de templos públicos por associações privadas. No mesmo sentido, O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 54.II *supra*), p. 64.

¹⁹⁴ Cf. W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 14.

¹⁹⁵ Expressão cunhada por J. LAMARTINE CORRÊA DE OLIVEIRA, *A dupla crise da pessoa jurídica*, São Paulo, Saraiva, 1979.

contra a *lex* pública, pela promoção de atividades políticas e criminosas¹⁹⁶, ocultas sob o véu de um colégio religioso ou profissional¹⁹⁷.

Desta forma, devido a esta disfunção, alguns conceitos sofreram uma mudança de significado, o que irá se refletir no período sucessivo, isto é, em época imperial. Sendo assim, para uma melhor compreensão de ambos os períodos – republicano e imperial – necessário se fez o esclarecimento conceitual seja do que se entendia por *sodalitas*, seja do que era tido por *collegium*.

¹⁹⁶ M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 36-39, no entanto, conforme a sua teoria de que, desde o seu surgimento, necessitavam os colégios de uma autorização estatal para se constituírem, afirma que as medidas do Senado, neste período, também se direcionavam às associações *de fato*, ou seja, aquelas que não tinham uma autorização. De resto, concorda o autor em relação à coibição dos *collegia* fraudulentos, fundados para o roubo e pilhagem, sendo que mesmo as associações criadas de forma neutra, por serem formadas pelas camadas baixas da população, eram potencialmente perigosas, já que carregavam um viés social apto a reclamar a reforma do regime de governo.

¹⁹⁷ Cf. F. C. SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), p. 259. L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), pp. 395-396, afirma que, por isso, a atividade dos *collegia* sempre foi de grande incômodo para as autoridades públicas.

CAPÍTULO IV – DA *LEX IULIA DE COLLEGIIS*

1. O problema da datação da *lex Iulia de collegiis*

A questão referente à datação da *lex Iulia de collegiis* gira em torno da sua atribuição a Júlio César ou a Otaviano Augusto¹, difundida, sobretudo, com base em dois textos de Suetônio², a saber, *Divus Iulius*, 42, 3 e *Divus Augustus*, 32, 1³.

O primeiro texto, referente a César, afirma:

Div. Iul., 42, 3. *Cuncta collegia praeter antiquitus constituta distraxit (...).*

Todos os colégios, exceto os constituídos em tempos antigos, [Júlio César] dispersou (...).

Já o que alude a Augusto tem a seguinte redação:

Div. Aug., 32, 1. *Pleraque pessimi exempli in perniciem publicam aut ex consuetudine licentia que bellorum ciuiliū durauerant aut per pacem etiam extiterant. Nam et grassatorum plurimi palam se ferebant succincti ferro, quasi tuendi sui causa, et rapti per agros uiatores sine discrimine liberi serui que ergastulis possessorum*

E muitos de péssimo exemplo para a desgraça pública, ou pela liberdade costumeira das guerras civis restaram, ou pela paz também teriam surgido. Então também muitos desordeiros a espada empunharam a si, equipados com ferro, como que para proteger a seus interesses, e roubos pelos campos a viajantes, sem

¹ Esta dúvida quanto à atribuição a César ou Augusto não concerne exclusivamente à *lex Iulia de collegiis*, mas às *leges Iuliae* em geral. Cf. V. ARANGIO-RUIZ, *La legislazione*, in *AVGVSTVS – Studi in occasione del bimillenario augusteo*, Roma, Reale Accademia Nazionale dei Lincei, 1938, p. 134.

² Poucas são as informações acerca da vida de *Gaius Suetonius Tranquillus*, não se sabendo ao certo o local de seu nascimento, sendo Roma uma possibilidade. A data aproximada atribuída ao seu nascimento e morte é 69-121, já que a última referência a este autor ocorre nesta data. Alguns rastros seriam por ele mesmo deixados na sua obra biográfica sobre os césares, como o fato de que era adolescente em 88, segundo a informação coletada na biografia de Nero. Foi secretário de Adriano, com a suspeita de que sua demissão é oriunda de relações por demais próximas com a esposa do imperador. Cartas imperiais foram fonte para a biografia de Tibério, Calígula e Cláudio, não sendo posteriormente citadas, o que nos leva à conclusão de que haveria terminado a biografia de César e Augusto somente após sua demissão e, portanto, sem ter mais a possibilidade de acessar este material. Sua principal obra é a *De vita XII Caesarum*, mas escreveu também trabalhos sobre antiguidades, história natural e gramática. Na sua obra biográfica não há uma linha cronológica rígida e nenhuma intenção moralizante, pelo contrário, não se omite quase nenhum detalhe bom ou ruim do imperador em questão, sendo presente um viés, por vezes, anedótico. Sua importância provém do fato de que se apresenta, muitas vezes, como a única fonte histórica para determinados acontecimentos do primeiro século. Cf. FUNAIOLI, *Suetonius*, in *RE* 4.1 (1931), cols. 593-641 e S. H. RUTLEDGE, *Suetonius*, in *The Encyclopedia of Ancient History*, Wiley-Blackwell, 2013, pp. 6435-6437.

³ Ambos os fragmentos, apesar de comumente citados diretamente com o nome dos personagens principais, estão contidos na obra *De Vita XII Caesarum*, escrito em 121, que retrata a vida de Júlio César (Livro I), Augusto (Livro II), Tibério (Livro III), Calígula (Livro IV), Cláudio (Livro V), Nero (Livro VI), Galba, Otão e Vitélio (Livro VII), Vespasiano, Tito e Domício (Livro VIII).

supprimebantur, et plurimae factiones titulo collegi noui ad nullius non facinoris societatem coibant. Igitur grassaturas dispositis per oportuna loca stationibus inhibuit, ergastula recognouit, collegia praeter antiqua et legitima dissoluit.

distinção [entre] livres e servos, e por gangues aos possuidores teriam suprimido, e várias facções sob o título de colégios novos para nada que não uma sociedade de criminosos reuniam-se. Então, os tumultos, arranjados nos locais oportunos, em determinados lugares [Augusto] reteve, gangues reconheceu, colégios, exceto os antigos e legítimos, dissolveu.

A partir destas duas notícias, teorias foram desenvolvidas, ora imputando-se a *lex Iulia* a César, ora a Augusto ou até mesmo admitindo-se a existência de duas *leges Iuliae*.

Para a corrente que atribui a emissão desta lei a César, o ponto chave a ser analisado é o fato de que Suetônio afirma que César haveria dissolvido todos os colégios «*praeter antiquitus constituta*» enquanto que o relato da vida de Augusto revela que este, por sua vez, teria dissolvido todos os colégios «*praeter antiqua et legitima*».

Logo, a questão que se apresenta é a de qual significado o termo «*legitimus*» apresentaria neste caso⁴.

F. M. DE ROBERTIS assume a posição de que não haveria sentido em se falar de colégios legítimos e ilegítimos caso não existisse uma lei prévia a Augusto, lei essa que seria a emitida por César. Portanto, a *lex Iulia* deveria ser atribuída a este e o provimento do Augusto teria a natureza de mero ato administrativo com o efeito de repristinar⁵ as disposições da *lex de collegiis*, as quais haviam sido suprimidas em decorrência da morte de César e da instabilidade instalada neste período.⁶

Também neste sentido, sustenta S. RANDAZZO que a única forma de não se atribuir a *lex Iulia* a César é considerar que os termos «*antiqua et legitima*» referir-se-iam à

⁴ O termo *legitimus* assume o significado de algo conforme a uma norma, sobretudo de direito civil, especialmente, mas não exclusivamente, como uma situação que segue o prescrito em uma *lex*. Pode também indicar uma situação que é consoante a um direito originário, precedente às XII Tábuas ou até mesmo o conteúdo de uma norma jurídica. Cf. H. HEUMANN – E. SECKEL, *Legitimus*, cit. (nt. 2.I *supra*), pp. 309-310. O mesmo encontra-se no verbete *legitimus*, in *ThLL* 7, cols. 1110-1114.

⁵ Assumindo o termo *repristinar* não o sentido técnico atual de retomada de efeitos de uma lei realizado somente por meio de outro provimento legislativo.

⁶ Cf. *Contributo alla storia delle corporazioni a Roma: La paternità della “lex Iulia de collegiis”*, in *Scritti vari di diritto romano*, v. II, Bari, Cacucci, 1987, pp. 12-13. Também atribuindo a lei a César, mas pelo fato de que Suetônio mencionaria uma violação somente de fato e não uma derrogação da norma do ditador romano apresenta-se G. M. MONTI, *Lineamenti di storia delle corporazioni*, cit. (nt. 82.III *supra*), pp. 36-37.

lei da XII Tábuas, o que não poderia ser feito devido ao fato de que se assim fosse, também o relato de Suetônio em relação a César deveria mencionar o conceito de *legitimus*⁷.

Todavia, não por todos são considerados os adjetivos *antiquitus* e *legitimus* como referentes, necessariamente, a dois tipos de *collegia*⁸, como o sustentado por L. SCHNORR VON CAROLSFELD. Para o autor⁹, «*legitimus*» é uma qualificação que pode ser aplicada também aos *collegia antiqua*¹⁰, os quais não poderiam exercer atividades que ferissem a ordem pública.

A concepção de que «*legitimus*» referir-se-ia a uma lei prévia, parte do pressuposto de que o ato de César realmente fosse de natureza legislativa¹¹ e não meramente administrativa¹². E, com relação a este ponto, assume relevo a observação de outro texto, que faz referência a este provimento, a saber, o relato de Flávio Josefo, *Antiq.* 14,10,8¹³.

É comum a afirmação de que o provimento emitido por César é decorrente ou do exercício de seu cargo de *praefectus moribus* ou do de *pontifex maximus*, não sendo uma lei¹⁴. Mas, segundo M. RADIN, não há bases para se afirmar isso, podendo ser este ato

⁷ Cf. 'Senatus consultum quo illicita collegia arcentur' (D. 47,22,1,1), cit. (nt. 39.III *supra*), pp. 50-51, nt. 9 e p. 59.

⁸ A mesma visão é, de fato, compartilhada por M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 75-76, para quem se deve entender que Augustus preservou, cumulativamente, os *collegia antiqua et legitima*.

⁹ Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), pp. 258-259. Associa o autor, posteriormente – p. 261 – a *lex Iulia*, pois, a Augustus.

¹⁰ De acordo com J. LINDERSKI, *Suetons Bericht über die Vereinsgesetzgebung unter Caesar und Augustus*, in *SZ* 79 (1962), pp. 326-327, a qualificação «*legitimus*» seria, portanto, aplicável tanto aos colégios antigos como aos novos, não se devendo, para todas as hipóteses, tratar a antiguidade e a legitimidade como sinônimas. Outra questão a ser observada é que não só os antigos, mas também outros colégios foram permitidos na época de César, desde que tivessem uma autorização, sendo estes os *collegia nova*. Adotar a posição restritiva de que somente os antigos foram tolerados é tornar sem sentido o uso do termo *novus* empregado por Suetônio no relato concernente a Augusto. Além disso, o adjetivo *antiquum* não pode ser interpretado como sendo exclusivamente voltado a designar os colégios fundados por Numa, mas sim a todos os colégios existentes e permitidos antes do surgimento da regra de César.

¹¹ Cf. I. 1, 2, 4. «*Lex est, quod populus Romanus senatore magistratu interroganti, veluti consule, constituebat. (...)*», Lei é aquilo que o povo romano, questionado por senador, magistrado, tal como por cônsul, instituíra.

¹² Excetua-se a esta interpretação W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 29-30, para quem o termo «*legitima*» refere-se aos colégios garantidos por decreto, como seria o caso dos colégios de judeus e não aos protegidos por uma lei, não sendo possível encontrar a conexão entre os atos de César e de Augusto por meio da análise dos fragmentos de Suetônio.

¹³ No qual se afirma que César, por meio de um edito, proíbe sociedades religiosas de formarem associação na cidade, mas que elas não eram proibidas, isoladamente, de coletar dinheiro ou ter banquetes comuns. Cf. Josephus, *ΙΟΥΔΑΪΚΗΣ ΑΡΧΑΙΟΛΟΓΙΑΣ*, trad. engl. R. MARCUS, *Jewish Antiquities*, in *The Loeb Classical Library*, v. VII, London, Havard, 1966, p. 563.

¹⁴ Filiados a esta concepção estão aqueles que consideram o provimento de César como um decreto e o de Augusto como uma lei, atribuindo, portanto, de maneira geral, a *lex Iulia* ao primeiro imperador romano. Cf. B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 232 e 251; W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt.

também uma *lex data*, emitida quando era ele ditador¹⁵, descartando-se somente que fizesse parte do corpo da *lex Iulia de vi publica*¹⁶.

Apesar de se defender que o termo *διάταγμα*¹⁷, usado por Flávio Josefo, não impede que se interprete como relacionado a uma lei e que Ascônio, ao tratar do assunto, só mencionaria leis e senatus-consultos¹⁸, outras razões são apresentadas para se considerar como mero ato administrativo o disposto por César.

Com o fito de regular o direito associativo por meio de uma *lex*, seria necessário que o provimento fosse aprovado pela assembleia popular. Ora, de acordo com M. COHN, dificilmente César estaria disposto e seguro em fazer passar uma medida extremamente impopular por esta assembleia, ou até mesmo pelo Senado¹⁹.

Explicações além do plano da popularidade também são apresentadas para justificar o caráter administrativo do provimento de César, como a proposta por P. KAYSER, segundo a qual o ditador teria emitido uma decisão no Senado pouco antes de sua morte e não teria ela posteriormente passado pelos trâmites necessários a fim de que fosse vista como lei²⁰.

Para J. P. WALTZING, entretanto, haveria dúvidas se a medida de César seria ou não de natureza legislativa, podendo ser esta primeira *lex Iulia* uma lei propriamente dita ou algum outro tipo de medida. No entanto, é adotada pelo autor a teoria da existência de

28.II *supra*), p. 27; E. GUARITA CARTAXO, *As pessoas jurídicas em suas origens romanas, evolução e conceito*, cit. (nt. 15.I *supra*), pp. 46-47.

¹⁵ Para O. KARLOWA, *Römische Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 54.II *supra*), p. 67, é duvidoso que César tenha exercido o cargo de *praefectus moribus*, sendo este ato emitido quando era já ditador. Todavia, não se perderia, ainda assim, o caráter administrativo da medida.

¹⁶ Cf. *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1.III *supra*), pp. 89-90. O autor afirma que o provimento de Caesar não seria parte da *lex Iulia de vi publica* pelo fato de que se assim fosse, não haveria relatos dos crimes de *coetus*, *concursum*, *seditione* e *turba* de forma separada como o apresentado em Marc., 14 *instit.*, D. 48, 6, 5 pr.: «*Qui coetu conversu turba seditione incendium fecerit: quique hominem dolo malo incluserit obsederit: quive fecerit, quo minus sepeliatur, quo magis funus diripiatur distrahatur: quive per vim sibi aliquem obligaverit, nam eam obligationem lex rescindit*».

¹⁷ Equivalente ao termo latino *edictum*. Cf. H. G. LIDDELL – R. SCOTT, *A Greek-English Lexicon*.

¹⁸ Como é o defendido por F. M. DE ROBERTIS, *Contributo alla storia delle corporazioni a Roma: La paternità della “lex Iulia de collegiis”*, cit. (nt. 6 *supra*), pp. 10-11.

¹⁹ Cf. *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 71-72. Mesmo sendo considerada como um ato administrativo, a medida já teria sido impopular junto às classes trabalhadoras, já que atingiria a indústria e a religião, como bem observa – P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 108.

²⁰ Cf. *Die Strafgesetzgebung der Römer gegen Vereine und Versammlungen – Ein Beitrag zur Geschichte des Strafrechts*, in *Abhandlungen aus dem Process und Strafrecht*, cit. (nt. 12.III *supra*), p. 179. Também é apresentada a ideia de que dificilmente César teria desejado dar ao Senado o poder de conferir autorizações aos *collegia*, cf. V. ARANGIO-RUIZ, *La legislazione*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 135.

duas *leges Iuliae*²¹, justificando-se, deste modo, o emprego da expressão «*pluribus legibus*», utilizada por Suetônio²².

Possivelmente também é essa a posição de A. PERNICE, o qual sustenta que tanto César como Augusto teriam legislado sobre o tema²³, mas que, de fato, não seria possível determinar quais medidas devem ser atribuídas a um ou a outro²⁴.

Para a doutrina que atribui a *lex Iulia de collegiis* a Augusto²⁵, por vezes, o que se discute é a sua data precisa²⁶, sendo apresentada, na maioria das vezes, a data de 7 a.C., mas também, em algumas ocasiões, a de 21 a.C.²⁷.

A data de 7 a.C. justificar-se-ia com base no descrito pela inscrição²⁸ CIL, VI 10299²⁹.

²¹ Tal como M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1.III *supra*), p. 89-93, que no próprio subtítulo de sua obra refere-se às leis Júlias, no plural; E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), col. 408. No entanto, J. P. WALTZING parece mudar de opinião, pois no verbete *Collegium*, in *Dizionario epigrafico di antichità romane*, v. II, Roma, Pasqualucci, 1961, p. 352, atribui a *lex Iulia* a Augusto.

²² Cf. *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 111-113 e 116.

²³ J. LINDERSKI, *Suetons Bericht über die Vereinsgesetzgebung unter Caesar und Augustus*, cit. (nt. 10 *supra*), pp. 324-325 e 328, esclarece que, apesar de aparecerem oito vezes o termo *legitimus* na obra de Suetônio e de quatro destas aparições não se referirem a uma lei, no sentido técnico do termo, é muito provável que César tenha, de fato, emitido uma lei sobre o assunto e que Augusto teria tido a intenção de dar continuidade ao provimento que o precedeu. Todavia, não haveria provas, segundo o autor, de que deveria ser este ato de Augusto meramente administrativo e não legislativo. Ademais, apesar de improvável, a análise dos textos de Suetônio, por si, não excluiria a hipótese de que a lei de César tivesse sido em algum momento abolida e que Augusto, portanto, devesse legislar novamente sobre o tema.

²⁴ Cf. Marcus Antistius Labeo – *Das römische Privatrecht im ersten Jahrhunderte der Kaiserzeit*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 299. No mesmo sentido, sem um certo posicionamento cf. R. MENTXAKA, *El derecho de asociación en Roma a la luz del cap. 74 de la 'lex Imitana'*, in *BIDR.* 98-99 (1995-1996), p. 203.

²⁵ Cf. A. GROTE, *Corpus und Universitas – Römisches Körperschafts- und Gesellschaftsrecht: zwischen griechischer Philosophie und römischer Politik*, cit. (nt. 26.I *supra*), pp. 240-241. T. MOMMSEN, *Römische Urkunden*, in *ZGRW* 15 (1850), p. 356 e *Römisches Strafrecht*, cit. (nt. 27.II *supra*), p. 876, tende a aceitar a *lex Iulia* como proveniente da época de Augusto, mas não se posiciona de uma forma definitiva, dizendo ser provável esta atribuição.

²⁶ Por sua vez, F. M. DE ROBERTIS, *La capacità giuridica dei collegi romani e la sua progressiva contrazione*, cit. (nt. 36.III *supra*), p. 1263, por considerar a *lex Iulia de collegiis* como proveniente da lavra de César, data-a no ano 49-44 a.C.

²⁷ Cf. *Personas jurídicas*, in A. TORRENT RUIZ, *Diccionario de derecho romano*, Madrid, Edisofer, 2005, pp. 180-181. Para A. GROTE, *Corpus und Universitas – Römisches Körperschafts- und Gesellschaftsrecht: zwischen griechischer Philosophie und römischer Politik*, cit. (nt. 26.I *supra*), p. 303, a data correta estaria entre 22 e 17 a.C.

²⁸ Cf. L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), pp. 395-396. Apresentando também esta datação cf. S. PEROZZI, *Istituzioni di diritto romano*, v. I, Roma, Athenaeum, 1928, p. 572.

²⁹ Tal inscrição não aparece de forma completa no CIL., apenas se indica a sua localização, a saber, as termas de Diocleciano. Todavia, J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident III*, cit. (nt. 45.I *supra*), p. 284, nos apresenta o texto completo, o qual não passa de uma enumeração dos *fasti quinquennales* atribuídos ao *collegium fabrorum tignorum*, já que um dos magistrados enumerados é claramente relacionado a este colégio em outra inscrição – CIL. VI 148 – p. 169. Tal associação inicia suas atividades em 7 a.C., mesmo ano da *Lex Iulia*, segundo o autor. Cf. *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident I*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 119-120. No

Contudo, para V. ARANGIO-RUIZ, essa inscrição não seria suficiente para determinar esta datação³⁰, já que nem todas as autorizações teriam sido conferidas de uma só vez, sendo preferível deixar esta *lex* sem data precisa, atribuindo-a somente à época de Augusto³¹.

2. A *inscriptio* de Gai. D. 47,22,4 – Uma pista para a existência da *lex Iulia de collegiis*

Já foi mencionado que, infelizmente, poucos são os indícios diretos referentes à *lex Iulia de collegiis*.

Todavia, o fragmento de Gaio em D. 47,22,4, o qual versa sobre a definição de *sodales* e afirma ser lícito elaborar-se a *lex collegii* que se queira, desde que ela não transgrida a lei pública, pode nos fornecer um dado interessante³².

De acordo com o *Codex Florentinus*, tal fragmento representa um comentário do jurisconsulto Gaio à Lei das XII Tábuas «*Gaius libro quarto ad legem duodecim tabularum*». Entretanto, alguns autores notam que existe uma diferença entre o que se encontra neste manuscrito e no *Königsberger Handschrift*, no qual a *inscriptio* seria referida da seguinte maneira «*Gaius Lib. III ad Leg. Iuliam*»³³.

mesmo sentido, ainda indicando equivalência entre CIL. VI 10299 e Inscr. It. 13, 1, 335, cf. J. RÜPKE, *Geschichtsschreibung in Listenform: Beamtenlisten unter römischen Kalendern*, in *Philologus* 141 (1997), pp. 72-73.

³⁰ Neste sentido também cf. B. BIONDI, *La legislazione di Augusto*, in *Conferenze augustee nel bimillenario della nascita*, Milano, Vita e Pensiero, 1939, pp. 255-256, nt. 3.

³¹ Cf. *La legislazione*, cit. (nt. 1 *supra*), p. 135. Neste sentido, o autor ainda acrescenta – p. 101 – que a legislação de Augusto resumir-se-ia, no sentido técnico, a normas que ele propôs perante aos comícios, durante o consulado ou aos concílios da plebe, sendo proveniente da aprovação destes últimos as *leges Iuliae*. No entanto, é necessário observar, como fá-lo B. BIONDI, *La legislazione di Augusto*, cit. (nt. 30 *supra*), pp. 184-184, que apesar de existirem de fato, estes concílios e comícios eram esvaziados de sua histórica função política, atuando meramente por uma questão formal.

³² Para o texto completo verificar Capítulo III, item 2.1. Poucas são também as informações sobre este manuscrito. É provável que seja obra de *Vacarius*, professor de direito romano na Inglaterra, o qual haveria escrito nove livros de comentários ao *Codex* e ao *Digesto*, cujo título supõe-se ser o seguinte: *Liber ex universo enucleato jure exceptus et pauperibus praesertim destinatus*. O manuscrito original foi perdido, bem como algumas de suas cópias, restando um exemplar na biblioteca da catedral de Praga, um na biblioteca da cidade de Bruges, um na biblioteca de Königsberg e outro de propriedade particular de C. WENCK. Cf. A. STÖLZEL, *Ueber Vacarius, insbesondere die Brügger und die Prager Handschrift desselben*, in *Zeitschrift für Rechtsgeschichte* 6 (1867), pp. 234-238; LIMBURG, *Vacarius*, in *The Penny Cyclopaedia of the Society for the Diffusion of Useful Knowledge*, London, Charles Knight, 1843, pp. 73-74 e, de maneira mais detalhada, C. WENCK, *Magister Vacarius primus iuris romani in Anglia professor*, Lipsiae, 1819.

³³ Cf. P. KAYSER, *Die Strafgesetzgebung der Römer gegen Vereine und Versammlungen – Ein Beitrag zur Geschichte des Strafrechts*, cit. (nt. 12.III *supra*), p. 139.

Dentre outras diferenças existentes entre os dois manuscritos, esta assume uma relevância significativa³⁴, pois nos fornece mais uma indicação da existência desta lei e de sua importância não secundária, já que teria sido objeto de comentário de Gaio³⁵.

3. Análise da inscrição CIL VI, 4416 = VI, 2193

Uma das dificuldades apresentadas ao estudo da *Lex Iulia de collegiis* é o fato de que seu conteúdo não foi preservado nas fontes jurídicas, sendo necessário o recurso a fontes epigráficas e literárias, a fim de coletar os indícios de sua existência.

No que se refere às inscrições, a única que faria uma referência direta a esta lei seria a contida no CIL, VI, 4416 = VI, 2193:

*Dis Manibus/ Collegio
Symphonia/corum qui sacris pub/licis
praestu sunt quibus/ senatus C C C
permisit e/ lege Iulia ex auctoritate/
Aug ludorum causa*³⁶

Aos espíritos dos mortos do colégio de músicos que foram responsáveis pelas cerimônias sacras públicas, aos quais o Senatus c. c. c. permitiu, pela lei Júlia, proveniente autoridade de Aug., para fins de entretenimento.

Trata-se de uma dentre 400 inscrições encontradas em um columbário, descoberto em 1847³⁷, e que, desde então, vem sendo objeto de debate entre os estudiosos.

Faz-se, em primeiro lugar, alusão ao *collegium symphonicorum*³⁸, que era um colégio composto por diversos tipos de músicos³⁹, sobretudo no último século da

³⁴ Como o fato de que ao invés de «*nam illuc ita est*», temos «*nam illicita est eadem – eandem*». A qual é explicada pelo fato de que *illic ita* facilmente pode ser trocado por *illicita*. Não apresentaria também o excerto grego. Cf. H. E. DIRKSEN, *Uebersicht der bisherigen Versuche zur Kritik und Herstellung des Textes der Zwölf Tafel Fragmente*, Leipzig, Hinrich, 1824, pp. 625-629.

³⁵ Cf. P. KAYSER, *Die Strafgesetzgebung der Römer gegen Vereine und Versammlungen – Ein Beitrag zur Geschichte des Strafrechts*, cit. (nt. 12.III *supra*), pp. 180-181.

³⁶ *Tabula marmorea muralis adfixa in monumento sepulchrali in vinea Codiniana ad portam S. Sebastiani*. (cf. CIL VI, parte I, p. 608).

³⁷ Cf. T. MOMMSEN, *Römische Urkunden*, cit. (nt. 25 *supra*), p. 353.

³⁸ O *symphonicus* era, em geral, um escravo pertencente a uma banda. Daí as referências, no âmbito da *lex Aquilia*, apontadas em Paul., 22 *ad ed.*, D. 9, 2, 22, 1: *Item causae corpori cohaerentes aestimantur, si quis ex comoedis aut symphonicis aut gemellis aut quadriga aut ex pari mularum unum vel unam occiderit: non solum enim perempti corporis aestimatio facienda est, sed et eius ratio haberi debet, quo cetera corpora depretiata sunt* e Gai. 3, 212: *Nec solum corpus in actione huius legis aestimatur; sed sane si servo occiso plus dominus capiat damni, quam pretium servi sit, id quoque aestimatur, velut si servus meus ab aliquo heres institutus, antequam iussu meo hereditatem cerneret, occisus fuerit; non enim tantum ipsius pretium aestimatur, sed et hereditatis amissae quantitas. Item si ex gemellis vel ex comoedis vel ex symphonicis unus occisus fuerit, non solum occisi fit aestimatio, sed et amplius id quoque computatur, quod ceteri, qui supersunt, depretiati sunt. Idem iuris est etiam, si ex pari mularum unam vel etiam ex quadrigis equorum unum occiderit*. Cf. H. HEUMANN – E. SECKEL, *Symphonicus*, cit. (nt. 2.I *supra*), p. 576.

República até o primeiro do Império⁴⁰, essencial para a realização dos cultos religiosos, advindo disso a expressão *sacris publicis praestu sunt*.

Em segundo lugar, a inscrição nos informa que um *senatusconsultum* permitiu a este *collegium c.c.c.*, sendo a definição do que seja esta abreviatura objeto de um grande debate, sobretudo entre duas teses, a de T. MOMMSEN e a de A. BERGER.

Para T. MOMMSEN, a abreviação *c.c.c.* representa a junção de três verbos, ou seja, *c(oire) c(onvocari) c(ogi)*, fundamentando-se, após refutar uma eventual possibilidade de se interpretar as três letras como *cum consilio collocutus*⁴¹, no apresentado pelos *Fasti Praenestini*⁴² – CIL, I, I, p. 231, em 3 de janeiro⁴³:

*(Comitiales dies appellantur cum
popul)us coire convocare cogi potest
ac lege (Agi item licet).*

Dizem-se dias de comício quando se
pode o povo convocar, reunir [e] ser
congregado e pela lei é permitido
assim ser feito.

É de se notar, portanto, que a única alteração entre o apresentado pelos *Fasti Praenestini* e a proposta de T. MOMMSEN refere-se ao verbo *convocare* (ativo) que se transforma em *convocari* (passivo) na inscrição com a abreviatura.

³⁹ Não é unânime a opinião de que o *collegium symphonicorum* comportava tipos de músicos diferentes, existindo também a hipótese de igualá-lo aos *tibicines* (tocadores de flauta), visto que a expressão *collegium symphonicorum qui sacris publicis praestu sunt* não seria frequente nas fontes. Estes, juntamente com os *fidicines* (tocadores de lira), *sacris publicis praestu sunt*. Seria, portanto, necessário diferenciá-los, por sua vez, dos *tubicines* (tocadores de trombeta), os quais não seriam bem músicos, mas homens respeitáveis que ocupariam altos cargos municipais. Esta é a versão apresentada por T. MOMMSEN, *Römische Urkunden*, cit. (nt. 25 *supra*), pp. 354-355. No entanto, para D. COMAND, *Collegium symphonicorum*, in *Studi in memoria di Giambattista Impallomeni*, Milano, Giuffrè, 1999, pp.115-116, o termo «*symphoniaci*» assume valor geral, representando um *collegium* não especializado, constituído por variados músicos, sobretudo pelos *tibicines*, *tubicines* (aqui não colocados em outra categoria, como o proposto por T. MOMMSEN), *fidicines* e *scabellarii* (homens que tocavam com um chocalho atado aos pés), sendo que a existência de outras inscrições que aludem somente ao *collegium tibicinum et fidicinum* ou mesmo só ao *collegium tibicinum* atestaria a formação de colégios especializados.

⁴⁰ Cf. E. S., *Symphoniacus*, in *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*, t. IV, Paris, Hachette, p. 1579.

⁴¹ Isto é, com um conselho deliberar. Esta rejeição é aceita por A. BERGER. Cf. C. C. C. *a Contribution to the Latin Terminology Concerning Collegia*, in *Epigraphica* 9 (1947), p. 48.

⁴² Os *Fasti* nada mais são do que calendários, que relatavam as atividades quotidianas, os quais podiam ser de vários tipos: religiosos, consulares, reais, triunfais, sacerdotais e colegiais, sendo a característica principal dos dias *fasti*, o fato do pretor poder exercer suas atividades e de também ser possível a realização de assembleias do Senado e comícios. Os dias nos quais se realizavam estes últimos eram indicados pela letra “C” no calendário. Os *Fasti Praenestini* são um calendário encontrado na atual cidade italiana de Palestrina, pertencendo à categoria dos *fasti* consulares, do período tardio de Augusto (6-9 d. C). Cf. A. BOUCHÈ-LECLERQ, *Fasti*, in *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*, t. II, Paris, Hachette, 1896, pp.987-1016; G. I. LUZZATTO, *Fasti*, in *NNDI* VII (1968), p. 110 e J. RÜPKE POSTDAM, *Fasti*, in *NP* 4 (1998), p. 433-439.

⁴³ Cf. *Römische Urkunden*, cit. (nt. 25 *supra*), p. 355.

Contra essa posição, amplamente aceita pela doutrina, coloca-se A. BERGER, questionando, primeiramente, a fonte sobre a qual se apoia T. MOMMSEN.

A inscrição dos *Fasti Praenestini* trata da definição dos *comitiales dies*, tendo como cerne, pois, a reunião do povo para a deliberação em comícios. Sendo assim, A. BERGER apresenta a seguinte questão: qual seria a relação entre a reunião da população em comícios, a qual só poderia se congregar em dias determinados e a reunião dos membros de um colégio de músicos, que poderiam tocar em várias ocasiões⁴⁴?

Ademais, sendo a sigla *c.c.c.* retirada de um *senatusconsultum*, estranho seria, na visão do autor, o caráter arcaico que este provimento do Senado assumiria com a expressão *coire convocari cogi*, aliado aos fatos de que não seria apropriada a junção de dois verbos no infinitivo passivo – *convocari* e *cogi* – e um no infinitivo ativo – *coire* – e a adoção de três verbos basicamente sinônimos⁴⁵.

Desta forma, a fim de demonstrar a impropriedade do uso destes três verbos juntos, apresenta o autor um fragmento do Digesto, no qual eles são simultaneamente empregados⁴⁶:

Ulp. 35 *ad ed.*, D. 26, 7, 3, 7: *Ne per multos tutela spargatur, si non erit a testatore electus tutor aut gerere nolet, tum is gerat, cui maior pars tutorum tutelam decreverit: praetor igitur iubebit eos convocari aut, si non coibunt aut coacti non decernent, causa cegnita ipse statuet, quis tutelam geret.*

Não seja a muitos a tutela dividida, se não for pelo testador eleito um tutor ou [se ele] não quiser administrar, então que administre aquele, a quem a maior parte dos tutores determinar a tutela: o pretor, assim, determinará que sejam eles [os tutores] convocados, se não se reunirem ou [se] congregados, não decidirem, ele próprio [o pretor] fixará na causa conhecida, quem administrará a tutela.

Pode-se perceber, portanto, que não há um uso com sentido diversificado destes verbos⁴⁷, aqui, sob a forma *convocari*, *coibunt* e *coacti*, ao que o autor ainda acrescenta a possibilidade de se utilizarem outros com o mesmo significado, como *congregare*⁴⁸.

⁴⁴ Cf. C. C. C. *a Contribution to the Latin Terminology Concerning Collegia*, cit. (nt. 41 *supra*), p. 48.

⁴⁵ Cf. C. C. C. *a Contribution to the Latin Terminology Concerning Collegia*, cit. (nt. 41 *supra*), pp. 48-49.

⁴⁶ Cf. C. C. C. *a Contribution to the Latin Terminology Concerning Collegia*, cit. (nt. 41 *supra*), p. 49.

⁴⁷ Realmente, ao se cotejar várias traduções deste fragmento, percebe-se que nunca é atribuído um significado diverso aos três verbos, sempre vistos, neste contexto, como sinônimos, existindo autores que utilizam o mesmo termo para a tradução de todos os verbos, como é o caso de H. HULOT, *Les cinquante livres du Digeste ou des Pandectes de l'empereur Justinien* (reimp.), v. III, Aalen, Scientia, 1979, p. 500, que utiliza «faire assembler», «s'assembler» e «assembles» para, respectivamente, «convocari», «coibunt» e «coacti» e

Outro detalhe apresentado é que T. MOMMSEN haveria mudado de opinião, dado para o qual ninguém se teria atentado. De fato, é possível encontrar a fórmula *c(oire) c(onvenire) c(ogi)*⁴⁹ e não *c(oire) c(onvocari) c(ogi)* em um escrito posterior, fato que, para A. BERGER, não seria aleatório, demonstrando que os verbos empregados não tinham valores diversos já que também *convenire* apresenta semelhante significado⁵⁰.

Baseando-se nestes fatos, A. BERGER apresenta as suas propostas. A sigla *c.c.c.* deveria ser interpretada como: *c(collegium) c(oire) c(onvenire)* ou *c(collegium) c(onstituere)*⁵¹ *c(oire)*.

A presença do verbo *coire* seria necessária devido à obrigatoriedade de se fazer menção ao *ius coeundi*, termo utilizado para se referir seja às reuniões dos *collegia*, seja à sua fundação, assumindo na inscrição este último significado⁵².

Fundamenta-se o autor, porém, para a busca do significado dos outros dois “Cês” na seguinte inscrição, alusiva à *lex collegii funeraticii Lanuvini*, em CIL. XIV, 2112, linha 10 e 11:

(...) *kaput ex s c p r/ quib(us coire
co)nvenire collegiumq habere liceat
(...).*

(...) *Caput*⁵³ proveniente do senatus consulto do povo romano, aos quais permite congregar-se, reunir-se e ter um colégio (...).

Tais interpretações de A. BERGER recebem uma crítica realizada por P. W. DUFF, que defende a teoria de T. MOMMSEN, pela afirmação de que tanto as assembleias de um

o de A. D'ORS, *El digesto de Justiniano*, v. II, Pamplona, Aranzadi, 1972, p. 223, que se vale de «*se reúnan*», «*se reunieron*» e «*reunidos*». Na tradução italiana, temos «*convocati*», «*si raduneranno*» e «*radunati*», cf. S. SCHIPANI, *Iustiniani Augusti digesta seu pandectae*, v. IV, Milano, Giuffrè, 2011, p. 366. Na versão americana: «*to be summoned together*», «*do come*» e «*having assembled*», cf. A. WATSON, *The Digest of Justinian*, v. II, Pennsylvania, Pennsylvania, 1985, p. 761. Na versão espanhola de I. L. GARCÍA DEL CORRAL, *Cuerpo del derecho civil*, v. II, 1892, p. 250: «*se reunan*», «*se reunieren*» e «*congregados*». Somente na versão alemã, esboça-se uma diferença no último verbo, indicando-se uma obrigatoriedade da reunião: «*zusammentreten*», «*zusammenkommen*» e «*Zusammenkunft gezwungen*», cf. R. KNÜTEL – B. KUPISCH – H. HERMANN SEITER – O. BEHREND, *Corpus Iuris Civilis*, v. IV, Heidelberg, Müller, 2005, pp. 384-385.

⁴⁸ Cf. C. C. C. *a Contribution to the Latin Terminology Concerning Collegia*, cit. (nt. 41 *supra*), pp. 49-50.

⁴⁹ Trata-se da obra *Römisches Strafrecht*, cit. (nt. 27.II *supra*), p. 876, nt. 5.

⁵⁰ C. C. C. *a Contribution to the Latin Terminology Concerning Collegia*, cit. (nt. 41 *supra*), p. 50. Já que para o autor, o fato de T. MOMMSEN haver citado o número exato da localização da inscrição é indício de que a citação não teria sido feita de memória, não sendo a alteração oriunda de um lapso.

⁵¹ Ou *c(elebrare)* ou *c(ondere)*. Cf. C. C. C. *a Contribution to the Latin Terminology Concerning Collegia*, cit. (nt. 41 *supra*), p. 54.

⁵² Cf. C. C. C. *a Contribution to the Latin Terminology Concerning Collegia*, cit. (nt. 41 *supra*), pp. 50-51. No mesmo sentido, A. GROTEN, *Corpus und Universitas – Römisches Körperschafts- und Gesellschaftsrecht: zwischen griechischer Philosophie und römischer Politik*, cit. (nt. 26.I *supra*), p. 278.

⁵³ Cf. H. HEUMANN – E. SECKEL, *Caput*, cit. (nt. 2.I *supra*), p. 56.

colégio como as assembleias de um comício não deixam de ser assembleias, podendo ser comparadas sem nenhum problema⁵⁴.

Ademais, os três verbos *coire convocari cogi* não seriam exatamente sinônimos, pois além de ser necessária a autorização para a formação de um colégio e, por consequência, a permissão para que se convoquem os membros, era necessária também a autorização para que os membros convocados pudessem obedecer à convocação⁵⁵.

Por fim, a inscrição referente ao *collegium Lanuvium* não assumiria especial importância, para que um dos “Cês” fosse considerado como *collegium*, já que a maioria das inscrições referentes aos *collegia* apresentaria apenas a fórmula *quibus coire liceat*⁵⁶.

Há ainda uma terceira tese para a interpretação da sigla *c.c.c.*, a saber, *coire convenire colligi*, apresentada por C. SAUMAGNE⁵⁷.

Para o autor, o fato de se questionar a primeira proposta de T. MOMMSEN, substituindo-se *convocari* por *convenire*, já representa um grande avanço, tendo-se de observar que os direitos conferidos pelo Senado ao *collegium* são sempre direitos ativos, logo, não haveria sentido em distinguir *coire* de *cogi*, no senso de que o primeiro seria um direito ativo e o segundo passivo⁵⁸.

Sendo assim, os *Fasti Praenestini* não contém uma situação na qual se confere poderes a alguém, mas apenas a definição dos *dies comitiales*, nos quais o povo pode ser reunido para a deliberação em comícios, quadro diverso da inscrição do *collegium symphonicorum*, ao afirmar que um *senatus consultum* conferiu-lhes três direitos, simbolizados pela sigla *c.c.c.*⁵⁹.

⁵⁴ Cf. *Les lettres ccc dans l'inscription C.I.L. VI 4416*, in *RIDA* VI (1951), p. 80.

⁵⁵ Cf. *Les lettres ccc dans l'inscription C.I.L. VI 4416*, cit. (nt. 54 *supra*), pp. 80-81. O autor ainda acrescenta que o fragmento Ulp. 35 *ad ed.*, D. 26, 7, 3, 7, levado em consideração por A. BERGER, não provaria que os três verbos eram sinônimos, mas exatamente o contrário.

⁵⁶ Cf. *Les lettres ccc dans l'inscription C.I.L. VI 4416*, cit. (nt. 54 *supra*), pp. 80-81. Tal crítica de P. W. DUFF foi realizada no âmbito de uma convenção da *Société pour l'étude des droits de l'antiquité* de Bruxelas, cujo conteúdo foi objeto de uma crônica realizada por G. PUGLIESE, *Chronica – Congresso di Bruxelles e onoranze a Fernand De Visscher*, in *SD* 15 (1949), p. 428, o qual, além de dar razão ao exposto por P. W. DUFF, ainda afirma que os “*ascoltatori*” também aceitaram a versão de T. MOMMSEN, citada pelo relator da convenção como *coire, convenire, cogere*. Tal crônica foi objeto de um artigo-resposta de A. BERGER, a saber, *Nochmals CCC*, in *SZ* 68 (1951), pp. 486-490, que reafirma os argumentos de sua publicação anterior e ainda aponta o fato de que G. PUGLIESE atribui a T. MOMMSEN uma interpretação errônea, pois o emprego do verbo *cogere* no infinitivo ativo nunca foi sugerido por nenhum autor. Erro semelhante aparece também em G. LONGO, *Lex Julia de collegiis*, in *NNDI* IX (1968), pp. 810-811, que, ao reproduzir o texto da inscrição, reconstrói os três “Cs” como *c(oire) c(onvocare) c(ogi)*, trocando, portanto, *c(onvocari)* por *c(onvocare)*.

⁵⁷ Cf. *Coire convenire colligi*, in *RH* 32 (1954), pp. 254-262.

⁵⁸ Cf. *Coire convenire colligi*, cit. (nt. 57 *supra*), pp. 254-255.

⁵⁹ Cf. *Coire convenire colligi*, cit. (nt. 57 *supra*), pp. 254-255.

No mais, o aludido texto de Ulpiano utilizaria o termo *coacti* não em sentido técnico, não devendo ser, portanto, considerado para o estabelecimento do conteúdo da inscrição colegial⁶⁰.

Entretanto, apesar de fundamentar sua construção também na inscrição do *collegium Lanuvium*, tal como A. BERGER, para C. SAUGMANE, o termo «*coire*»⁶¹ não deve ser interpretado como o direito de formar um colégio⁶², mas sim como o direito de realizar reuniões privadas, diferenciando-se, pois do direito de *convenire*, que seria a faculdade de realizar reuniões visíveis ao público⁶³.

Já quanto à expressão *collegium habere*, ela assumiria o significado de participar, de ser integrante de um *collegium*, logo, o terceiro “C” poderia ser nada mais que o termo *colligi*, resultando a fórmula final *coire, convenire, colligi*⁶⁴.

Entendemos que a inscrição que deve servir de base para a descoberta do significado de *c.c.c.* é a referente ao *collegium Lanuvium* e não a dos *Fasti Praenestini*, como feito por T. MOMMSEN.

Isso porque, apesar de tanto a reunião do povo nos comícios como a dos membros de um colégio serem assembleias, aspecto ressaltado por P. W. DUFF, na realidade, não há sentido em igualar os dois tipos de congregações.

Os comícios eram reuniões públicas, oficiais, permitidas em dias específicos⁶⁵, como demonstram os próprios *Fasti Praenestini*. Já as reuniões de um colégio poderiam

⁶⁰ Cf. *Coire convenire colligi*, cit. (nt. 57 *supra*), p. 255.

⁶¹ Cf. item 4.1 *infra*.

⁶² Tal como apresentado por A. BERGER, C. C. C. *a Contribution to the Latin Terminology Concerning Collegia*, cit. (nt. 41 *supra*), pp. 50-51, que admite o verbo *coire*, quando usado transitivamente como correlato às reuniões dos colégios mas, quando aplicado intransitivamente, como indicador da específica reunião para a fundação. A utilização da expressão *collegium coire* no sentido de fundação de uma associação seria, segundo o autor, atestada por duas fontes: Ulp. *de off. praef. urb.*, D. 1, 12, 1, 14: *Divus Severus rescripsit eos etiam, qui illicitum collegium coisse dicuntur, apud praefectum urbi accusandos*; “O divino Severo respondeu por rescrito [que] também aqueles, os quais se dissesse que um colégio ilícito formassem [se reunissem em], junto ao prefeito da cidade deveriam ser acusados” e CIL XIV, 4548: *(quis)que eorum post obi (coll)egium coeant neq (p)lus quam semel (...)*; “quem quer daqueles [que] após se encarregarem de formar um colégio, não mais que uma vez (...) e também no já mencionado CIL XIV, 2112, o qual, para C. SAUMAGNE atesta justamente o contrário, já que a continuação do texto – (...) *Qui stipem menstruum conferre volen(t in fun)era in it collegium coeant neq sub specie eius collegi nisi semel in mense (coeant co)nferendi causa (...)* – emprega este verbo mais duas vezes e tornaria impossível a atribuição deste sentido, pois, segundo o autor, a tradução da inscrição seria ilógica: “*Ceux qui veulent verser une cotisation mensuelle doivent former un collège dans le sein de ce collège, et dans le cadre de ce collège, ils ne doivent former de collège qu’une fois par mois, etc.*” Cf. *Coire Convenire Colligi*, cit. (nt. 57 *supra*), p. 257.

⁶³ Cf. *Coire convenire colligi*, cit. (nt. 57 *supra*), p. 260.

⁶⁴ Cf. *Coire convenire colligi*, cit. (nt. 57 *supra*), pp. 261-262. Para o autor, o poder público não estava preocupado com a fundação, propriamente dita, de um colégio, pois isso nada mais era do que um contrato entre as partes. O seu mister seria somente o de controlar a atuação deste colégio, autorizando as ações de *convenire*, determinada pela *lex collegii*, de *coire*, ou seja, receber a quota mensal dos membros em reuniões privadas e de *colligere*, isto é, de que os membros tivessem a consciência de pertencerem a esta agregação.

ser privadas, sendo este fato motivo de alarme para as autoridades públicas e, por conseguinte, razão para o surgimento da própria *lex Iulia de collegiis*, pois era no cerne destas reuniões privadas que movimentos fraudulentos com propósito político nasciam.

Por sua vez, a inscrição da *lex collegii funeraticii Lanuvini* relata basicamente a mesma situação apresentada pelo *collegium symphonicorum*, isto é, ambas as inscrições fazem referência a um *senatus consultum* que permitiu a tais colégios, no primeiro caso, *coire convenire collegiumque habere* e no segundo, *c.c.c.*.

Sem dúvida, essas duas inscrições apresentam muito mais afinidade entre si do que com os *Fasti Praenestini*.

Evidentemente, as três faculdades atribuídas ao *collegium Lanuvium* – *coire*, *convenire* e *collegium habere*, devem significar três atribuições diferentes e nisso concordamos com a exposição de C. SAUMAGNE. No entanto, damos razão à vertente de A. BERGER, o qual admite que o verbo *coire* pode assumir os dois significados, seja o de fundação de um colégio (o que não deixa de ser também uma reunião fora do alcance do poder público e, portanto, potencialmente perigosa), seja o de reuniões dos membros (sempre no sentido adotado por C. SAUMAGNE, qual seja, o de reuniões privadas, contrapondo-se a *convenire*).

Na inscrição do *collegium Lanuvium*, de fato, o verbo *coire* assume o significado de realização de reuniões privadas, isto porque está acompanhado dos outros dois verbos que aludem às reuniões públicas – *convenire* – e ao direito de ser considerado como membro de um colégio⁶⁶ – *collegium habere*.

Todas estas três faculdades estão interligadas, pois são decorrência do direito de se fundar um *collegium*. Se for conferido a alguém o direito de criar uma associação, obviamente, o conteúdo deste direito é o de realizar reuniões privadas, reuniões públicas e de se beneficiar das vantagens de ser membro desta associação.

⁶⁵ O *comitium* é o local no qual se realizam os *comitia*, isto é, as assembleias, que tem por característica a participação de todas as classes do povo romano, convocadas por um magistrado que tenha competência para tanto. Os mais antigos são os *comitia curiata*, convocados pelo rei (e posteriormente, com a *lex curiata de imperio*, por um magistrado) e cujo tema de debate eram questões que alterassem a estrutura da *gens* ou da *familia*. Em geral, existiam dois *comitia* ao ano – 24 de março e de maio – mas, poderiam ocorrer outros, se necessários, nos *dies comitiales*. Temos também os *comitia centuriata*, a princípio uma assembleia do exército, convocada em caso excepcional, para questões de guerra e, posteriormente a reunião das 5 classes em que se dividiam as 193 centúrias. E, por fim, os *comitia tributa*, que, posteriormente, confunde-se com o *concilia plebs* e que versava sobre as multas impostas pelo *aedilis curulis*, pelo pontífice e para a eleição de alguns cargos como o dos questores. Cf. F. GRELLE, *Comitia*, in *NNDI III* (1974), pp. 601-607.

⁶⁶ O que significa, na nossa visão, a ideia de ser considerado como membro de um colégio perante terceiros, o que não aconteceria no caso de se pertencer a um colégio ilícito, não tendo o membro, neste caso, como opor a terceiros eventuais privilégios que tenha sendo parte de uma associação.

E é exatamente isso o que justifica a posterior redução da fórmula que se vale de três ações – *coire*, *convenire* e *collegium habere*, para somente *ex senatus consulto coire permissum est* ou *coire licet*⁶⁷, assumindo o verbo *coire*, neste contexto, o sentido de fundação de um *collegium*.

Levando-se em consideração que a inscrição referente ao *collegium symphonicorum* apresenta três “Cês” e não somente um, somos levados a deduzir que também nesta inscrição, faz-se referência às três faculdades permitidas pelo *senatus consultum*, não estando nela presente a fórmula reduzida.

Desta forma, a atribuição de *collegium* para um dos “Cês”, como o proposto por A. BERGER, não nos parece correta, pois as frases *c(collegium) c(oire) c(onvenire)* e *c(collegium) c(onstituere) c(oire)* deixam de mencionar o terceiro direito previsto pelo *senatus consultum*: o de ser considerado como membro de um colégio.

Logo, é necessária a referência ao *collegium habere*, por meio de um termo que também se inicie pela letra “c” e foi exatamente isso que, por outros motivos, propôs C. SAUMAGNE, com a adoção do verbo *colligi*⁶⁸.

Sendo assim, chegamos à conclusão de que a reconstrução, mesmo que por razões diversas, levada a cabo por C. SAUMAGNE parece a mais correta, tendo a sigla *c.c.c.* por conteúdo *c(oire) c(onvenire) c(olligi)*.

Um terceiro elemento apresentado pela nossa inscrição é a menção expressa a uma *lex Iulia*, única fonte a fazer este tipo de referência e que ainda nos oferece um dado a mais, a saber, uma datação ao trazer a expressão *lex auctoritate Aug(usti)*⁶⁹.

Esta indicação não só nos dá um indício da época em que esta *lex Iulia* surgiu, mas também da datação da própria inscrição que, ao mencionar simplesmente *Aug(usti)*,

⁶⁷ Cf. A. BERGER, C. C. C. *a Contribution to the Latin Terminology Concerning Collegia*, cit. (nt. 41 *supra*), p. 54, que afirma ser a primeira inscrição com a fórmula reduzida do ano de 139-140 a. C.; T. MOMMSEN, *Römische Urkunden*, cit. (nt. 25 *supra*), p. 355. Em outro contexto, mas também reconhecendo o aparecimento desta fórmula reduzida, cf. P. W. DUFF, *Les lettres ccc dans l'inscription C.I.L. VI 4416*, cit. (nt. 54 *supra*), p. 81.

⁶⁸ Cf. *Coire convenire colligi*, cit. (nt. 57 *supra*), p.261. Note-se que a voz passiva do verbo não colide com a utilização da voz ativa dos demais, pois com *colligi*, deseja-se fazer menção à ideia de “ser associado” e não de “associar-se”. Ademais, o verbo *colligere* assume o sentido de reunir, permanecer junto, recolher, cercar, fechar-se, encaixar. Cf. H. HEUMANN – E. SECKEL, *Colligere*, cit. (nt. 2.I *supra*), p. 77. Enfatizando a ideia de unidade também pode significar “*in unum cogere*”, “*componere ita, ut unum fiat*”, cf. *Colligo*, in ThLL III, cols. 1606-1623. Contra, A. GROTEN, *Corpus und Universitas – Römisches Körperschafts- und Gesellschaftsrecht: zwischen griechischer Philosophie und römischer Politik*, cit. (nt. 26.I *supra*), pp.288-295, para quem «*colligi*» e «*coire*», a princípio distintos, seriam considerados como sinônimos à época da *lex Iulia de collegiis*. O autor sugere como terceiro “c” o verbo *conferre*, na acepção de «*stips conferre*», isto é, de «*arcam habere*».

⁶⁹ Disto decorre a afirmação de T. MOMMSEN, referindo-se à atribuição desta lei a César ou Augusto, de que a *lex Iulia de collegiis* teria surgido “*wahrscheinlicher von August*”. Cf. *Römische Urkunden*, cit. (nt. 25 *supra*), p. 356. Sob a mesma base, apoia-se G. LONGO, *Lex Iulia de collegiis*, cit. (nt. 56 *supra*), p. 810.

demonstra que foi realizada ainda quando Augusto era vivo, caso contrário haveria a adição do termo *divus*⁷⁰ ao nome do imperador⁷¹.

Por fim, a inscrição afirma que o *senatusconsultum* permitiu aos *symphoniaci* o exercício das atividades inerentes a um colégio *ludorum causa*, pois, para receber esta concessão do Senado, era necessário apresentar uma razão, uma justa causa para formação de um *collegium*⁷².

4. Do conteúdo da *lex Iulia de collegiis*

Conforme os relatos de Suetônio anteriormente apresentados, a *lex Iulia de collegiis* é um provimento legislativo da época de Augusto, o qual dissolve, do mesmo modo que a medida de *Caesar*, todos os colégios então existentes, com exceção somente dos *antiqua et legitima*.

Todavia, esta *lex* iria além e disciplinaria a formação dos novos colégios, estabelecendo certos requisitos para a sua constituição⁷³, daí a afirmação de que se trataria de um regulamento inovador em relação ao direito associativo romano⁷⁴, já que,

⁷⁰ O termo *divus* é sempre usado para fazer referência a imperadores falecidos, cf. H. HEUMANN – E. SECKEL, *Divus*, cit. (nt. 2.I *supra*), p. 156. Foi levantada a hipótese de que se devesse adicionar o termo «*divi*» antes do nome Augusto, proposta que foi rejeitada por A. BERGER, C. C. C. *a Contribution to the Latin Terminology Concerning Collegia*, cit. (nt. 41 *supra*), p. 47. T. MOMMSEN, *Römische Urkunden*, cit. (nt. 25 *supra*), p. 355, afirma que, de fato, um canto da pedra sobre a qual se encontra a inscrição está faltando, no entanto, a inscrição parece ter permanecido intacta, não sendo necessário completar com «*divi*» o nome de Augusto.

⁷¹ Cf. D. COMAND, *Collegium symphonicorum*, cit. (nt. 39 *supra*), pp. 110-111.

⁷² Cabe aqui relembrar o passo Gai. 3 *ad ed.*, D. 3, 4, 1 pr.: *Neque societas neque collegium neque huiusmodi corpus passim omnibus habere conceditur: nam et legibus et senatus consultis et principalibus constitutionibus ea res coercetur. Paucis admodum in causis concessa sunt huiusmodi corpora: ut ecce vectigalium publicorum sociis permissum est corpus habere vel aurifodinarum vel argentifodinarum et salinarum. Item collegia Romae certa sunt, quorum corpus senatus consultis atque constitutionibus principalibus confirmatum est, veluti pistorum et quorundum aliorum, et naviculariorum, qui et in provinciis sunt.* Sobre a questão da *causa* e da utilidade pública como requisitos da concessão fundamentada na *lex Iulia de collegiis*, cf. item 4.2 *infra*.

⁷³ Para J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident*, cit. (nt. 45 *supra*), p. 121, esta medida de Augusto foi muito bem elaborada, uma vez que provimentos, como os anteriores, que se revelassem muito severos, seriam cedo ou tarde violados, já que é da sociedade humana a tendência à associação.

⁷⁴ Contra esta afirmação é M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1.III *supra*), p. 97, segundo o qual nunca houvera uma lei que se opusesse à formação de novos colégios e, por consequência, uma exigência de autorização. Mais uma vez, tratar-se-ia, para o autor, somente de uma medida que deseja, à maneira com o passado na República em relação ao *ambitus*, reprimir a violência e a devassidão. Também contra o caráter inovador da *lex Iulia*, mas por outros motivos, cf. M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 77. Para L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 258, Suetônio apenas afirma que não foram dissolvidos os colégios legítimos e antigos, não mencionaria, portanto, que se impusera uma proibição geral.

diferentemente dos provimentos até aqui analisados, não se caracterizaria por ser uma mera ordem dissolutiva, com, no máximo, uma cominação de pena em caso de violação⁷⁵.

Um dos pontos a serem investigados é o relativo a quais *collegia*, de fato, foram atingidos por esta lei⁷⁶.

J. P. WALTZING afirma que os colégios dissolvidos foram os colégios de artesãos⁷⁷ e os religiosos privados⁷⁸, com exceção daqueles dos judeus, já anteriormente permitidos por César⁷⁹.

É de se notar que esses colégios de artesãos preservados seriam aqueles *collegia opificum* fundados, segundo a “lenda”, por Numa⁸⁰, encaixando-se na caracterização de *antiqua*. Além deles, permaneceram intactos os colégios de sacerdotes e as antigas associações sacras, restaurando-se as festividades compitais, e também os *legitima*,

⁷⁵ Cf. P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 109. Todavia, ressalta o autor – p. 111 – não é improvável que esta *lex* tenha sido modificada e completada pela emissão de senatus-consultos, mandatos e constituições imperiais, o que justificaria eventual contradição entre o regime restritivo da *lex Iulia* e a situação de fato dos colégios, em diversos períodos do império. Para J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 114-115, é a partir da *lex Iulia* que temos um campo mais seguro de trabalho em relação ao direito associativo, todavia – p. 122, teria sido ela completada e modificada por diversas medidas, daí sua queda no esquecimento e não citação por parte dos juristas. No mesmo sentido, cf. M. KASER, *Das römische Privatrecht*, cit. (nt. 60.I *supra*), p. 308.

⁷⁶ Para F. M. DE ROBERTIS, *Il diritto associativo romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), p. 216, a *lex Iulia* traria um rol taxativo das associações que continuaram a existir.

⁷⁷ Todavia, para W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 28-29, não haveria fontes que mencionassem a dissolução de colégios de artesãos, apesar de que eles, frequentemente, tornassem-se perigosos. Mas a emissão da lei de Augusto, entretanto, não teria dado fim às turbulências políticas provenientes do seio destes colégios.

⁷⁸ Isto é, os colégios destinados à celebração de cultos estrangeiros, os quais não seriam considerados *legitima* por Augusto. Cf. M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 75-76.

⁷⁹ *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 116-117. No mesmo sentido, B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), p. 252. O colégio dos judeus, no entanto, foi reprimido por Calígula e Tibério, retomando, posteriormente, a sua liberdade. Cf. T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27.II *supra*), pp. 78-79. Todavia, para M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1.III *supra*), pp. 96-97, o fato dos judeus terem sido preservados seria uma prova de que a autorização não era necessária, uma vez que Augusto seria contra os cultos estrangeiros. Tal oposição aos cultos estrangeiros ocorria com vistas à preservação dos ritos nacionais, e ao consequente impedimento de que costumes estranhos se arraigassem na sociedade, o que poderia tornar a população muito mais propensa à realização de conspirações. Cf. W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 29. Interessante é a observação de U. COLI, *Collegia e sodalitates – Contributo allo studio dei collegi nel diritto romano*, cit. (nt. 55.I *supra*), pp. 105-106, de que o colégio dos judeus só fora preservado porque não previa banquetes, mas o ensino da ordem e da temperança, já que um dos motivos da medida restritiva era o de preservar a capacidade produtiva dos cidadãos, os quais estavam imersos na embriaguez e em práticas não moralmente aceitáveis, realizadas nas reuniões dos colégios.

⁸⁰ Cf. A. PERNICE, *Marcus Antistius Labeo – Das römische Privatrecht im ersten Jahrhunderte der Kaiserzeit*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 300-301, com o posterior acréscimo da corporação dos padeiros.

garantidos por norma ou decreto anterior, como no mencionado caso dos *collegia* constituídos por judeus⁸¹.

É preciso observar, no entanto, que os colégios não eram criados pela autoridade estatal, mas sim pelos particulares⁸². O ato público representava somente um levantamento da proibição e não um ato de criação⁸³.

Inicialmente, sua validade era restrita a Roma, mas, posteriormente, passou a valer por todo o império⁸⁴.

4.1. Da necessidade de autorização

Um dos elementos associados à *lex Iulia de collegiis* é a determinação de que um colégio só poderia ser formado caso houvesse uma autorização⁸⁵ emitida pelo estado para este fim.

Tal necessidade seria evidenciada quando as fontes mencionam que não era permitido em todas as hipóteses e a quaisquer pessoas a formação de *collegia*, como no fragmento abaixo:

Gai., 3 *ad ed. provinc.*, D. 3, 4, 1 pr.
Neque societas neque collegium neque

Nem sociedade nem colégio nem um
corpo de tal natureza permite-se,

⁸¹ Cf. W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 27 e 30. A restauração dos compitais é narrada em Suet., *Div. Aug.*, 31. «(...) *Nonnulla etiam ex antiquis caerimoniis paulatim abolita restituit, ut Salutis augurium, Diale flamonium, sacrum Lupercale, ludos Saeculares et Compitalicios.*(...)»

⁸² Daí a afirmação de M. RADIN, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1.III *supra*), p. 95, de que o Senado não criou o colégio dos *symphoniaci*, mas concedeu a esta associação um corpo público, com seus privilégios, surgindo, na realidade um novo departamento de administração religiosa.

⁸³ Cf. P. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 120.

⁸⁴ Cf. J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 123-124. Para o autor, a referência de Tácito aos colégios constituídos em Pompéia em desacordo com as leis, só pode referir-se à *lex Iulia de collegiis*: Tac., *Ann.*, 14, 17. «(...) *prohibiti publice in decem annos eius modi coetu Pompeiani collegiaque, quae contra leges instituerant, dissoluta* (...)», (foram) proibidos publicamente em dez anos os pompeianos desta maneira reunidos e os colégios, os quais contra as leis institufram, (foram) dissolvidos. Tal fragmento, juntamente com as cartas de Plínio a Trajano, demonstra a vigência da lei nas províncias. A fiscalização – pp. 127-128, portanto, dos colégios ficaria a cargo do governador das províncias e do Senado, em Roma. No mesmo sentido, cf. W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 32; L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), p. 396. Contra uma referência necessária à *lex Iulia* no fragmento, cf. L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 243.

⁸⁵ Segundo P. KAYSER, *Die Strafgesetzgebung der Römer gegen Vereine und Versammlungen – Ein Beitrag zur Geschichte des Strafrechts*, cit. (nt. 12.III *supra*), p. 179, essa autorização já era um privilégio concedido pelo Senado desde os tempos da medida de César.

huiusmodi corpus passim omnibus habere conceditur: nam et legibus⁸⁶ et senatus consultis et principalibus constitutionibus ea res coercetur. Paucis admodum in causis concessa sunt huiusmodi corpora: ut ecce vectigalium publicorum sociis permissum est corpus habere vel aurifodinarum vel argentifodinarum et salinarum. Item collegia Romae certa sunt, quorum corpus senatus consultis atque constitutionibus principalibus confirmatum est, veluti pistorum et quorundam aliorum, et naviculariorum⁸⁷, qui et in provinciis sunt.

indistintamente, que todos tenham: pois não só por meio das leis, mas também pelos senatus-consultos e pelas constituições imperiais, esta vantagem é reprimida. A poucas causas, plenamente, são concedidas corpos de tal natureza: a saber, eis que aos sócios das rendas públicas [responsáveis pelo recolhimento dos impostos] é permitido ter corpo ou aos das minas de ouro ou aos das minas de prata e aos das salinas. Do mesmo modo os colégios de Roma têm seguramente aquele corpo que pelos senatus-consultos e pelas constituições imperiais foi confirmado, como o dos padeiros e o de outros, e o dos marinheiros que estão na província.

Além disso, as correspondências de Plínio⁸⁸ com o imperador Trajano comprovariam a necessidade de autorização para a formação dos *collegia opificum*⁸⁹:

⁸⁶ Para L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), p. 396, a referência ao plural deve-se à probabilidade de que outras leis tenham sido emitidas para completar a *lex Iulia* e que também pode ser feita menção a leis anteriores, como a *lex Licinia*. Já conforme M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 81-82, apesar da *lex Iulia* poder estar inserida dentre as leis mencionadas por Gaio, é possível perceber que não haveria uma única medida que disciplinasse todo o direito associativo, apresentando Gaio somente um resumo das principais normas concernentes ao tema.

⁸⁷ W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 45, lembra que esse elenco realizado por Gaio não seria exaustivo, sendo mantido na compilação por representar colégios que ainda possuíam um forte significado em época tardia.

⁸⁸ C. Plinius Caecilius Secundus nasceu no ano de 61-62 na cidade de Como e falece provavelmente na Bitúnia em 114. Sua formação dá-se em Roma sendo seus mestres Quintiliano e Nicete Sacerdote. Foi, dentre outros cargos, advogado, *quaestor*, *praetor*, *praefectus aerarii militaris*, *praefectus aerarii Saturni* e cônsul no ano 100, assumindo o posto de governador da Bitúnia em 111-112 ou 112-113. Plínio foi orador perante os tribunais desde os 19 anos, mas muitos de seus discursos foram perdidos, como o realizado junto à biblioteca em Como, o feito em louvor de sua cidade natal, os escritos para *Varenus Rufus*, *Attia Viriola*, *Clarius* e contra *Publicius Certus*. As obras preservadas foram poucas, a saber, o *Panegyricus Traiano Dictus* e uma coleção de cartas – 247 *epistulae* – da qual se destaca o livro 9, com 121 cartas, isto é, a parte em que relata a troca de mensagens entre Plínio e o imperador Trajano, quando aquele exercia o comando da Bitúnia. Por esta parte, Plínio revela-se um homem com boas intenções, mas extremamente medroso e sem muita habilidade para questões administrativas, ao contrário do imperador, cuja visão era direta e eficiente, mesmo que para isso, escrevesse pouco. É possível, por estas correspondências, entender um pouco melhor como era feita a administração das províncias. Caracteriza-se Plínio por dar uma grande importância ao culto da forma em seus escritos, evidenciando um planejamento para todos os seus discursos a fim de surpreender o grande público. Todavia, enquanto nos seus discursos a linguagem é rica e trabalhada, nas suas cartas ela é descritiva, clara e simples. Sua obra, apesar de esquecida na Idade Média, foi valorizada com o Humanismo, até mais que os escritos de Cícero, e representa, desde então, um material valioso para o conhecimento da sociedade no tempo do reinado de Trajano. Cf. M. SCHANZ – C. HOSIUS, *Geschichte der römischen Literatur bis zum Gesetzgebungswerk des Kaisers Justinian*, v. II, München, Beck, 1935, pp. 656-673.

⁸⁹ Cf. P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 113-114.

Epist., 10, 33. C. Plinius Traiano imperatori. Cum diversam partem provinciae circumirem, Nicomediae vastissimum incendium multas privatorum domos et duo publica opera, quamquam via interiacente, Gerusian et Iseon absumpsit. Est autem latius sparsum, primum violentia venti, deinde inertia hominum quos satis constat otiosos et immobiles tanti mali spectatores perstitisse; et alioqui nullus usquam in publico sipo, nulla hama, nullum denique instrumentum ad incendia compescenda. Et haec quidem, ut iam praecepi, parabuntur; tu, domine, dispice an instituendum putes collegium fabrorum dumtaxat hominum CL. Ego attendam, ne quis nisi faber recipiatur neve iure concesso in aliud utantur; nec erit difficile custodire tam paucos.

Epist., 10, 34. Traianus Plinio. Tibi quidem secundum exempla complurium in mentem venit posse collegium fabrorum apud Nicomedenses constitui. Sed meminerimus provinciam istam et praecipue eas civitates eius modi factionibus esse vexatas. Quodcumque nomen ex quacumque causa dederimus iis, qui in idem contracti fuerint, hetaeriae eaeque brevi fient. Satiус itaque est comparari ea, quae ad coercendos ignes auxilio esse possint, admonerique dominos praediorum, ut et ipsi inhibeat ac, si res poposcerit, adcursu populi ad hoc uti.

C. Plínio ao imperador Trajano. Quando eu tinha ido ao entorno da parte oposta da província, um vastíssimo incêndio consumiu muitas casas privadas e duas obras públicas de Nicomédia, embora com uma via intermediária, a Gerúsia e o templo de Ísis. Foi, porém, disseminado de forma mais ampla, primeiro pela fúria do vento, depois pela inércia dos homens os quais, bem se observa, ociosos e imóveis tais maus espectadores permaneciam; e a este respeito, em parte alguma (havia algo) para que eu lançasse em público, nenhum balde de água, nenhum, de fato, instrumento para a contenção de um incêndio. E estas coisas, portanto, como já sugeri, serão providenciadas; tu, senhor, analisa (estes fatos) e julgas se deve ser instituído um *collegium fabrorum* com somente 150 homens. Eu atentarei, para que ninguém, exceto *faber*, seja recebido e que nem, por direito concedido, em outra função seja empregado; não será difícil custodiar tão poucos.

Trajano a Plínio. A ti, de fato, seguindo os exemplos de muitos, vem em mente poder um *collegium fabrorum* junto aos nicomedianos ser constituído. Mas relembremos que esta província e, sobretudo, aquelas cidades, desta maneira, por facções foram abaladas. Qualquer que seja o nome e por qualquer que seja a causa imputaremos àqueles, que em semelhante agrupamento existirem, que *hetaeriae* em breve formarão. Assim, é preferível serem reunidos aqueles, que para a contenção dos incêndios possam ser de auxílio, e serem advertidos os donos de prédios, para que também eles mesmos (os) inibam, se o caso demandar, recorrer-se-á ao povo que, a isto, será empregado.

Para indicar a existência desta permissão, muitas inscrições apresentam a fórmula «*quibus ex senatus consulto coire licet*» ou «*coire permissum est*», forma reduzida⁹⁰ da expressão utilizada na inscrição do *collegium symphonicorum* «*quibus senatus c(oire) c(onvenire) c(olligi) permisit e lege Iulia*»⁹¹.

Deve-se notar que o senatus-consulto referido pelas inscrições não era um provimento geral, mas uma medida de autorização específica emitida pelo Senado para cada caso concreto⁹².

A concessão da autorização, em geral, ficava a cargo do Senado⁹³ em Roma e nas províncias senatoriais e a cargo do imperador, nas províncias imperiais⁹⁴, sendo importante

⁹⁰ Em sentido contrário, posiciona-se M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 77, para quem a mudança na fórmula representa uma mudança do *Sachverhalt* e não um mero caso de abreviação.

⁹¹ V.g., CIL, II, 1167 «(i)mp Caes/ (t) Aelio Hadr/ Antonino Aug/ Pio p p/ (c)orpus cento/ nari(or)um/ indu(lgentia ei(us)/ (c)ollegio hominum/ (centum dum tax)at/ (constituto)»; III, 7060 «(s. c. de p)ostulatione kyzicenor ex asia/ qui dicunt ut corpus quod appellatur ne/on et habent in civitate sua auctoritate/ (amplissimi o)rdinis confirmetvr (...) concedente/ imp Caes(are Tito A)elio Hadriano na/ (...)»; V, 7881 «M. Aurelio Masculo v(iro) e(gregio) (...) colleg(ia tria), quib(us) ex s(enatus) c(onsulto) c(oire) p(ermissum) est, patrono digniss(imo)»; V, 4428 «Pietati Hostiliae Hostiliannae V(iviri Aug(ustales) soci, quib(us) ex p(ermissu) divi Pii arcam habere permiss(um), primae benemerenti (...)»; VI, 85 «(...) quib ex s c coire licet/ castores d d/ (...)»; VI, 1872 «(...) et confrimata sit ex decreto/ ordinis corporis piscatorum/ et urinatorum totius alu tiber/ quibus ex s c coire licet s p p»; VI, 29691 «Collegio dendrophor/ romanor quibus ex/ s c coire licet argent/ (...)»; IX, 2213 «(...) colleg fabrum tignuar/ quib ex s c coire permis est/ (...)»; X, 1642 «Imp Caesari/ (...) collegium/ scabillarior/ quibus s c coire licet (...)»; X, 1643 «Faustinae aug/ (...) collegium scabillariorum/ quibus s c coire licet (...)»; X, 1647 «(im)p Caesari/ (...) nomine sociorum/ scabillarior puteolanorum/ quibus ex s c coire licet (...)»; X, 3699 «Ex s c dendrophori creati qui sunt / (...)»; X, 3700 «phori quibus ex (s c coire licet)/ (...)»; X, 5198 «collegium fa/ brum quib ex s c/ coire licet (...)»; XIII, 1921 «(...) aug negotiato/ rib vinaris X III et omnib cor/ porib lug licite coeuntibus (...)»; XIII, 1974 «(...) corpr lug licite coeuntium/ (...)»; XIV, 10 «Genio corporis pell ost qui(bus ex s c coire licet)/ (...)»; XIV, 168 «C Iulio/ Philippo/ equiti romano/ corpus fabrum/ navalium ostiens/ quibus ex s c coire licet/ (...)»; XIV, 169 «(...) corpus fabrum navalium/ ostiens quibus ex s c coire licet/ (...)»; XIV, 256 «Corporis fabrum navalium (ostiens (?) quibus) ex (s) c coire licet/ (...)»; XIV, 4573 «(...) corpus fontanorum q ex s c coire lice/ (...)». Cf., para o elenco das inscrições, L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), pp. 262-263.

⁹² Cf. J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 117-118; L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 264.

⁹³ A atribuição de tal tarefa ao Senado não foi sempre bem vista. De fato, Plin., *Paneg.*, 54, mostra certo desdenho por este tipo de atividade: «(...) Nihil ante tam vulgare, tam parvum in senatu agebatur, ut non laudibus principum immorarentur, quibuscumque censendi necessitas accidisset. De ampliando numero gladiatorum aut de instituendo collegio fabrorum consulebatur et quasi prolatis imperii finibus nunc ingentes arcus excessurosque templorum fastigium titulos, nunc menses etiam nec hos singulos nomini Caesarum dicabamus.(...)», (...) Anteriormente, nada tão banal, tão pequeno no Senado fora tratado, para que não fossem as honras dos príncipes barradas, por qualquer um que provocasse a necessidade de apreciação. Sobre a necessidade de ampliação do número de gladiadores ou sobre a necessidade de instituição de *collegium fabrorum* era por nós deliberado e, tendo sido estendidos os limites do império, agora grandes arcos e retiradas (triumfos), inscrições no cume dos templos, e então os meses, ainda, consagraríamos, não somente a um deles individualmente, ao nome dos céсарes.(...).

⁹⁴ Cf. P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 115-116. Todavia, como adverte o autor, exceções poderiam ocorrer, como no caso do imperador interessar-se por um colégio a ser estabelecido em uma província senatorial, sendo que sua autoridade não poderia ser contestada, ou na

ressaltar que somente a fundação do *collegium* e não o seu estatuto⁹⁵ era submetido ao Senado⁹⁶.

Após a decisão dos órgãos competentes, a associação receberia uma cópia desta resolução, documento no qual estariam contidos os objetivos da corporação, o número de reuniões e de membros e as limitações eventualmente impostas à sua atividade⁹⁷.

Todavia, para M. RADIN, não era necessária uma autorização a fim de permitir a existência de um colégio. O ato do Senado apenas serviria para oficializar o *collegium* em questão⁹⁸, para que pudesse gozar de determinados privilégios, sendo este o motivo pelo qual Gaio mencionaria também as *societates*, pois elas poderiam ser oficializadas tanto quanto as corporações⁹⁹.

No mesmo sentido¹⁰⁰, afirma B. ELIACHEVITCH que não é possível concluir que a *lex Iulia* trouxesse uma proibição geral à formação de novos colégios, mantendo-se, ao

hipótese do imperador não poder tratar do assunto em determinada circunstância, ou ainda se quisesse politicamente agradar ao Senado, deixando a cargo deste último a concessão a colégios cuja competência era imperial. Para J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp.124-127, essas exceções seriam aparentes, pois tanto o imperador como o Senado estariam sempre envolvidos na concessão. No mesmo sentido, E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), cols. 408-409. É o que afirma M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 76-77, ao imputar ao Senado a competência para a verificação dos requisitos de características dos colégios e ao imperador, a decisão final pela concessão ou não. Entretanto, faticamente, seria impossível que todas as decisões passassem pelo crivo do imperador – pp. 82-84 –, havendo a forte probabilidade de que os governadores das províncias pudessem dar suas decisões pessoais sobre este assunto, como o visto nas cartas de Plínio.

⁹⁵ Todavia, para O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, cit. (nt. 2.I *supra*), pp. 83-84, a autorização resultava em um reconhecimento da *lex collegii*, a qual saía do âmbito contratual-privado e adquiria força pública. M. TALAMANCA, *Istituzioni di diritto romano*, cit. (nt. 9.II *supra*), p. 182, ainda acrescenta que não é possível constatar pelas fontes se a alteração de um estatuto ensejaria a requisição de uma nova autorização.

⁹⁶ Cf. J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 118-120. Todavia, essa divisão não era estanque. O Senado ouvia a opinião do imperador, mesmo nos casos de sua competência e o imperador submeteria uma proposta de fundação à deliberação do Senado.

⁹⁷ Cf. M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 84.

⁹⁸ No mesmo sentido, L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 261.

⁹⁹ Cf. *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1.III *supra*), pp. 103-105. O autor ainda acrescenta que todas as associações, na época de Justiniano, exerciam uma função pública e, por consequência, tinham privilégios, sendo este o motivo da omissão deste detalhe que era considerado, naquele momento, supérfluo. Ademais, nem todas as inscrições – pp. 100-101 – continham a fórmula *ex senatus consultus c. c. c. licet*, devendo ser observado que, enquanto nas fontes jurídicas as corporações eram poucas, nas fontes epigráficas, eram elas abundantes. O mesmo se daria com a expressão «*ex auctoritate Augusti*» – pp. 96-97 – que não representa uma fórmula geral e sim apenas a constatação de que o *princeps* havia se manifestado antes do Senado.

¹⁰⁰ Já de acordo com a teoria minoritária de M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 76-77, para quem desde o início, era necessária uma autorização para a fundação de um colégio, a *lex Iulia* em nada inovou neste aspecto, apenas generalizou este princípio,

contrário, o regime anterior, ou seja, o de que as associações poderiam existir até o momento em que não se tornassem perigosas à ordem pública¹⁰¹.

Desta forma, de acordo com L. SCHNORR VON CAROLSFELD, as fontes jurídicas não indicam uma proibição geral à constituição de associações, uma vez que o termo «*conceditur*», utilizado por Gaio, significaria somente que nem a todos seria concedida a autorização, não se dando maiores informações neste fragmento sobre como e em quais circunstâncias poder-se-ia «*collegium habere*»¹⁰².

Uma aparente contradição é apontada entre o texto de Gaio e o crescente número de inscrições¹⁰³, em época imperial, demonstrando uma grande proliferação dos colégios. Todavia, para J. P. WALTZING, deve-se atentar para as palavras do jurisconsulto, o qual sustenta serem poucas as causas legítimas a ensejarem uma autorização e não poucos os colégios. Logo, é possível que vários colégios tenham sido autorizados com base na mesma causa¹⁰⁴.

sendo ela mais uma ordem de dissolução e uma regra de transição, sendo este o motivo pelo qual não são encontrados rastros desta lei nas fontes.

¹⁰¹ Cf. *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 250-251 e 253-254.

¹⁰² Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), pp. 240 e 258. Ainda sobre esta questão, o autor menciona – p. 242 – as seguintes cartas de Plínio, a fim de comprovar que tal proibição geral inexistia: Plin., *Epist.*, 10, 92, «*C. Plinius Traiano Imperatori. Amisenorum civitas libera et foederata beneficio indulgentiae tuae legibus suis utitur. In hac datum mihi libellum ad ἐπάγωγος pertinentem his litteris subieci, ut tu, domine, dispiceres quid et quatenus aut permittendum aut prohibendum putares*», C. Plínio ao imperador Trajano. A cidade de Amisus, livre e aliada, devido ao favor de tua indulgência, por suas leis rege-se. Nela foi dado a mim um pedido pertencente a associações, cujas cartas submeti, para que tu, senhor, examines o que e até que ponto julgues que deva ser ou permitido ou proibido; e Plin., *Epist.*, 10, 93, «*Traianus Plinio. Amisenos, quorum libellum epistulae tuae iunxeras, si legibus istorum, quibus beneficio foederis utuntur, concessum est erant habere, possumus quo minus habeant non impedire, eo facilius si tali collatione non ad turbas et ad illicitos coetus, sed ad sustinendam tenuiorum inopiam utuntur. In ceteris civitatibus, quae nostro iure obstrictae sunt, res huius modi prohibenda est*», Trajano a Plínio. Os amisenos, cujo pedido anexaras à tua carta, se pelas leis deles, pelas quais devido ao favor de serem aliados regem-se, é permitido ter um *eranus* (associação de ajuda mútua), não podemos impedir que o tenham, ainda mais se tal união não para tumultos ou para reuniões ilícitas, mas para o apoio às faltas dos pobres é utilizada. Em outras cidades, as quais pelo nosso direito são confinadas, são proibidas coisas do gênero. Todavia, parece-nos que a resposta de Trajano indica justamente o contrário, que em geral, eram proibidas tais associações, excetuando-se o caso das *civitates foederatae*, por seguirem um regime jurídico diverso.

¹⁰³ Como B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), p. 252 e 259. No entanto, este aumento no número de inscrições, em relação ao que encontramos no período republicano, também é ocasionado pelo fato de que só em época imperial propagou-se o costume de realizar inscrições sobre fatos do cotidiano. Cf. M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 78.

¹⁰⁴ Cf. *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident*, cit. (nt. 45.I *supra*), p. 129. No mesmo sentido, F. M. DE ROBERTIS, *Il Diritto Associativo Romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), pp. 239-240. Além disso, conforme sustenta L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), p. 397, a ideia de «*corpus habere*» deve ser relacionada à questão da personalidade jurídica e não diretamente e exclusivamente à *lex Iulia*. No entanto, para E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), cols. 411-412, tal interpretação não é a correta, tendo sido o fragmento de Gaio, o qual originalmente traria todo o elenco das associações permitidas, reduzido pelos compiladores.

Logo, sobretudo em período tardio, não seria rigidamente exigida uma autorização para a fundação de um colégio. Muitos existiam de fato, devido à negligência das autoridades e outros, por serem já tacitamente reconhecidos há muito tempo¹⁰⁵.

Sendo assim, de acordo com essa visão, o papel da autorização era meramente o de oficializar um colégio, a fim de que sua existência não fosse apenas de fato. Foram em maior parte reconhecidos os colégios profissionais, os quais, tardiamente, transformar-se-iam em corporações públicas, acompanhados, posteriormente, das associações religiosas privadas, que passam a ter importante papel social pela manutenção dos ritos funerários¹⁰⁶.

Deve-se lembrar, contudo, que o poder dissolutivo das autoridades estatais não era paralisado pela presença de uma autorização. Sempre que seus objetivos e suas relações fossem considerados perigosos ao estado ou na falta subsequente de um dos elementos necessários à sua existência, poderia um *collegium* ser dissolvido, ainda que anteriormente autorizado¹⁰⁷.

4.2. Da chamada utilidade pública

Além de serem não perigosos, afirma-se, em geral, que os colégios deveriam ser úteis ao interesse público, o que os faria ter, segundo J. P. WALTZING um caráter eminentemente público-privado¹⁰⁸.

A existência desta utilidade seria tão importante que, na visão de M. COHN, os colégios preservados seriam, na realidade, os colégios úteis¹⁰⁹, utilizando-se a qualificação de *antiqua* somente por motivos conservadores¹¹⁰.

¹⁰⁵ Cf. A. PERNICE, *Marcus Antistius Labeo – Das römische Privatrecht im ersten Jahrhunderte der Kaiserzeit*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 302.

¹⁰⁶ Cf. B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 257-259.

¹⁰⁷ Cf. M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 80-81.

¹⁰⁸ Cf. *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 118-120. Para o autor, o Senado ainda teria, posteriormente, elencado quais *collegia* seriam considerados como inofensivos no senatus-consulto referido por Marciano em D. 47, 22, 1, 1, isto é, no *senatusconsultum quo illicita collegia arcentur*. Em relação ao senatus-consulto referido por Marciano, no mesmo sentido, cf. L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), pp. 238-240, apesar de considerá-lo pouco claro, com estilo linguístico deselegante e de conteúdo indeterminado.

¹⁰⁹ Afirma U. COLI, *Collegia e sodalitates – Contributo allo studio dei collegi nel diritto romano*, cit. (nt. 55.I *supra*), pp. 104-105, que, neste requisito, a *lex Iulia* não foi inovadora, já que a utilidade pública de um *collegium* seria exigida já mesmo em período anterior. No mesmo sentido, F. M. DE ROBERTIS, *Il Diritto Associativo Romano*, cit. (nt. 32.I *supra*), p. 215.

¹¹⁰ Cf. *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 76-77.

Desta forma, a concessão feita a um *collegium* representaria um privilégio entregue em troca da assunção de um ofício estatal¹¹¹, o que levaria, com o passar do tempo, ao desaparecimento das associações privadas, livremente formadas¹¹².

Todavia, para P. W. DUFF¹¹³, a exigência de que o colégio tivesse uma utilidade pública a fim de que fosse autorizado, não passa de uma contaminação do pensamento romano por uma concepção moderna, já que existiriam colégios, como os funerários, que foram incentivados e não perseguiam nada além de um objetivo particular¹¹⁴.

Contudo, o objetivo perseguido pelos colégios funerários tinha uma serventia social, cujo benefício era conveniente ao estado conceder.

¹¹¹ Sendo assim, todos os colégios autorizados seriam úteis. Cf. A. PERNICE, *Marcus Antistius Labeo – Das römische Privatrecht im ersten Jahrhunderte der Kaiserzeit*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 304, pois seu direito associativo interno nada mais seria do que uma função pública e não um direito próprio. Cf. O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, cit. (nt. 2.I *supra*), pp. 85-86; E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), cols. 408-409.

¹¹² Cf. M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 91-92. Isso resultaria da análise das cartas de Plínio, nas quais, apesar da utilidade pública não ter sido suficiente para convencer o imperador Trajano a permitir a formação de um colégio de bombeiros, no mínimo, demonstra o seu uso como argumento para a concessão. Também indicando como resultado histórico o desenvolvimento das corporações forçadas, cf. O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, cit. (nt. 2.I *supra*), p. 88, pois “(...) jede Verbandsexistenz, welche als solche vom Recht anerkannt und damit als höhere Einheit über den Individuen gesetzt war, erschien insoweit als Ausfluss und Abbild der staatlichen Allgemeinheit.”.

¹¹³ Cf. *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 118. E mesmo as cartas de Plínio a Trajano mostrariam, segundo o autor – p. 119 – que a utilidade pública não era suficiente para a concessão de autorização, apesar de, no caso especial da Bitúnia, muito provavelmente, se uma exceção fosse feita, seria realizada em prol de colégios com pública utilidade. Ademais, o apresentado na inscrição do *collegium symphonicorum* – CIL. VI, 4416 = VI, 2193 – como causa, seria apenas um argumento adicional para justificar o pedido de associação.

¹¹⁴ Neste ponto é interessante observar o significado da expressão «*utilitas publica*». Segundo J. GAUDEMET, *Utilitas publica*, in *Études de droit romain*, II Napoli, Jovene, 1979, pp. 163-165 e 169-170, esta expressão, cuja origem é grega, apresenta três interpretações de acordo com a época na qual é empregada. A primeira delas é a de *utilitas civium, hominum, omnium, communis*, isto é, representa aquilo que é útil à coletividade de cidadãos. A segunda é a de *utilitas rei publicae* e a terceira a de utilidade estatal, aqui considerado como algo diverso do mero conjunto de *cives*. Cícero, conforme o autor, é quem mais trata desta temática, todavia, só emprega precisamente «*utilitas publica*» duas vezes em sua obra, com o significado de interesse estatal, preferindo a expressão «*utilitas rei publicae*», referindo-se, portanto, ao interesse coletivo dos cidadãos. Entretanto, G. LONGO, *Utilitas publica*, in *LABEO* 18 (1972), pp. 8-10 e 63-67, ressalta que na época de Augusto, até mesmo pelo fato do *Populus* não ser visto como algo diverso dos cidadãos, o intento político-legislativo seria o de conceber a *utilitas publica* como sinônima de *utilitas omnium cives*. E isso teria durado por todo o período imperial clássico, até Diocleciano, pois o *princeps* atuava conforme a vontade pessoal e não como representante do *Populus*. Logo, para o autor, não há de se falar, neste momento, de uma oposição entre *utilitas publica* e *utilitas omnium-singulorum*, pois inexistente era uma “razão de estado”. O mesmo, portanto, deveria ser observado ao se interpretar a obra de Cícero, sendo a expressão utilizada, ao contrário do que opina J. GAUDEMET, como equivalente a *bonum commune*. Uma mudança de significado só ocorreria no período pós-clássico, pois, conforme, salienta o autor, os textos interpolados do Digesto, por exemplo, indicariam a existência de um fim estatal e fiscal contraposto ao interesse dos particulares.

4.3. A diferenciação entre *collegium licitum* e *collegium illicitum*

Haveria, pois, a classificação entre os «*collegia quibus coire licet*», considerados, portanto, lícitos, e os «*collegia quibus coire non licet*», os quais representariam os colégios ilícitos.

A menção aos colégios ilícitos e as respectivas consequências patrimoniais nos foram transmitidas pelos seguintes fragmentos de Paulo¹¹⁵ e Marciano, respectivamente:

12 *ad Plaut.*, D. 34, 5, 20. *Cum senatus
temporibus divi Marci permiserit*

Ao tempo do divino Marco, pelo
Senado, permitira-se legar aos

¹¹⁵ *Iulius Paulus* é o jurista, após *Ulpiano*, com maior atividade literária, sendo que um sexto dos fragmentos do *Digesto* é proveniente de suas obras – e, frequentemente, seus excertos são utilizados pelos compiladores para completar fragmentos de *Ulpiano*. É citado, na maioria das vezes, simplesmente como *Paulus*, mas existem fontes, v.g., D. 3, 5, 33, que mencionam também o nome *Iulio*. Algumas vezes, acrescenta-se a palavra *iuridicus* para diferenciá-lo do apóstolo de mesmo nome. Pouco se sabe sobre a sua vida, sendo o local de seu nascimento desconhecido. Inicia sua carreira jurídica como advogado e juntamente com *Ulpiano*, foi assistente de *Papiniano*, quando era este *praefectus praetorio*. Exerceu também os cargos de *magister memoriae*, de membro do *consilium* imperial, durante o governo de *Severo* e *Caracala*, e de *praefectus praetorio* – na época de *Alexandre Severo*. Foi discípulo de *Scaevola* e também professor de direito, sendo algumas de suas obras dedicadas ao ensino. Seus escritos versam sobre diversas temáticas e uma de suas características é citar, primeiramente, a sua opinião, para, em seguida, afirmar que ela era a mesma de juristas mais antigos, seu estilo, porém, não é tão claro como o de seu contemporâneo, *Ulpiano*. São de sua lavra: *Comentários ad edictum praetoris* – 78 livros; *ad edictum aedilium curulium* – 2 livros; *ad legem Aeliam Sentiam* – 3 livros; *ad legem Cinciam* – livro único; *ad legem Falcidiam* – livro único; *ad legem Fufiam Caniniam* – livro único; *ad legem Iuliam* – 2 livros; *ad legem Iuliam et Papiam* – 10 livros; *ad legem Velleiam* – livro único; *ad municipalem* – livro singular; *ad Neratium* – 4 livros; *ad orationem divi Severi* – livro único; *ad orationem divorum Marci Antonini et Commodi* – livro único; *ad Plautium* – 18 livros; *ad regulam Catonianam* – livro único; *ad Sabinum* – 16 livros; *ad SC. Claudianum* – livro único; *ad SC. Libonianum* – livro único; *ad SC. Orfitianum* – livro único; *ad SC. Silanianum* – livro único; *ad SC. Tertullianum* – livro único; *ad SC. Turpillianum* – livro único; *ad SC. Velleianum* – livro único; *ad Vitellium* – 4 livros; *Brevium* – 23 livros; *de actionibus* – livro único; *de adsignatione libertorum* – livro único; *de adulteriis* – livro único; *de adulteriis* – 3 livros; *de appellationibus* – livro único; *de articulis liberalis causae* – livro único; *de censibus* – 2 livros; *de centumviralibus iudiciis* – livro único; *de cognitionibus* – livro único; *de conceptione formularum* – livro único; *de concurrentibus actionibus* – livro único; *de donationibus inter virum et uxorem* – livro único; *de dotis repetitione* – livro único; *de excusationibus tutelarum* – livro único; *de extraordinariis criminibus* – livro único; *de forma testamenti* – livro único; *de gradibus et adfinibus et nominibus eorum* – livro único; *de iniuriis* – livro único; *de inofficioso testamento* – livro único; *de instrumenti significatione* – livro único; *de intercessionibus feminarum* – livro único; *de iure codicillorum* – livro único; *de iure fisci* – 2 livros; *de iure libellorum* – livro único; *de iure patronatus* – livro único; *de iure patronatus quod ex lege Iulia et Papia venit* – livro único; *de iure singulari* – livro único; *de iuris et facti ignorantia* – livro único; *de iurisdictione tutelari editio secunda*; *de legibus* – livro único; *de legitimis hereditatibus* – livro único; *de liberali causa* – livro único; *de libertatibus dandis* – livro único; *de officio adsectorum* – livro único; *de officio praefecti urbis* – livro único; *de officio praefecti vigilium* – livro único; *de officio praetoris tutelarum* – livro único; *de officio proconsulis* – 2 livros; *de poenis militum* – livro único; *de poenis omnium legum* – livro único; *de poenis paganorum* – livro único; *de portionibus quae liberis damnatorum conceduntur* – livro único; *de publicis iudiciis* – livro único; *de secundis tabulis* – livro único; *de SC.* – livro único; *de tacitis fideicommissis* – livro único; *de testamentis* – livro único; *de usuris* – livro único; *de variis lectionibus* – livro único; *Decretorum* – 3 livros; *Epitomae Alfeni Digestorum*; *Epitomae Labeonis*; *Fideicommissorum* – 3 livros; *Ἐποθηχάρια*; *Imperialium sententiarum in cognitionibus prolatarum* – 6 livros; *Institutionum* – 2 livros; *Manualium* – 3 livros; *Notae*; *Περὶ δυνάστοσπαστων βιβλία...*; *Quaestionum* – 26 livros; *Regularum* – 7 livros; *Regularum* – livro único; *Responsorum* – 23 livros e *Sententiarum* – 5 livros. Cf. BERGER, *Iulius Paulus*, in *RE* 10.1 (1917), cols. 690-752.

collegiis legare, nulla dubitatio est, quod, si corpori cui licet coire legatum sit, debeatur: cui autem non licet si legetur, non valebit, nisi singulis legetur: hi enim non quasi collegium, sed quasi certi homines admittentur ad legatum.

colégios. Nenhuma dúvida há, que, se ao corpo ao qual é permitido associar-se um legado for feito, é ele devido. Se for legado, porém, a um (corpo) ao qual não é permitido (associar-se), ele não será válido, salvo se aos indivíduos for legado. A estes, de fato, não como colégio, mas como homens determinados, será admitido o legado.

2 iud. privat., D. 47, 22, 3 pr. Collegia si qua fuerint illicita, mandatis et constitutionibus et senatus consultis dissolvuntur: sed permittitur eis, cum dissolvuntur, pecunias communes si quas habent dividere pecuniamque inter se parti.

Os colégios se, desta maneira, forem ilícitos, serão dissolvidos em virtude de mandatos e constituições e senatus-consultos: mas é permitido a eles, quando dissolvidos, o patrimônio comum, se houver, dividir e o patrimônio entre si ser distribuído.

Em oposição a este tratamento benévolo para os *collegia illicita*, temos o seguinte fragmento de Ulpiano:

6 offic. procons., D. 47, 22, 2. Quisquis illicitum collegium usurpaverit, ea poena tenetur, qua tenentur, qui hominibus armatis loca publica vel templa occupasse iudicati sunt.

Quem quer que de um colégio ilícito faça uso, é penalizado¹¹⁶ com aquela pena, pela qual são punidos, aqueles que são condenados por ocuparem com homens armados, locais públicos ou templos.

Chega-se, devido a esta diferença, à conclusão de que haveria dois tipos de colégios ilícitos, a saber, aqueles ilícitos por não terem sido autorizados e aqueles ilícitos por perseguirem objetivos não admitidos¹¹⁷.

Sustenta-se, inclusive, que a expressão «*collegium illicitum*» seria utilizada somente com referência aos colégios perigosos, enquanto que para os não autorizados, os

¹¹⁶ A pena seria aquela prevista para o crime de sedição, como narra P.S., 5, 22, 1. «*Auctores seditionis et tumultus vel concitatores populi pro qualitate dignitatis aut in cruce tolluntur aut bestiis obiciuntur aut in insulam deportantur*». Cf. P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 116.

¹¹⁷ Cf. P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 117-118, os últimos seriam os colégios perigosos, como os existentes na época de *Clodius*. No mesmo sentido, L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), pp. 237-238; F. C. SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 255-259.

quais teriam sido, em regra, tolerados¹¹⁸, a expressão técnica apropriada seria a de «*collegia quibus coire non licet*»¹¹⁹.

Desta dupla “ilicitude” é que resultaria a oposição entre os fragmentos de Paulo e de Marciano¹²⁰ e o de Ulpiano, referindo-se os dois primeiros aos «*collegia quibus coire non licet*», cuja ilicitude tinha natureza mais administrativa do que de conteúdo, ao passo que o último trataria dos *collegia illicita* propriamente ditos¹²¹, cuja competência para processá-los era a do *praefectus urbi*¹²².

Sendo assim, os colégios não autorizados, se inofensivos, seriam tolerados, mas não gozariam dos privilégios concernentes aos *collegia licita* (decorrendo deste fato a vantagem da concessão¹²³) ao passo que os colégios perigosos eram punidos com a pena de lesa majestade¹²⁴.

Teríamos, portanto, três tipos de *collegia*, os criados pelo estado, os por ele tolerados e os autorizados.

Os colégios autorizados, que seriam protegidos pelo estado e teriam as mesmas garantias e privilégios dos colégios públicos, teriam sua dissolução dificultada, por não mais dependerem da discricionariedade administrativa e sim de uma decisão do Senado ou do imperador. Estes são os que teriam o privilégio da *immunitas* e da “personalidade jurídica”¹²⁵.

¹¹⁸ Sua dissolução só ocorreria caso representassem estes colégios algum inconveniente ao estado. Cf. W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 33.

¹¹⁹ Cf. J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 132-134; B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), p. 255; M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 93-94.

¹²⁰ Devendo-se ressaltar que o fragmento de Marciano, pois, não se refere à dissolução de uma pessoa jurídica, já que trata dos colégios não autorizados. Cf. M. COHN, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 96.

¹²¹ Cf. J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 135-137. O autor ainda acrescenta que a dissolução tinha natureza administrativa e que as penas a quem fundasse um colégio faccioso seriam aplicada, na prática, não a todos os membros, mas a seus líderes; E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), cols. 409-410.

¹²² Ulp., *de off. praef. urb.*, D. 1, 12, 1, 14.

¹²³ Cf. J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 139-140. A exceção feita quanto à tolerância de colégios não autorizados foi realizada somente em relação aos cristãos, cujos colégios, segundo L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 244, deveriam ser encarados como reuniões secretas ilícitas no sentido técnico do termo, ou seja, eram proibidas.

¹²⁴ Cf. G. M. MONTI, *Lineamenti di storia delle corporazioni*, cit. (nt. 82.III *supra*), pp. 45-47.

¹²⁵ Cf. B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 263-265. A *immunitas* é concedida em Call., 1 *cogn.*, D. 50, 6, 6, 12. «*Quibusdam collegiis vel corporibus, quibus ius coeundi lege permissum est, immunitas tribuitur (...)*». No mesmo sentido, mas sustentando não ser

Todavia, não é unânime a aceitação deste tipo de distinção¹²⁶. Para U. COLI, por exemplo, “*Si tratta di una elegante distinzione di marca tedesca, di cui i Romani non ebbero la minima idea*”¹²⁷.

Da mesma forma posiciona-se M. RADIN, para quem o fragmento de Paulo¹²⁸ apenas afirmaria que os privilégios concedidos pelo Senado seriam aplicáveis somente aos colégios oficiais, sendo, pois, os *collegia illicita* somente as heterias e os colégios de veteranos¹²⁹.

Já para L. MITTEIS não se pode falar em colégios tolerados, pois seria uma questão de tempo até que os colégios não autorizados fossem dissolvidos¹³⁰. Logo, as inscrições em que não houvesse a fórmula da concessão não representariam colégios de fato, mas colégios autorizados que não fizeram uso da fórmula por ser ela sempre pressuposta¹³¹.

comprovado pelas fontes a vedação a qualquer vantagem aos colégios não autorizados, cf. L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 264.

¹²⁶ Também não subdivide o conceito de colégio ilícito A. TORRENT RUIZ, *Personas jurídicas*, cit. (nt. 27 *supra*), p. 181, para quem seriam eles apenas os colégios não autorizados pelo Senado ou pelo imperador.

¹²⁷ *Collegia e sodalitates – Contributo allo studio dei collegi nel diritto romano*, cit. (nt. 55.I *supra*), p. 113-115, para quem todo colégio que não fosse formado pelo estado não seria um *collegium* em sentido próprio, mas uma *sodalicia* lícita. Só seriam colégios ilícitos aqueles constituídos para fins criminosos. Já para O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, cit. (nt. 2.I *supra*), p. 81, “*Er – o colégio não autorizado – mochte faktisch in den Formen des “collegium” bestehen, war aber kein „collegium“ im Rechtssinne*”, sendo ilícitos, pois, os colégios «*cui coire non licet*».

¹²⁸ Sendo este o fragmento e a consequente diferenciação entre dois tipos de colégios ilícitos o motivo pelo qual, de acordo com V. BANDINI, afirmar-se-ia erroneamente que os colégios lícitos teriam personalidade e os ilícitos não. Cf. *Appunti sulle corporazioni romane*, cit. (nt. 9.II *supra*), p. 181.

¹²⁹ Cf. *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, cit. (nt. 1.III *supra*), pp. 116-118.

¹³⁰ Segundo M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 89 e 91, as fontes não nos fornecem o procedimento realizado para a dissolução dos colégios não autorizados. Para o autor, é provável que a dissolução resultasse não da carência de permissão, mas de um processo investigatório que culminasse na aprovação ou não da existência do colégio. O imperador também poderia emitir uma medida dissolutiva, como fez Trajano em relação à Bitínia com as *hetaeriae*. O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, cit. (nt. 2.I *supra*), pp. 81-82, afirma que o caráter inovador tanto da medida de César como da lei de Augusto é o de que a partir de então se determinou que nenhum colégio *de fato* seria tolerado.

¹³¹ Cf. L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), pp. 396-397. De acordo com L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), pp. 263-264 realmente existiam colégios cujas inscrições não utilizavam tal fórmula, mas que, ainda assim, eram autorizados, todavia, não isto não ocorria em todos os casos.

4.4. Da concessão de personalidade jurídica

É necessário verificar se o ato de concessão estatal exigido pela *lex Iulia de collegiis* era apto a fornecer “personalidade jurídica” ao *collegium* autorizado.

Para os que não se filiam à teoria da diferenciação entre dois tipos de colégios ilícitos, como V. BANDINI, a utilidade pública¹³² seria o ponto essencial para a instauração da “personalidade jurídica”, já que, v.g., os *collegia tenuiorum*¹³³, apesar de lícitos devido à autorização geral a eles conferida, não tinham personalidade, não representando, pois, o ato de autorização o seu reconhecimento¹³⁴.

De acordo com este raciocínio, seriam os *collegia* pessoas jurídicas de direito público¹³⁵, mas que se submeteriam e atuariam conforme o direito privado, à maneira dos municípios¹³⁶.

Entretanto, para B. ELIACHEVITCH, apenas os colégios criados pelo estado, os *collegia tenuiorum* e os reconhecidos em virtude da *lex Iulia de collegiis* teriam um patrimônio destacado e, portanto, “personalidade jurídica”¹³⁷.

¹³² Isso justificaria, segundo o autor, a menção de Gaio em D. 3, 4, 1 pr., às *societates*, as quais só teriam personalidade jurídica nos casos em que o estado reconhecesse a sua utilidade pública. No entanto, o autor defende que a autorização tem o efeito declarativo de reconhecimento da utilidade pública de um agrupamento e não o constitutivo de personalidade. Mas é de se perguntar qual a razão de reconhecer a utilidade sem conferir a personalidade se o primeiro elemento seria, para o autor, razão de ser do segundo e se, mesmo nos casos das *societates publicanorum*, o regime especial a elas aplicado advém exatamente da função que exercem. Portanto, somos forçados a dissentir desta justificativa empregada por V. BANDINI por não observarmos uma razão de ser de uma autorização declarativa de utilidade pública sem a imediata concessão de uma personalidade que nela seria fundada. Cf. V. BANDINI, *Appunti sulle corporazioni romane*, cit. (nt. 9.II *supra*), pp. 183-184 e 188. Quanto ao emprego do termo «*societas*» realizado por Gaio, L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), p. 396, afirma não ser ele original, devendo ser substituído por «*sodalitium*».

¹³³ Todavia, apesar desta afirmação do autor, e sua posterior menção – *Appunti sulle corporazioni romane*, cit. (nt. 9.II *supra*), p. 191 – ao fragmento Gai. 3 *ad ed. provin.*, D. 3, 4, 1, 1, como indicador dos elementos permitidos aos entes com personalidade jurídica, duvidamos que, de fato, os *collegia tenuiorum* não tivessem personalidade jurídica, pois tinham todos os elementos elencados por Gaio.

¹³⁴ Cf. *Appunti sulle corporazioni romane*, cit. (nt. 9.II *supra*), pp. 181-182 e 187-188.

¹³⁵ L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 264 afirma que as fontes jurídicas não desmentem, mas tampouco confirmam que os colégios autorizados em virtude da *lex Iulia* eram como órgãos estatais, devido à sua durabilidade e serventia à coletividade.

¹³⁶ Cf. V. BANDINI, *Appunti sulle corporazioni romane*, cit. (nt. 9.II *supra*), p. 188.

¹³⁷ Cf. *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp. 266-270. E desta forma, atuariam no comércio à semelhança dos municípios. Todavia, ressalta o autor, haveria uma diferença entre a importância da personalidade jurídica para estes dois entes, sendo ela, para os municípios, a única via possível para a participação no comércio, enquanto que os colégios poderiam fazê-lo de outras formas. Ademais, enquanto que a personalidade jurídica dos municípios teria sido construída de forma paulatina, todo o desenvolvimento disso resultante foi aplicado de uma só vez à figura dos *collegia*, daí a existência de um único edito para os colégios e de dois para os municípios. No mesmo sentido, F. C. SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 255-259.

Segundo esta visão de cunho publicista, a autorização não seria uma mera medida de polícia, mas um ato apto a fazer ingressar uma associação no *ius publicum*, sob a forma de um *corpus*, não existindo uma classe de associações privadas ao lado dos órgãos públicos, já que o *corpus* recebido seria parte do estado¹³⁸.

Interessante é o observado por L. MITTEIS, para quem não decorria diretamente da autorização a concessão de personalidade jurídica¹³⁹, mas que o pretor só reconheceria a capacidade processual daqueles colégios que fossem capazes¹⁴⁰.

Sendo assim, a interpretação do autor para o fragmento de Gaio, D. 3, 4, 1 pr. é a de que «*corpus*» seria sinônimo de “personalidade jurídica” e, então o jurista diria que nem todos deveriam formar um colégio e que nem todos os colégios autorizados deveriam reclamar personalidade, pois ela seria concedida em poucos casos¹⁴¹.

Um pouco diversa é a análise de L. SCHNORR VON CARLSFELD, no que diz respeito a este fragmento. Para o autor, quando Gaio utiliza a expressão «*neque eiusmodi corpus*», é possível interpretá-la como acentuando o valor do termo «*corpus*», mas no sentido de que nem todo *collegium* seria um *corpus* e que em poucos casos esses colégios seriam autorizados, tornando-se *corpora*, no sentido próprio¹⁴².

Desta forma, concebe-se que nenhum *collegium licitum* seria privado de “personalidade jurídica”¹⁴³.

¹³⁸ Cf. O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, cit. (nt. 2.I *supra*), pp. 81-83.

¹³⁹ Interessante é o proposto por T. MAURO, *La personalità giuridica degli enti ecclesiastici*, cit. (nt. 43.II *supra*), p. 7, para quem a personalidade jurídica não decorria da autorização, pois era um atributo natural da existência da corporação e, desta forma, os colégios tidos por ilícitos teriam os mesmos direitos que os colégios lícitos, até que fossem descobertos e dissolvidos.

¹⁴⁰ Cf. L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), p. 400.

¹⁴¹ Cf. L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), p. 401. O fragmento deveria, pois, ser lido desta maneira: “(...) Weder (nach der polizeilichen Seite) darf jeder einen Verein errichten, noch darf jeder für den (selbst polizeilich gestatteten) Verein (deshalb schon) Rechtsfähigkeit in Anspruch nehmen (...) Die Sache (gemeint ist zunächst die polizeiliche Frage) ist nämlich durch Gesetze und Senatuskonsulte geregelt. In sehr wenig Fällen ist (insbesondere) die Rechtsfähigkeit anerkannt”.

¹⁴² Cf. *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), pp. 240-241.

¹⁴³ Cf. A. PERNICE, *Marcus Antistius Labeo – Das römische Privatrecht im ersten Jahrhunderte der Kaiserzeit*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 306.

5. Exceção ao regime de autorização: O discurso de Marciano

Considera-se que ao regime restritivo estabelecido pela *Lex Iulia de collegiis*, uma autorização geral¹⁴⁴ foi realizada em benefício dos chamados *collegia tenuiorum*¹⁴⁵. Tal afirmação baseia-se, sobretudo, no seguinte fragmento:

Marc., 3 *inst.*, D. 47, 22, 1 pr.
*Mandatis principalibus praecipitur
praesidibus provinciarum, ne patiantur
esse collegia sodalicia neve milites
collegia in castris habeant. Sed
permittitur tenuioribus stipem
menstruam conferre, dum tamen semel
in mense coeant, ne sub praetextu
huiusmodi illicitum collegium coeat.
Quod non tantum in urbe, sed et in
Italia et in provinciis locum habere
divus quoque Severus rescripsit.*

É prescrito por mandatos dos príncipes aos presidentes das províncias, não serem tolerados os *collegia sodalicia* e nem que os soldados formem colégios nos acampamentos. Mas é permitido aos *tenuiores* coletar o valor mensal, desde que se reúnam uma vez no mês, para que não sob este pretexto um colégio ilícito forme-se. Isto, não somente na cidade, mas também na Itália e nas províncias, [deve] ter lugar, responde (por rescrito) também o divino Severo.

Os *collegia tenuiorum* também chamados por T. MOMMSEN de *collegia funeraticia*¹⁴⁶ são colégios formados por pessoas com escassos recursos para fins religiosos de apoio mútuo¹⁴⁷, sendo o principal deles o escopo funerário¹⁴⁸.

¹⁴⁴ Essa autorização teria ocorrido no período entre o surgimento da *lex Iulia de collegiis* e o governo de Adriano. Cf. M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), pp. 86-87.

¹⁴⁵ Cf. F. M. DE ROBERTIS, *Dai collegia cultorum pagani alle medievali congregationes fratrum attraverso il superamento della discriminazione giustiniana in pro dei tenuiores*, in *SD 61* (1995), p. 433; G. M. MONTI, *Lineamenti di storia delle corporazioni*, cit. (nt. 82.III *supra*), p. 44.

¹⁴⁶ Cf. *Zur Lehre von den römischen Korporationen*, cit. (nt. 36.II *supra*), p. 47; *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27.II *supra*), pp. 88-91. Afirma-se que T. MOMMSEN equipara os *collegia tenuiorum* aos *collegia funeraticia*. No entanto, a nosso ver, o autor não faz uma mera equiparação, mas sustenta que uma concessão generalizada não poderia fundar-se apenas no aspecto religioso, sendo necessária, portanto, uma causa mais específica. Essa causa seria, pois, o escopo funerário do colégio, tendo Marciano, segundo o autor, entendido que o senatus-consulto trataria dos *collegia tenuiorum* de maneira geral, o que não corresponderia aos fatos.

¹⁴⁷ Poderia existir, ao lado do fim principal funerário, o objetivo de ajuda mútua para caso de doenças e acidentes, por exemplo. Cf. W. LIEBENAM, *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, cit. (nt. 28.II *supra*), pp. 39-41; para E. KORNEMANN, *Collegium*, cit. (nt. 5.II *supra*), col. 387 e 389, os colégios com fins funerários eram apenas um dos tipos de *collegia tenuiorum*, subdividindo-se em dois tipos: os que se destinavam a custear ou reembolsar os gastos totais ou parciais do enterro de um membro e aqueles que possuíam um cemitério próprio. De qualquer forma, seria o colégio ainda responsável pelo culto após a morte, como uma família. Já para J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 145-148, os *collegia tenuiorum* e os *collegia funeraticia* seriam idênticos,

Esta autorização teria sido realizada por meio de um *senatus-consulto*, pois é a este tipo de provimento que se refere a inscrição CIL. XIV, 2112, alusiva ao *collegium Lanuvium*, em suas linhas 12 e 13:

(...) *Qui stipem menstruant conferre volent in funera, in it collegium coeant, neque sub specie eius collegi nisi¹⁴⁹/ semel in mense coeant conferendi causa, unde defuncti sepeliantur.*

Aqueles que desejarem contribuir com um valor mensal para fins funerários reúnam-se em um colégio, e não se reúnam, sob a forma deste colégio, a não ser uma vez no mês com o fim de coletar (as contribuições), ou para que os defuntos sejam enterrados.

Discute-se a dimensão deste provimento senatorial, isto é, se seria ele uma prescrição específica ou se se trataria de um diploma regulatório do direito associativo de uma maneira geral, sobretudo, pela menção de Marciano à existência de um *senatus-consulto quo illicita collegia arcentur*¹⁵⁰, no fragmento abaixo apresentado:

Marc., 3 *inst.*, D. 47, 22, 1, 1. *Sed*

Mas não é proibido reunir-se por

não existindo provas de outros tipos de *collegia tenuiorum* com fins diferenciados. Sendo assim, justificar-se-ia a ausência de uma maior especificação por parte de Marciano.

¹⁴⁸ Cf. S. RANDAZZO, *I 'collegia tenuiorum', fra libertà di associazione e controllo senatorio*, in *SD* 64 (1998), p. 229 e 232. Sendo possível também a participação de servos. O autor ainda ressalta – pp. 233 e 234 – que estes colégios autorizados não se confundem com os colégios cristãos formados com a mesma finalidade, mas que foram perseguidos, sendo assim, o termo «*tenuiores*» refere-se aos colégios pagãos. Também não devem ser assemelhados aos *collegia ad sustinendam tenuiorum inopiam* – p. 236 –, os quais poderiam ter, entre seus membros, pessoas com boas condições financeiras. Semelhante diferenciação não é realizada por F. M. DE ROBERTIS, *Dai collegia cultorum pagani alle medievali congregationes fratrum attraverso il superamento della discriminazione giustiniana in pro dei tenuiores*, cit. (nt. 145 *supra*), pp. 433-434, o que o leva a concluir que a presença de pessoas ricas nos colégios religiosos, faz com que o *senatus-consulto* em questão não possa referir-se somente aos *tenuiores*. No entanto, é de se ter presente que tanto não era livre a constituição de colégios cristãos, que estes se ocultavam sob nomes, muitas vezes, incomuns, como *seribibi*, *furunculi* e *dormientes*, a fim de que pudessem exercer suas atividades. Cf. J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 51-52. Os cristãos, como não poderiam obter uma autorização para que formassem uma corporação, ocultavam-se sob a forma de *collegia tenuiorum*, mas somente enquanto esta “farsa” não fosse descoberta, situação que só muda com o surgimento do Edito de Milão. Cf. L. SCHNORR VON CAROLSFELD, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, corpus, collegium im klassischen römischen Recht*, cit. (nt. 4.I *supra*), p. 246.

¹⁴⁹ Para S. RANDAZZO, *I 'collegia tenuiorum', fra libertà di associazione e controllo senatorio*, cit. (nt. 148 *supra*), p. 237, haveria algo omitido entre os termos «*collegi*» e «*nisi*», sugerindo o preenchimento desta lacuna com a frase «*coetum illicitum coeant*», a fim de que houvesse uma correlação com o texto de Marciano – D. 47, 22, 1 pr.

¹⁵⁰ O qual não seria coincidente com o *senatus-consulto* que trata dos *collegia tenuiorum*, segundo S. RANDAZZO, *I 'collegia tenuiorum', fra libertà di associazione e controllo senatorio*, cit. (nt. 148 *supra*), p. 244 sendo datado por volta de 131, cf. S. RANDAZZO, «*Senatus Consultum quo Illicita Collegia Arcentur*» (D. 47,22,1,1), cit. (nt. 39.III *supra*), p. 77. Já conforme T. MOMMSEN, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, cit. (nt. 27.II *supra*), p. 80, ele teria origem e data incerta.

religionis causa coire non prohibentur, dum tamen per hoc non fiat contra senatus consultum, quo illicita collegia arcentur.

motivo de religião, desde que, porém, por isso não se faça contra o *senatus consultum*, o qual repeliu os colégios ilícitos.

A definição do conteúdo exato deste provimento oferece dúvidas. M. COHN sustenta que este seria o único caso em que houvera uma prescrição de natureza geral para as associações religiosas, não necessariamente as compostas por *tenuiores*¹⁵¹.

A propósito, ressalta S. RANDAZZO, que enquanto a inscrição menciona especificamente a causa funerária, Marciano fala em causa religiosa. Todavia, para o autor, este fato não é suficiente para afirma-se que o texto do jurisconsulto seja interpolado¹⁵², uma vez que, o termo «*religio*» poderia ser usado no seu sentido de cultos aos mortos, aos *Manes*, diferenciando-se, por este motivo, da palavra «*sacrum*»¹⁵³.

Todavia, para F. M. DE ROBERTIS, tal *senatus-consulto* não se refere somente aos *tenuiores*, mas sim aos *cultores*, ocorrendo uma “*interpolazione diplomatica*”, na época de Justiniano, pela substituição do original «*cultoribus*» por «*tenuioribus*»¹⁵⁴.

Entretanto uma autorização baseada no motivo religioso¹⁵⁵ de um colégio não tem razão de existir¹⁵⁶. Isso porque todos os tipos de colégios tinham algum fundo religioso – o

¹⁵¹ Todavia, para o autor, apesar de não se conhecer muito sobre este *senatus-consulto*, tal concessão não limitava o poder das autoridades de dissolver um colégio religioso caso considerasse que ele fosse ameaçador à ordem pública. Cf. *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 90. Para J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), p. 135, este fora um *senatus-consulto* complementar à *lex Iulia de collegiis* e poderia conter as causas pelas quais não seria concedida a permissão ou se dissolveria um colégio.

¹⁵² Outro motivo apontado como sinal de interpolação do texto de Marciano é a ausência da expressão «*collegium tenuiorum*» na inscrição do *collegium Lanuvium*. Cf. F. M. DE ROBERTIS, *Dai collegia cultorum pagani alle medievali congregationes fratrum attraverso il superamento della discriminazione giustiniana in pro dei tenuiores*, cit. (nt. 145 *supra*), pp. 434-435. Para S. RANDAZZO, mais uma vez, essa diferença deve ser descartada, pois a referência aos *tenuiores* não seria exclusiva de Marciano, devendo-se levar em consideração que a inscrição menciona somente o *caput* do *senatus-consulto* analisado. Cf. *I 'collegia tenuiorum'*, *fra libertà di associazione e controllo senatorio*, cit. (nt. 148 *supra*), pp. 240-242.

¹⁵³ Cf. *I 'collegia tenuiorum'*, *fra libertà di associazione e controllo senatorio*, cit. (nt. 148 *supra*), pp. 237-239. Para confirmar esta interpretação, o autor cita, dentre outros, o seguinte fragmento das *Institutas* de Gaio: Gai. 2,4. «*Sacrae sunt quae diis superis consecratae sunt; religiosae quae diis Manibus relictas sunt*», Sagradas são [aquelas coisas], as quais aos deuses superiores foram consagradas; religiosas [aquelas] que aos deuses *Manes* foram deixadas.

¹⁵⁴ Cf. *Dai collegia cultorum pagani alle medievali congregationes fratrum attraverso il superamento della discriminazione giustiniana in pro dei tenuiores*, cit. (nt. 145 *supra*), pp. 437-438 e 444. A distinção, portanto, *pro qualitate personarum* seria feita somente com Justiniano.

¹⁵⁵ Ao contrário do que afirma F. M. DE ROBERTIS, *Dai collegia cultorum pagani alle medievali congregationes fratrum attraverso il superamento della discriminazione giustiniana in pro dei tenuiores*, cit. (nt. 145 *supra*), p. 445, de que esse seria o único caso no qual vigeria a liberdade de associação.

¹⁵⁶ No mesmo sentido, cf. L. MITTEIS, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, cit. (nt. 39.I *supra*), pp. 397-398; J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de*

que, frustraria por completo a aplicação da *lex Iulia de collegiis* – além de facilitar a ocultação de facções se fosse exigido somente esta característica¹⁵⁷.

Não há nas fontes uma menção à existência de um *senatus-consulto* de caráter geral, sendo constante o uso do termo «*senatusconsulta*», referindo-se, ora aos provimentos de época republicana, ora aos atos de autorização concedidos aos colégios individualmente, aliado ao fato de que se tal regulamento único existisse, seria de se estranhar a ausência de uma denominação para esta medida¹⁵⁸.

Filiamo-nos à opinião de S. RANDAZZO, de que não é possível contemplar, neste caso, um regulamento geral de direito associativo¹⁵⁹, pelo contrário, temos um provimento exclusivamente destinado aos *collegia tenuiorum* – entendidos como aqueles colégios pagãos com escopo funerário – o qual contém três limitações à atividade destes colégios, a saber, a necessidade de persecução do escopo funerário, a restrição do número de reuniões e a necessidade de autorização dos proprietários para que seus escravos participassem deste tipo de agrupamento¹⁶⁰.

Apesar desta autorização, realizada porque potencialmente as pessoas mais humildes teriam dificuldade de formarem, sozinhas, associações criminosas¹⁶¹, não se limitou o poder de dissolução, sempre utilizado pelas autoridades públicas quando se julgasse necessário¹⁶².

l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées, cit. (nt. 45.I *supra*), p. 152; U. COLI, *Collegia e sodalitates – Contributo allo studio dei collegi nel diritto romano*, cit. (nt. 55.I *supra*), pp. 111-112.

¹⁵⁷ Cf. P. W. DUFF, *Personality in Roman Private Law*, cit. (nt. 28.II *supra*), p. 121. O autor ainda faz notar que é preciso analisar essa questão da causa religiosa juntamente com o seguinte fragmento: Ulp. 4 *opin.*, D. 47, 11, 2. «*Sub praetextu religionis vel sub specie solvendi voti coetus illicitos nec a veteranis temptari oportet*». É necessário que sob o pretexto de religião ou sob a forma de serem feitos os votos uma reunião ilícita não seja tentada por veteranos. Entretanto, a comparação aqui feita não nos parece adequada, pois trata da reunião de veteranos que se encaixa nas restrições feitas às associações militares.

¹⁵⁸ Cf. S. RANDAZZO, «*Senatus consultum quo illicita collegia arcentur*» (D. 47,22,1,1), cit. (nt. 148 *supra*), pp. 63-65 e 69. O autor cita, v.g., Gai., 3 *ad ed. provinc.*, D. 3, 4, 1 *pr.*. Além disso, Marciano seria o único a mencionar este *senatus-consulto quo illicita collegia arcentur*.

¹⁵⁹ Neste sentido, cf. M. COHN, *Zum römischen Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, cit. (nt. 34.I *supra*), p. 87.

¹⁶⁰ Cf. S. RANDAZZO, I «*collegia tenuiorum*», *fra libertà di associazione e controllo senatorio*, cit. (nt. 148 *supra*), p. 231 e 243. A necessidade de autorização para a participação dos servos encontra-se em Marc., 2 *iud. public.*, D. 47, 22, 3, 2. «*Servos quoque licet in collegio tenuiorum recipi volentibus dominis, ut curatores horum corporum sciant, ne invito aut ignorante domino in collegium tenuiorum reciperent, et in futurum poena teneantur in singulos homines aureorum centum*».

¹⁶¹ E também com uma finalidade propagandística, conforme S. RANDAZZO, «*Senatus consultum quo illicita collegia arcentur*» (D. 47,22,1,1), cit. (nt. 39.III *supra*), p. 62.

¹⁶² Cf. J. P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident: Le droit d'association à Rome. Les collèges professionnels considérés comme associations privées*, cit. (nt. 45.I *supra*), pp. 144-145 e 149.

Como se demonstrou, não é dada a oportunidade de conhecer o texto da *lex Iulia de collegiis*, sendo possível o seu estudo somente pela análise de fontes secundárias, que a ela fazem referência direta ou indireta, originando-se deste fato inúmeras controvérsias a respeito da existência e do conteúdo desta lei.

Dentre estas fontes, destaca-se a inscrição CIL. VI, 4416, que faz referência direta à *lex Iulia*, ao afirmar que um senatus-consulta, com base na lei Júlia, de Augusto, permitiu ao *collegium symphonicorum c.c.c.*, isto é, *c(oire) c(onvenire) c(olligi)*.

Observa-se, portanto, que, ao contrário dos provimentos anteriores relacionados ao “direito associativo”, a *lex Iulia de collegiis* não tinha conteúdo restrito à dissolução dos *collegia*, pois também estabelecia requisitos para a formação de novas corporações, ao submetê-las a um regime de autorização pública, representada nas fontes pela expressão «*coire permissum est*».

Esta autorização era concedida somente aos *collegia* que apresentassem algum tipo de utilidade pública, elemento que, posteriormente, levaria ao surgimento das associações de participação coercitiva.

Os *collegia* não autorizados eram considerados como ilícitos. As fontes, no entanto, não penalizam de maneira uniforme todas as corporações consideradas ilícitas, o que demonstra a existência de duas causas de ilicitude: a derivada da mera falta de autorização «*collegia quibus coire non licet*», cuja maior desvantagem é de cunho patrimonial e a oriunda da persecução de fins não permitidos, reprimida penalmente.

Aquelas corporações de fato, consideradas ilícitas apenas por uma questão administrativa, eram toleradas. Todavia, não gozavam de certos privilégios atribuídos aos *collegia licita*, como a dissolução somente por decisão do Senado ou do Imperador, a *immunitas* e o que hoje chamamos de “personalidade jurídica”, composta, sobretudo, pela separação patrimonial e pela capacidade processual, tal como visto nos textos discutidos no Capítulo II.

O único tipo de corporação que não se submetia ao regime de autorização imposto pela *lex Iulia de collegiis* era o dos *collegia tenuiorum*, que foram objeto de uma permissão geral, desde que perseguissem o escopo funerário e respeitassem o limite para o número de reuniões mensais.

CAPÍTULO V – ORDENAMENTOS DO SISTEMA ROMANO-GERMÂNICO

1. Direito canônico

A disciplina das pessoas jurídicas no Direito Canônico foi adotada como ponto de partida para o desenvolvimento das teorias modernas sobre os entes coletivos. Seu maior expoente foi *Sinibaldus Fliscus*¹, canonista e mais tarde Papa Inocêncio IV, que viveu de 1195 a 1254, e que é considerado o fundador da teoria da ficção.

De acordo com F. RUFFINI, a doutrina de Inocêncio IV² teria resultado, em primeiro lugar, na separação entre as figuras das sociedades e das universalidades³ e em segundo, pela ideia da ficção, na possibilidade de se utilizar o conceito de pessoa jurídica tanto para entes de natureza pública quanto para os de natureza privada, uma vez que ele não teria conteúdo apenas patrimonial. Com base nisso, Sinibaldo de Fieschi realiza uma divisão entre colégios reais e colégios pessoais, os quais, por sua vez, desdobram-se em colégios necessários e naturais⁴.

Os colégios reais são aqueles aos quais se incorpora um elemento territorial, em que exercem sua função. Por isso, são sempre necessários, ou seja, seus membros não tem a faculdade de definir a sua participação, pois ela é feita *ratione originis – domicilii*. Disto resulta que é possível ser integrante de mais de um colégio real. As *civitates* e os *burgi* seriam alguns de seus exemplos⁵.

Já nos *collegia personalia* o elemento territorial não é relevante, predominando-se o substrato pessoal, a exemplo dos *collegia professionum*, *scholarium* e *religionum*. Deste

¹ Cf. A. DE LA HERA, *Sinibaldo Fieschi (Inocencio IV)*, in *Juristas universales – Juristas medievales*, V. II, Madrid, Marcial Pons, 2004, pp. 430 a 434. A afirmação de que o Direito Romano muito influenciou na concepção deste jurista é corroborada pelo fato de que, segundo o autor, Sinibaldo de Fieschi destacou-se pela tentativa de unir, o máximo possível, o Direito Romano com o Direito Canônico, dando as bases do que hoje chamamos de Direito Comum. O interesse do papa pela doutrina romana foi tão grande que foi acusado por seus pares de preferir a aplicação do Direito Romano ao Direito Canônico em questões espirituais, não se utilizando, pois, da noção de *aequitas* nos seus julgamentos.

² Cf. Capítulo 1, I.

³ Cf. *La classificazione delle persone giuridiche in Sinibaldo dei Fieschi (Innocenzo IV) ed in Federico Carlo di Savigny*, cit. (nt. 19.I *supra*), pp.15 a 21. Isso em relação à doutrina dos glosadores, pois já em Roma, era nítida a diferença entre sociedades e universalidades, tanto que somente a algumas sociedades era atribuída a personalidade jurídica como no caso da *societas publicanorum*. Cf. B. ELIACHEVITCH, *La personnalité juridique en droit privé romain*, cit. (nt. 12.I *supra*), pp.314, 315 e 325.

⁴ Cf. F. RUFFINI, *La classificazione delle persone giuridiche in Sinibaldo dei Fieschi (Innocenzo IV) ed in Federico Carlo di Savigny*, cit. (nt. 19.1 *supra*), pp.15 a 21.

⁵ Cf. F. RUFFINI, *La classificazione delle persone giuridiche in Sinibaldo dei Fieschi (Innocenzo IV) ed in Federico Carlo di Savigny*, cit. (nt. 19.1 *supra*), pp.17 a 19.

modo, seriam sempre voluntários e, ao contrário do que se dá com os colégios reais, só é possível a participação em um único colégio pessoal. Outra característica importante é que nesta categoria é possível aos membros, quando de sua saída do colégio, pleitear parte do patrimônio comum, o que não se realiza na hipótese de pertencimento a um colégio real⁶.

Sendo assim, os colégios, se reais, para se constituírem, devem ser aprovados por uma autoridade superior. Se forem pessoais, pode haver uma autorização geral, devendo esses colégios ter fim lícito e certa uniformidade de seus membros. Caso não exista essa autorização generalizada, é possível o reconhecimento específico para cada colégio em particular⁷.

Esta elaboração inicial, capitaneada por *Sinibaldus Fliscus*, perpetuou-se no tempo e, atualmente, é indubitável o reconhecimento das pessoas jurídicas como sujeitos de direito, ao lado das pessoas físicas, pelo Direito Canônico.

O *Codex Iuris Canonici* tem um capítulo dedicado a estas entidades imateriais, disciplinando-as nos cânones 113 a 123⁸.

S. J. JESÚS HORTAL ressalta três elementos a serem notados na definição de pessoa jurídica, a saber, o elemento material (pessoas que formam o ente abstrato), elemento formal (autorização geral ou específica da autoridade competente) e o elemento final (que deve se coadunar com a missão da Igreja suplantando os interesses individuais de seus componentes)⁹.

Três também seriam os requisitos que permitiriam o reconhecimento da personalidade jurídica pelo Direito Canônico. São eles: finalidade, que deve ser a de piedade, apostolado ou caridade espiritual ou temporal¹⁰; a utilidade que, apesar de não estar expressa, é levada em consideração para a decisão da autoridade competente em

⁶ Cf. F. RUFFINI, *La classificazione delle persone giuridiche in Sinibaldo dei Fieschi (Innocenzo IV) ed in Federico Carlo di Savigny*, cit. (nt. 19.I supra), pp.17 a 19.

⁷ Cf. F. RUFFINI, *La classificazione delle persone giuridiche in Sinibaldo dei Fieschi (Innocenzo IV) ed in Federico Carlo di Savigny*, cit. (nt. 19.I supra), p.19.

⁸ Também há um capítulo dedicado às pessoas jurídicas no *Codex canonum ecclesiarum orientalium* – CCEO, cuja disciplina geral se dá nos cânones 920 a 930.

⁹ Cf. *Código de direito canônico*, São Paulo, Loyola, 1983, p. 45, comentário ao cânone 114.

¹⁰ Tais finalidades são apresentadas no can. 114, §2. *Fines, de quibus in § 1, intelleguntur qui ad opera pietatis, apostolatus vel caritas sive spiritualis sive temporalis attinent*. Os fins, sobre os quais [se fala] no § 1, são entendidos como aqueles que a obras de piedade, de apostolado ou de caridade, quer espiritual quer temporal, referem-se. Já o can. 921 §3 do CCEO apresenta-se desta forma: Can. 921, §3. *Auctoritas competens personalitatem iuridicam ne conferat nisi eis universitatibus personarum aut rerum, quae finem specificum reapse utilem persequuntur et omnibus perpensis media habent, quae sufficere praevidentur ad finem praestitutum assequendum*. A autoridade competente não conferirá personalidade jurídica a não ser àquelas universalidades de pessoas ou de coisas as quais persigam um fim específico efetivamente útil e, considerando-se tudo, tenham meios, os quais sejam previstos suficientes para a persecução do fim pré-constituído.

conceder ou não a personalidade jurídica e a existência de meios suficientes para a consecução do fim a que a pessoa jurídica se propõe¹¹.

O primeiro e mais importante ente a possuir personalidade jurídica é, de fato, a Igreja. Observa-se, no entanto, como ressalta P. AGOSTINO D'AVACK, que o fundamento da personalidade jurídica da Igreja não é de natureza jurídica, mas teológica, pois foi criada por ordem de natureza divina, concentrando em si a perfeição jurídica, como instituição. Da mesma forma, o pontífice é constituído por Cristo para reger a Igreja¹².

Sendo assim, outro detalhe a ser notado é que não há relação de submissão entre a Igreja e a Santa Sé, ambos entes morais, pois a soberania foi atribuída por Cristo, em abstrato à Igreja e, em concreto, à Santa Sé¹³.

Por outro lado, conforme sejam criadas ou autorizadas, pela Santa Sé ou por outra autoridade, as pessoas jurídicas de Direito Canônico podem ser de direito pontifício ou de direito diocesano, respectivamente. As primeiras, geralmente, dependem de um superior eclesiástico – ordinário – o que as coloca sob um maior controle¹⁴.

O Direito Canônico, no código anterior, reconhecia as pessoas jurídicas colegiais, cujo substrato era um conjunto de pessoas, como a Igreja Católica ou as comunidades religiosas¹⁵, e as não colegiais, cujo núcleo consistia em bens, como as fundações *piae causa*¹⁶. Essa divisão corresponderia à diferenciação moderna, no âmbito do direito laico, entre associações e fundações¹⁷.

Todavia, essa classificação, com o novo Código Canônico, alterou-se.

O cânone 115¹⁸ estabelece que as pessoas jurídicas podem ser classificadas como universalidades de pessoas ou de coisas. As primeiras, por sua vez, subdividem-se em

¹¹ Cf. G. LO CASTRO, *Persona giuridica nel diritto canonico*, cit. (nt. 19.I *supra*), p. 426.

¹² Cf. *Trattato di diritto canonico – Introduzione sistematica generale*, cit. (nt. 19.I *supra*), p. 229.

¹³ Cf. P. AGOSTINO D' AVACK, *Trattato di diritto canonico – Introduzione sistematica generale*, cit. (nt. 19.I *supra*), p. 229.

¹⁴ Cf. P. CIPROTTI, *Lezioni di diritto canonico*, Padova, CEDAM, 1943, p. 199.

¹⁵ Cf. P. G. CARON, *Persona giuridica – Diritto canonico e ecclesiastico*, in *NNDI XII* (1965), pp. 1056 e 1057.

¹⁶ Cf. P. G. CARON, *Persona giuridica – Diritto canonico e ecclesiastico*, cit. (nt. 15 *supra*), p. 1056.

¹⁷ Cf. P. CIPROTTI, *Lezioni di diritto canonico*, cit. (nt. 14 *supra*), p. 198.

¹⁸ Can. 115, §1. *Personae iuridicae in Ecclesia sunt aut universitates personarum aut universitates rerum.* §2. *Universitas personarum, quae quidem nonnisi ex tribus saltem personis constitui potest, est collegialis, si eius actionem determinant membra, in decisionibus ferendis concurrentia, sive aequali iure sive non, ad normam iuris et statutorum; secus est non collegialis.* As pessoas jurídicas são ou universalidades de pessoas ou universalidades de coisas. A universalidade de pessoas, a qual, todavia, não pode ser constituída a não ser a partir de, no mínimo, três pessoas, é colegial, se os membros determinam a ação dela, em decisões tomadas em assembléia, quer tendo ou não igual direito, conforme a norma do direito ou do estatuto; [se for] de outro modo, não é colegial.

colegiais e não colegiais, conforme seus membros participem das decisões dos colégios de forma igualitária, caso em que será de natureza colegial.

Além das colegiais e não colegiais, as pessoas jurídicas podem ser consideradas como uma instituição, nas hipóteses em que o fim público a que se destine seja de tal natureza que a coloque a salvo de qualquer disposição particular, representando o *officium ecclesiasticum*. Dentre as instituições temos a própria Igreja e os seminários¹⁹.

Por fim, o território sobre o qual os entes da Igreja exercem suas funções, também seria, segundo P. G. CARON, uma pessoa jurídica, como é o caso das províncias eclesiais, as paróquias e as dioceses²⁰.

Também é possível falar em organismos previstos pelo Direito Canônico, mas que, apesar de serem vistos como uma unidade diversa dos membros que os compõem, não são dotados de personalidade jurídica, como ocorre com as prelaturas pessoais²¹.

Baseando-se, pois, nos princípios romanos e na construção doutrinária medieval, sobretudo na obra de Sinibaldo de Fieschi, o *Codex Iuris Canonici*, reconhece a subjetividade jurídica dos entes imateriais, já que era de necessidade extrema para a Igreja a sua própria legitimação como ente dotado de capacidade jurídica, a fim de consolidar a sua autoridade²².

¹⁹ Cf. P. G. CARON, *Persona giuridica – Diritto canonico e ecclesiastico*, cit. (nt. 15 *supra*), p. 1057.

²⁰ Cf. *Persona giuridica – diritto canonico e ecclesiastico*, cit. (nt. 15 *supra*), p. 1057.

²¹ Cf. G. LO CASTRO, *Persona giuridica nel diritto canonico*, cit. (nt. 19.I *supra*), p. 425. P. CIPROTTI, *Lezioni di diritto canonico*, cit. (nt. 14 *supra*), p.198, afirma que essa figura jurídica é conhecida como pessoa coletiva, podendo ser ou não reconhecida pela autoridade eclesial. Sua situação jurídica caracteriza-se pela soma das condições jurídicas de cada um de seus componentes.

²² É importante notar que a relevância dada a este tema, por parte do Direito Canônico, não é isenta de interesse, pois o reconhecimento da figura da pessoa jurídica foi, na verdade, um mecanismo para consolidar o poder da própria Igreja. Sendo assim, houve um fim prático para que se desse este reconhecimento. Tal fato corrobora a afirmação de G. LO CASTRO, *Personalità morale e soggettività giuridica nel diritto canonico – Contributo allo studio delle persone morali*, Milano, Giuffrè, 1974, pp. 73 e 74, segundo a qual somente será possível rever adequadamente a teoria da pessoa jurídica se observarmos a sua função, ao invés de tentar, a qualquer custo, encontrar a sua essência, dando origem a dezenas de teorias as quais, por fim, não se apresentaram satisfatórias.

2. Direito civil alemão

2.1. Concepção de pessoa jurídica²³ na doutrina alemã do séc. XIX

A doutrina alemã, sobretudo no séc. XIX²⁴, procurou encontrar a chamada essência da pessoa jurídica, com o fito de alcançar uma definição do que seriam os entes imateriais. Apesar de muitas vezes apontado este debate como obsoleto e infrutífero, é indispensável o conhecimento das principais teorias acerca do assunto, cuja análise resulta em diferentes consequências no que diz respeito às relações jurídicas das quais estes entes fazem parte.

Mostra-se como principal e mais difundida²⁵ a *Fiktionstheorie*²⁶, desenvolvida por F. C. VON SAVIGNY, segundo a qual, limitando-se ao âmbito do Direito Privado, as pessoas jurídicas são “*ein des Vermögens fähiges künstlich angenommenes Subject*²⁷”, ou seja, um sujeito com capacidade patrimonial artificialmente admitido²⁸.

²³ Utilizaremos, por vezes, as denominações *ente moral* e *ente imaterial* como sinônimos de *pessoa jurídica*. Apesar de existirem determinadas nuances entre estas expressões – como a mostrada pela crítica de F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), p. 240-241, de que a expressão *ente moral* é incorreta, pois não se contrapõe ao homem e sim àquilo que seja imoral, além de não terem as pessoas jurídicas ligações com relações morais, são elas, como já aponta G. BESELER, *System des gemeinen deutschen Privatrechts*, cit. (nt. 19.I *supra*), p. 349, meramente doutrinárias, utilizadas apenas para contrapor este instituto aos das pessoas físicas. Rejeitamos apenas o uso da nomenclatura *ente místico*, que, por vezes, pode ser interpretado de forma não objetiva. Interessante é observar, cf. W. FLUME, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts – Die juristische Person*, cit. (nt. 19.I *supra*), p. 1, que a expressão *pessoa jurídica* foi pela primeira vez empregada por G. HUGO, *Lehrbuch des Naturrechts als einer Philosophie des positiven Rechts, besonders des Privatrechts*, cit. (nt. 19.I *supra*), p. 382, nt. 3 – ao se referir aos arrendadores, no âmbito do direito feudal – e p. 521, nt. 3 – ao se referir à hierarquia no âmbito das cidades. Cf. Capítulo I, item 1.

²⁴ Período de maior florescimento deste debate. Cf. W. FLUME, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts – Die juristische Person*, cit. (nt. 19.I *supra*), p. 1; F. WIEACKER, *Zur Theorie der Juristischen Person des Privatrechts*, in *Kleine juristische Schriften – Eine Sammlung zivilrechtlicher Beiträge aus den Jahren 1932 bis 1986*, Göttingen, Otto Schwarz, 1988, p. 313.

²⁵ Cf. G. BESELER, *System des gemeinen deutschen Privatrechts*, cit. (nt. 19.I *supra*), pp. 353-356. Todavia, o autor questiona esta teoria, quando interpretada como uma ficção dependente da vontade estatal, como faz F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), p. 278: “*Wird nun die natürliche Rechtsfähigkeit des einzelnen Menschen durch Fiction auf ein ideales Subject übertragen, so fehlt jene natürliche Beglaubigung gänzlich; nur der Wille der höchsten Gewalt kann dieselbe ersetzen*”. Isto porque, para G. BESELER, não teríamos como fundamentar a configuração do próprio Estado como pessoa jurídica, devendo-se adotar como ponto de partida a sua qualificação jurídica como ente moral, já que essa reunião advém das condições político-sociais do povo. Sendo assim, a permissão do Estado, não teria natureza constitutiva, mas confirmatória, revelando-se como parte do poder de polícia estatal.

²⁶ Também filiado a esta teoria é B. WINDSCHEID, *Lehrbuch des Pandektenrechts*, v. 1, 9ª ed., Frankfurt am Main, Kütten & Loening, 1906, pp. 222-225 e 255-256 e G. F. PUCHTA, *System und Geschichte des römischen Privatrechts*, v. 2, 2ª ed, Leipzig, Breitkopf und Härtel, 1893, p. 6.

²⁷ Cf. *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), p. 239.

²⁸ Cf. *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 236 e 239-240.

O autor vincula a origem desta concepção ao Direito Romano, quando este, em diversas ocasiões, considera que, em determinados casos, fingir-se existir, de fato, uma pessoa²⁹.

Em sentido totalmente contrário posiciona-se O. GIERKE, que desenvolve a chamada *Theorie der realen Verbandspersönlichkeit*³⁰. Isso ocorre pela rejeição, por parte do autor, da incorporação total do sistema romano ao germânico, pois “*in seinem Kern aber ist unser geltendes Verbandsrecht nicht römisch, sondern deutsch*”³¹.

Segundo esta teoria, a concepção romana e, conseqüentemente, a teoria da ficção teriam valor somente para o Direito Privado e a personalidade jurídica não pode ser limitada a um ou outro ramo, sendo necessário que possa ser utilizada para os dois. Desta forma, é aproximando-se do núcleo da concepção germânica que se encontrará a verdadeira essência da pessoa jurídica³².

Conclui-se, portanto, que as associações são organismos sociais com existência real e não artificial³³, sendo somente essas unidades associativas reais consideradas juridicamente como associação de pessoas³⁴.

R. VON JHERING desenvolve a *Genießertheorie*. Para ele, ao tratar das corporações, não há dúvidas de que todos os direitos adquiridos pela pessoa jurídica são, na realidade, em benefício de seus membros, que são, portanto, os destinatários do ente moral. Desta forma, não tem a pessoa jurídica nenhuma capacidade de gozo, tal como

²⁹ Cf. F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), p. 241: “Wo sie (os romanos) diesen Character solcher Subjecte allgemein ausdrücken wollen, sagen sie nur, daß dieselben die Stelle von Personen vertreten, welches soviel sagen will, als daß sie fingirte Personen seyen”. Cf. Paul. 15 *ad Plaut.*, D. 41,3,15; Flor. 8 *inst.*, D. 46,1,22 e I. 2,14,2. No mesmo sentido, cf. O. GIERKE, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, cit. (nt. 2.I *supra*), p.103-105. Apesar de admitir a existência da ficção aplicada à *universitas*, O. GIERKE – p. 43 – afirma que a ideia de associação, só estaria presente no âmbito do Direito Público, sendo inexistente no Direito Privado – p. 38: “Das römische Privatrecht ist seinem innersten Zuge und seinem gesammten Bau nach ganz und nu rein ‘jus quod ad singulorum utilitatem spectat’ und weiß nichts von ‘organischen Einheiten’”.

³⁰ Cujos primeiros indícios - *Genossenschaftstheorie*, já aparecem na obra de G. BESELER, como reconhece o próprio autor. Cf. O. GIERKE, *Deutsches Privatrecht*, Leipzig, Duncker & Humblot, 1895, p. 466, mas que, no entanto, não concorda totalmente – pp. 480-481 – por ela colocar a pessoa jurídica entre o campo do ser e do não ser.

³¹ Cf. *Deutsches Privatrecht*, cit. (nt. 30 *supra*), p. 463.

³² Cf. O. GIERKE, *Deutsches Privatrecht*, cit. (nt. 30 *supra*), pp. 467-468.

³³ A definição de *Verbandsperson* é: “(...) eine wirkliche und volle Person gleich der Einzelperson, jedoch im Gegensatz zu dieser eine zusammengesetzte Person.” Cf. O. GIERKE, *Deutsches Privatrecht*, cit. (nt. 30 *supra*), p. 470.

³⁴ Cf. O. GIERKE, *Deutsches Privatrecht*, cit. (nt. 30 *supra*), p. 468-469. Interessante é observar que, para o autor, o uso da expressão *pessoa jurídica* é tanto enganoso como sem sentido. A nomenclatura por ele utilizada é a de *Verbandspersönlichkeit*. Tal teoria é criticada por F. WIEACKER, *Zur Theorie der Juristischen Person des Privatrechts*, cit. (nt. 24 *supra*), pp. 313-314, pois não seria incumbência de um jurista analisar as situações pré-jurídicas, até porque as premissas jurídicas são sempre fundadas na realidade, isto é, são provenientes da “*Theorie der Praxis*”.

nenhum direito e objetivo, pois isto contraria o conceito de Direito, cujos destinatários seriam somente as pessoas³⁵.

Os verdadeiros sujeitos de direito são, conseqüentemente, sempre os membros da corporação. A ideia de personificação da unidade serve somente para as relações jurídicas externas, não sendo nada além de uma técnica jurídica que permite, sobretudo, a atuação processual deste conjunto de pessoas³⁶.

Direcionando-se em sentido contrário à afirmação geral de que não há patrimônio sem pessoa – sujeito³⁷, desenvolve A. BRINZ a *Zweckvermögenstheorie*, segundo a qual um patrimônio não tem a necessidade de pertencer a alguém, podendo pertencer a alguma outra coisa³⁸. No caso das chamadas pessoas jurídicas, uma certa massa de bens pertence a um objetivo, pois é empregado para a sua consecução. Não há, portanto, um sujeito de direito na concepção de pessoa jurídica, mas sim a aplicação de normas que viabilizem o alcance da meta para a qual se destinam os bens³⁹.

Temos também a teoria da *Zweckpersonifikation*, adotada por L. ENNECCERUS⁴⁰, e que representa um desenvolvimento da doutrina de A. BRINZ, pela qual não há uma vida e uma vontade própria da pessoa jurídica, mas uma vontade conjunta dos homens que a compõe, a qual é orientada pelo objetivo da corporação. Ao mencionarmos, portanto, a “vontade da corporação”, estamos personificando, na realidade, a sua finalidade. Sendo

³⁵ Cf. *Geist des römischen Rechts auf den verschiedenen Stufen seiner Entwicklung*, v. 3-1, Leipzig, Breitkopf & Härtel, 1924, pp. 355-356.

³⁶ Cf. R. VON JHERING, *Geist des römischen Rechts auf den verschiedenen Stufen seiner Entwicklung*, cit. (nt. 35 *supra*), pp. 357-360. Tal concepção, segundo o autor, já seria conhecida dos romanos. Isso valeria também para o caso das fundações, cuja personificação serve ao interesse de pessoas indeterminadas – v.g., doentes, pobres, órfãos – as quais são as suas destinatárias, já que são elas que podem exigir o uso e o proveito de tais bens, inclusive, por meio da *actio popularis*.

³⁷ O autor justifica sua posição no Direito Romano, ao dizer que nunca houve a afirmação de que as coletividades eram pessoas, mas somente que se apresentavam como tal. Ao se afirmar que o Estado, portanto, é uma pessoa, daríamos, conforme a sua visão, asas à fantasia e não seríamos capazes de compreender a essência das pessoas jurídicas. A ideia de “*Kein Vermögen ohne Person*” ou a de “*ohne Personen kein Vermögen*” é útil para a teoria da ficção, pois se pressupõe a necessidade de um sujeito de direito ao qual a massa de bens deva ser vinculada. Cf. *Lehrbuch der Pandekten*, v. 1, 2ª ed., Erlangen, Deichert, 1873, pp. 196-197.

³⁸ “*Es ist unsere Behauptung, daß wie sprachlich, so rechtlich etwas für etwas gehören könne (...)*”. Cf. *Lehrbuch der Pandekten*, cit. (nt. 37 *supra*), p. 201.

³⁹ Cf. *Lehrbuch der Pandekten*, cit. (nt. 37 *supra*), pp. 201-203. Sendo assim, segundo o autor, em época romana, ao se vincular bens aos deuses, templos e cidades, de fato, não eram eles interpretados como pessoas, mas como finalidades, como a de culto de cuidado geral dos dois últimos. Em alguns casos, as causas eram explícitas como nas *piae causae*, mas mesmo os municípios e corporações poderiam ser classificados como *publicae causa*.

⁴⁰ L. ENNECCERUS – H. C. NIPPERDEY, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, v. 1-1, 15 ed., Tübingen, Mohr-Siebeck, 1959, pp. 610, nt. 2-6 e 611. Essa analogia é necessária, segundo o autor, pelo fato de que, com a separação patrimonial, era necessário que estes bens pertencessem a um sujeito, além disso, sem a equiparação a um sujeito de direito não seria possível a participação destas coletividades na esfera processual.

assim, a pessoa jurídica nada mais seria do que objetivos vinculados – *Zweckgebundenheiten*, cuja disciplina é feita por meio da analogia com a ideia de direito subjetivo⁴¹.

2.2. Direito vigente

A disciplina geral das pessoas jurídicas encontra-se no título segundo do BGB – §21 a §89 – o qual as subdivide⁴² em *Vereine*⁴³ – associações⁴⁴, *Stiftungen* – fundações e *juristische Personen des öffentlichen Rechts*⁴⁵ – pessoas jurídicas de direito público.

⁴¹ Tal concepção poderia ser aproximada àquela empregada por R. ORESTANO, *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, cit. (nt. 6.I *supra*), pp. 18-19, 88, 94 e 105, para quem o problema da pessoa jurídica é um problema do séc. XIX – cf. também J. BINDER, *Das Problem der juristischen Persönlichkeit*, Leipzig, Deichert, 1907, pp. 1-8 –, no qual há o desenvolvimento da ideia de direito subjetivo. Todavia, as situações, em época romana, semelhantes às hoje abarcadas pelo conceito de ente moral, nada mais seriam do que centros de referência de relações jurídicas, centros de interesse que, em si, não teriam uma carga subjetiva, mas que seriam disciplinados, em matérias especiais, conforme aquilo que era prescrito às pessoas naturais. Daí sua ligação mais próxima com a noção de *res* do que com a de *persona*.

⁴² Já o direito pátrio subdivide as pessoas jurídicas de direito privado em associações, sociedades, fundações, organizações religiosas, partidos políticos e empresas individuais de responsabilidade limitada. Cf. Art. 44 CC. Apesar de não elencadas no BGB como pessoas jurídicas, os partidos políticos e os sindicatos, os quais não fazem o registro, apresentam capacidade de direito tal como as associações registradas. Todavia, não são consideradas pessoas jurídicas não por uma questão substancial, mas por um motivo formal, o de não receberem registro. Cf. Cf. H. BROX – W. D. WALKER, *Allgemeiner Teil des BGB*, München, Vahlen, 2011, pp. 304 e 319.

⁴³ Cujo fato de exercerem ou não atividade econômica determinará se a personalidade será adquirida pelo registro no tribunal da comarca competente ou por concessão estatal, o que ocorre, na falta de norma especial, no primeiro caso. Cf. § 21 e § 22 BGB. À diferença do direito pátrio, as associações não exercem atividade econômica, caso contrário, teremos uma sociedade. Cf. Art. 53 CC. Todavia, a adoção da figura jurídica da associação para o exercício de atividade econômica é raro, sendo a maioria das associações *Idealvereine*, isto é, sem fins lucrativos. Cf. H. BROX – W. D. WALKER, *Allgemeiner Teil des BGB*, cit. (nt. 42 *supra*), p. 307.

⁴⁴ Nem todas, porém, tem capacidade jurídica. Para aquelas que não gozam de capacidade, aplicam-se as normas que regem as *Gesellschaften* – sociedades. Cf. § 54 BGB.

⁴⁵ As quais se subdividem em *Körperschaften* – corporações (que correspondem às *Vereine*, cf. A. VON TUHR, *Der Allgemeine Teil des Deutschen Bürgerlichen Rechts*, v. 1-1, Leipzig, Duncker & Humblot, 1910, p. 454), *Stiftungen* – fundações e *Anstalten* – institutos – nos quais não existem membros, mas usuários. Esta última é considerada não como uma reunião de pessoas, mas como uma massa patrimonial, da mesma forma que as fundações. O Estado, quando atua como ente capaz no âmbito do Direito Privado, é denominado fisco – *Fiskus*. Cf. H. BROX – W. D. WALKER, *Allgemeiner Teil des BGB*, cit. (nt. 42 *supra*), p. 304; G. BESELER, *System des gemeinen deutschen Privatrechts*, cit. (nt. 19.I *supra*), p. 351. Devendo-se observar que, neste caso, o que é personificado é um conjunto de bens e não mais a totalidade de indivíduos que ao Estado pertencem. Cf. B. WINDSCHEID, *Lehrbuch des Pandektenrechts*, cit. (nt. 26 *supra*), p. 260. As *Körperschaften* podem também representar um conceito geral de uma reunião de pessoas que existe como unidade, cuja troca de membros não depende da aprovação dos demais componentes desta associação. Aliado a isso, não há a responsabilidade pessoal dos membros ou diretores. Cf. LARENZ – M. WOLF – J. NEUNER, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, 10 ed., München, Beck, 2012, p. 153. É de se observar também que esta característica corporativa pode se apresentar de maneira mais ou menos intensa, sendo as AG, seguidas das GmbH, os tipos em que esta qualidade mostra-se mais intensa. Cf. D. MEDICUS, *Allgemeiner Teil des BGB*, Heidelberg, Müller, 2010, pp. 447-448. Entretanto, há um conceito mais antigo de *Körperschaften* apresentado por O. GIERKE, *Deutsches Privatrecht*, cit. (nt. 30 *supra*), p. 479, o qual se opõe ao de *universitas*. Seria, portanto, um real conjunto de pessoas no qual há troca de influência entre o conjunto e os seus

Esses entes reconhecidos pelo ordenamento⁴⁶ como sujeitos de direito tem como características⁴⁷ o fato de portarem direitos e obrigações⁴⁸, serem acionáveis em nome próprio e terem sua responsabilidade limitada ao patrimônio social⁴⁹ – *Trennungsprinzip*⁵⁰.

Todavia, é preciso observar que outras figuras reguladas fora do âmbito do BGB também assumem as características de pessoas jurídicas, como é o caso das *Kapitalgesellschaften*, como a *Gesellschaft mit beschränkter Haftung*⁵¹ (GmbH) –

membros, ao contrário da *universitas* romana que representa um conceito artificial e separa totalmente os membros da unidade.

⁴⁶ Três são os principais sistemas para a formação de uma pessoa jurídica. O primeiro é o sistema da livre formação das corporações, no qual não é necessária nenhuma intervenção estatal para que nasça a personalidade jurídica de uma associação. O segundo é o sistema de concessão, no qual a capacidade jurídica só existe por reconhecimento do Estado. E o terceiro é o sistema de determinação normativa, pelo qual basta um mero registro em um órgão público para que se adquira a capacidade jurídica. O ordenamento alemão ainda adota o segundo sistema – o qual foi o prevalente no séc. XIX, mas não pode ser considerado como um princípio generalizado, cf. G. BESELER, *System des gemeinen deutschen Privatrechts*, cit. (nt. 19.I *supra*), pp. 356-357 – para as associações com fins econômicos. Cf. K. LARENZ – M. WOLF – J. NEUNER, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, cit. (nt. 45 *supra*), p. 149; D. MEDICUS, *Allgemeiner Teil des BGB*, cit. (nt. 45 *supra*), p. 446. Todavia, isso não fere o direito à livre associação, garantido pelo § 9, Abs. I GG: “*Alle Deutschen haben das Recht, Vereine und Gesellschaften zu bilden.*”. Cf. F. WIEACKER, *Zur Theorie der Juristischen Person des Privatrechts*, cit. (nt. 24 *supra*), pp. 317 e 319.

⁴⁷ Obviamente, estes sujeitos de direito imateriais não contêm todas as características e direitos imputados às pessoas físicas. Este fato é importante de ser observado, pois a presença de mais ou menos direitos, não necessariamente descaracterizará o instituto. Cf. § 19, Abs. 3 GG: “*Die Grundrechte gelten auch für inländische juristische Personen, soweit sie ihrem Wesen nach auf diese anwendbar sind.*”. Os direitos fundamentais valem também para as pessoas jurídicas nacionais, na medida em que eles, conforme a sua natureza, sejam a elas aplicáveis. Mas nem por isso, poder-se-ia dizer que as pessoas jurídicas são apenas parcialmente capazes, pois também algumas pessoas físicas podem ter sua capacidade limitada, sem que se diga que elas tem capacidade parcial. Cf. D. MEDICUS, *Allgemeiner Teil des BGB*, cit. (nt. 45 *supra*), p. 449; L. ENNECCERUS – H. C. NIPPERDEY, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, cit. (nt. 40 *supra*), p. 624, afirma que se não há uma limitação normativa, a capacidade da pessoa jurídica significa um “*universales juristisches Vermögen*”. Contra isso, W. BOECKEN, *BGB Allgemeiner Teil*, Stuttgart, Kohlhammer, 2007, p. 62.

⁴⁸ O principal aspecto da capacidade jurídica, no caso dos entes morais, é o direito patrimonial. Uma fundação não pode existir sem ele e uma associação precisa de bens para atingir seus objetivos. Cf. A. VON TUHR, *Der Allgemeine Teil des Deutschen Bürgerlichen Rechts*, cit. (nt. 45 *supra*), p. 456; F. C. VON SAVIGNY, *System des heutigen Römischen Rechts*, cit. (nt. 14.I *supra*), pp. 238-239; B. WINDSCHEID, *Lehrbuch des Pandektenrechts*, cit. (nt. 26 *supra*), p. 256. Mas também ela pode ser limitada de acordo com o tipo de pessoa jurídica em questão. Cf. G. BESELER, *System des gemeinen deutschen Privatrechts*, cit. (nt. 19.I *supra*), p. 350. Sendo assim, a definição de capacidade jurídica de uma pessoa jurídica é, segundo F. WIEACKER, *Zur Theorie der Juristischen Person des Privatrechts*, cit. (nt. 24 *supra*), p. 317, a atribuição de uma esfera patrimonial independente a uma corporação.

⁴⁹ Sendo a facilitação para a participação nas relações jurídicas e a limitação patrimonial os motivos fundamentais para o reconhecimento das pessoas jurídicas. No primeiro caso, seria impossível manter os negócios e atuar processualmente com uma aglomeração de mais de cem pessoas, por exemplo. Já no segundo, os resultados da limitação beneficiam, sobretudo, associações com poucos membros. Cf. D. MEDICUS, *Allgemeiner Teil des BGB*, cit. (nt. 45 *supra*), pp. 445-446.

⁵⁰ Cf. K. LARENZ – M. WOLF – J. NEUNER, *Allgemeiner Teil des bürgerlichen Rechts*, cit. (nt. 45 *supra*), p. 148, 150 e 152. Somente em caso de abuso, os membros de uma pessoa jurídica responderão com o próprio patrimônio pelas obrigações dela. É a hipótese de desconsideração da personalidade jurídica – *Durchgriffshaftung*. No caso das sociedades simples, há também uma separação patrimonial, todavia, os membros, à diferença do que ocorre com as pessoas jurídicas, são responsáveis subsidiariamente de acordo com a *Akzessorietätstheorie*. Tal princípio deve ser aceito também com relação à sociedade unipessoal. Cf. L. ENNECCERUS – H. C. NIPPERDEY, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, cit. (nt. 40 *supra*), p. 612.

⁵¹ Cf. § 13 GmbHG.

sociedade com responsabilidade limitada, a *Aktiengesellschaft*⁵² (AG) – sociedade por ações – a *eingetragene Genossenschaft*⁵³ (e.G.) – cooperativa registrada, a *Kommanditgesellschaft auf Aktien*⁵⁴ (KGaA) – comandita por ações e a *Versicherungsverein auf Gegenseitigkeit*⁵⁵ (VVaG) – associações de assistência mútua.

O número mínimo de membros para a constituição⁵⁶ de cada uma delas é diverso. Diferentemente do que ocorria no Direito Romano⁵⁷, v.g.⁵⁸, as *Vereine* necessitam de sete pessoas para serem criadas⁵⁹, admitindo-se no Direito alemão a existência de pessoas jurídicas unipessoais, tal como recentemente foi reconhecido pelo Direito brasileiro, com o instituto da empresa de responsabilidade limitada individual⁶⁰.

No que se refere à capacidade de agir das pessoas jurídicas, a teoria da representação afirma que não é o ente moral, ele mesmo, capaz, pois esta capacidade só se adquire por meio do representante⁶¹. Tal concepção opõe-se àquela germânica, a *Organtheorie*, pela qual é a pessoa jurídica capaz, pois os atos dos órgãos valem como atos próprios. No direito atual, há uma mescla destas teorias⁶², pois o dirigente tem a mesma posição de um representante legal, respondendo o ente moral pelas obrigações por ele assumida dentro do âmbito do seu poder de representação⁶³.

Outras figuras são tidas como “sujeitos de direito especiais”, v.g. a *offene Handelsgesellschaft* (OHG), cuja responsabilidade dos membros não é limitada – §105, Abs.1 HGB, mas que pode ter direitos e ser parte em um processo – §124 HGB, a *Kommanditgesellschaft* (KG), que tem membros com e sem responsabilidade limitada –

⁵² Cf. § 1, Abs. 1 AktG.

⁵³ Cf. § 17, Abs. 1 GenG.

⁵⁴ Cf. § 278 AktG.

⁵⁵ Cf. § 15 VAG.

⁵⁶ Devendo-se lembrar de que elas não podem ser estruturadas livremente, ou seja, existem tipos obrigatórios – *Typenzwang* – já previamente previstos pelo ordenamento. Cf. K. LARENZ – M. WOLF – J. NEUNER, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, cit. (nt. 45 *supra*), p. 149.

⁵⁷ Cf. Marcel., 1 *dig.*, D. 50, 16, 85.

⁵⁸ Isso não vale para as eG, cujo número mínimo é de três pessoas, cf. § 4 GenG, para a AG, cujo número mínimo é de um acionista, cf. § 2 AktG, nem para GmbH, cujo número mínimo também é de uma pessoa, cf. § 1 GmbHG.

⁵⁹ Cf. § 56 BGB. Todavia, o número mínimo de membros para que a associação permaneça com sua capacidade jurídica é de três. Cf § 73 BGB.

⁶⁰ Cf. Art. 44, inc. VI CC.

⁶¹ Esta primeira teoria é proveniente do Direito Romano, não sendo válida quando da ocorrência de delitos. A responsabilidade só ocorrerá, nesta última hipótese, nos mesmos casos em que uma pessoa natural responde pelos danos causados por seu representante. Cf. L. ENNECERUS – H. C. NIPPERDEY, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, cit. (nt. 40 *supra*), p. 617.

⁶² Todavia, para L. ENNECERUS – H. C. NIPPERDEY, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, cit. (nt. 40 *supra*), pp. 617-618, houve a adoção completa da *Organtheorie*.

⁶³ Cf. K. LARENZ – M. WOLF – J. NEUNER, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, cit. (nt. 45 *supra*), p. 151 e § 26, Abs. 1 BGB. Devendo-se observar que a pessoa jurídica também é capaz, neste contexto, de cometer delitos.

§161 HGB⁶⁴, tal como a comunhão de bens conjugais e hereditários e a sociedade⁶⁵ disciplinada no BGB – (GbR)⁶⁶.

É interessante observar que, estes tipos de sociedade, cuja limitação patrimonial não existe ou é parcial, as *Personengesellschaften*, são tratadas pelo CC pátrio como entidades personificadas⁶⁷, isso vale dizer, como pessoas jurídicas, enquanto que para o sistema germânico⁶⁸, elas são *quasi juristischen Personen*⁶⁹, cuja teoria relacionada é a da *Gesamthand*⁷⁰ – mão comum, tratando-se de um terceiro tipo de sujeito de direitos⁷¹.

⁶⁴ Elas são regidas pelas normas do contrato de sociedade. Cf. § 705 BGB. No mesmo caso encontra-se a *stille Gesellschaft* – sociedade com sócios ocultos. Interessante é a observação de W. FLUME, *Gesellschaft und Gesamthand*, in *ZHR* 136 (1972), p. 180, de que, atualmente, a forma típica de sociedade é a que se configura como organização, enquanto que a *stille Gesellschaft* é vista como forma atípica, já que seus efeitos são meramente obrigacionais.

⁶⁵ Cujas diferenças em relação às corporações está no fato de que seus membros são também sujeitos de direitos e obrigações, ao lado da unidade por eles formada. Cf. L. ENNECCERUS – H. C. NIPPERDEY, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, cit. (nt. 40 *supra*), pp. 609-610.

⁶⁶ Cf. LARENZ – M. WOLF – J. NEUNER, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, cit. (nt. 45 *supra*), p. 156. Neste tipo de agregação, somente o conjunto de membros pode dispor sobre o patrimônio comum, não havendo como separar uma quota e utilizá-la livremente. Pode-se também transferir este poder de disposição a um dos integrantes da comunidade. A entrada de pessoas novas deve ser evitada ao máximo.

⁶⁷ Cf. Art. 1022 e 1023 CC, para as sociedades simples, art. 1039 CC, para as sociedades em nome coletivo e o art. 1045 CC, para as sociedades em comandita simples.

⁶⁸ Daí decorre a diferenciação entre o sistema romano e o germânico. Enquanto, no Direito Romano existia somente a *communio* e a *universitas* (pessoa jurídica), no sistema germânico coloca-se um terceiro tipo entre o que é visto como pessoa jurídica – corporação – e o que é considerado como sociedade, cujas facetas da personalidade são limitadas a alguns fins práticos específicos. Cf. G. BESELER, *System des gemeinen deutschen Privatrechts*, cit. (nt. 19.I *supra*), pp. 347-360. Essa diversidade advém dos primórdios do sistema germânico, que não conhecia os conceitos abstratos seja de pessoa física, seja o de pessoa jurídica. O sujeito de direito nas associações cooperativas, como clãs, municípios e corporações, era a totalidade de membros na sua real união. Já nas associações senhoriais – império, territórios, aliados – o sujeito era o líder da associação, considerado em sua individualidade. Na segunda metade da Idade Média, a ideia de coletividade começa a se enfraquecer e destaca-se uma pessoa pertencente à associação cooperativa como portadora dos direitos e deveres desta, exercendo a sua representação. É neste momento que as *Genossenschaften* transformam-se em *Körperschaften*. Tal evolução é definitivamente influenciada pela concepção do Direito Romano-Canônico, chegando-se à disciplina atual. Cf. O. GIERKE, *Deutsches Privatrecht*, cit. (nt. 30 *supra*), 1895, pp. 457-459.

⁶⁹ Sendo classificadas como formas especiais de sociedades comerciais. Cf. H. BROX – W. D. WALKER, *Allgemeiner Teil des BGB*, cit. (nt. 42 *supra*), p. 305; G. H. ROTH – M. P. WELLER, *Handels- und Gesellschaftsrecht*, München, Vahlen, 2010, p. 93.

⁷⁰ A figura da *Gesamthand* tem sua origem no instituto da sociedade. A explicação é dada por W. FLUME, *Gesellschaft und Gesamthand*, cit. (nt. 64 *supra*), pp. 177-179. Originalmente, tal como se dava no Direito Romano, o contrato de sociedade resultava em vínculos meramente obrigacionais entre seus membros, sem a existência de um patrimônio próprio da sociedade. No Direito alemão, essa situação muda a partir do segundo projeto do BGB, no qual se configura o patrimônio da sociedade como um *Gesamthandsvermögen*. A partir desta mudança, a sociedade passa a ser vista além do vínculo obrigacional que dela resulta, sendo configurada como uma organização. À medida que o *Gesamthandprinzip* é absorvido pelo *Gesellschaftsvertrag*, deixa de ser o contrato de sociedade um contrato obrigacional, para ser regulado no âmbito do direito associativo – *Verbandsrecht*. Tornando-se, pois, uma unidade organizacional, a sua disciplina emigra do direito obrigacional para a parte geral e vê-se a sociedade como a forma mais pura de *Gesamthand*, já que não sofre restrições e nem tem um regulamento especial como ocorre com os bens de uma herança ou os matrimoniais, submissos, respectivamente, às especialidades do direito de sucessões e de família.

⁷¹ Sendo assim, K. LARENZ – M. WOLF – J. NEUNER, *Allgemeiner Teil des bürgerlichen Rechts*, cit. (nt. 45 *supra*), p. 160 diferenciam quatro tipos de sujeitos de direito, a saber, as pessoas físicas, as pessoas jurídicas,

Deve-se diferenciar, portanto, as *Personenverbände*, ou seja, pessoas associadas, as quais, apesar de certos privilégios, não passam de *Gesamthandgesellschaften*, um terceiro tipo de sujeito de direito, das *Verbandspersonen*, vale dizer, associação de pessoas, sendo estas os sujeitos de direito intitulados como pessoas jurídicas⁷².

Para F. WIEACKER, a diferença essencial entre uma *Körperschaft*, entendida como, sobretudo uma *Verein*, e a figura da *Gesamthand* é que enquanto os *Gesamthänder* perseguem conjunta e paralelamente objetivos individuais, as corporações possuem objetivos que vão além dos indivíduos e que podem, inclusive, colidir com os interesses individuais de seus membros⁷³.

Entendida como uma unidade coletiva, conforme W. FLUME, é a *Gesamthand* vista como um grupo em sua essência – pessoas reunidas – enquanto que a pessoa jurídica é configurada como uma organização diversa e contraposta aos membros que a compõe⁷⁴.

Não há, portanto, conforme afirma K. LARENZ, como colocar estes sujeitos de direito especiais sob o conceito de pessoa jurídica⁷⁵, já que diferenças como a existência, nestas últimas, do princípio da maioria, a ausência de responsabilidade pessoal e a livre transferência de quotas são incompatíveis com a estrutura das *Gesamthandgesellschaften*⁷⁶.

Por fim, quanto à definição moderna do que seja a pessoa jurídica no Direito alemão, ainda não encontramos unanimidade.

K. LARENZ a define como um sujeito agregado reconhecido juridicamente como uma social unidade⁷⁷, enquanto que F. WIEACKER acentua o caráter patrimonial, definindo

as sociedades com capacidade jurídica de pessoas e as associações *sui generis* como a *Wohnungseigentümergeinschaft*. Todavia, para L. ENNECERUS – H. C. NIPPERDEY, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, cit. (nt. 40 *supra*), p. 619, este tipo de sociedade não pode ser considerado como outro sujeito de direito, mas como uma sociedade comum que, em alguns casos, deve ser tratada como pessoa jurídica.

⁷² Cf. G. H. ROTH – M. P. WELLER, *Handels- und Gesellschaftsrecht*, cit. (nt. 69 *supra*), pp. 104-105. Apesar disso, crê o autor que as diferenças práticas entre uma OHG e uma associação não são dogmaticamente relevantes.

⁷³ Cf. *Zur Theorie der Juristischen Person des Privatrechts*, cit. (nt. 24 *supra*), p. 327.

⁷⁴ Cf. *Gesellschaft und Gesamthand*, cit. (nt. 64 *supra*), p. 192. Ressaltando o autor – *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts – Die juristische Person*, cit. (nt. 19.I *supra*), pp. 29 -30 – que o conceito de pessoa jurídica não pode ser confundido com o de patrimônio especial – *Sondervermögen* – destinado a uma causa, não sendo, portanto, uma personificação dele.

⁷⁵ Tal concepção não é pacífica. H. KÖHLER, *BGB Allgemeiner Teil*, München, Beck, 2012, p. 280, afirma que a diferença entre uma associação e uma sociedade é apenas ideal, enquanto que W. FLUME, *Gesellschaft und Gesamthand*, cit. (nt. 64 *supra*), p. 180, enfatiza que as *Gesamthandgesellschaften* não são uma pessoa jurídica degenerada, pois o verdadeiro sujeito de direito é o grupo em sua composição múltipla.

⁷⁶ Elas não devem ser confundidas com as *Bruchteilsgemeinschaften*, as quais não formam um novo sujeito de direito e não tem um patrimônio especial, mas são compostas por vários sujeitos que tem direito a uma fração ideal. Cf. K. LARENZ – M. WOLF – J. NEUNER, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, cit. (nt. 45 *supra*), pp. 157 e 159.

⁷⁷ Cf. *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, cit. (nt. 45 *supra*), p. 152. Sendo assim, esta concepção neutra do conceito tem como consequência a aplicação das normas relativas às pessoas físicas por meio de

pessoa jurídica como uma corporação cuja ordem jurídica agrega uma esfera patrimonial – *Vermögenssphäre* – sendo a capacidade, nestas circunstâncias, atribuída a tal agregação, cabível somente às pessoas naturais⁷⁸.

Todavia, é possível perceber que a tendência atual é o abandono da teoria outrora dominante da ficção, não sendo anulada, portanto, a base da coletividade⁷⁹, e a valorização da ideia de objetivo, ou de patrimônio destinado à consecução de um objetivo⁸⁰, algo mais consoante com a própria aplicação, por exemplo, de institutos como o da desconsideração da personalidade jurídica – *Durchgriff*⁸¹.

uma analogia – com suas eventuais limitações – às pessoas jurídicas. Cf. D. MEDICUS, *Allgemeiner Teil des BGB*, cit (nt. 45 *supra*), p. 451.

⁷⁸ Cf. *Zur Theorie der Juristischen Person des Privatrechts*, cit. (nt. 24 *supra*), p. 332.

⁷⁹ Conforme T. RAISER, *Der Begriff der juristischen Person – Eine Neubestimmung*, in *AcP* 199 (1999), pp. 136-137, a definição de pessoa jurídica deve levar em consideração três aspectos: o da realidade social, ou seja, o da coletividade que está por trás das associações e organizações, a legitimação e o papel do Direito e, consequentemente, do Estado, para o reconhecimento da sua existência e, por fim, o conteúdo do conceito. Sendo assim, pessoa jurídica seria aquilo que “*im sozialen Leben als eigständige Einheiten auftretende handlungsfähige Verbände und Organisationen, welche das geltende Recht gleich natürlichen Personen als prinzipiell uneingeschränkt rechtsfähig anerkennt*”.

⁸⁰ Todavia, W. FLUME, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts – Die juristische Person*, cit. (nt. 19.I *supra*), p. 30, afirma que a essência do ente moral não está na unidade que dela resulta, mas na sua constituição, que é feita de tal modo a qualificá-la como pessoa jurídica.

⁸¹ As principais teorias alemãs sobre a ideia de *Durchgriff* são aquelas apresentadas – mesmo que opostas – por R. SERICK, *Rechtsform und Realität Juristischer Personen*, Tübingen, Siebeck, 1955, pp. 1-53 e 203-222 e por W. MÜLLER FREIENFELS, *Zur Lehre vom sogenannten “Durchgriff” bei juristischen Personen im Privatrecht*, in *AcP* 156 (1957), pp. 522-543. R. SERICK inicia seu trabalho criticando a posição dos tribunais que, apesar da nítida separação jurídica entre o ente moral e seus membros, cada vez mais passam a aplicar o instituto do *Durchgriff*. Tal forma de aplicar este instituto faria com que se perdesse a própria essência do conceito de pessoa jurídica. Logo, a desconsideração da personalidade jurídica deveria ser aplicada somente em dois casos, quando houvesse a perseguição de fins não permitidos e quando conscientemente se utilizasse do ente moral para violar as normas – fraude consciente à lei e abuso da pessoa jurídica. Seu caráter é, portanto, excepcional. A mera violação não intencional de uma norma não é suficiente para ensejar a desconsideração, já que também a norma que caracteriza e admite a existência de pessoas jurídicas tem importância. Sendo assim, o autor filia-se à teoria subjetiva da desconsideração. Só haveria uma exceção a este caráter subjetivo: quando a norma violada fosse uma de significado fundamental para o direito corporativo, a qual não poderia ser indiretamente afetada, ou seja, quando se tratasse de uma norma relacionada com a própria estrutura do ente moral. Todavia, para W. MÜLLER FREIENFELS, apesar de se reconhecer que expressões como *boa-fé*, *natureza da matéria*, entre outras utilizadas pelos tribunais para a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica são, por vezes, muito vagas e resultam em insegurança jurídica, para ele, o instituto do ente moral não é, ele mesmo, absoluto e nem uma realidade válida por si só, logo, devemos analisá-la como um símbolo adequado a resolver determinadas situações, sem qualidades fixas e, portanto, sem um regramento geral a ela aplicável. O mesmo vale para a análise do *Durchgriff*, o qual não apresenta máximas gerais para a sua aplicação. Logo, deve-se analisar, primeiramente, a finalidade e a função da pessoa jurídica. Sendo assim, deve-se observar, em primeiro lugar, o caso concreto, o tipo societário em questão e, por fim, o objetivo da lei com base na realidade social, isto é, quais são os interesses que ela visa proteger, para só assim aplicar a desconsideração. Desta forma, o autor filia-se à chamada jurisprudência dos interesses.

3. Direito civil francês

O *Code Civil*, por não apresentar uma parte geral, mas somente um *Titre préliminaire*⁸², não nos oferece a disciplina⁸³ das *personnes morales*⁸⁴, havendo menção à personalidade jurídica destes entes somente de forma indireta⁸⁵ e no *Code de commerce*⁸⁶.

Superados os debates⁸⁷ que visavam saber se o ente moral⁸⁸ era uma ficção ou realidade, é concebida a *personnalité morale*⁸⁹ como um mero instrumento ao qual se recorre para atingir certos objetivos, sendo, portanto, considerada como uma abstração⁹⁰.

⁸² Cf. A. COLIN – H. CAPITANT, *Traité de droit civil*, v. I, Paris, Dalloz, 1957, p. 131. Devendo-se essa característica ao caráter prático dos redatores do Código.

⁸³ É interessante observar o desenvolvimento histórico apresentado por H. MAZEAUD – *et alii*, *Leçons de droit civil*, v. I/2, 8^a ed., Florence, Laroche-Gisserot, 1997, pp. 319-325. Os autores, ao descreverem a *lex Iulia de collegiis*, afirmam que o regime por ela instaurado, o de liceidade e personalização por meio de permissão proveniente do Estado, permaneceu vigente na França até a época da Revolução Francesa. A ideia de que “*Les groupements ne sont licites que dans la mesure où le Roi les autorise (...) et cette autorisation royale fait du groupement une personne*” – cf. p. 594 – perde a sua eficácia com a Revolução, na qual a liberdade de associação seria instaurada e, pela primeira vez, os conceitos de licitude e de personalidade jurídica, seriam desassociados. Há, neste período, o desaparecimento da personalidade jurídica – já que seria uma anomalia filosófica, jurídica e política, cf. R. SALEILLES, *De la personnalité juridique – Histoire et théories*, cit.. (nt. 87.III *supra*), p. 3 – sendo confiscados os bens de fundações e suprimidas as sociedades de capital. Esta liberdade sem regulamentação, que era potencialmente perigosa, foi combatida por Napoleão, que a suprime quase que completamente, exigindo o pedido de autorização, sob pena de sanção criminal, a todas as associações com mais de vinte pessoas. Todavia, mesmo as associações autorizadas não teriam personalidade jurídica. Ela deveria ser objeto de um segundo pedido, o qual seria admitido, caso se reconhecesse a utilidade pública do fim perseguido pelo conjunto. Entretanto, este regime não valeria em relação às sociedades com fins lucrativos, as quais, à exceção das sociedades anônimas, foram permitidas sem necessidade de autorização. Em 1884, porém, foi concedida a livre constituição aos sindicatos profissionais, conferindo-lhes personalidade e em 1901, revogam-se as disposições criminais relativas às associações.

⁸⁴ Este é o termo mais utilizado pelo Direito francês. L. MICHOU, *La théorie de la personnalité morale et son application au droit français*, v. I, 2^a ed., Paris, Librairie générale de droit & de jurisprudence, 1924, pp. 1-6, nt. 1, afirma que as expressões mais usadas na doutrina francesa são *personne civile* e *personne morale*, sendo a designação *personne juridique* utilizada frequentemente nos demais países. No entanto, o autor tem como mais correta a denominação *personne morale*, já que tanto *personne civile* como *personne juridique* apresentariam falhas. Na primeira expressão, o *civil* enfatizaria o pertencimento ao Direito Privado, não abrangendo as pessoas jurídicas de Direito Público. Já na segunda, a falha estaria no uso do adjetivo *jurídica*, pois também as pessoas físicas, como tais, são criação do Direito, sendo talvez mais adequado falar-se em *personne purement juridique* ao se referir aos entes morais. Afirmando ser mais claro, no entanto, a denominação *personne civile*, cf. M. PLANIOL – G. RIPERT, *Traité élémentaire de droit civil*, v. I, Paris, Librairie générale de droit & de jurisprudence, 1928, p. 1011.

⁸⁵ Cf. Arts. 1842; 1844-8 C.civ.

⁸⁶ Cf. Art. L210-6 C.com.. Tal falta estaria baseada no fato de que a já garantida liberdade de associação, permitiria, ao mesmo tempo, a criação de uma *personne morale*. Cf. A. COLIN – H. CAPITANT, *Traité de droit civil*, cit. (nt. 82 *supra*), pp. 131-132.

⁸⁷ Destaca-se, no entanto, a concepção adotada por M. PLANIOL – G. RIPERT, *Traité élémentaire de droit civil*, cit. (nt. 84 *supra*), pp. 1009-1011. O autor trata das pessoas jurídicas sob a rubrica *La propriété collective*, diferenciando a propriedade coletiva da copropriedade, já que a última nada mais seria do que uma propriedade individual cujas partes materiais se confundem, enquanto que a primeira suprime a autonomia das partes individuais. Todavia, tal propriedade coletiva é, em geral, atribuída a *personnes fictives*, daí dizer-se que temos dois tipos de pessoas, ao invés de dois tipos de propriedade. Já R. SALEILLES, *De la personnalité juridique – Histoire et théories*, cit. (nt. 87.III *supra*), p. 523, diz-se adepto da teoria da realidade.

Temos, portanto, no âmbito do Direito Privado⁹¹, as sociedades⁹², as quais podem ser classificadas como civis⁹³ e comerciais, sendo as últimas, subdividas em *sociétés de personnes* – sociedade em nome coletivo e em comandita simples, nas quais há responsabilidade pessoal dos associados e as *sociétés de capitaux* – sociedade em comandita por ações e anônimas, em que a limitação patrimonial é existente, as associações⁹⁴, os sindicatos profissionais⁹⁵, as congregações e as fundações⁹⁶.

⁸⁸ Cuja definição nos é dada por L. MICHOU, *La théorie de la personnalité morale et son application au droit français*, cit. (nt. 84 *supra*), pp. 3-5: “un sujet de droit qui n’est pas en même temps un être humain, une personne physique”. Para o autor, esta é a única definição capaz de mostrar que o Direito confere personalidade a agrupamentos com um objetivo ideal independente.

⁸⁹ Para H. MAZEAUD *et alii*, *Leçons de droit civil*, cit. (nt. 83 *supra*), p. 319, não existe uma única personalidade jurídica do ente moral, mas uma gama delas.

⁹⁰ Cf. J. P. GRIDEL, *La personne morale en droit français*, in *RIDC* 42/2 (1990), p. 496. Desta forma, há uma utilidade prática – p. 505 – à concessão da personalidade jurídica, a saber, a facilitação da ação e a limitação patrimonial (no regime da subsidiariedade – Art. 1858 do *Code Civil*). Neste sentido, afirmando que o estudo do ente moral é um estudo de ordem puramente técnica, cf. L. MICHOU, *La théorie de la personnalité morale et son application au droit français*, cit. (nt. 84 *supra*), p. 8. E colocando também a noção de pessoa física como abstrata, cf. H. MAZEAUD *et alii*, *Leçons de droit civil*, cit. (nt. 83 *supra*), pp. 317-318.

⁹¹ Cf. H. MAZEAUD *et alii*, *Leçons de droit civil*, cit. (nota _ *supra*), pp. 316 e 333.

⁹² Permitindo-se a *société unipersonnelle a la responsabilité limitée* – EURL, Arts. L223-1 C.com. e 1832 C.civ. e restringindo-se a sua duração a até 99 anos, cf Art. 1838 C.civ.. A personalidade jurídica, exceto para a *société en participation* – Art. 1871 C.civ. –, adquire-se pelo registro público, cf. Art. 1842 C.civ.. A *société à responsabilité limitée* – SARL, Arts. L223-1 a L223-43 C.com. – seria uma criação alemã e um tipo intermediário entre as sociedades de pessoas e de capital. Cf. H. MAZEAUD *et alii*, *Leçons de droit civil*, cit. (nt. 83 *supra*), p. 345.

⁹³ Cf. Arts. 1845-1846 C.civ..

⁹⁴ Cf. Lei de 1º de julho de 1901, relativa ao contrato de associação, que a define, no Art 1, como um grupo sem fins lucrativos. A sua personalidade jurídica é regulada pelos Arts. 5 e 6 da mesma lei, sendo o ato que confere a personalidade, a publicização do grupo, por meio de uma declaração perante as autoridades competentes, a ser reproduzida em um jornal oficial. Todavia, as associações que forem declaradas de utilidade pública, só poderão receber liberalidades, mediante autorização do Estado.

⁹⁵ Cf. Art. L2132-1 C.trav..

⁹⁶ Interessante é observar que, segundo a opinião de A. COLIN – H. CAPITANT, *Traité de droit civil*, cit. (nt. 82 *supra*), p. 45, diferentemente do que ocorre tanto no Direito pátrio como no Direito alemão, não seria reconhecida a personalidade jurídica das fundações, sem que houvesse como base uma associação preexistente, isto é, não se personificaria um conjunto de bens. Contra, cf. J. P. GRIDEL, *La personne morale en droit français*, cit. (nt. 90 *supra*), p. 499. No entanto, a criação de fundações torna-se dificultada, no sistema francês, quando o fundador deseja que seus bens, após a sua morte, a ela se destinem, devido à imposição do Art. 906 do *Code Civil*, o qual exige a pré-existência da pessoa a qual se destinam as liberalidades. Sendo assim, utiliza-se hoje de três técnicas para superar esta dificuldade; a criação indireta por meio de uma pessoa jurídica já existente, a realização de um legado a fundação futura e criação por meio de um particular. Cf. H. MAZEAUD *et alii*, *Leçons de droit civil*, cit. (nt. 83 *supra*), pp. 347-349; R. SALEILLES, *De la personnalité juridique – Histoire et théories*, cit. (nt. 87.III *supra*), pp. 32-33. Deve-se observar também – pp. 260-267, que a rejeição das fundações é um fenômeno histórico, já que os enciclopedistas viam tanto as fundações como os grupos de caridade, em geral, como algo perverso para a sociedade, pois incentivariam a mendicância e a preguiça. Além disso, seu caráter perpétuo faria com que objetivos que eram úteis e legítimos em um período, percam a sua utilidade aliado ao fato de que seu patrimônio, com o tempo, segundo a regulamentação da época, esvair-se-ia, não havendo sentido para esta perpetuidade. Tal duração acrescenta ainda um terceiro inconveniente que seria o da dificuldade de execução da vontade do fundador e dos objetivos da fundação, já que as condições em que ela se insere mudam com o passar das épocas, sendo arbitrárias as modificações realizadas pelos seus administradores.

O reconhecimento desta personalidade é realizado tanto por lei como pelos juízes⁹⁷, no caso concreto, exceto quando a lei expressamente atribuir ou negar a característica de ente moral a determinado conjunto de pessoas⁹⁸.

O princípio da maioria, para os atos e decisões concernentes às pessoas jurídicas são válidos obrigatoriamente somente para os sindicatos e para as sociedades. As associações podem determinar o procedimento decisório em seu estatuto⁹⁹.

Já a ideia de *Gesamthand*, em terras germânicas, é substituída pela de *Institution* e de *patrimoine d'affectation*, aplicada a grupos que não são considerados pessoas jurídicas¹⁰⁰, mas, para quem, ao mesmo tempo, o regimento da copropriedade não é suficiente¹⁰¹, havendo a necessidade de regras especiais que tornem viável a satisfação deste interesse coletivo¹⁰².

Também é presente no Direito francês a figura da desconsideração da personalidade jurídica, baseada, sobretudo, na fraude realizada pelos membros dirigentes do ente moral¹⁰³.

4. Direito civil italiano

O conceito de pessoa jurídica¹⁰⁴ é apresentado como uma subespécie do gênero *enti giuridici*, o qual abrange seja as pessoas jurídicas seja os entes não personificados,

⁹⁷ Pela falta de uma menção à personalidade dos entes morais, o desenvolvimento jurídico deste instituto deu-se por meio da jurisprudência. Cf. R. SALEILLES, *De la personnalité juridique – Histoire et théories*, cit. (nt. 87.III *supra*), p. 7.

⁹⁸ Cf. J. P. GRIDEL, *La personne morale en droit français*, cit. (nt. 90 *supra*), pp. 497-498. Não há, por exemplo, poder discricionário do juiz em relação às pessoas jurídicas de Direito Público.

⁹⁹ Cf. H. MAZEAUD *et alii*, *Leçons de droit civil*, cit. (nt. 83 *supra*), pp. 351-352.

¹⁰⁰ Como é o caso das associações não dotadas de personalidade. Cf. L. MICHOU, *La théorie de la personnalité morale et son application au droit français*, cit. (nt. 84 *supra*), p. 162.

¹⁰¹ Cujo maior inconveniente, de acordo com H. MAZEAUD *et alii*, *Leçons de droit civil*, cit. (nt. 83 *supra*), pp. 315-316, é o fato de cada sócio dever aprovar os atos necessários à consecução do fim social, sob pena dele não atingir aqueles que não concordaram, além do regime da indivisibilidade dos bens, podendo um sócio provocar o fim da copropriedade.

¹⁰² Cf. A. COLIN – H. CAPITANT, *Traité de droit civil*, cit. (nt. 82 *supra*), pp. 45-46. A diferença essencial entre o ente moral e este tipo de sociedade é que, na primeira, o patrimônio é propriedade não dos membros, mas do ente, que é um sujeito de direito independente. No segundo caso não há a criação de um sujeito de direito, logo, os bens continuam sendo dos sócios. Cf. L. MICHOU, *La théorie de la personnalité morale et son application au droit français*, cit. (nt. 84 *supra*), p. 163.

¹⁰³ Cf. Arts. L653-e a L653-6 C.com.

¹⁰⁴ Há uma mudança de nomenclatura entre o Código Civil italiano de 1865, o qual empregava a expressão *corpo morale* e o atual, que adota *persona giuridica*. Cf. M. V. DE GIORGI, *Le persone giuridiche in generale – Le associazioni e le fondazioni*, in P. RESCIGNO (coord.), *Trattato di diritto privato*, v.2/1, Torino, UTET, 1984, p. 194.

sendo a diferença entre um e outro o fato de que às primeiras é atribuída capacidade jurídica completa, ao passo que esta capacidade é parcial nos segundos¹⁰⁵.

Para F. FERRARA, o uso do termo «*pessoa*» é meramente metafórico, pois não há uma existência real¹⁰⁶ da pessoa jurídica, ela só existe por reconhecimento do Estado, que confere a certas coletividades e organizações uma veste jurídica, uma proteção, tornando o coletivo um sujeito de direito independente¹⁰⁷.

Este instituto, portanto, conforme F. GALGANO, seria uma especulação dogmática para a ocultação de uma contradição presente no ordenamento, a saber, a existência de uma responsabilidade limitada dos membros que, em tese, feriria o princípio geral de que ninguém pode limitar sua responsabilidade sem o consentimento da outra parte, tratando-se, pois, de um privilégio legal¹⁰⁸.

O Direito Civil italiano apresenta uma disciplina geral para as *persone giuridiche*¹⁰⁹ no título II, do livro I do *Codice Civile* – arts. 11 a 42.

São elas divididas¹¹⁰ em associações¹¹¹, fundações¹¹² e sociedades de capital – *società per azioni*¹¹³, *in accomandita per azioni*¹¹⁴, *a responsabilità limitata*¹¹⁵, *cooperativa*¹¹⁶, *mutue assicuratrici*¹¹⁷ e *consorzi* constituídos em forma de sociedade¹¹⁸.

¹⁰⁵ Cf. C. MASSIMO BIANCA, *Diritto civile – La norma giuridica-I soggetti*, Milano, Giuffrè, 1987, pp. 283 e 287-288. A *azienda* é classificada – pp. 289-290 – como um ente não personificado, apesar do constante referimento a ela como sujeito da atividade econômica. Também não são personificadas qualquer tipo de *gestioni patrimoniali separate*.

¹⁰⁶ Quanto a esta questão, C. MASSIMO BIANCA, *Diritto civile – La norma giuridica-I soggetti*, cit. (nt. 105 *supra*), pp. 295-296, afirma que não é válida a tentativa de igualar as coletividades vistas como pessoas jurídicas e seus membros, pois o ente imaterial possui uma realidade, um papel social que não pode ser desconsiderado. A atribuição de personalidade é exatamente o que faria essas organizações desempenharem, de forma adequada, a sua primária função. Esta teoria da *realtà sociale* é também a adotada pela jurisprudência italiana. Cf. G. TAMBURRINO, *Persone giuridiche e associazioni non riconosciute – Comitati*, in W. BIGIARI, *Giurisprudenza sistematica civile e commerciale*, Torino, UTET, 1980, pp. 78-79.

¹⁰⁷ Cf. F. FERRARA, *Le persone giuridiche*, Torino, UTET, 1958, pp. 6-8 e 12-13. A dependência em relação ao Estado seria tão grande que, para o autor, há uma tendência moderna de se estatizar as pessoas jurídicas de Direito Privado.

¹⁰⁸ Cf. F. GALGANO, *Delle persone giuridiche*, Bologna, Nicola Zanichelli, 1969, pp. 37-42. Além disso, o autor, em *Diritto privato*, 10ª ed., Padova, CEDAM, 1999, p.84, afirma que a natureza da pessoa jurídica é linguística, sendo uma expressão de sentido figurado, pois o regulamento legislativo proporciona o aparecimento de situações análogas àquelas vivenciadas por pessoas físicas. Tal análise linguística é profundamente explorada por F. D'ALESSANDRO, *Persone giuridiche e analisi del linguaggio*, cit. (nt. 59.I *supra*), pp.85 a 122.

¹⁰⁹ Este instituto é considerado como um *soggetto privato costituzionale*, já que o Art. 18 Cost. confere a elas proteção, sendo também aplicável ao que concerne às fundações. Cf. G. TAMBURRINO, *Persone giuridiche e associazioni non riconosciute – Comitati*, cit. (nt. 106 *supra*), pp. 49-50.

¹¹⁰ Existe também a figura do *comitato* – Art. 39 C.C.it., que é uma reunião de pessoas as quais, com o recolhimento público de fundos, perseguem um fim altruístico. Podem ou não ter personalidade jurídica total. Cf. C. MASSIMO BIANCA, *Diritto civile – La norma giuridica-I soggetti*, cit. (nt. 105 *supra*), p. 369. Tal forma associativa, em geral, após um longo tempo de atividade sem a veste da personalidade jurídica, requer o seu reconhecimento como fundação. Cf. A. TRABUCCHI, *Istituzioni di diritto civile*, 43ª ed., Padova, CEDAM, 2007, pp. 139-140.

Sua capacidade jurídica¹¹⁹ é adquirida por meio de registro, para as sociedades e por ato estatal, para as associações e fundações e, para isso¹²⁰, sempre deve haver a presença de quatro elementos: pessoas, patrimônio, escopo e reconhecimento¹²¹.

Deve-se atentar para o fato de que a *comunione*, tida como a titularidade plural sobre o uso e disposição de um bem, com o escopo de conservação e uso do próprio objeto não constitui pessoa jurídica¹²².

O *superamento della personalità giuridica*¹²³ está presente no ordenamento italiano, ocorrendo, sobretudo, em cinco hipóteses: para a realização direta dos interesses do Estado – sobretudo, em casos de natureza tributária – pela prática de fraude à lei ou fraude ao contrato e para a satisfação de interesses de terceiros e dos sócios *uti singuli*¹²⁴.

¹¹¹ As quais se diferenciam das sociedades pelo escopo não lucrativo. Cf. C. MASSIMO BIANCA, *Diritto civile – La norma giuridica-I soggetti*, cit. (nt. 105 *supra*), p. 333. Todavia, não deve ser esta diferenciação encarada de forma rígida, existindo sociedades com fins não lucrativos e associações contaminadas por objetivos lucrativos. Cf. M. V. DE GIORGI, *Le persone giuridiche in generale – Le associazioni e le fondazioni*, cit. (nt. 104 *supra*), p. 202.

¹¹² Consideradas como entes administrativos, ou seja, entes que não contém sócios, mas administradores na sua organização. Cf. C. MASSIMO BIANCA, *Diritto civile – La norma giuridica-I soggetti*, cit. (nt. 105 *supra*), pp. 284-285 e 309. Tal definição evidencia o caráter organizacional deste ente e não o patrimonial, já que os bens da fundação seriam apenas um meio para a consecução de um escopo. Cf. M. V. DE GIORGI, *Le persone giuridiche in generale – Le associazioni e le fondazioni*, cit. (nt. 104 *supra*), p. 254.

¹¹³ Cf. Arts. 2325 a 2451 C.C.it.

¹¹⁴ Cf. Arts. 2452 a 2461 C.C. it.

¹¹⁵ Cf. Arts. 2462 a 2483 C.C.it.

¹¹⁶ Cf. Arts. 2511 a 2545 C.C.it.

¹¹⁷ Cf. Arts. 2546 a 2548 C.C. it.

¹¹⁸ Cf. Arts. 2602 a 2620 C.C. it.

¹¹⁹ Observa-se que no Direito italiano não vige o princípio do *ultra vires*, podendo a pessoa jurídica realizar atos não relativos à sua finalidade inicialmente reconhecida. Cf. C. MASSIMO BIANCA, *Diritto civile – La norma giuridica-I soggetti*, cit. (nt. 105 *supra*), p. 292. Todavia – p. 303 – não podiam, até 1997, as pessoas jurídicas adquirir imóveis e nem receber doações, legados ou herança sem autorização. Cf. Art. 17 C.C.it. (revogado), o qual não se aplicava, no entanto, às sociedades e nem às pessoas jurídicas de Direito Público, cf. G. TAMBURRINO, *Persone giuridiche e associazioni non riconosciute – Comitati*, cit. (nt. 106 *supra*), p. 274. Conforme, M. V. DE GIORGI, *Le persone giuridiche in generale – Le associazioni e le fondazioni*, cit. (nt. 104 *supra*), p. 205, foi, no entanto, reduzida a importância do reconhecimento estatal, no que concerne à liberdade de associação. Hoje, sua função é a de conferir pura e simplesmente a personalidade jurídica.

¹²⁰ Cf. Arts. 14 e 2188 C.C.it.

¹²¹ Cf. A. TRABUCCHI, *Istituzioni di diritto civile*, cit. (nt. 110 *supra*), p. 296.

¹²² Cf. G. TAMBURRINO, *Persone giuridiche e associazioni non riconosciute – Comitati*, cit. (nt. 106 *supra*), pp. 152-155, cuja disciplina está nos Arts. 1100 a 1139 C.C.it.. Alguns exemplos de comunhão são o condomínio, a herança jacente, os bens da sociedade conjugal e os casos de *Gesamthand*.

¹²³ Para F. GALGANO, *Delle persone giuridiche*, cit. (nt. 108 *supra*), pp. 42 e 46, a própria figura da desconsideração da personalidade jurídica é uma ficção, fingendo-se que as dívidas do ente são dívidas dos seus componentes. Conforme a sua teoria, não existe nenhum véu entre os sócios e a pessoa jurídica, sendo a responsabilidade dos primeiros rejeitada ou não conforme a conveniência de se aplicar ou não as regras do direito comum, isto é, a regra geral da responsabilidade ilimitada.

¹²⁴ Cf. P. VERRUCOLI, *Il superamento della personalità giuridica delle società di capitali nella Common Law e nella Civil Law*, Milano, Giuffrè, 1964, pp.195-196. Interessante é observar – pp.157-158 – que, de acordo com o Art. 2362 C.C.it., impõe-se uma responsabilidade ilimitada do acionista único, durante o período em que permanecera nesta posição, em caso de insolvência da sociedade.

5. Direito civil brasileiro

Como é sabido, em um primeiro momento, após a independência, vigia a legislação portuguesa no Brasil¹²⁵. Todavia, as Ordenações Filipinas não continham uma sistematização da matéria, apesar de se referirem, em diversas passagens, aos entes coletivos, considerados como «*hum corpo*»¹²⁶.

O Código Comercial de 1850, por sua vez, trata das sociedades comerciais¹²⁷, mas não lhes atribuiu, de forma explícita, a personalidade jurídica. Entretanto, para R. CARVALHO DE MENDONÇA, isso não significa a ausência de personificação de tais sociedades, mas somente a opção legislativa pela não incursão do Código em questões que seriam reservadas ao debate doutrinário¹²⁸.

Por outro lado, na *Consolidação das Leis Civis*, A. TEIXEIRA DE FREITAS divide a classe das pessoas em singulares e coletivas, incluindo, na última categoria, além das figuras assim tradicionalmente consideradas, como as cidades, também o marido e a mulher e os irmãos em uma herança¹²⁹.

¹²⁵ Conforme o determinado pelo art. 1º da lei de 20 de outubro de 1823: *As Ordenações, Leis, Regimentos, Alvarás, Decretos, e Resoluções promulgadas pelos Reis de Portugal, e pelas quaes o Brazil se governava até o dia 25 de Abril de 1821, em que Sua Magestade Fidelissima, actual Rei de Portugal, e Algarves, se ausentou desta Côrte; e todas as que foram promulgadas daquella data em diante pelo Senhor D. Pedro de Alcantara, como Regente do Brazil, em quanto Reino, e como Imperador Constitucional delle, desde que se erigiu em Imperio, ficam em inteiro vigor na pare, em que não tiverem sido revogadas, para por ellas se regularem os negocios do interior deste Imperio, emquanto se não organizar um novo Codigo, ou não forem especialmente alteradas.*

¹²⁶ Cf. Ord. Filip. 1, 31, 1. (...) citando marido e mulher, ou Prior e Convento, que são havidos por hum corpo. (...); 1, 84, 3. (...) salvo se forem marido e molher, ou irmãos em huma herança, ou Cabido, ou Universidade, ou Concelho, que não pagarão senão como huma pessoa.; 3, 78, pr. *Ha alguns autos extrajudiciaes, que se tratam e fazem em modo de jurisdição, e estes convem somente às Universidades das Cidades, Villas, Concelhos, Collegios, Confrarias, e quaisquer outros semelhantes, quando juntamente fazem alguns autos, que por seus Statutos antigos e sentenças lhes pertence fazer em suas Vereações, Collegios ou Confrarias* (...) e 3, 78, 1. *E ha outros autos extrajudiciaes, que se não fazem per modo e per via de jurisdição, nem pertencem a muitos, como a universidade, mas como a pessoas singulares* (...). Cf. A. TEIXEIRA DE FREITAS, *Consolidação das Leis Civis*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Garnier, 1876, p. 32. A. PEREIRA REBOUÇAS, *A Consolidação da Leis Civis – Segunda Edição Augmentada – Observações*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1867, p. 13, também indica Ord. Filip. 1, 48, 16. (...) *E se a demanda for de algum Concelho, será assinada pelos Vereadores, ou per dous delles, e pelo Procurador do Concelho. E sendo de Universidade assinará o Reitor e Syndico della. E se for de Cabido, ou de Mosteiro, será assinada pela principal pessoa de tal Cabido, ou Mosteiro, e pelo Syndico, ou Procurador dos negocios, se o hi houver. E nas demandas, que pertencem às Confrarias, as assinarão os Mordomos per si, ou per outrem, se não souberem screver.*

¹²⁷ Cf. Arts. 311-314 para a sociedades em comandita, 315-316, para as em nome coletivo ou com firma, 317-324, para as sociedades de capital e indústria e 325-328, para as sociedades em conta de participação. Entretanto, para J. LAMARTINE CORREA DE OLIVEIRA, *A dupla crise da pessoa jurídica*, cit. (nt. 195.III *supra*), p. 95, ainda não era claro no sistema do Código Comercial o elenco das pessoas jurídicas.

¹²⁸ Cf. *Tratado de direito comercial brasileiro*, v. III, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1963, pp. 80-82.

¹²⁹ Cf. Art. 40. *As pessoas são singulares, ou collectivas. São pessoas collectivas as Cidades, Villas, Concelhos, Confrarias, Cabidos, Priôr e Convento, marido e molher, irmãos em herança; e outras semelhantes, que se-considerão como uma pessoa.* O autor, em comentário a este artigo, afirma que nem todas as pessoas jurídicas seriam coletivas, dando como exemplo os estabelecimentos de utilidade pública.

Entretanto, em seu *Esboço*, A. TEIXEIRA DE FREITAS modificará a nomenclatura até então empregada e dividirá todos os entes habilitados à aquisição de direitos¹³⁰ em «*peessoas de existência visível*» e «*peessoas de existência ideal*»¹³¹.

Para o jurista, as pessoas de existência ideal nada mais são do que ideias personificadas, cujo ponto em comum encontra-se na necessidade de representação. Desta forma, esta categoria de pessoas seria mais ampla do que a das chamadas pessoas jurídicas¹³², as quais, no contexto do *Esboço* – art. 273 – seriam apenas as pessoas de existência ideal de natureza pública¹³³.

Já as pessoas de existência ideal de natureza privada seriam – art. 278 – as sociedades civis ou comerciais, a herança jacente, as representações voluntárias por procuradores e por testamenteiros e as representações necessárias¹³⁴.

As pessoas jurídicas, no *Esboço*, seriam equiparadas aos absolutamente incapazes, adquirindo seus direitos por meio de representantes¹³⁵. É reconhecida, ainda, a distinção entre a figura das corporações e a de seus membros¹³⁶.

No projeto não finalizado de J. T. NABUCO DE ARAÚJO, as pessoas subdividiam-se em naturais e jurídicas¹³⁷, definindo-se as últimas como “*entes de razão susceptíveis de*

Todavia, na terceira edição da *Consolidação*, A. TEIXEIRA DE FREITAS realiza várias modificações, como a substituição da denominação «*peessoas collectivas*» por «*peessoas universaes*», o acréscimo dos colégios ao elenco de pessoas jurídicas e a admissão de que todas as pessoas universais seriam coletivas, pois poderiam ser tanto uma coletividade de pessoas quanto de coisas personificadas. Desta forma, as pessoas universais seriam visíveis mediante seu representante. A justificativa para a inclusão do marido e da mulher como pessoa coletiva é a de que formam uma sociedade universal de bens e toda sociedade seria considerada como pessoa coletiva. O mesmo dar-se-ia com a comunhão de bens, sendo este o motivo da inclusão dos irmãos em herança. Cf. *Consolidação das leis civis*, cit. (nt. 126 *supra*), pp. 32-34.

¹³⁰ Cf. Art. 16 do *Esboço*, no qual estes entes são definidos como pessoas.

¹³¹ Cf. Art. 272 do *Esboço*.

¹³² Cf. *Código civil – Esboço*, v. 1, Rio de Janeiro, Laemmert, 1860, nt. ao art. 272, pp. 181-183.

¹³³ A pessoas jurídicas, por sua vez, subdividir-se-iam em de existência necessária – nacionais (o povo do Império, o Estado, as Províncias, os Municípios, a Coroa e a Igreja Católica – art. 274) e estrangeiras (Estados estrangeiros e suas respectivas Províncias e Municípios – art. 275) – e de existência possível – nacionais (estabelecimentos de utilidade pública, corporações de utilidade pública e sociedades anônimas ou em comandita por ações autorizadas pelo Estado – art. 276) e estrangeiras (estabelecimentos, corporações e sociedades com fim público – art. 277). Para considerar estes entes como pessoas jurídicas, é necessário que tenham patrimônio independente do Estado. Cf. *Código civil – Esboço* cit. (nt. 132 *supra*), nts. aos arts. 276 e 280, pp. 190-191 e 196. O autor ainda trata das corporações de «*mão-morta*» – art. 281, que são pessoas jurídicas de duração ilimitada a quem se proíbe a alienação de seus imóveis sem a autorização do governo.

¹³⁴ Para A. TEIXEIRA DE FREITAS, a ideia de representação é a que justifica a inserção da herança jacente como pessoa de existência ideal. O curador que trata da herança jacente representa, de fato, a pessoa do *de cujus*, do mesmo modo que o testamenteiro. No caso da representação voluntária, isto é, do mandato, há uma pessoa de existência ideal pois, em relação ao ato realizado, não há a existência visível do mandante, pois ele não o realiza. No que concerne ao mandatário, não se considera que o ato realizado seja seu, apesar de existir visivelmente ao praticá-lo. Cf. *Código civil – Esboço* cit. (nt. 132 *supra*), nt. ao art. 278, n. 2-5, pp. 193-196.

¹³⁵ Cf. Arts. 284-285.

¹³⁶ Art. 295. *Em relação a seus membros no todo ou em parte, ou em relação a terceiros, as corporações serão consideradas como pessoas inteiramente distintas, tendo seus direitos e obrigações próprias.* Em relação às sociedades, cf. os arts. 3189 e 3191.

*direitos relativos aos bens*¹³⁷. Tal como no *Esboço*, também havia no projeto de Código Civil a previsão expressa da distinção entre a figura da pessoa jurídica e a de seus membros¹³⁹, entretanto, sua capacidade era equiparada à das pessoas naturais¹⁴⁰.

Seriam pessoas jurídicas privadas, neste projeto, as sociedades civis ou comerciais e a herança jacente. As públicas, por sua vez, o Estado, a Província, o Município, a Coroa, as fundações, as corporações, as associações e os estabelecimentos de utilidade pública que tenham patrimônio próprio e, por fim, as sociedades anônimas ou em comandita por ações cujo objeto fosse o de bancos de emissão, caixas econômicas, estradas de ferro, navegação a vapor e seguros¹⁴¹.

No que concerne à legislação deste período, com a edição do Decreto 119-A de 07/01/1890 emprega-se, pela primeira vez, a expressão «*personalidade jurídica*» relacionada aos entes coletivos¹⁴².

Por sua vez, o projeto de J. FELÍCIO DOS SANTOS faz uso da mesma nomenclatura¹⁴³ utilizada por J. T. NABUCO DE ARAÚJO, entretanto, não se refere às pessoas jurídicas de direito privado em sua Parte Geral, disciplinando apenas as corporações de utilidade pública, os estabelecimentos públicos e as corporações de mão morta¹⁴⁴, atribuindo-lhes a mesma capacidade jurídica da pessoa natural e reconhecendo-lhes a independência em relação aos seus integrantes¹⁴⁵.

Já o projeto apresentado por A. COELHO RODRIGUES retoma a disciplina das pessoas jurídicas de natureza pública «*política*» e privada «*civil*» na Parte Geral¹⁴⁶,

¹³⁷ Cf. Art. 1º.

¹³⁸ Cf. Art. 3º.

¹³⁹ Art. 164. *As corporações serão consideradas como pessoas inteiramente distintas de seus membros, tendo seus direitos, e obrigações próprias.* Cf. arts. 165 e 166.

¹⁴⁰ Art. 157. *As pessoas jurídicas têm a mesma capacidade que este Código confere às pessoas naturais, salva a restrição legal ou convencional, ou incompatibilidade que provém da natureza dellas.*

¹⁴¹ Cf. Arts. 149, 150 e 153.

¹⁴² Cf. Art. 5º. *A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes á propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres actuaes, bem como dos seus edificios de culto.* Cf. R. CARVALHO DE MENDONÇA, *Tratado de direito comercial brasileiro*, cit. (nt. 128 *supra*), p. 78, nt. 1.

¹⁴³ Cf. Art. 77.

¹⁴⁴ Cf. Arts. 158 e 173.

¹⁴⁵ Art. 166, *caput*. *As corporações são consideradas, ainda em relação a seus membros, como pessoas inteiramente distintas, tendo seus direitos e obrigações próprias, e em consequência:* Cf. também o art. 162.

¹⁴⁶ Art. 7º. *As pessoas jurídicas podem constituir-se política ou civilmente. §1º Incluem-se entre as da primeira espécie o agregado de famílias que formam um município, o dos municípios que formam um Estado e o dos Estados que formam a unidade nacional da República Federativa do Brasil. §2º Incluem-se entre as da segunda espécie qualquer agregado de pessoas naturais, que goze de capacidade civil própria em virtude da lei, que regula ou permite a sua existência, desde que esta se verifique na conformidade da mesma lei.*

atribuindo-lhes personalidade jurídica própria¹⁴⁷. Destaca-se no projeto o artigo 26, que determina a extinção das corporações e associações que forem reduzidas a menos de sete membros¹⁴⁸.

Em 10 de setembro de 1893, com a lei 173, regula-se, pela primeira vez, a figura das associações, conferindo-lhes personalidade jurídica¹⁴⁹, mediante o registro de seu contrato social na circunscrição de sua sede¹⁵⁰.

Na *Nova Consolidação das Leis Civis*, de 1899, C. A. DE CARVALHO insere na categoria de pessoas jurídicas de direito público a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, as nações estrangeiras e a Santa Sé¹⁵¹ e na de direito privado as fundações e estabelecimentos de utilidade pública, as associações ou comunidades eclesiais, as associações, as fábricas das paróquias, os cabidos e mitras, as sociedades comerciais e civis com fins comerciais e a massa falida¹⁵². Reconhece-lhes a personalidade e limita a responsabilidade de seus membros ao disposto no contrato, compromisso ou estatuto¹⁵³.

Enfim, chega-se a 1º de janeiro de 1916 e promulga-se o Código Civil da lavra de C. BEVILAQUA, revogando-se toda a legislação anterior concernente a matérias então reguladas pelo novo diploma civil¹⁵⁴.

Consideradas como uma *realidade social*¹⁵⁵, as pessoas jurídicas eram reguladas pelos artigos 13 a 30 do Código Civil de 1916. Dividiam-se em pessoas jurídicas de direito

¹⁴⁷ Cf. Art. 18, *caput*. Podem constituir-se civilmente, como pessoas jurídicas, e gozar de capacidade própria e distinta da das pessoas naturais que as formarem ou representarem:

¹⁴⁸ Art. 26. As associações e corporações, que ficarem reduzidas a menos de sete membros, considerar-se-ão extintas e nesse caso o ministério público poderá promover de ofício a sua liquidação, se nenhum dos interessados o fizer.

¹⁴⁹ Art. 5º. As associações assim constituídas gozam de capacidade jurídica, como pessoas distintas dos respectivos membros, e podem exercer todos os direitos civis relativos aos interesses do seu instituto.

¹⁵⁰ Cf. Art. 1º. Todavia, de acordo com P. SALVADOR FRONTINI, *Pessoas jurídicas no código civil de 2002. Elenco, remissão histórica, disposições gerais*, in *Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro* 137 (2005), p. 98 e nt. 25, esta lei ainda revelava problemas de sistematização, ao misturar as noções de sociedade civil (sem personalidade jurídica), sociedade comercial e sociedade anônima.

¹⁵¹ Cf. Art. 147.

¹⁵² Cf. Art. 152.

¹⁵³ Art. 164. As pessoas jurídicas são distintas dos membros que as compõem. O contracto, compromisso ou estatutos fixam a responsabilidade de seus membros.

¹⁵⁴ Cf. Art. 1807. Trata-se da primeira sistematização exitosa da matéria relativa às pessoas jurídicas. Cf. P. SALVADOR FRONTINI, *Pessoas jurídicas no código civil de 2002. Elenco, remissão histórica, disposições gerais*, cit. (nt. 150 *supra*), p. 101.

¹⁵⁵ Cf. C. BEVILAQUA, *Código civil dos Estados Unidos do Brasil*, v. I, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1916, p. 206. No mesmo sentido, cf. F. P. LACERDA DE ALMEIDA, *Das pessoas jurídicas – Ensaio de uma teoria*, Rio de Janeiro, RT, 1905, pp. 20-21 e 25-26.; V. RÁO, *O direito e a vida dos direitos*, 5ª ed., São Paulo, RT, 1999, pp. 734-735. J. LAMARTINE CORREA DE OLIVEIRA, *A dupla crise da pessoa jurídica*, cit. (nt. 195.III *supra*), pp. 22-23; C. M. DA SILVA PEREIRA, *Instituições de direito civil*, v. I, 23ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2010, pp. 265-266. F. C. PONTES DE MIRANDA, *Tratado de direito privado – Parte geral – Introdução. Pessoas físicas e jurídicas*, v. I, 4ª ed., São Paulo, RT, 1974, pp. 280-282, também rejeita a teoria

público interno – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – e externo – Estados soberanos e Santa Sé¹⁵⁶ – e de direito privado¹⁵⁷ – sociedades civis¹⁵⁸, associações de utilidade pública, fundações – arts. 24 a 30 –, sociedades mercantis e partidos políticos¹⁵⁹.

As pessoas jurídicas de direito privado, conforme o art. 18, existiriam legalmente a partir do seu registro¹⁶⁰ ou, quando necessário, da autorização ou aprovação estatal, adquirindo, portanto, personalidade jurídica¹⁶¹, diferenciando-se de seus membros¹⁶². Haveria extinção do ente coletivo, a princípio, quando ele se reduzisse a um único integrante¹⁶³.

da ficção, pois a pessoa jurídica seria um conceito do mundo jurídico e não do mundo fático, tão real quanto o conceito de pessoa física, que também é uma criação do direito.

¹⁵⁶ Cf. C. BEVILAQUA, *Código civil dos Estados Unidos do Brasil*, cit. (nt. 155 *supra*), p. 206. Também se inserem nesta classificação diversas organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas, cf. V. RÁO, *O direito e a vida dos direitos*, cit. (nt. 155 *supra*), pp. 758-759.

¹⁵⁷ Cf. Arts. 15 e 16.

¹⁵⁸ C. BEVILAQUA, *Código civil dos Estados Unidos do Brasil*, cit. (nt. 155 *supra*), pp. 214-215 afirma que as sociedades civis contemplam tanto entes com fins econômicos – sociedades civis *stricto sensu* – quanto entes com fins não econômicos, os quais são denominados costumeiramente de associações. Todavia, não haveria no Código a intenção de diferenciar sociedade de associação com base no critério econômico, não sendo obrigatório o uso do termo «associação» para as sociedades civis com fins ideais. Para F. C. PONTES DE MIRANDA, *Tratado de direito privado – Parte geral – Introdução. Pessoas físicas e jurídicas*, cit. (nt. 155 *supra*), pp. 318-321, o critério apto a distinguir os conceitos de associação e de sociedade seria o elemento corporativo, na maior parte das vezes, presentes nas associações e ausentes nas sociedades. Este elemento define-se por mitigar a relevância individual do membro do ente coletivo. Nas associações, todos os membros se apresentam como um todo homogêneo, tendo todos eles as mesmas qualidades, o que, de regra, não se dá nas sociedades. Utilizando-se do critério econômico para distinguir as duas figuras, cf. V. RÁO, *O direito e a vida dos direitos*, cit. (nt. 155 *supra*), p. 741.

¹⁵⁹ Os partidos políticos foram acrescentados pela Lei 9096 de 1995.

¹⁶⁰ F. C. PONTES DE MIRANDA, *Tratado de direito privado – Parte geral – Introdução. Pessoas físicas e jurídicas*, cit. (nt. 155 *supra*), pp. 288-289 indica três princípios possíveis de serem adotados para fins de concessão da personalidade jurídica, saber, criação personificante, concessão estatal e determinação normativa. Este último seria o adotado no Código Civil brasileiro. No mesmo sentido, V. RÁO, *O direito e a vida dos direitos*, cit. (nt. 155 *supra*), p. 736; J. LAMARTINE CORREA DE OLIVEIRA, *A dupla crise da pessoa jurídica*, cit. (nt. 195.III *supra*), pp. 54-57. Cf. nt. 46 *supra*.

¹⁶¹ Em relação a terceiros, o registro declara a constituição, a capacidade aquisitiva e obrigacional e os representantes da pessoa jurídica. No que concerne ao próprio ente coletivo, a vantagem do registro está na concessão da personalidade jurídica, protegendo-o de abusos de terceiros, de seus órgãos e representantes. Cf. C. BEVILAQUA, *Código civil dos Estados Unidos do Brasil*, cit. (nt. 155 *supra*), p. 222. Observa-se que, diferentemente do que era defendido por A. TEIXEIRA DE FREITAS, que tinha por elemento comum a todos os tipos de entes personificados a ideia de representação e, por isso, concebia-os como absolutamente incapazes, F. C. PONTES DE MIRANDA, *Tratado de direito privado – Parte geral – Introdução. Pessoas físicas e jurídicas*, cit. (nt. 155 *supra*), pp. 286-288, sustenta que as pessoas jurídicas são plenamente “capazes de obrar”, pois são compostas por órgãos que não são seus representantes, pois fazem parte do ente coletivo, mas que as “presentam”. Isto não significa, porém, que não existam representantes da pessoa jurídica, como o preposto.

¹⁶² Art. 20, *caput*. *As pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros*. Dispositivo semelhante não foi reproduzido no Código Civil de 2002.

¹⁶³ Para C. BEVILAQUA, *Código civil dos Estados Unidos do Brasil*, cit. (nt. 155 *supra*), pp. 232-233, preservar-se-ia, assim, o princípio romano expresso em Ulp., 10 *ad ed.*, D. 3, 4, 7, 2, em vista da ausência de norma expressa quanto ao assunto. Já para F. C. PONTES DE MIRANDA, *Tratado de direito privado – Parte geral – Introdução. Pessoas físicas e jurídicas*, cit. (nt. 155 *supra*), pp. 430 e 434, é possível que a pessoa jurídica não seja extinta se, transitoriamente, contar com apenas um membro, exceto se a lei exigir um número mínimo de sócios como nos casos das sociedades anônimas (Decreto-lei n. 2627/1940, art. 137, d)

Com o Código Civil de 2002, unificam-se os regimes civil e comercial, revogando-se parcialmente o Código Comercial de 1850. Desta forma, as companhias e sociedades comerciais passaram a ser disciplinadas pelo diploma civil¹⁶⁴.

Os artigos 40 a 69 tratam das pessoas jurídicas em geral e, no livro concernente ao direito de empresa, as sociedades personificadas são reguladas pelos artigos 997 a 1141¹⁶⁵.

No que diz respeito à classificação das pessoas jurídicas, os artigos 41 e 42 inovam em relação ao direito anterior, acrescentando ao elenco das pessoas jurídicas de direito público interno a figura dos Territórios, das autarquias, das associações públicas e das demais entidades de caráter público criadas por lei e definindo quais são as pessoas jurídicas de direito público externo, respectivamente.

Quanto às pessoas jurídicas de direito privado, temos a inclusão das organizações religiosas e das empresas individuais de responsabilidade limitada¹⁶⁶. Ademais, os artigos 53 a 61 passam a disciplinar as associações de forma apartada das sociedades¹⁶⁷.

Admite-se, ainda, a existência de direitos da personalidade da pessoa jurídica¹⁶⁸ e passa o diploma civil a prever expressamente a figura da desconsideração da personalidade jurídica¹⁶⁹.

Pela redução do número de acionistas a menos de sete, verificada em assembléia geral ordinária, e caso esse mínimo não seja preenchido até a seguinte assembléia geral ordinária) e das cooperativas (Decreto-lei n. 5893/1943, art. 34, 1. *Redução do número de associados a menos de 12*). Atualmente, as sociedades por ações extinguem-se de pleno direito, de acordo com a Lei 6404/1976, art. 206, I, d) *pela existência de 1 (um) único acionista, verificada em assembléia-geral ordinária, se o mínimo de 2 (dois) não for reconstituído até a do ano seguinte, ressalvado o disposto no artigo 251*. (subsidiária integral). As sociedades cooperativas, por sua vez, devem contar com o número mínimo de 20 associados, conforme a Lei 5764/1971, art. 6, I c/c art. 63, V. J. LAMARTINE CORREA DE OLIVEIRA, *A dupla crise da pessoa jurídica*, cit. (nt. 195.III *supra*), pp. 564-568 admite que o ordenamento jurídico brasileiro orienta-se contra a sociedade unipessoal, no entanto, tal objetivo seria alcançado mediante o uso de “testas-de-ferro” que encobririam o controle de uma só pessoa.

¹⁶⁴ O Projeto de Código Comercial n. 1572/2011, que está em tramitação, prevê, no entanto, uma nova separação das disciplinas civil e comercial. Trata da personalidade da sociedade empresária nos arts. 125 a 127.

¹⁶⁵ São elas: sociedade simples (arts. 997-1038), na qual – art. 1023 – os sócios respondem subsidiariamente pelas dívidas da sociedade na proporção de sua participação; em nome coletivo (arts. 1039-1044) cuja responsabilidade dos sócios é ilimitada e solidária – art. 1039; em comandita simples (arts. 1045-1051), cujos sócios comanditados respondem ilimitadamente e os comanditários apenas até o valor de sua quota – art. 1045; limitada (arts. 1052-1087), na qual, como o próprio nome já indica, não há responsabilidade em relação a terceiros além do limite da quota social – art. 1052; anônima (arts. 1088-1089, todavia regulada pela lei 6404/1976), com responsabilidade também limitada – art. 1088; em comandita por ações (arts. 1090-1092), regida pela lei das sociedades por ações e com responsabilidade ilimitada somente do acionista diretor – art. 1091 e cooperativa (arts. 1093-1096), cuja responsabilidade dos sócios poderá ser limitada ou ilimitada – art. 1095.

¹⁶⁶ Cf. art. 44, conhecidas pela sigla EIRELI.

¹⁶⁷ O art. 53 apresenta a definição de associação: *Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos*. Cf. C. M. DA SILVA PEREIRA, *Instituições de direito civil*, cit. (nt. 155 *supra*), p. 274.

¹⁶⁸ Cf. art. 52. C. M. DA SILVA PEREIRA, *Instituições de direito civil*, cit. (nt. 155 *supra*), pp. 291-292 destaca a proteção do nome empresarial, da honra e imagem da pessoa jurídica.

Como é possível observar, não houve uma ruptura em relação ao código anterior, mas o aprimoramento da técnica e da sistematização da matéria iniciada, em termos de legislação, por C. BEVILAQUA¹⁷⁰.

¹⁶⁹ Art. 50. *Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.* A crítica a este artigo é a de que um dos requisitos para a desconsideração, a saber, o desvio de finalidade, teria relação não com a superação da personalidade jurídica, mas com a teoria dos atos *ultra vires*, pela qual o administrador responderia perante a sociedade em caso de prática de atos em confronto com o estatuto ou contrato social, cf. A. COUTO E SILVA, *Desconsideração da personalidade jurídica: Limites para a sua aplicação*, in RT 780 (2000), pp. 49 e 54. Há de se ressaltar que tanto a desconsideração da personalidade jurídica quanto a responsabilidade por atos *ultra vires* (arts. 47 e 1015 CC/2002) já eram previstas por diplomas legais anteriores ao Código Civil de 2002. Para os atos *ultra vires*, cf. Decreto n. 3708/1919 (sociedades limitadas), art. 10; Decreto-lei 2627/1940 (sociedade por ações), art. 121; Lei 6404/1976 (sociedades anônimas), art. 158, Código Tributário Nacional, art. 135. Para a desconsideração da personalidade jurídica, cf. Código de Processo Civil, art. 596; Lei 9605/1998 (crimes ambientais), art. 4; Lei 8884/1994 (infrações contra a ordem econômica), art. 18 e Código de Defesa do Consumidor, art. 28. Observa-se que maior regulamentação sobre a desconsideração da personalidade jurídica está presente no *Novo* Código de Processo Civil (entrada em vigor em março de 2016), nos arts. 133 a 137, mediante o incidente de desconsideração da personalidade jurídica (que desenvolve o previsto no Projeto de lei n. 2426/2003, cujo o objetivo era a regulamentação do art. 50 CC, sobretudo no disposto em seu art. 3º), tratando-se da execução dos bens particulares dos sócios nos arts. 790, VII e 795. Cf. também, o Projeto de Código Comercial n. 1572/2011, arts. 128 a 131. Observa-se que dois artigos deste Projeto, caso venham a ser aprovados, solucionariam duas questões apresentadas pela doutrina. A primeira, relativa à adoção da teoria objetiva ou subjetiva, de acordo com o art. 128, parágrafo único, resolve-se com a opção pela teoria subjetiva – desconsideração – defendida por M. TOMAZETTE, *A desconsideração da personalidade jurídica: A teoria, o código de defesa do consumidor e o novo código civil*, in RT 794 (2001), p. 92 – pois a confusão patrimonial ou o desvio de finalidade ensejarão presunção *iuris tantum* de fraude. Quanto à segunda, relativa à possibilidade de desconsideração da personalidade somente pela constatação de insolvência da sociedade, opta-se pela sua vedação, conforme o art. 129, o que vai de encontro ao previsto, por exemplo, no Código de Defesa do Consumidor, no art. 28, §5º. *Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.*

¹⁷⁰ Cf. P. SALVADOR FRONTINI, *Pessoas jurídicas no código civil de 2002. Elenco, remissão histórica, disposições gerais*, cit. (nt. 150 *supra*), p.118.

CONCLUSÃO

Observa-se que o estudo das denominadas «pessoas jurídicas» revela-se complexo, uma vez que para ser melhor compreendido o assunto, necessária se faz a conjugação de questões linguísticas, filosóficas, jurídicas e histórico-políticas. Disto decorrem inúmeros debates e a pouca convergência de opiniões entre os estudiosos do tema, seja qual for o período histórico escolhido para a investigação.

Se, por um lado, toma-se como ponto de partida para as teorias modernas da pessoa jurídica a capacidade de abstração demonstrada pela doutrina canônica, sobretudo pela obra de *Sinibaldus Fliscus*, dito propagador da teoria da ficção, por outro lado, atesta-se que o Direito Romano, desde os seus primórdios, não era completamente indiferente às, por R. ORESTANO designadas, «situações unificadas».

Parece-nos, assim, apesar dos riscos de anacronismos, possível a investigação do problema das «pessoas jurídicas» no Direito Romano, não obstante a ausência de uma nomenclatura constante e precisa, de uma regulação jurídica exaustiva e de uma teoria geral subjacente sobre os entes coletivos no âmbito desta experiência jurídica. Com efeito, as fontes revelam a existência de uma realidade grupal – hoje diríamos “associativa” – que devia assumir relevância jurídica.

Uma das «situações unificadas» presente na sociedade romana consistia na figura dos *collegia*, ente mais próximo do que atualmente denominamos pessoa jurídica de natureza privada, uma vez que, ao contrário das *civitates*, dos *municipia* e do *Populus Romanus*, carecia de qualquer característica de organização político-territorial, ainda que somente o *Populus* gozasse de uma posição privilegiada, v.g., na esfera processual.

Todos esses entes coletivos, públicos e “privados”, apresentavam um *quid* diverso em relação à mera soma das pessoas que os compunham, a fim de que se viabilizasse a sua continuidade independentemente da existência ou permanência de cada um de seus integrantes.

Verifica-se, nas fontes jurídicas e literárias, o emprego de três termos relacionados aos entes coletivos: «*persona*», «*corpus*» e «*universitas*». Nem todos conotam, porém, o fenômeno do desmembramento entre o ser coletivo e seus componentes, não ao menos, da mesma forma como hoje faz a expressão «pessoa jurídica».

De fato, o termo «*persona*» é encontrado nas fontes não jurídicas em expressões, v.g., «*persona civitatis*» e, nas jurídicas, principalmente por meio da construção «*personae vice fungitur*», esta última aproveitada pelo Direito Canônico posteriormente.

Entretanto, esta correlação entre «*persona*» e coletividade de coisas – herança – ou de pessoas – *civitas* – é realizada de maneira imperfeita, e tem como pressuposto exatamente o reconhecimento de que estas pluralidades não são, a rigor, “pessoas”, tal como o ser humano. Por isso, em determinadas situações, mostra-se necessária a aplicação, a estes conjuntos, de regras referentes aos homens, mediante analogia.

A independência do conjunto em relação aos seus elementos formadores é iniciada, por sua vez, com a noção de «*res incorporales*», a qual sucede a de «*corpus ex distantibus*», cuja existência é de cunho jurídico e não físico. Logo, se os *corpora*, em regra, são *res*, e existem *res* que são incorpóreas, tal qualificação também é aplicável aos *corpora*, o que os torna diversos de seus componentes físicos.

Desta forma, «*corpus*» passa a ser utilizado nas fontes jurídicas ora no sentido geral de ente coletivo, ora como sinônimo de *collegium*, quando seguido de um genitivo, como em *corpus fabrorum*. Todavia, este termo, na compilação, é por diversas vezes substituído por «*universitas*», cujo uso faz sempre referência ao gênero do qual os *collegia*, *municipia*, *civitates* e *Populus* são as espécies.

Partindo-se desta premissa, a saber, a de que os romanos desenvolveram uma terminologia jurídica apta a conceber conjunto e elemento como entidades diferentes, averigua-se em que medida esta concepção influenciou a disciplina das relações jurídicas concernentes aos *collegia*.

Com efeito, no plano da disciplina jurídica, diferenciam-se os direitos e obrigações da *universitas* e dos *singuli*, «*Si quid universitati debetur, singulis non debetur (...)*», bem como o representante processual de um e de outro, pois o *actor universitatis* «*(...) hic enim pro re publica vel universitate intervenit, non pro singulis.*».

Assim, sendo o *collegium* uma *universitas*, não há de se falar em copropriedade dos membros, no que concerne aos bens colegiais, mas em *dominium* da corporação. Como decorrência da propriedade dos *collegia*, é-lhes facultada a manumissão de seus escravos e, então, o gozo dos privilégios oriundos do patronato. Foi-lhes também atribuído o exercício da posse e do usufruto centenário. Quanto aos direitos sucessórios, a sucessão *ab intestato* não foi permitida, num primeiro momento, aos *collegia* – diferentemente, em relação ao recebimento de legados – exceto se a herança fosse proveniente de um liberto ou mediante

a concessão de algum privilégio, já que os entes coletivos eram definidos como *personae incertae*.

Contudo, a “capacidade jurídica” das corporações não lhes foi atribuída de uma só vez e nem em igual amplitude, uma vez que problemas como o da manifestação da vontade, tempo de existência e, inicialmente, de determinação do titular do direito em questão, eram obstáculos ao transplante imediato dos institutos jurídicos concebidos para as pessoas naturais.

As faculdades conferidas aos *collegia* são resultado de uma paulatina evolução do pensamento jurídico da época, aliada a uma regulamentação que proporcionasse a estabilidade social e, por consequência, a estabilidade dos próprios *collegia*, permitindo que eles fossem vistos pelas autoridades não como ameaça, mas como uma realidade benéfica à comunidade.

Se a maior “limitação” à liberdade de associação, na época das XII Tábuas, era o respeito às leis públicas, a partir de 186 a.C., com o senatus-consulta *de bacchanalibus*, esboçam-se os primeiros indícios de um controle maior por parte das autoridades públicas sobre os *collegia*.

Com o senatus-consulta de 64 a.C. proíbem-se os cultos compitais, que eram realizados por *collegia* de fachada, no contexto das revoltas de Catilina. Em 58 a.C., no entanto, *P. Clodius Pulcher* faz aprovar a *lex Clodia de collegiis*, permitindo-se que as corporações anteriormente dissolvidas fossem restauradas, bem como que novos *collegia* fossem facilmente formados.

Esses *collegia*, por sua vez, tornaram-se instrumentos de manipulação das eleições, mediante violência, gerando uma instabilidade social de tal ordem que, em 56 a.C., um novo senatus-consulta foi emitido, determinando a dissolução de todas as associações de cunho político, a fim de preservar a lisura das eleições e a segurança da cidade.

Ainda voltada para a questão eleitoral, em 55 a.C., aprova-se a *lex Licinia de sodaliciis*, que reprime o crime de *ambitus*, punindo-se não só o candidato, mas os participantes das associações formadas para fins de corrupção eleitoral.

É com base nesta conjuntura que, provavelmente em 7 a.C., seguindo-se a um provimento de César, é emitida a *lex Iulia de collegiis*, a qual dissolveu todos os «*collegia praeter antiqua et legitima*».

Entretanto, diversamente dos provimentos que lhe antecederam, a *lex Iulia de collegiis* não tinha conteúdo meramente repressivo, mas propunha-se também a regular a

criação de novos *collegia*, mediante a imposição de determinados requisitos, como a utilidade pública, a fim de conceder-lhes autorização.

Os *collegia* autorizados eram considerados, portanto, lícitos e poderiam, como decorrência, *c(oire) c(onvenire) c(olligi)*, isto é, realizar reuniões privadas, públicas e ter seus integrantes considerados não individualmente, mas como membros de um *collegium* perante terceiros.

Sendo assim, somente os *collegia licita* em virtude da *lex Iulia de collegiis* – com exceção dos *collegia tenuiorum* que foram, de forma geral, autorizados – adquiriam o que chamamos hoje de “personalidade jurídica”, podendo ter patrimônio próprio, representação processual e direitos e obrigações destacados dos de seus integrantes, respondendo, assim, com o próprio patrimônio e não com o de seus membros, perante terceiros.

Por fim, não obstante a coligação imediata da moderna teoria da pessoa jurídica às conquistas da canonística, não parece possível negar a influência também da disciplina romana nos ordenamentos de base romano-germânica.

Evidentemente, não é possível afirmar que os *collegia* eram associações de natureza puramente privada como as atuais. De fato, por terem uma raiz religiosa e, em geral, estarem ligados a funções úteis do ponto de vista da administração pública – o que justificou a sua posterior oficialização e transformação em corporações de participação obrigatória, diluindo-se a ideia da livre iniciativa – tinham natureza público-privada, já que atuavam na esfera jurídica como entes de direito privado, cuja formação era fruto da autonomia da vontade de seus membros, daí sua menor proximidade com as pessoas jurídicas de direito público.

Sua capacidade jurídica foi estruturada paulatinamente, com a atribuição de novas faculdades com o passar do tempo, as quais, ainda que limitadas em alguns pontos, não descaracterizavam os *collegia* como titulares destes direitos.

O fato de, em algumas circunstâncias, os membros da corporação serem impelidos a solver as dívidas colegiais também não é apto a obstar a individualidade colegial, sendo oriundo de determinações da *lex collegii*.

Da mesma forma, atualmente existem sociedades personificadas cujos membros respondem pelas dívidas sociais de forma subsidiária. Ademais, pode se dizer que mesmo hoje a separação patrimonial não é vista como absoluta, uma vez que, mediante a desconsideração da personalidade jurídica, os sócios respondem com patrimônio próprio sem que se dissolva a personalidade jurídica do ente coletivo.

Ademais se, no Direito Romano, a “personalidade jurídica” era concedida somente a entes autorizados, no direito moderno, a autorização estatal já se apresenta como exceção, sendo a regra geral a personalidade mediante registro.

Com efeito, o exame do provável conteúdo da *lex Iulia de collegiis* permitiu-nos concluir que a “personalidade jurídica” só seria concedida aos *collegia* por ela autorizados, atribuindo-se direitos e deveres às corporações, que respondiam perante terceiros, em geral, com o próprio patrimônio e não como o de seus integrantes, ensejando o desenvolvimento de uma terminologia (*corpus, universitas*) adequada à discriminação dos entes coletivos como figura destacada de seus componentes no Direito Romano.

Nessa regulamentação, portanto, parecem encontráveis os elementos fundamentais que se prestariam à estruturação, nos sistemas jurídicos modernos, de suas respectivas teorias sobre as pessoas jurídicas, evidenciando o papel dos entes coletivos como titulares de direitos e obrigações, o que já ocorria, não em teoria, mas de fato, na sociedade romana.

ÍNDICE DE FONTES

I – FONTES JURÍDICAS ANTIGAS

A) FONTES PRÉ-JUSTINIANÉIAS

<i>Lex duodecim tabularum</i>		
8, 27	:	59
<i>Codex Theodosianus</i>		
1, 12, 6	:	92, nt. 184
14, 2, 1	:	20, nt. 54
14, 7, 1	:	92, nt. 184
14, 8, 1	:	15
16, 2, 39	:	92, nt. 184
16, 5, 7, 2	:	91, nt. 177
<i>Fragmenta Vaticana</i>		
124	:	92, nt. 184
158	:	17, nt. 45
235	:	17, nt. 45
<i>Gai Institutiones</i>		
1, 8	:	4, nt. 1
1, 48	:	4, nt. 1
1, 49	:	4, nt. 1
2, 11	:	19
2, 12	:	14
2, 13	:	14
2, 14	:	14
2, 287	:	47, nt. 90
3, 212	:	102, nt. 38
4, 86	:	38, nt. 56
<i>Pauli Sententiae</i>		
5, 22, 1	:	121, nt. 116
<i>Ulpiani Epitome</i>		
22, 5	:	47
24, 28	:	51

B) CORPUS IURIS CIVILIS

Institutiones

1, 2, 4	:	98, nt. 11
1, 2, 12	:	4, nt. 1
1, 3 pr.	:	4, nt. 1
1, 14, 2	:	136, nt. 29
1, 20, 18	:	13, nt. 26
2, 1, 6	:	39, nt. 59
2, 14, 2	:	6

Digesta

1, 2, 2, 25	:	14, nt. 31
1, 2, 2, 26	:	14, nt. 31
1, 5, 2	:	1
1, 8, 1 pr.	:	19, nt. 49; 39, nt. 59
1, 8, 2 pr.	:	19, nt. 52
1, 8, 6, 1	:	19, nt. 52; 39; 53
1, 12, 1, 14	:	107, nt. 62; 122, nt. 122
2, 4, 10, 4	:	46; 53
2, 14, 38	:	62, nt. 35
3, 4, 1 pr.	:	16; 20, nt. 53; 92, nt. 184; 110, nt. 72; 112; 124, nt. 132; 125
3, 4, 1, 1	:	16, nt. 39; 38; 124, nt. 132
3, 4, 1, 2	:	36
3, 4, 1, 3	:	18
3, 4, 2	:	20, nt. 53; 32
3, 4, 3	:	20, nt. 53
3, 4, 6, 1	:	36, nt. 51
3, 4, 6, 3	:	19, nt. 50; 36; 53
3, 4, 7, 1	:	29, nt. 25; 32; 53
3, 4, 7, 2	:	27

3, 4, 8	:	33; 53	41, 2, 1, 22	:	42
3, 5, 33	:	120, nt. 115	41, 2, 2	:	42; 53
4, 2, 9, 1	:	14, nt. 31; 91, nt. 177	41, 3, 9	:	19, nt. 51
5, 1, 76	:	11	41, 3, 15 pr.	:	5; 136, nt. 29
5, 3, 50 pr.	:	14, nt. 30	41, 3, 30 pr.	:	13
6, 1, 23, 5	:	13, nt. 26	43, 16, 4	:	33, nt. 41
7, 1, 56	:	43	43, 24, 13, 5	:	6, nt. 4
7, 4, 21	:	44	46, 1, 22	:	6; 136, nt. 29
8, 1, 12	:	44	46, 8, 9	:	35, nt. 50
9, 2, 13, 2	:	6, nt. 4	47, 22, 1 pr.	:	126; 127, nt. 149
9, 2, 21, 1	:	102, nt. 38	47, 22, 1, 1	:	118, nt. 108; 127
10, 4, 7, 3	:	16, nt. 37; 43; 53	47, 22, 1, 2	:	30
11, 1, 15 pr.	:	6, nt. 4	47, 22, 2	:	41, nt. 71; 121
12, 1, 27	:	33, nt. 41; 35, nt. 48	47, 22, 3 pr.	:	41; 121
12, 2, 34, 1	:	16, nt. 39	47, 22, 3, 1	:	16, nt. 37
15, 1, 40 pr.	:	8, nt. 11	47, 22, 3, 2	:	16, nt. 37; 25, nt. 2; 129, nt. 160
15, 4, 4	:	33, nt. 41	47, 22, 4	:	38, nt. 56; 59; 60; 101
26, 7, 3, 7	:	104	48, 6, 5 pr.	:	99, nt. 16
27, 1, 17, 2	:	16, nt. 36	48, 18, 1, 7	:	16, nt. 37; 38, nt. 59
27, 1, 46 pr.	:	92, nt. 184	50, 1, 14	:	35, nt. 47
29, 2, 25, 1	:	50; 91, nt. 177	50, 1, 19	:	35, nt. 47
29, 2, 25, 2	:	50, nt. 99	50, 4, 18, 13	:	36, nt. 51
32, 38, 6	:	52; 91, nt. 177	50, 6, 6, 6	:	16, nt. 36
32, 93, 4	:	51; 53; 92, nt. 184	50, 6, 6, 12	:	16, nt. 36; 25, nt. 2; 92, nt. 184; 122, nt. 125
33, 2, 8	:	43	50, 12, 3, 1	:	42, nt. 75
33, 10, 6 pr.	:	12, nt. 24	50, 16, 6, pr.	:	28, nt. 12
34, 5, 20	:	48, nt. 94; 120	50, 16, 15	:	19, nt. 51; 33, nt. 41
36, 1, 1, 15	:	16, nt. 36; 32	50, 16, 17 pr.	:	19, nt. 51
36, 1, 6, 4	:	49	50, 16, 85	:	25; 140, nt. 57
37, 1, 3, 1	:	14, nt. 30	50, 16, 195, 2	:	14, nt. 31
37, 1, 3, 4	:	16, nt. 39; 49	50, 16, 195, 3	:	14, nt. 31
38, 3, 1 pr.	:	20, nt. 53; 47, nt. 91	50, 16, 239, 8	:	20
40, 3, 1	:	20, nt. 53; 45; 53	50, 17, 45	:	62, nt. 35
40, 3, 2	:	46; 53	50, 17, 160, 1	:	35, nt. 47
40, 3, 3	:	20, nt. 53; 46			
40, 5, 36, 2	:	16, nt. 37			
41, 1, 34	:	5			

Codex

1, 3, 24	:	48
1, 23, 7, 2	:	20
1, 24, 4	:	92, nt. 184
2, 3, 6	:	62, nt. 35
3, 23, 1	:	15, nt. 34
4, 34, 9	:	6, nt. 4
6, 24, 8	:	47
6, 24, 12	:	49, nt. 96
6, 48, 1, 10	:	48, nt. 94
6, 62, 1	:	16, nt. 36; 50
7, 9, 3, 1	:	45, nt. 86
8, 33, 1	:	21
8, 52, 3	:	92, nt. 184
10, 35, 2 pr.	:	50
11, 66, 6	:	92, nt. 184
11, 8, 13	:	15, nt. 34

II – FONTES NÃO JURÍDICAS ANTIGAS**APULEIUS**

<i>Metam.</i> 7, 7	:	90, nt. 176
--------------------	---	-------------

ASCONIUS

<i>in Pison.</i> 8	:	70
<i>in Pison.</i> 9	:	75, nt. 92
<i>pro Corn.</i> 75	:	71; 93, nt. 190

CICERO

<i>ad Q.</i> 2, 3, 5	:	79
<i>Att.</i> 3, 15, 4	:	76
<i>de leg.</i> 2, 15, 37	:	64, nt. 47
<i>dom.</i> 28, 74	:	72, nt. 73
<i>dom.</i> 133	:	8
<i>in Pison.</i> 4, 9	:	75
<i>in Pison.</i> 8	:	70, nt. 70
<i>pro Cael.</i> 16	:	80, nt. 11

<i>pro Corn.</i> 75	:	71, nt. 71
<i>pro Planc.</i> 15, 36	:	83
<i>pro Planc.</i> 15, 37	:	88, nt. 160
<i>pro Planc.</i> 18, 46	:	88, nt. 160
<i>pro Planc.</i> 19, 47	:	84, nt. 133
<i>de off.</i> 1, 34, 124	:	7
<i>top.</i> 5, 27	:	13, nt. 29

FLORUS

<i>Ep. T. Livio</i> 1, 6	:	54, nt. 1
--------------------------	---	-----------

HORATIUS

<i>Serm.</i> 1, 2, 1	:	90, nt. 176
----------------------	---	-------------

MACROBIUS

<i>Saturn.</i> 1, 16, 32	:	87, nt. 151
--------------------------	---	-------------

PLINIUS

<i>nat. hist.</i> 34, 1	:	55
<i>epist.</i> 10, 33	:	114
<i>epist.</i> 10, 34	:	114
<i>paneg.</i> 54	:	115, nt. 93

PLUTARCHUS

<i>Numa</i> 17	:	54
----------------	---	----

SUETONIUS

<i>Div. Aug.</i> 32, 1	:	96
<i>Div. Iul.</i> 42, 3	:	96

TACITUS

<i>ann.</i> 14, 17	:	112, nt. 84
--------------------	---	-------------

VALERIUS MAXIMUS

3, 7, 11	:	93, nt. 190
----------	---	-------------

III – FONTES EPIGRÁFICAS**Corpus Inscriptionum Latinarum**

I, 2, 581	:	64
II, 1167	:	115, nt. 91
III, 1888	:	31, nt. 32
III, 5657	:	31, nt. 32
III, 7060	:	115, nt. 91
IV, 575	:	90, nt. 176
IV, 576	:	91, nt. 176
IV, 581	:	91, nt. 176
V, 4428	:	115, nt. 91
V, 7881	:	115, nt. 91
VI, 85	:	115, nt. 91
VI, 148	:	100, nt. 29
VI, 167	:	93, nt. 190
VI, 1872	:	115, nt. 91
VI, 2193	:	102; 119, nt. 113
VI, 4416	:	102; 119, nt. 113
VI, 29691	:	115, nt. 91
VI, 33885	:	15, nt. 32
VI, 1, 169	:	93, nt. 190
VI, 1, 231	:	103
VI, 1, 3877	:	93, nt. 190
VI, 2, 9144	:	93, nt. 190
VI, 2, 9202	:	93, nt. 190
VI, 2, 9254	:	93, nt. 190
VI, 2, 9856	:	93, nt. 190
VI, 2, 9888	:	93, nt. 190
VI, 2, 10298	:	93, nt. 190
VI, 2, 10299	:	100; 101, nt. 29
IX, 2213	:	115, nt. 91
X, 1589	:	93, nt. 190
X, 1642	:	115, nt. 91
X, 1643	:	115, nt. 91
X, 1647	:	115, nt. 91
X, 3699	:	115, nt. 91
X, 3700	:	115, nt. 91
X, 5198	:	115, nt. 91
XI, 1355	:	25, nt. 2
XI, 1, 4771	:	93, nt. 190
XI, 3078	:	93, nt. 190
XIII, 1921	:	115, nt. 91

XIII, 1974	:	115, nt. 91
XIV, 10	:	115, nt. 91
XIV, 168	:	115, nt. 91
XIV, 169	:	115, nt. 91
XIV, 256	:	115, nt. 91
XIV, 2112	:	105; 107, nt. 62; 127
XIV, 2875	:	93, nt. 190
XIV, 2877	:	93, nt. 190
XIV, 2878	:	93, nt. 190
XIV, 4548	:	107, nt. 62
XIV, 4573	:	115, nt. 91

IV – FONTES JURÍDICAS INTERMÉDIAS

Aparatus in quinque libros decretalium decretalium

II, 20, 57, 5	:	9
V, 39, 52, 1	:	9, nt. 17
V, 39, 64, 3	:	9, nt. 17

Glosa

<i>Non debetur a D.</i>	:	34, nt. 43
3, 4, 7, 1		

V – FONTES JURÍDICAS MODERNAS

Alemanha

GG

§ 19, Abs. 3	:	139, nt. 47
--------------	---	-------------

BGB (Bürgerliches Gesetzbuch)

§ 21	:	138, nt. 43
§ 22	:	138, nt. 23
§ 26, Abs. 1	:	140, nt. 63
§ 54	:	138, nt. 44
§ 56	:	140, nt. 59
§ 73	:	140, nt. 59
§ 705	:	141, nt. 64

AktG.

§ 1, Abs. 1	:	140, nt. 52
§ 2	:	140, nt. 58
§ 278	:	140, nt. 54

GenG.

§ 4	:	140, nt. 58
§ 17, Abs. 1	:	140, nt. 53

GmbHg

§ 1	:	140, nt. 58
§13	:	139, nt. 51

HGB

§ 105, Abs. 1	:	140
§ 124	:	140
§ 161	:	141

VAG.

§ 15	:	140, nt. 55
------	---	-------------

Brasil

Código de Processo Civil (2015)

Art. 790, VII	:	155, nt. 169
Art. 795	:	155, nt. 169

Código Civil (2002)

Art. 41	:	154
Art. 42	:	154
Art. 44	:	154, nt. 166
Art. 44, inc. VI	:	140, nt. 60
Art. 47	:	155, nt. 169
Art. 50	:	155, nt. 169
Art. 52	:	154, nt. 168
Art. 53	:	154, nt. 167
Art. 1015	:	155, nt. 169
Art. 1022	:	141, nt. 67
Art. 1023	:	141, nt. 67
Art. 1039	:	141, nt. 67
Art. 1045	:	141, nt. 67

Lei 9606 de 12 de fevereiro de 1998

Art. 4	:	155, nt. 169
--------	---	--------------

Lei 8884 de 11 de junho de 1994

Art. 18	:	155, nt. 169
---------	---	--------------

Código de Defesa do Consumidor

Art. 28, §5	:	155, nt. 169
-------------	---	--------------

Lei 6404 de 15 de dezembro de 1976

Art. 158	:	154, nt. 163; 155, nt. 169
Art. 206, I	:	154, nt. 163

Código de Processo Civil (1973)

Art. 596	:	155, nt. 169
----------	---	--------------

Lei 5764 de 16 de dezembro de 1971

Art. 6, I	:	154, nt. 163
Art. 63, V	:	154, nt. 163

Código Tributário Nacional

Art. 135	:	155, nt. 169
----------	---	--------------

Decreto-lei 5893 de 19 de outubro de 1943

Art. 34, 1	:	154, nt. 163
------------	---	--------------

Decreto-lei 2627 de 26 de setembro de 1940

Art. 121	:	153, nt. 163; 155, nt. 169
Art. 137, d	:	153, nt. 163

Decreto 3708 de 10 de janeiro de 1919

Art. 10	:	155, nt. 169
---------	---	--------------

Código Civil (1916)

Art. 15	:	153, nt. 157
Art. 16	:	153, nt. 157
Art. 18	:	153

Art. 20	:	153, nt. 162
Art. 1807	:	152, nt. 154

Nova Consolidação das Leis Civis (C. de Carvalho – 1899)

Art. 147	:	152, nt. 151
Art. 152	:	152, nt. 152
Art. 164	:	152, nt. 153

Lei 173 de 10 de setembro de 1893

Art. 1	:	152, nt. 150
Art. 5	:	152, nt. 149

Projeto de A. Coelho Rodrigues

Art. 7	:	151, nt. 146
Art. 18	:	152, nt. 147
Art. 26	:	152, nt. 148

Projeto de J. Felício dos Santos

Art. 77	:	151, nt. 143
Art. 158	:	151, nt. 144
Art. 162	:	151, nt. 145
Art. 166	:	151, nt. 145
Art. 173	:	151, nt. 144

Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890

Art. 5	:	151, nt. 142
--------	---	--------------

Projeto de J. T. Nabuco de Araújo (1872-1878)

Art. 1	:	151, nt. 137
Art. 3	:	151, nt. 138
Art. 149	:	151, nt. 141
Art. 150	:	151, nt. 141
Art. 153	:	151, nt. 141
Art. 157	:	151, nt. 140
Art. 164	:	151, nt. 139
Art. 165	:	151, nt. 139
Art. 166	:	151, nt. 139

Esboço (A. Teixeira de Freitas – 1860-1865)

Art. 16	:	150, nt. 130
Art. 272	:	150, nt. 131
Art. 273	:	150
Art. 274	:	150, nt. 133
Art. 275	:	150, nt. 133
Art. 276	:	150, nt. 133
Art. 277	:	150, nt. 133
Art. 278	:	150, nt. 134
Art. 281	:	150, nt. 133
Art. 284	:	150, nt. 135
Art. 285	:	150, nt. 135
Art. 295	:	150, nt. 136
Art. 3189	:	150, nt. 136
Art. 3191	:	150, nt. 136

Consolidação das Leis Civis (A. Teixeira de Freitas – 1858)

Art. 40	:	149, nt. 129
---------	---	--------------

Lei de 20 de outubro de 1823

Art. 1	:	149, nt. 125
--------	---	--------------

Ordenações Filipinas

1, 31, 1	:	149, nt. 126
1, 84, 3	:	149, nt. 126
3, 78, pr.	:	149, nt. 126
3, 78, 1	:	149, nt. 126

França

Code civil (1804)

Art. 906	:	145, nt. 96
Art. 1832	:	145, nt. 92
Art. 1838	:	145, nt. 92
Art. 1842	:	144, nt. 85; 145, nt. 92
Art. 1844-8	:	144, nt. 85
Art. 1845	:	145, nt. 93
Art. 1846	:	145, nt. 93
Art. 1858	:	145, nt. 90

Art. 1871 : 145, nt. 92

Code de commerce

Art. L210-6 : 144, nt. 86

Art. L223-1 : 145, nt. 92

Art. L223-43 : 145, nt. 92

Code trav.

Art. L2132-1 : 145, nt. 95

Itália

Codice civile (1865)

Art. 17 : 148, nt. 119

Codice civile (1942)

Art. 39 : 147, nt. 110

Art. 2362 : 148, nt. 124

Outros monumentos legislativos

Codex Iuris Canonici

Can. 113, § 1 : 10, nt. 19

Can. 113, §2 : 10, nt. 19

Can. 114, §2 : 132, nt. 10

Can. 115, §1 : 133 e nt. 18

Codex Canonum Ecclesiarum Orientalium

Can. 921, §3 : 132, nt. 10

BIBLIOGRAFIA

ACCAME, Silvio, *La legislazione romana intorno ai college nel I secolo a.C.*, in *Bulletino del Museo dell'Impero Romano* XIII (1943).

AGOSTINO D'AVACK, Pietro, *Trattato di diritto canonico – Introduzione sistematica generale*, Milano, Giuffrè, 1980.

ALBANESE, Bernardo, *Per l'interpretazione dell'iscrizione con norme del SC de Bacchanalibus (186 a.C.)*, in *Iuris Vincula – Studi in onore di Mario Talamanca*, v.I, Napoli, Jovene, 2001.

_____, *Persona (storia) – Diritto romano*, in *ED XXXIII* (1983).

ALBERTARIO, Emilio, *Corpus e universitas nella designazione della persona giuridica*, in *Studi di diritto romano*, v.1, Milano, Giuffrè, 1933.

ARANGIO-RUIZ, Vincenzo, *Epigrafia giuridica greca e romana II*, in *SD 5* (1939).

_____, *La legislazione*, in *AVGVSTVS – Studi in Occasione del Bimillenario Augusteo*, Roma, Reale Accademia Nazionale dei Lincei, 1938.

BALESTRI FUMAGALLI, Marcella, *Persone e famiglia nel diritto romano*, in *Digesto IV 13* (1995).

BANDINI, Vincenzo, *Appunti sulle corporazioni romane*, Milano, Giuffrè, 1937.

BASTOS MEIRA, Silvio Augusto de, *Instituições de direito romano*, 2ª ed., São Paulo, Max Limonad, 1962.

BERGER, Adolf, C.C.C. *A Contribution to the Latin Terminology concerning Collegia*, in *Epigraphica* 9 (1947).

_____, *Encyclopedic Dictionary of Roman Law*, Philadelphia, The American Philosophical Society, 1991.

_____, *Iulius Paulus*, in *RE* 10.1 (1917).

_____, *Nochmals CCC*, in *SZ* 68 (1951).

- BESELER, Georg, *System des gemeinen deutschen Privatrechts*, v. 1, Leipzig, Weidmann, 1847.
- BEVILAQUA, Clovis, *Código civil dos Estados Unidos do Brazil*, v. I, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1916.
- BINDER, Julius, *Das Problem der juristischen Persönlichkeit*, Leipzig, Deichert, 1907.
- BIONDI, Biondo, *La legislazione di Augusto*, in *Conferenze augustee nel bimillenario della nascita*, Milano, Vita e Pensiero, 1939.
- _____, *La dottrina giuridica della universitas nelle fonti romane*, in *BIDR* 61 (1958).
- BISCARDI, Arnaldo, *Rappresentanza sostanziale e processuale dei 'collegia' in diritto romano*, in *Iura* XXXI (1980).
- BOECKEN, Winfried, *BGB Allgemeiner Teil*, Stuttgart, Kohlhammer, 2007.
- BONFANTE, Pietro, *Diritto romano*, Milano, Giuffrè, 1976.
- BONN, Wolfgang Will, *C. Pulcher, P.*, in *NP* 3 (1997).
- BOUCHÈ-LECLERQ, A., *Fasti*, in *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*, t. II, Paris, Hachette, 1896.
- BRINZ, Alois, *Lehrbuch der Pandekten*, v. 1, 2^a ed., Erlangen, Deichert, 1873.
- BROX, Hans, WALKER, Wolf-Dietrich, *Allgemeiner Teil des BGB*, München, Vahlen, 2011.
- BRUNS, Carolus Georgius, *Fontes iuris romani antiqui*, Tübingae, Siebeck, 1909.
- BÜCHNER, Karl, *M. Tullius Cicero*, in *RE* 7.1 (1939).
- BURDESE, Alberto, *Manuale di diritto privato romano*, Torino, UTET, 1964.
- CARON, Pier Giovanni, *Persona giuridica – Diritto canonico e ecclesiastico*, in *NNDI* XII (1965).

CARVALHO DE MENDONÇA, Roberto, *Tratado de direito comercial brasileiro*, v. III, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1963.

CASTRO, Gaetano lo, *Persona giuridica nel diritto canonico*, in *Digesto IV* 13 (1995).

_____, *Personalità morale e soggettività giuridica nel diritto canonico – Contributo allo studio delle persone morali*, Milano, Giuffrè, 1974.

CATALANO, Gaetano, *Persona giuridica – Diritto intermedio*, in *NNDI XII* (1965).

CATALANO, Pierangelo, *As raízes do problema da pessoa jurídica*, in *Revista de direito civil, imobiliário, agrário e empresarial* 73 (1995).

CHEVREAU, Emmanuelle, *Quelques remarques sur la continuité des «personnes juridiques» en droit romain classique*, in *Mélanges en l'honneur d'Anne Lefebvre-Teillard*, Paris, Panthéon-Assas, 2009.

CIPROTTI, Pio, *Lezioni di diritto canonico*, Padova, CEDAM, 1943.

COHN, Max, *Zum römisches Vereinsrecht – Abhandlungen aus der Rechtsgeschichte*, Berlin, Weidmann, 1873.

COLI, Ugo, *Ambitus*, in *NNDI I* (1957).

_____, *Collegia e sodalitates – Contributo allo studio dei collegi nel diritto romano*, Bologna, 1913.

COLIN, Ambroise, CAPITANT, Henri, *Traité de droit civil*, v. I, Paris, Dalloz, 1957.

COMAND, Debora, *Collegium symphonicorum*, in *Studi in memoria di Giambattista Impallomeni*, Milano, Giuffrè, 1999.

CORREIA, Alexandre, SCIASCIA, Gaetano, *Manual de direito romano*, v.1, São Paulo, Saraiva, 1953.

COUTO E SILVA, Alexandre, *Desconsideração da personalidade jurídica: limites para a sua aplicação*, in *RT* 780 (2000).

CRACCO RUGGINI, Lellia, *Collegium e corpus: la politica economica nella legislazione e nella prassi, in istituzioni giuridiche e realtà politiche nel tardo impero – III-V sec. d.C.*, Milano, Giuffrè, 1976.

DE ABREU DALLARI, Dalmo, *Elementos de teoria geral do estado*, São Paulo, Saraiva, 2001.

D’ALESSANDRO, Floriano, *Persone giuridiche e analisi del linguaggio*, Padova, CEDAM, 1989.

DE GIORGI, Maria Vita, *Le persone giuridiche in generale – Le associazioni e le fondazioni*, in P. Rescigno (coord.), *Trattato di Diritto Privato*, v.2/1, Torino, UTET, 1984.

DE LA HERA, Alberto, *Sinibaldo Fieschi (Inocencio IV)*, in *Juristas universales – Juristas medievales*, V. II, Madrid, Marcial Pons, 2004.

DE MARTINO, Francesco, *Persona giuridica*, in *NDI IX* (1939).

DE ROBERTIS, Francesco Maria, *Autonomia statutaria e personificazione giuridica nel regime associativo romano*, in *Études offertes à Jean Macqueron*, Aix-en-Provence, Faculté de Droit et des Sciences Économiques, 1970.

_____, *Contributo alla storia delle corporazioni a Roma: la paternità della “lex Iulia de collegiis”*, in *Scritti varii di diritto romano*, v. II, Bari, Cacucci, 1987.

_____, *Dai collegia cultorum pagani alle medievali congregationes fratrum attraverso il superamento della discriminazione giustiniana in pro dei tenuiores*, in *SD 61* (1995).

_____, *Il diritto associativo romano*, Bari, Laterza & Figli, 1938.

_____, *La capacità giuridica dei collegi romani e la sua progressiva contrazione*, in *Sodalitas 3* (1984).

_____, *Sui legati a ‘incertae personae’: C. 6.48.1.10 e la sua estraneità alla materia associativa*, in *Studi in onore di Edoardo Volterra III*, Milano, Giuffrè, 1971.

_____, 'Syndicus' – Sulla questione della rappresentanza processuale dei 'collegia' e dei 'municipia', in *SD XXXVI* (1970).

DE VISSCHER, Fernand, *La notion du "corpus" et le regime des associations privees a Rome*, in *Scritti in onore di Contardo Ferrini pubblicati in occasione dela sua beatificazione 4*, Milano, Vita e Pensiero, 1949.

DI MARZO, Salvatore, *Sull'usufrutto delle persone giuridiche nel diritto romano classico*, in *BIDR XIV* (1902).

DIOSONO, Francesca, *Collegia – Le associazioni professionali nel mondo romano*, Roma, Quasar, 2007.

DIRKSEN, Heinrich Eduard, *Uebersicht der bisherigen Versuche zur Kritik und Herstellung des Textes der Zwölf Tafel Fragmente*, Leipzig, Hinrich, 1824.

DOS SANTOS SARAIVA, Francisco Rodrigues, *Novissimo dicionario latino-portuguez*, 7ª ed., Rio de Janeiro, Garnier, s.d.

DUFF, Patrick William, *Les letters c c c dans l'inscription C.I.L. VI 4416*, in *RIDA VI* (1951).

_____, *Personality in Roman Private Law*, London, Cambridge, 1938.

EDER, Walter, RENGGER, Johannes, *Herrscherchronologien der antiken Welt – Namen, Daten, Dynastien*, in *NP – Suppl. I* (2004).

ELIACHEVITCH, Basile, *La personnalité juridique en droit privé romain*, Paris, Sirey, 1942.

ENNECCERUS, Ludwig, NIPPERDEY, Hans Carl, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, v. 1-1, 15 ed., Tübingen, Mohr-Siebeck, 1959.

FARIA, Ernesto, *Fonética histórica do latim*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1956.

FASCIONE, Lorenzo, *L'ambitus e la pro Plancio*, in *La repressione criminale nella Roma repubblicana fra norma e persuasione*, Pavia, IUSS, 2009.

FERRARA, Francesco, *Le persone giuridiche*, Torino, UTET, 1958.

- FLAMBARD, Jean-Marc, *Clodius, les collègues, la plèbe et les esclaves. Recherches sur la politique populaire au milieu du Ier. siècle*, in *MEFRA* 89 (1977).
- FLUME, Werner, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts – Die juristische Person*, v. 1-2, Berlin, Springer, 1983.
- _____, *Gesellschaft und Gesamthand*, in *ZHR* 136 (1972).
- FRAENKEL, Eduard, *Senatus consultum de Bacchanalibus*, in *HERMES* 67 (1932).
- FUNAIOLI, *Suetonius*, in *RE* 4.1 (1931).
- GALGANO, Francesco, *Delle persone giuridiche*, Bologna, Nicola Zanichelli, 1969.
- _____, *Diritto privato*, 10^a ed., Padova, CEDAM, 1999.
- GAUDEMET, Jean, *Utilitas publica*, in *Études de droit romain*, II, Napoli, Jovene, 1979.
- GIERKE, Otto, *Das deutsche Genossenschaftsrecht – Die Staats- und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters und ihre Aufnahme in Deutschland*, III, Berlin, Weidmann, 1881.
- _____, *Deutsches Privatrecht*, I, Leipzig, Duncker & Humblot, 1895.
- GIORGI, Giorgio, *La dottrina delle persone giuridiche o corpi morali*, v.1, Firenze, Cammelli, 1913.
- GRIDEL, Jean-Pierre, *La personne morale en droit français*, in *RIDC* 42/2 (1990).
- GRELLE, FRANCESCO, *Comitia*, in *NNDI* III (1974).
- GRIMAL, Pierre, *La Lex Licinia de sodaliciis*, in MICHEL, Alain, VERDIÈRE, Raoul, (coords.), *Ciceroniana – Hommages à Kazimierz Kumaniecki*, Leiden, Brill, 1975.
- GROTEN, Andreas, *Corpus und Universitas – Römisches Körperschafts- und Gesellschaftsrecht: zwischen griechischer Philosophie und römischer Politik*, Tübingen, Mohr, 2015.
- GUARINO, Antonio, *Diritto privato romano*, 12^a ed., Napoli, Jovene, 2001.

GUARITA CARTAXO, Ernani, *As pessoas jurídicas em suas origens romanas, evolução e conceito*, Curitiba, Paranaense, 1943.

HAN, Ulrich, *Plutarchus – Vitae illustrium virorum*, 1.2, Roma, Campanus, 1470.

HARTMANN, *Ambitus*, in *NP I* (1984).

HENECCIUS, Iohann Gottlieb, *De collegiis et corporibus opificum*, Halae Magdeburgicae, 1723.

HEUMANN, H., SECKEL, E., *Handlexikon zu den Quellen des römischen Rechts*, Graz, Druck, 1958.

HIRATA, Alessandro, *A pessoa jurídica nos documentos de direito societário do período neobabilônico*, in *O direito e o futuro da pessoa – Estudos em homenagem ao professor Antonio Junqueira de Azevedo*, São Paulo, Atlas, 2011.

HUGO, Gustav, *Lehrbuch des Naturrechts als einer Philosophie des positiven Rechts, besonders des Privatrechts*, 4ª ed., Berlin, August Mylius, 1819.

HUMBERT, G., *Ambitus*, in *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*, Paris, Hachette, 1877.

HUMBERT, Michel, *La c.d. libertà associativa nell'epoca decemvirale: un'ipotesi a proposito di XII Tab. VIII.27*, in *Annali del seminario giuridico dell'università di Palermo*, v. 53, Torino, 2009.

IMPALLOMENI, Giambattista, *Persona giuridica – Diritto Romano*, in *NNDI XII* (1965).

JACKSON VALPY, Francis Edward, *Etymological Dictionary of the Latin Language*, London, Valpt, 1828.

JEFFREY TATUM, W., *Cicero's Opposition to the Lex Clodia de Collegiis*, in *The Classical Quarterly* 40 (1990).

_____, *The Patrician Tribune Publius Clodius Pulcher*, University of North Carolina, 1999.

JESÚS HORTAL, S. J., *Código de direito canônico*, São Paulo, Loyola, 1983.

JHERING, Rudolph von, *Geist des römischen Rechts auf den verschiedenen Stufen seiner Entwicklung*, v. 3-1, Leipzig, Breitkopf & Härtel, 1924.

JÖRS, *Aelius*, in *RE* 1.1 (1893).

_____, *Alfenus Varus*, in *RE* 1.2 (1894).

_____, *Cervidius*, in *RE* 3.2 (1899).

_____, *Domitius*, in *RE* 5.1 (1903).

KARLOWA, Otto, *Römische Rechtsgeschichte*, II-I, Leipzig, Veit & Comp., 1901.

KASER, Max, *Das römische Privatrecht*, I, München, Beck, 1971.

KAYSER, Paul, *Die Strafgesetzgebung der Römer gegen Vereine und Versammlungen – Ein Beitrag zur Geschichte des Strafrechts*, in *Abhandlungen aus dem Process und Strafrecht*, Berlin, Leonard Simion, 1873.

KOFANOV, Leonid, *I 'sodalis' nelle XII tavole e il carattere della proprietà comune*, in *BIDR XXXIX* (1997).

KÖHLER, Helmut, *BGB Allgemeiner Teil*, München, Beck, 2012.

KORNEMANN, Ernst, *Collegium*, in *RE* 4.1 (1900).

KRELLER, Hans, *Zwei Gaiusstellen zur Geschichte der juristischen Person*, in *Atti del Congresso Internazionale di diritto romano e di storia del diritto III*, Milano, Giuffrè, 1948.

KRUEGER, Paul, *Geschichte der Quellen und Litteratur des Römischen Rechts*, Leipzig, Duncker & Humblot, 1888.

KÜBLER, *Gaius*, in *RE* 7.1 (1910).

LACERDA DE ALMEIDA, Francisco de Paula, *Das pessoas jurídicas – Ensaio de uma theoria*, Rio de Janeiro, RT, 1905.

LACOUR-GAYET, Georges, *P. Clodius Pulcher*, in *Revue historique* 41 (1889).

LAMARTINE CORRÊA DE OLIVEIRA, José, *A dupla crise da pessoa jurídica*, São Paulo, Saraiva, 1979.

LARENZ, Karl, WOLF, Manfred, NEUNER, Jörg, *Allgemeiner Teil des bürgerlichen Rechts*, 10 ed., München, Beck, 2012.

LAURIA, Mario, *Istitutiones; SC. de bacchanalibus; CI. 2.57(58); 2.58(59); 3.1-27*, in *Iura* 28 (1978).

LEICHT, Pier Silverio, *Ricerche sulla responsabilità del comune in caso di danno – Contribuzione alla storia dell'università medievale*, in *Scritti vari di storia del diritto italiano*, v. 1, Milano, Giuffrè, 1943.

LENORMANT, F., *Bacchanalia*, in *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*, t. I., Paris, Hachette, 1877.

LEONHARD, Rudolf, *Corpus*, in *RE* 4.2 (1901).

LIEBENAM, W., *Zur Geschichte und Organisation des Römischen Vereinswesens – 3 Untersuchungen*, Stugartt, Scientia, 1964.

LIMBURG, Vacarius, in *The Penny Cyclopaedia of the Society for the Diffusion of Useful Knowledge*, London, Charles Knight, 1843.

LINDERSKI, Jerzy, *Ciceros Rede pro Caelio und die Ambitus- und Vereinsgesetzgebung der ausgehenden Republik*, in *HERMES* 89 (1961).

_____, *Suetons Bericht über die Vereinsgesetzgebung unter Caesar und Augustus*, in *SZ* 79 (1962).

LINDSAY, W. M., *A Short Historical Latin Grammar*, 2 ed., Oxford, Clarendon, 1915 (reimpr. 1937).

LINTOTT, Andrew W., *Electoral Bribery in the Roman Republic*, in *The Journal of Roman Studies* 80 (1990).

_____, *P. Clodius Pulcher – Felix Catilina?*, in *Greece & Rome* 14 (1967).

- LIOTTA, Filippo, '*Persona ficta*'. *Spunti prodromici della teoria di Sinibaldo de' Fieschi nei glossatori civilisti*, in *Iuris Vincula – Studi in onore di Mario Talamanca*, V. IV, Napoli, Jovene, 2001.
- LONDRES DA NÓBREGA, Vandick, *A lei das XII Tábuas*, Rio de Janeiro, 1947.
- LONGO, Giannetto, *Lex Julia de collegiis*, in *NNDI IX* (1968).
- _____, *Utilitas publica*, in *LABEO 18* (1972).
- LUZZATTO, Giuseppe Ignazio, *Fasti*, in *NNDI VII* (1968).
- MAININO, Gianluca, *Dalla persona alla persona giuridica: La persona in Gaio e il caso delle 'istituzioni' alimentari nell'esperienza giuridica romana*, in *SD 70* (2004).
- MARRONE, Matteo, *Istituzioni di diritto romano*, Palermo, Palumbo, 2006.
- MASSIMO BIANCA, C., *Diritto civile – La norma giuridica – I soggetti*, Milano, Giuffrè, 1987.
- MAURO, Tommaso, *La personalità giuridica degli enti ecclesiastici*, Poliglotta Vaticana, 1945.
- MAZEAUD, Henri, MAZEAUD, Léon, MAZEAUD, Jean, CHABAS, François, *Leçons de droit civil*, v. I/2, 8^a ed., Florence, Laroche-Gisserot, 1997.
- MEDICUS, Dieter, *Allgemeiner Teil des BGB*, Heidelberg, Müller, 2010.
- MENTXAKA, Rosa, *El derecho de asociación en Roma a la luz del Cap. 74 de la 'Lex Irnitana'*, in *BIDR 98-99* (1995-1996).
- MICHOUD, Léon, *La théorie de la personnalité morale et son application au droit français*, v. I, 2^a ed., Paris, Librairie Générale de Droit & de Jurisprudence, 1924.
- MITTEIS, LUDWIG, *Römisches Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians – Grundbegriffe und Lehre von den Juristischen Personen*, I, Leipzig, Duncker & Humblot, 1908.
- MOMMSEN, Theodor, *De collegiis et sodaliciis romanorum*, Kiel, Schwersiana, 1843.
- _____, *Römisches Strafrecht*, Leipzig, Duncker & Humblot, 1899.

_____, *Römische Urkunden*, in ZGRW 15 (1850).

_____, *Zur Lehre von den römischen Korporationen*, in SZ 25 (1904).

MONTI, Gennaro Maria, *Lineamenti di storia delle corporazioni*, Bari, Cressati, 1931.

MOREIRA ALVES, José Carlos, *Direito romano*, v.1, Rio de Janeiro, Borsoi, 1967.

MÜLLER FREIENFELS, Wolfram, *Zur Lehre vom sogenannten "Durchgriff" bei juristischen Personen im Privatrecht*, in AcP 156 (1957).

NÖRR, Dieter, *Marginalien zu den Bacchanalien: Das Pseudo-Senatusconsultum in Liv. 39.19*, in *Fides Humanitas Ius – Studii in Onore di luigi Labruna*, Napoli, Scientifica, 2007.

OLIVECRONA, Karl, "Corpus" and "Collegium" in D. 3, 4, 1, in IURA 5 (1954).

ORESTANO, Riccardo, *Gaio*, in NNDI VII (1968).

_____, *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, Torino, Giappichelli, 1968.

_____, *Marciano Elio*, in NNDI X (1968).

_____, *Ulpiano*, in NNDI XIX (1973).

PEPPE, Leo, *Il problema delle persone giuridiche in diritto romano*, in *Studi in onore di Remo Martini*, III, Milano, Giuffrè, 2009.

PEREIRA REBOUÇAS, Antonio, *A consolidação das leis civis – Segunda edição augmentada – Observações*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1867.

PERNICE, Alfred, *Marcus Antistius Labeo – Das römische Privatrecht im ersten Jahrhunderte der Kaiserzeit*, I, Halle, Waisernhauses, 1873.

PEROZZI, Silvio, *Istituzioni di diritto romano*, v. I, Roma, Athenaeum, 1928.

PERTICONE, Giacomo, *Cicerone Marco Tullio*, in NNDI III (1974).

PFAFF, *Sodalitium*, in RE 26.2 (1927).

PLANIOL, Marcel, RIPERT, Georges, *Traité élémentaire de droit civil*, v. I, Paris, *Librairie générale de droit & de jurisprudence*, 1928.

PLATSCHEK, Johannes, *Das «nomen universitatis» in D. 3.4.7.2 (Ulp. 10 ed.)*, in *INDEX* 40 (2012).

PONTE DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Tratado de direito privado – Parte geral – Introdução. Pessoas físicas e jurídicas*, v. I, 4ª ed., São Paulo, RT, 1974.

PUCHTA, Georg Friedrich, *System und Geschichte des römischen Privat rechts*, v. 2, 2ª ed, Leipzig, Breitkopf und Härtel, 1893.

PUFENDORF, Samuel, *De iure naturae et gentium – Libri octo*, v. 1, Francofurti & Lipsiae, Knochiana, 1744.

PUGLIESE, Giovanni, *Chronica – Congresso di Bruxelles e onoranze a Fernand De Visscher*, in *SD* 15 (1949).

_____, *Gaio e la formazione del giurista*, in *Il modello di Gaio nella formazione del giurista – Atti del convegno torinese in onore del Prof. Silvio Romano*, Milano, Giuffrè, 1981.

_____, *Res corporales, res incorporales e il problema del diritto soggettivo*, in *Scritti Giuridici Scelti III*, Napoli, Jovene, 1985.

RADIN, Max, *The Legislation of the Greeks and Romans on Corporations*, Columbia, The Tuttle, Morehouse & Taylor, 1908.

RAISER, Thomas, *Der Begriff der juristischen Person – Eine Neubestimmung*, in *AcP* 199 (1999).

RANDAZZO, Salvo, *I ‘Collegia tenuiorum’, fra libertà di associazione e controllo senatorio*, in *SD* 64 (1998).

_____, *‘Senatus consultum quo illicita collegia arcentur’ (D. 47,22,1,1)*, in *BIDR* 94-95 (1991-1992).

RÁO, Vicente, *O direito e a vida dos direitos*, 5ª ed., São Paulo, RT, 1999.

RASCON, Cesar, *A proposito de la represion de las bacanales en Roma*, in *Estudios jurídicos em homenaje al Profesor Ursicino Alvarez Suárez*, Madri, 1978.

RICCOBONO, Salvatore, *Zur Terminologie der Besitzverhältnisse – Naturalis possessio, civilis possessio, possessio ad interdicta*, in *SZ* 31 (1910).

RICHARD, Jean-Claude, *Praetor college consulis est – La lex Licinia de sodaliciis et l'exil de M. Valerius Messala Rufus*, in *MEFRA* 95 (1883).

RIGGSBY, Andrew M., *Clodius/Claudius*, in *Historia* 51 (2002).

ROTH, Günter H., WELLER, Marc-Philippe, *Handels- und Gesellschaftsrecht*, München, Vahlen, 2010.

ROTONDI, Giovanni, *Leges publicae populi romani – Elenco cronologico con una introduzione sull'attività legislativa dei comizi romani*, Milano, 1912.

RUFFINI, Francesco, *La classificazione delle persone giuridiche in Sinibaldo dei Fieschi (Innocenzo IV) ed in Federico Carlo di Savigny*, in *Scritti giuridici minori*, v. II, Milano, Giuffrè, 1936.

RÜPKE POSTDAM, Jörg, *Fasti*, in *NP* 4 (1998).

_____, *Geschichtsschreibung in Listenform: Beamtenlisten unter römischen Kalendern*, in *Philologus* 141 (1997).

RUTLEDGE, Steven H., *Suetonius*, in *The Encyclopedia of Ancient History*, Wiley-Blackwell, 2013, pp. 6435-6437.

SALEILLES, Raymond, *De la personnalité juridique – Histoire et théories*, 2^a d., Paris, Arthur Rousseau, 1922.

SALVADOR FRONTINI, Paulo, *Pessoas jurídicas no código civil de 2002. Elenco, remissão histórica, disposições gerais*, in *Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro* 137 (2005).

SANTOS JUSTO, António, *Direito privado romano – Parte geral*, v. 1, Coimbra, Coimbra, 2000.

SARTORI, Franco, *Il diritto di associazione nell'età soloniana ed una notizia di Gaio (D. 47.22.4)*, in *IURA* IX (1958).

SAUMAGNE, Ch., *Coire convenire colligi*, in *RH* 32 (1954).

SAVIGNY, Friedrich Carl von, *System des heutigen Römischen Rechts*, v. 2, Berlin, Veit, 1840.

S., E., *Symphoniacus*, in *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*, t. IV, Paris, Hachette, 1896.

SCHANZ, Martin, HOSIUS, Carl, *Geschichte der römischen Literatur bis zum Gesetzgebungswerk des Kaisers Justinian*, II, München, Beck, 1935.

SCHNORR VON CAROLSFELD, Ludwig, *Geschichte der juristischen Person – Universitas, Corpus, Collegium im Klassischen Römischen Recht*, München, Beck, 1933.

SCIALOJA, Vittorio, *Corso di istituzioni di diritto romano*, Roma, Bondoni, 1912.

SERICK, Rolf, *Rechtsform und Realität Juristischer Personen*, Tübingen, Siebeck, 1955.

SILVEIRA MARCHI, Eduardo Cesar, *Guia de metodologia jurídica – Teses, monografias e artigos*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2009.

STÖLZEL, Adolf, *Ueber Vacarius, insbesondere die Brügger und die Prager Handschrift desselben*, in *Zeitschrift für Rechtsgeschichte* 6 (1867).

TALAMANCA, Mario, *Istituzioni di diritto romano*, Milano, Giuffrè, 1990.

TAMBURRINO, Giuseppe, *Persone giuridiche e associazioni non riconosciute – Comitati*, in W. Bigiavi, *Giurisprudenza sistematica civile e commerciale*, Torino, UTET, 1980.

TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto, *Consolidação das leis civis*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Garnier, 1876.

_____, *Código civil – Esboço*, v.1, Rio de Janeiro, Laemmert, 1860.

TOMAZETTE, Marlon, *A desconsideração da personalidade jurídica: a teoria, o código de defesa do consumidor e o novo código civil*, in *RT* 794 (2001).

TORRENT RUIZ, Armando, *Personas jurídicas*, in *Diccionario de derecho romano*, Madrid, Edisofer, 2005.

TRABUCCHI, Alberto, *Istituzioni di diritto civile*, 43^a ed., Padova, CEDAM, 2007.

TUHR, Andreas von, *Der Allgemeine Teil des Deutschen Bürgerlichen Rechts*, v. 1-1, Leipzig, Duncker & Humblot, 1910.

TYPALDO-BASSIA, A., *Des classes ouvrières a Rome*, Paris, Marescq Ainé, 1892.

VERRUCOLI, Piero, *Il superamento della personalità giuridica delle società di capitali nella common law e nella civil law*, Milano, Giuffrè, 1964.

VOCI, Pasquale, *Piccolo manuale di diritto romano*, v.1, Milano, Giuffrè, 1979.

VOET, Giovanni, *Commento alle pandette*, v.1, Veneza, Pietro Naratovich, 1846.

VOLTERRA, Edoardo, *Istituzioni di diritto privato romano*, Roma, La Sapienza, 1993.

WALDE, A., HOFMANN, J. B., *Lateinisches Etymologisches Wörterbuch*, Heidelberg, Carl Winter, 1954.

WALTZING, Jean Pierre, *Collegium*, in *Dizionario epigrafico di antichità romane*, v. II, Roma, L. Pasqualucci, 1961.

_____, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'empire d'occident*, T. 1-4, Louvain, Charles Peeters, 1895-1900.

_____, *L'épigraphie latine et les corporations professionnelles de l'empire romain*, Gand, A. Siffer, 1892.

WENCK, Carolus, *Magister Vacarius primus iuris romani in anglia professor*, Lipsiae, 1819.

WIEACKER, Franz, *Zur Theorie der Juristischen Person des Privatrechts*, in *Kleine juristische Schriften – Eine Sammlung zivilrechtlicher Beiträge aus den Jahren 1932 bis 1986*, Göttingen, Otto Schwarz, 1988.

WINDSCHEID, Bernhard, *Lehrbuch des Pandektenrechts*, v. 1, 9^a ed., Frankfurt am Main, Kütten & Loening, 1906.

WISSOWA, Georg, *Asconius*, in *RE* 2.2 (1896).

ZIEBARTH, *Sodalitas*, in *RE* 26.2 (1927).

ZUMPT, A. W., *Das Criminalrecht der römischen Republik*, II-II, Berlin, Dümmler, 1868.

RESUMO

Austréia Magalhães Candido da Silva. Da *Lex Iulia de collegiis* e seus efeitos sobre a responsabilidade patrimonial das corporações romanas. 186 p. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2016.

Se a mudança de seus elementos integrantes criasse coisa nova, nem mesmo os seres humanos seriam os mesmos que foram outrora, pois das partículas de que são compostos, algumas são perdidas e outras repostas em seu lugar. Eis os dizeres do jurista Alfeno, que representam o ponto de partida para o reconhecimento da existência abstrata e independente dos entes coletivos em relação aos membros que o compõem.

O presente estudo propõe-se a analisar a figura dos *collegia* no Direito Romano, em período anterior à sua transformação em associações de natureza coercitiva, a fim de revelar suas características e, sobretudo, sua trajetória rumo ao reconhecimento do que hodiernamente chamamos de *personalidade jurídica*.

Para isso, em primeiro lugar, estuda-se a terminologia direcionada aos entes coletivos em geral, observando-se o maior ou menor grau de abstração apresentados pelos termos «*persona*», «*corpus*» e «*universitas*».

Ato contínuo, são averiguadas as características gerais dos *collegia*, no que concerne à formação e às faculdades jurídicas que lhes são atribuídas, oferecendo-se um panorama das benesses e limitações impostas a esta categoria de ente coletivo, mais próxima ao que denominaríamos associações e sociedades, espécies de pessoas jurídicas de direito privado.

Na segunda parte do trabalho, a pesquisa volta-se para o estudo do regime associativo, indispensável para a melhor compreensão da *Lex Iulia de collegiis*, lei de fundamental importância nesta matéria, visto que é considerada como o primeiro regulamento a conceder personalidade jurídica às associações, sendo estudada, minuciosamente, em capítulo à parte.

Apresenta-se, ainda, uma visão geral do desenvolvimento da disciplina romana nos principais sistemas de direito privado contemporâneo, partindo-se do Direito Canônico, que representa o principal elo entre o Direito Romano e o direito moderno, para a análise dos ordenamentos alemão, francês, italiano e brasileiro.

Palavras-chave: *Lex Iulia de collegiis* – *Collegium* – Personalidade Jurídica

RÉSUMÉ

Austréia Magalhães Candido da Silva. Da *Lex Iulia de collegiis* e seus efeitos sobre a responsabilidade patrimonial das corporações romanas. 186 p. Doctorat – Faculté de Droit, Université de São Paulo, 2016.

Si le changement des éléments intégrants d'une chose créait une nouvelle chose, les êtres humains mêmes ne seraient pas ceux qu'ils ont été autrefois, parce que des particules, dont ils sont composés, quelques-unes sont perdues et d'autres sont remises à leurs places. Voilà ce qui dit le juriste Alfenus, et qui représente le point de départ de la reconnaissance de l'existence abstraite et indépendante des êtres collectifs par rapport à leurs membres.

Cet étude a pour but l'analyse des *collegia* au droit romain, dans la période antérieure à leur transformation en associations de nature forcée, afin d'individualiser leurs caractéristiques et, surtout, leur trajectoire vers la reconnaissance de ce qu'on appelle aujourd'hui personnalité juridique.

D'abord, on étudie la terminologie appliquée aux êtres collectifs en général, en remarquant le majeur ou mineur degré d'abstraction présenté par les mots «*persona*», «*corpus*» et «*universitas*».

Après cela, on considère les caractéristiques générales des *collegia*, en ce qui concerne à la formation et aux facultés juridiques qui leurs sont attribuées, en offrant un aperçu des bénéfices et limitations imposés à cette catégorie d'être collectif plus proche à ce qu'on appellerait, de nos jours, associations et sociétés, espèces de personnes juridiques de droit privé.

Dans la deuxième partie, la recherche se tourne vers l'étude du régime associatif, indispensable pour la meilleure compréhension de la *lex Iulia de collegiis*, loi de grande importance dans ce sujet, étant donné qu'elle est considérée comme le premier règlement à accorder personnalité juridique aux associations, raison pour laquelle on l'examine dans un chapitre à part.

On présente aussi un panorama du développement de la discipline romaine dans le principaux systèmes de droit privé contemporain, en partant du droit canon, qui représente le principal trait d'union entre le droit romain et le droit moderne, vers l'examen des ordres juridiques allemande, française, italienne et brésilienne.

Mots-clé: *Lex Iulia de collegiis* – *Collegia* – Personnalité juridique

RIASSUNTO

Austréia Magalhães Candido da Silva. Da *Lex Iulia de collegiis* e seus efeitos sobre a responsabilidade patrimonial das corporações romanas. 186 p. Dottorato – Facoltà di Giurisprudenza, Università di São Paulo, 2016.

Se il cambio degli elementi integranti di una cosa creasse una cosa nuova, gli stessi esseri umani non sarebbero quei che loro sono stati prima, perché le particole di cui sono composti alcune sono perse et altre rimesse nei loro posti. Ecce il discorso del giurista Alfeno, che rappresenta il punto di partenza del riconoscimento dell'esistenza astratta ed indipendente degli esseri collettivi rispetto ai suoi membri.

Questo studio si propone l'analisi dei *collegia* nel diritto romano, prima della loro trasformazione in associazioni di natura forzata, per individuare i loro caratteri e soprattutto le loro vicende verso la riconocenza di ciò che si chiama oggidì personalità giuridica.

In primo luogo, si studia la terminologia applicata agli esseri collettivi in generale, osservandosi il maggiore o minore grado di astrazione presentato per i termini «*persona*», «*corpus*» ed «*universitas*».

Si considera, in seguito, i caratteri generali dei *collegia*, in ciò che riguarda la formazione e le facoltà giuridiche che sono loro attribuite, offrendosi un panorama dei vantaggi e limitazioni imposti a questa categoria di esseri collettivo più vicino a ciò che si denominerebbe oggi associazioni e società, specie di persone giuridiche di diritto privato.

Nella seconda parte, la ricerca si occupa dello studio del regime associativo indispensabile per la migliore comprensione della *lex Iulia de collegiis*, legge di grande rilevanza in questa materia, una volta che si ritiene come il primo regolamento che ha concesso personalità giuridica agli associazioni, ragione per cui viene esaminata in capitolo proprio.

Infine, si presenta anche un panorama dello sviluppo della disciplina romana nei principali sistemi di diritto privato contemporaneo, partendo del diritto canonico, che ripresenta il punto di legame tra il diritto romano ed il diritto moderno, verso l'analisi degli ordinamenti giuridici tedesco, francese, italiano e brasiliano.

Parole-chiave: *Lex Iulia de collegiis* – *Collegia* – Personalità giuridica